

CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS:
CONTRADIÇÕES, MUDANÇAS E
PERMANÊNCIAS NOS ESPAÇOS
URBANOS

Patricia Chame Dias, Janio Santos (orgs.)

SEI

94

Série Estudos e Pesquisas

CIDADES MÉDIAS
E PEQUENAS: CONTRADIÇÕES,
MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS
NOS ESPAÇOS URBANOS

publicações
SEI

SALVADOR
2012

Governo do Estado da Bahia

Jaques Wagner

Secretaria do Planejamento

José Sergio Gabrielli

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

José Geraldo dos Reis Santos

Diretoria de Pesquisas

Edgard Porto

Organizadores

Patrícia Chame Dias (SEI)

Janio Santos (UESB)

Coordenação de Biblioteca e Documentação

Normalização

Eliana Marta Gomes Silva Sousa

Coordenação de Disseminação de Informações

Editoria-geral

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Revisão de Linguagem

Maria José Bacelar Guimarães

Editoria de Arte

Ludmila Nagamatsu

Design Gráfico

Elisabete Barretto

Julio Vilela

Editoração

Agapê Design

Produção

Daiane Oliveira

Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos / Patrícia Chame Dias, Janio Santos organizadores). –

Salvador: SEI, 2012.

238 p. il. (Série estudos e pesquisas, 94).

ISBN 978-85-8121-009-4

I. Planejamento urbano - Bahia. 2. Desenvolvimento urbano – Bahia.
I. Dias, Patrícia Chame. II. Santos, Janio. III. Série.

CDU 311.3 (81)



■ SUMÁRIO

9	CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS: CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS <i>Patricia Chame Dias</i> <i>Janio Santos</i>
16	REFERÊNCIAS
17	ABERTURA
19	CONTRADIÇÕES, MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NOS ESPAÇOS URBANOS NORDESTINOS <i>Beatriz Maria Soares Pontes</i>
19	INTRODUÇÃO
20	MUDANÇAS NO PROCESSO PRODUTIVO CAPITALISTA E SUAS REPERCUSSÕES NO ESPAÇO URBANO NORDESTINO
20	Do paradigma tecnológico-produtivo fordista ao sistema de acumulação flexível
23	Reestruturação produtiva e organização territorial
24	CARACTERÍSTICAS DO ESPAÇO URBANO NORDESTINO ATUAL
27	CIDADES MÉDIAS NORDESTINAS
28	Sobral (CE): cidade média do sertão
31	Expansão do espaço urbano de Mossoró (RN) por meio das atividades econômicas
34	Campina Grande: o pequeno comércio e a violência urbana
37	CIDADES PEQUENAS
37	As pequenas cidades no contexto nacional e global
38	Cotidiano das cidades pequenas do Seridó potiguar
42	CIDADE, SOCIEDADE E VIOLÊNCIA
44	CONSIDERAÇÕES FINAIS
46	REFERÊNCIAS
47	PARTE I
	AS PEQUENAS CIDADES: UM DESAFIO NO HORIZONTE TEÓRICO DA GEOGRAFIA URBANA
49	AS MEGAFESTAS JUNINAS NO ESPAÇO PÚBLICO DE CACHOEIRA, NO RECÔNCAVO BAIANO: A ESPETACULARIZAÇÃO FESTIVA NA/DA PEQUENA CIDADE <i>Janio Roque Barros de Castro</i>
49	INTRODUÇÃO
50	DAS PEQUENAS FESTAS JUNINAS COMUNITÁRIAS ÀS GRANDES FESTAS ESPETACULARIZADAS NO ESPAÇO PÚBLICO
53	FESTAS JUNINAS URBANAS NO/DO ESPAÇO PÚBLICO NA ATUALIDADE: DESENHO E DINÂMICA
56	AS MEGAFESTAS JUNINAS NO ESPAÇO PÚBLICO DE CACHOEIRA: POTENCIALIDADES PAISAGÍSTICAS E ARQUITETÔNICAS
60	REFLEXÕES FINAIS
61	REFERÊNCIAS
63	DO RURAL AO URBANO: DOS ARQUÉTIPOS À ESPACIALIZAÇÃO EM CIDADES PEQUENAS <i>Wendel Henrique</i>
63	INTRODUÇÃO
64	OS ARQUÉTIPOS
69	O REAL: CACHOEIRA E PASSAU
78	CONSIDERAÇÕES FINAIS
79	REFERÊNCIAS

81	ANÁLISE DA PEQUENA CIDADE SOB O PONTO DE VISTA POLÍTICO-ADMINISTRATIVO <i>Winston Kleiber de Almeida Bacelar</i>
82	A PEQUENA CIDADE
85	CATEGORIZAÇÃO DE UMA PEQUENA CIDADE DO PONTO DE VISTA POLÍTICO-ADMINISTRATIVO
96	PEQUENAS CIDADES NO NOVO MILÊNIO: ADMIRÁVEL MUNDO NOVO?
99	CONSIDERAÇÕES FINAIS
101	REFERÊNCIAS
103	PARTE II REDISCUINDO AS CIDADES MÉDIAS NO/DO TERRITÓRIO BAIANO
105	FRAGMENTAÇÃO MUNICIPAL DA MESORREGIÃO DO EXTREMO OESTE DA BAHIA E EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE BARREIRAS <i>Liliane Matos Góes</i> <i>Ednice de Oliveira Fontes</i> <i>Heibe Santana da Silva</i>
105	INTRODUÇÃO
106	MATERIAIS E METODOLOGIA
107	RESULTADOS E DISCUSSÃO
111	Fragmentação dos municípios integrantes do território Oeste da Bahia
118	Barreiras: inserção regional e expansão urbana
125	CONSIDERAÇÕES FINAIS
126	REFERÊNCIAS
129	AÇÕES DO ESTADO E O PAPEL DAS CIDADES MÉDIAS BAIANAS NOS PLANOS DA URBANIZAÇÃO CAPITALISTA <i>Janio Santos</i>
129	INTRODUÇÃO
130	CIDADES MÉDIAS NO CONTEXTO DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA
134	LIMITES DOS DADOS E CIDADES MÉDIAS BAIANAS NO CONTEXTO DA URBANIZAÇÃO
142	ESTADO E CONSTITUIÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS BAIANAS
145	CIDADES MÉDIAS BAIANAS NOS PLANOS DA URBANIZAÇÃO CAPITALISTA
151	CONSIDERAÇÕES FINAIS
153	REFERÊNCIAS
157	CIDADES MÉDIAS BAIANAS: DINÂMICAS, TENDÊNCIAS E SIGNIFICADOS <i>Patricia Chame Dias</i> <i>Francisco Baqueiro Vidal</i>
157	INTRODUÇÃO
160	IDENTIFICAÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS BAIANAS
165	VERIFICAÇÃO DOS NÍVEIS DE CRESCIMENTO
168	Ritmos de crescimento e participação na população
171	Participação na produção de riquezas
173	Observações sobre o mercado de trabalho formal
177	CONSIDERAÇÕES FINAIS
179	REFERÊNCIAS

181	PARTE III
	REDE URBANA E DINÂMICA REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA: NOVOS ENFOQUES
183	BARREIRAS E LUÍS EDUARDO MAGALHÃES: UMA AGLOMERAÇÃO URBANA EMBRIONÁRIA NO OESTE BAIANO?
	<i>Paulo Roberto Baqueiro Brandão</i>
183	INTRODUÇÃO
184	Bases conceituais e constatações empíricas para o debate sobre aglomerações urbanas na Bahia
187	Barreiras e Luís Eduardo Magalhães: breve exame geográfico-histórico
190	Indícios da formação da aglomeração urbana Barreiras–Luís Eduardo Magalhães
193	Para (não) concluir, uma agenda de pesquisa
194	REFERÊNCIAS
197	CENTRALIDADE URBANA, CONFIGURAÇÃO REGIONAL E NEXOS ENTRE DETERMINAÇÕES ECONÔMICAS E CONTINGÊNCIAS POLÍTICAS
	<i>Renato Leone Miranda Léda</i>
197	INTRODUÇÃO
198	CENTRALIDADE, REDES E REGIÕES: DETERMINAÇÕES SISTÊMICAS
204	CENTRALIDADE URBANA E SUA PROJEÇÃO REGIONAL COMO TRUNFOS DE PODER? REDE URBANA E REGIÃO CONFORMANDO ARENAS POLÍTICAS
206	PROPOSTAS DE REGIÕES METROPOLITANAS: PROJETOS REGIONAIS DE PODER EM GESTAÇÃO? UMA NOTA CONJUNTURAL EM RELAÇÃO A VITÓRIA DA CONQUISTA
210	ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES
210	REFERÊNCIAS
215	REDE URBANA E DINÂMICA REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA: UM OLHAR SOBRE O TERRITÓRIO DO SISAL
	<i>Onildo Araujo da Silva</i>
215	INTRODUÇÃO
217	UMA REDE FORJADA NO SEIO DA EXPANSÃO PRODUTIVA DA AGAVE SISALANA
219	Expansão da cadeia produtiva do sisal e constituição da rede urbana
223	REDE URBANA ATUAL
227	CIDADES PEQUENAS: PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES
228	CONSIDERAÇÕES FINAIS
229	REFERÊNCIAS
231	ENCERRAMENTO
233	CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS E DESENVOLVIMENTO URBANO: ANÁLISE, DESAFIOS E PERSPECTIVAS COM BASE NOS PLANOS DIRETORES
	<i>Nathan Belcavello de Oliveira</i> <i>Marcel Claudio Sant'Ana</i>
234	CIDADES PEQUENAS E MÉDIAS: ESTRANHAS CONHECIDAS
239	OS PLANOS DIRETORES E O DESENVOLVIMENTO URBANO: UMA ANÁLISE AMOSTRAL DE DESAFIOS E PERSPECTIVAS
245	CONSIDERAÇÕES FINAIS
246	REFERÊNCIAS

CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS: CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Patricia Chame Dias*

Janio Santos**

A abordagem sobre as cidades pequenas e médias, na Geografia ou em outras ciências, coloca uma proposição que, *a priori*, pareceria incontestada e que é reverberada em muitos trabalhos acadêmicos. Essa proposição afirma que apenas recentemente esse tema tornou-se foco de estudos. Todavia, se for feito um escrutínio mais consistente sobre tal ideia, mesmo analisando-se a situação da Bahia, verificar-se-á que um número significativo de investigações relacionadas ao tema já foi desenvolvido, mesmo antes de o fenômeno ganhar a dimensão adquirida nas últimas décadas, ainda que essas leituras tivessem um caráter pontual e atomizado.

Argumenta-se tal aspecto porque se entende que, para debruçar-se sobre essa temática, faz-se necessário rememorar trabalhos importantes para a compreensão da realidade baiana. Exemplos disso estão nas obras desenvolvidas pelo professor Milton Santos, até a década de 1960 (SANTOS, 1957, 1954, 1963), no âmbito da Geografia, e pela professora Maria Azevedo Brandão, na década de 1980, no campo da Sociologia (BRANDÃO, 1984, 1985). Comprova-se, pois, que, há muito, as pequenas e médias cidades fazem parte do escopo de preocupações dos pesquisadores vinculados a diferentes ramos do conhecimento científico, embora não se tenha notícias de uma discussão mais ampla sobre seu conceito ou da construção de uma metodologia mais ou menos comum para sua análise.

Essa situação vem observando alterações. Em especial nas últimas duas décadas, o debate sobre essas categorias de cidades ganhou novas nuanças, sobremaneira em função das modificações pelas quais passaram e passam, decorrência fundamental da nova lógica inerente ao amadurecimento do capitalismo no Brasil e, em particular, na Bahia. Essa dinâmica, em meio a outras consequências, repercutiu no espraiamento de novos nexos em tais áreas urbanas e constituiu o que Milton Santos denominou como “urbanização do território” (SANTOS, 1993).

Essas cidades, notadamente aquelas que podem ser identificadas como médias – embora algumas das designadas como pequenas também tenham experimentado essa mesma

* Doutoranda e mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Estado da Bahia; pesquisadora da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). patriciadias@sei.ba.gov.br

** Doutor em Geografia. Professor-adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e coordenador do Grupo de Pesquisa Urbanização e Produção de Cidades na Bahia. janiosantos@yahoo.com.br

situação –, absorveram “mudanças de qualidade” – expressão utilizada pelo mencionado autor – e passaram a apresentar-se como focos hodiernos de centralização de atividades econômicas, mesmo aquelas que estiveram durante muito tempo concentradas nas metrópoles. Em decorrência disso, essa tendência aumentou o grau de sofisticação, de intensidade e de complexidade dos processos que estão relacionados às cidades médias e pequenas. Todavia, revelando as contradições próprias ao crescimento econômico tipicamente capitalista, esse processo igualmente favoreceu a expansão de áreas segregadas, a precarização das condições de vida, a mercantilização da cultura, entre outros aspectos.

Não obstante, foi exatamente a evidência dessas transformações que fez convergir o olhar de diversos pesquisadores para o que se pode denominar, atualmente, como o “novo fenômeno das cidades médias e pequenas”. Essa multiplicidade de leituras e recortes, ressaltou-se, permeou várias áreas do conhecimento e instituições no território nacional e suscitou a realização de pesquisas e reflexões, que culminaram na produção de uma bibliografia específica sobre o tema, bem como na criação de algumas redes de pesquisadores. Entre elas, pode-se destacar a Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe). De certo modo, ao se colocar as pequenas e médias cidades como preocupação central, como um eixo norteador temático daqueles que se dedicam à compreensão da dinâmica e do perfil mais recente da urbanização e do urbano brasileiro, adota-se uma abordagem que, efetivamente, diferencia os estudos realizados nos últimos 20 anos daqueles empreendidos entre as décadas de 1950 e 1980 por importantes pesquisadores, como os mencionados anteriormente.

É por isso que, se durante muito tempo argumentou-se sobre a carência de trabalhos que visassem explicar ou entender as alterações experimentadas pelas cidades pequenas e médias, seja no que tange aos papéis que desempenham na rede urbana, seja em relação ao conteúdo de suas dinâmicas intraurbanas, atualmente, esses apontamentos não são mais verossímeis. Isso porque, como explanado, um número significativo de pesquisadores, sobretudo a partir do final do século XX, dedicou-se a tais estudos, o que permitiu uma contribuição assaz relevante à compreensão do tema, ainda que, obviamente, sejam prevalentes em quantidade as pesquisas sobre as metrópoles.

Foram exatamente essas evidências e inquietações que reuniram, no final de 2008, um conjunto de estudiosos de diferentes universidades baianas, bem como de uma instituição associada ao planejamento estatal, no sentido de estabelecer um espaço-tempo de diálogos sobre a temática. Naquele contexto, pensava-se exclusivamente na efetivação de um pequeno encontro entre professores, estudantes e pesquisadores dos seus respectivos grupos. Essa intenção convergiu para a realização do I Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia, que ocorreu em novembro de 2009, em Salvador, na UFBA, com o tema “Produção e usos do espaço em pequenas e médias cidades da Bahia: teorias, metodologias e experiências”. Além de adquirir uma dimensão acima da esperada – o que desnudou a carência de reflexões sobre o tema, especialmente no âmbito desse estado –, a partir dele ocorreram vários debates e trocas de experiências que aproximaram esses estudiosos. Sobretudo, como resultado desse simpósio, garantiu-se a produção de um material teórico/metodológico relevante, publicado em forma

de livro (LOPES; HENRIQUE, 2010), que oportunizou a continuidade das investigações sobre as mudanças na urbanização baiana e suas repercussões nas cidades médias e pequenas, bem como estimulou a reflexão sobre as novas formas de articulações entre tais espaços.

Ademais, a realização do referido evento consolidou o início de uma parceria profícua entre os grupos de pesquisa Urbanização e Produção de Cidades na Bahia, vinculado ao Departamento e Pós-Graduação (*lato sensu*) em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Cidade, Território e Planejamento (CiTePlan), ligado ao Departamento e Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Recôncavo: Território, Cultura, Memória e Ambiente, integrante do Departamento de Ciências Humanas e do Mestrado Multidisciplinar em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional da Universidade do Estado da Bahia (Uneb)/*Campus V*, e a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão associado ao governo do estado.

Um dos mais relevantes resultados dessa parceria foi a constituição de uma meta comum: reunir pesquisadores, com cosmovisões, de certo modo, distintas, num projeto coletivo. Objetivou-se encontrar um caminho consistente para desvendar as dinâmicas em curso nas pequenas e médias cidades baianas e, concomitantemente, construir um arcabouço teórico e metodológico capaz de explicar tais transformações. Essa proposta, todavia, considera as identidades de cada um desses estudiosos e, conseqüentemente, de seus respectivos grupos de pesquisa. Com isso, põe-se no centro da reflexão a ideia de que a construção do conhecimento perpassa, em primeiro lugar, pelo respeito às opções teórico-metodológicas de cada cientista e, em segundo, pelo entendimento de que o recurso da crítica é um dos pilares que edificam o saber acadêmico. No entanto, avalia-se que esse recurso heurístico, em hipótese alguma, se realiza num sentido único, pois afirmar isso seria negar o próprio movimento de construção da ciência e, conseqüentemente, da relevância histórica dos diálogos e dos debates para a reelaboração do próprio conhecimento.

A demanda pelos resultados desse evento e as reflexões a ele associadas, que sinalizaram a importância do esforço coletivo empreendido pelos estudiosos envolvidos nesse processo, igualmente convergiram para a possibilidade da constituição de uma rede de pesquisadores. Essa situação, por um lado, resultou numa miríade de questionamentos iniciais, que estiveram presentes e nortearam parte das reuniões empreendidas por esse grupo. Ela mostrava que, naquele contexto, havia mais dúvidas que respostas – a exemplo da dificuldade de definição a respeito do que se consiste numa cidade pequena ou média; a constituição de um recorte metodológico que permitisse envolver e respeitar as particularidades dos grupos e instituições envolvidos; e a escolha de um caminho temático para começar os trabalhos. Por outro lado, tudo isso comprovou a necessidade de continuar a busca por novas análises e, conseqüentemente, convergir para a tentativa de alguma explicação ou, ao menos, algum nível mais aprofundado de compreensão sobre tais dilemas. Foram exatamente esses diálogos tão salutares que fizeram germinar a ideia de realização de um segundo evento sobre essa mesma temática.

Assim, o II Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia tornou-se um momento especial para a retomada dos apontamentos e das indagações deixadas em abertos no encontro de 2009 e, do mesmo modo, para empreender um balanço do que foi produzido nesse interregno de tempo, no sentido de ampliar as discussões sobre o objeto em pauta. Realizado entre os meses de outubro e novembro de 2011, na cidade de Vitória da Conquista, no sudoeste baiano, na UESB, esse evento teve como tema central “Contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos”. Destaca-se, como seu resultado, a discussão sobre cinco aspectos assaz relevantes para a análise sobre esses espaços urbanos: as novas propostas de planejamento engendradas para esses espaços; os avanços alcançados nos debates teórico/metodológicos; as contradições que limitam uma apropriação mais coletiva nas áreas urbanas; os meios que reverberam leituras sobre as manifestações culturais cotidianas e suas implicações sociais e espaciais; e, especialmente, os entraves que inviabilizam os caminhos para a construção de um real direito à cidade para todos.

Além dessas questões, na ocasião do II Simpósio materializou-se a institucionalização do coletivo que passou a ser denominado como Rede de Pesquisas sobre Cidades Médias e Pequenas da Bahia (Rede CMP), composta pelos pesquisadores que inauguraram esse processo, acrescida por novos grupos vinculados a outras instituições, como A Dinâmica das Paisagens em Ambientes Costeiros, associado ao Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), e Geografia e Movimentos Sociais (Geomov), pertencente ao Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Ademais, novos pesquisadores, interessados na proposta da Rede CMP, inseriram-se nos grupos que dela fazem parte.

O caráter multidisciplinar e interinstitucional da Rede CMP, envolvendo diversos professores, pesquisadores e estudantes interessados nas temáticas urbana, regional, ambiental, social, demográfica, rural, cultural, política e econômica, possibilitou que um conjunto de metas fosse estabelecido para refletir sobre as cidades médias e pequenas baianas. Seus principais fundamentos estão relacionados, em primeira escala, à reunião de pesquisadores em torno de um objeto comum. Essa articulação permite, além do que já foi mencionado anteriormente, elaborar estudos prospectivos, assessorias e outros serviços na área de atuação dos seus integrantes para entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos; realizar encontros, cursos, oficinas e workshops com vistas a promover discussões ou capacitações no trato da temática; elaborar e organizar um banco de dados, bem como acervos cartográficos e fotográficos; e estimular a formação de recursos humanos, na graduação, na pós-graduação e nas instâncias governamentais, que se interessem pela produção, planejamento e gestão dessas áreas urbanas da Bahia. Numa segunda dimensão, a ideia é viabilizar o diálogo com as demais redes nacionais e internacionais de estudos e pesquisas sobre o tema referido.

Assim, após transcorrer esse percurso *ab ovo* sobre o grupo e a Rede CMP, destaca-se que a obra que o leitor tem em mãos é uma síntese das discussões que foram realizadas durante o II Simpósio, em particular daquilo que foi apresentado nas duas conferências e nas três mesas-redondas.

A publicação principia com o texto de Beatriz Maria Soares Pontes, que prioriza a discussão das alterações do capitalismo, no que tange às formas de produção e suas consequências na organização territorial do Nordeste, bem como nos papéis das cidades médias. Em *Contradições, Mudanças e Permanências nos Espaços Nordestinos*, referente à conferência de abertura, a autora investiga as dinâmicas social, econômica e da organização espacial ocorridas em Sobral, no Ceará; Mossoró, no Rio Grande do Norte; e em Campina Grande, na Paraíba. Ela volta sua atenção também à situação das pequenas cidades nesse mesmo contexto. A autora entende que essas vêm experimentando uma refuncionalização que, em determinadas circunstâncias, pode repercutir em diminuição de sua centralidade, enquanto noutras pode ocasionar sua especialização produtiva. Beatriz Pontes exemplifica esse processo com uma descrição e ponderações sobre o cotidiano das pequenas cidades do Seridó potiguar. Finaliza seu artigo pontuando os papéis do Estado, da iniciativa privada e da sociedade em geral nos problemas urbanos enfrentados por esses dois conjuntos de cidades.

Segue-se a parte intitulada *As Pequenas Cidades: um Desafio no Horizonte Teórico da Geografia Urbana*, cujo propósito é trazer à tona questões sobre uma categoria de cidades que, embora tenha elevada participação na rede urbana nordestina – o que em tese faria com que se constituísse num significativo objeto de estudo e de políticas públicas –, não tem tido a devida atenção dos governos e da academia. Três autores debruçam-se sobre essa temática.

Janio Roque Barros de Castro, em *As Megafestas Juninas no Espaço Público de Cachoeira, no Recôncavo Baiano: a Espetacularização Festiva na/da Pequena Cidade*, tanto analisa esse tradicional evento alçado, nos tempos mais recentes, à condição de megaevento, quanto empreende uma avaliação da sua dinâmica espacial. Por meio dessa discussão, o autor debate os fatores responsáveis pela reinvenção desse tipo de entretenimento no espaço urbano. Entre as ideias defendidas, destacam-se duas que podem suscitar novas pesquisas e discussões. Uma diz respeito ao fato de que algumas festas populares, resultantes de eventos históricos de diferentes origens, vêm sendo transformadas em espetáculo, um produto de mercado, subtraindo-lhe seu caráter mais essencial. A outra, consequência do seu estudo de caso, alude à sua afirmação de que cidades pequenas – em termos de dimensão espacial e tamanho demográfico – não são, necessariamente, cidades locais.

O segundo trabalho dessa parte também trata das cidades de Cachoeira e de Passau/Bavária (Alemanha), porém, com um enfoque bastante diverso do adotado no texto anterior. Wendel Henrique tem como intenção construir um pensamento sobre o que acontece com e nas pequenas cidades. Dessa maneira, visa compreender as particularidades e especificidades espaciais dessas e identificar seus conteúdos, dinâmicas e articulações regionais. Em *Do Rural ao Urbano: dos Arquétipos à Especialização em Cidades Pequenas*, o autor, após apresentar uma definição de cidade que se distingue daquela oficial, propõe uma discussão instigante sobre seus conteúdos, que, em sua visão, variam do arquétipo Urbano ao arquétipo Rural, entendendo que eles coexistem e se sobrepõem, apresentando, conforme o espaço, inten-sidades e combinações variadas. Detendo-se sobre as realidades estudadas, ele empreende

uma análise das transformações ocorridas nesses pequenos e tradicionais centros urbanos nos últimos anos. O autor demonstra, com isso, as diferentes possibilidades de combinações entre urbanidade e ruralidade. Além de importante discussão teórica, esse texto apresenta uma provocação: há na Geografia um método para estudar cidades pequenas que não recorra ao empirismo, tecnicismo ou mesmo que recaia em sua idealização?

A Análise da Pequena Cidade Sob o Ponto de Vista Político-Administrativo encerra essa seção. Escrito por Winston Kleiber de Almeida Bacelar, esse artigo corrobora as indagações acima: o pontual tratamento científico das pequenas cidades no âmbito da Geografia. No entanto, o autor centra sua discussão em torno de temas referentes à administração. Para isso, analisa as características da administração pública brasileira, realçando os efeitos nela produzidos pela descentralização promovida pela Constituição de 1988. Ele realiza, ainda, considerações sobre a relevância das transferências municipais para a vida econômica das cidades pequenas, observando que possuem, assim como aquelas de maior porte, papel nos processos de acumulação capitalista. Chama-se a atenção para uma de suas conclusões: as pequenas cidades potencializam um “Estado do Bem-estar Social”, via clientelismo e personalismo, na medida em que as relações entre a população e o poder público, a administração pública e seus agentes, se apresentam de forma mais direta do que em centros maiores.

Rediscutindo as Cidades Médias no/do Território Baiano é o tema da segunda parte deste livro. Esta se inicia com o texto *Fragmentação Municipal da Mesorregião do Extremo Oeste da Bahia e Expansão Urbana do Município de Barreiras*, de Liliane Matos Góes, Ednice de Oliveira Fontes e Heibe Santana da Silva. No artigo, analisa-se o processo de ocupação dessa região e a relevância das ações estatais para sua intensa (re)organização espacial. Os autores apresentam importante contribuição para o estudo dessa porção da Bahia ao revelarem que o número de municípios dessa região passou de oito para 23, entre 1911 e 2007. Vale realçar que a apresentação dessas transformações é feita com uso de uma série de cartogramas. Ao destacarem o papel de Barreiras no Oeste baiano, os autores observam tanto suas aceleradas dinâmicas de crescimento populacional e de urbanização, quanto os principais motivos e características desse crescimento, com relevo para questões referentes aos fluxos migratórios e a evolução da mancha urbana.

Segue-se o texto *Ações do Estado e o Papel das Cidades Médias Baianas nos Planos da Urbanização Capitalista*, de autoria de Janio Santos, cujo foco é investigar os motivos que, vinculados às alterações no conteúdo do urbano, fizeram com que as cidades médias se constituíssem enquanto tais. Sua originalidade está em pôr no centro do debate o poder público estatal e escrutinar algumas das suas ações, com base no caso da Bahia, sem perder de vista o papel de outros agentes, inclusive com o uso de uma sequência relevante de cartogramas. Há que se destacar a leitura crítica feita pelo autor sobre as mudanças na urbanização contemporânea e sua intenção em, ao problematizar o tema, suscitar a necessidade de pensar caminhos para a construção real e efetiva, para todos, do direito à cidade.

Finaliza essa parte da publicação o trabalho de Patricia Chame Dias e Francisco Baqueiro Vidal. Em *Cidades Médias Baianas: Dinâmicas, Tendências e Significados*, a preocupação é analisar os

níveis do crescimento demográfico e econômico das cidades médias da Bahia e suas possíveis repercussões na sua dinâmica socioeconômica. Para isso, os autores demonstram os critérios que serviram de base para identificar tais cidades e comparam os referidos crescimentos e tendências de participação no estado com os obtidos para Salvador e sua região metropolitana. Após uma avaliação comparativa de um grupo de indicadores, eles levantam elementos importantes para asseverar que, de forma geral, as tendências observadas para as cidades médias estão acima das registradas pela metrópole baiana. Todavia, para os autores, não há ainda como concluir, como alguns pesquisadores fizeram ao analisar a escala nacional, que as cidades médias estejam crescendo de forma mais expressiva que a metrópole. Além disso, os autores alinham argumentos que questionam as repercussões dessas dinâmicas na vida daqueles que lá residem.

Rede Urbana e Dinâmica Regional no Estado da Bahia: Novos Enfoques, tema da penúltima parte desta publicação, igualmente, conta com três trabalhos, sendo o primeiro deles *Barreiras e Luís Eduardo Magalhães: uma Aglomeração Urbana Embrionária no Oeste Baiano?*, escrito por Paulo Roberto Baqueiro Brandão. Empreendendo uma leitura de informações geográficas e históricas, o autor parte da concepção de que, em decorrência da expansão do agronegócio, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães tornaram-se os mais proeminentes centros urbanos da referida região. Avançando no entendimento de suas características e dinâmicas, ele reúne argumentos teóricos e empíricos para indicar que essas duas cidades tendem a formar um ente geográfico em escala urbano-regional, denominado aglomeração urbana. Nesse sentido, o autor demonstra a intensificação das relações e a existência de complementaridade de funções e da comutação diária entre esses dois núcleos e deles com os demais do Oeste baiano. Ele propõe, ainda, pontos importantes para a formação de uma futura (e, segundo o autor, necessária) agenda de pesquisas, que tenha como meta analisar as tendências por ele evidenciadas.

O segundo texto dessa seção, de autoria de Renato Leone Miranda Léda, foi nomeado *Centralidade Urbana, Configuração Regional e Nexos Entre Determinações Econômicas e Contingências Políticas* e tem como tese a ideia de que as redes urbanas e suas dinâmicas são uma expressão dos movimentos do capitalismo. Nesses termos, fazem parte da complexa e contraditória realidade social. O autor pauta-se num significativo referencial teórico e verifica a vinculação entre os elementos, processos e contradições inerentes à dinâmica das relações cidade-rede-região. Aprofundando uma discussão sobre as relações entre região, regionalização e política e do entendimento de região como arena política, ele encaminha uma interessante reflexão a respeito de propostas de criação de regiões metropolitanas, tendo por referência a situação de Vitória da Conquista.

Em sequência, está o trabalho de Onildo Araujo da Silva, cuja tônica foi apresentar a formação de uma rede urbana pautada na consolidação da cadeia produtiva da agave sisaleira. Em *Rede Urbana e Dinâmica Regional no Estado da Bahia: um Olhar Sobre o Território do Sisal*, avaliando um período que compreende o início do século XX até a presente data, o autor articula as fases de evolução desse cultivo à criação de novos municípios, bem como à ampliação dos níveis de urbanização. Igualmente, ele se preocupa em verificar as características atuais da

rede do referido território, realçando as articulações nela verificadas, sobretudo a urbano-rural. Destacam-se as questões pontuadas em relação às pequenas cidades, que podem servir de orientação a futuros trabalhos.

O texto referente à conferência de encerramento foi escrito por Nathan Belcavello de Oliveira e Marcel Claudio Sant'Ana, representantes do Ministério das Cidades, e compõe a última parte desta obra. Com o título *Cidades Médias e Pequenas e Desenvolvimento Urbano: Análise, Desafios e Perspectivas com Base nos Planos Diretores*, este trabalho tem a proposta de apresentar o debate acerca dos critérios que delimitam os conjuntos das cidades médias e pequenas para, em seguida, proceder a análise de planos diretores de 27 sedes municipais do país, consideradas pelos critérios adotados pelos autores como cidades médias. Centrando-se nessa segunda questão, os autores tecem comentários sobre o processo de construção desses planos, observando os distintos níveis de participação e controle social e as consequências no que tange à sua efetivação.

Não obstante a complexidade, atualidade e as diferentes abordagens, orientações teóricas e metodológicas apresentadas pelos autores que participam desta publicação – o que, por vezes, implicou resultados diferentes no que tange à definição das cidades médias ou na identificação dos papéis das cidades pequenas na rede urbana –, este livro reflete um esforço coletivo no intuito de avançar na reflexão e no debate sobre as médias e pequenas cidades. Entende-se, pois, que cumpriu sua proposta, qual seja, a de contribuir para a análise da sociedade e o mundo contemporâneos, por meio da reflexão sobre os pequenos e médios espaços urbanos, em especial os baianos. A leitura crítica destes textos permite, adicionalmente, levantar questões a respeito das transformações que vêm ocorrendo na urbanização, cujas repercussões tanto incidem nos âmbitos políticos, econômicos, sociais e culturais do espaço, quanto desses são produtos.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Maria de Azevedo. *A região de Irecê: elementos para uma avaliação das perspectivas e problemas de desenvolvimento*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1984.

_____. Itinerário do Recôncavo e Santo Amaro. In SAMPAIO, Maria (Org.). *Recôncavo: Santo Amaro*. Salvador: DESENBANCO, 1985, p. 6-12.

LOPES, Diva M. FERLIN; HENRIQUE, Wendel (Org). *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010. (Série estudos e pesquisas, 87).

SANTOS, Milton. A cidade de Jequié e sua região. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 71-112, 1957.

_____. *Ubaitaba: estudo de geografia urbana*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1954.

_____. Nazaré, um porto ferroviário do Recôncavo Baiano. In: ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS, 1957, São Paulo. *Anais...* São Paulo, v. 9, p. 305-320, 1957.

_____. *A região de Amargosa*. Salvador: Comissão de Planejamento Econômico, 1963.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

ABERTURA

SEF

94

Série Estudos e Pesquisas

CONTRADIÇÕES, MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NOS ESPAÇOS URBANOS NORDESTINOS

*Beatriz Maria Soares Pontes**

INTRODUÇÃO

Partindo da ideia de que, na perspectiva capitalista, os investimentos tendem a se concentrar em determinados pontos do espaço geográfico, compreende-se porque alguns núcleos nunca alcançam alguma expressão urbana e outros, após serem beneficiados por investimentos que permitem o alavancamento de suas economias, perdem, de um momento para o outro, esse fluxo de capitais e se defrontam com o desemprego e a pobreza que os levam a conhecer a estagnação e a decadência. No entanto, se alguns perdem nesse modelo de desenvolvimento, comandado pelos agentes do capitalismo, outros centros saem ganhando, em conformidade com a lógica reprodutiva do capital. São os espaços que, em determinados momentos, se mostram mais atraentes como objetos de investimento.

A organização espacial do Estado brasileiro, nos últimos 30 anos, em particular, do seu espaço urbano, é o reflexo de um modelo de desenvolvimento definido no âmbito do capital que, em função de sua melhor reprodução, privilegia determinados pontos do espaço geográfico como objetos de investimentos. Por sua vez, a alocação de recursos governamentais em lugares determinados, tem provocado, também, a concentração de população nesses locais, em virtude das oportunidades de emprego que surgem.

No setor primário da economia, verificou-se uma crise prolongada nas culturas tradicionais. Quando se pensa nos custos sociais que o êxodo rural acarretou, têm-se razões para crer que essa modernização no campo não foi o caminho para se encontrar o equilíbrio desejado que levasse à justiça social. Resta, portanto, com o esvaziamento do campo em várias áreas nacionais, o fortalecimento do terciário na economia do país.

Em suma, a leitura que se faz da produção do espaço urbano nordestino, no contexto de mudanças redefinidas pelas necessidades do capital, aponta para uma perspectiva concentradora de população, de recursos, mas também de problemas para os centros beneficiados pela política econômica, programas governamentais e empreendimentos privados (PONTES, 2005).

* Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP); mestre em Geografia pela Universidade de Paris I. Professora titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). beatrizmariasoaresh@ig.com.br

MUDANÇAS NO PROCESSO PRODUTIVO CAPITALISTA E SUAS REPERCUSSÕES NO ESPAÇO URBANO NORDESTINO

Na região Nordeste, observou-se uma estratégia urbana que visou o crescimento das atividades produtivas e a melhoria na infraestrutura funcional e no equipamento social das capitais dos estados e dos polos secundários regionais, bem como a dinamização dos núcleos urbanos regionais que exerceriam funções de polarização do desenvolvimento regional, mediante o apoio às atividades produtivas e aos investimentos em infraestrutura urbana e equipamentos sociais. A esses núcleos caberia importante função na contenção do processo migratório e no apoio às atividades agropecuárias e agroindustriais. Outra preocupação surgiu, igualmente, quanto ao papel econômico das cidades, conforme a situação geográfica na qual se encontravam.

Entretanto, é forçoso assinalar que, a partir da década de 1970, começaram a ocorrer substanciais mudanças no ritmo do modo de produção capitalista, verificando-se a passagem do sistema fordista para o regime de acumulação flexível. Ainda que essa transição não se consumasse, simultaneamente, em todo o território brasileiro, não é possível olvidar as transformações em curso. Assim sendo, tornou-se claro que o papel da rede urbana nordestina também passou por mudanças, acompanhando as transformações ocorrentes no processo produtivo. As cidades passaram a ter outras funções e novos papéis foram identificados no âmbito dessas alterações marcantes, constatadas na esfera da economia (PONTES, 2005).

A fim de que se possa compreender este conjunto de mudanças, faz-se mister refletir mais detidamente sobre a transição do fordismo para o regime de acumulação flexível e as consequências daí derivadas na rede urbana do país e, no caso presente, nos novos papéis das cidades de médio porte do Nordeste brasileiro.

Do paradigma tecnológico-produtivo fordista ao sistema de acumulação flexível

A utilização de energia barata, a organização taylorista do processo de trabalho e o consumo maciço constituíam a base funcional do modelo produtivo fordista que, em seus aspectos supraestatais, apoiava-se numa configuração keynesiana de Estado. O denominado *welfare state*, atuava como organizador e construtor do paradigma produtivo fordista, ao acumular numerosas funções produtivas diretas, generalização de infraestrutura, bem como manipulação dos recursos normativos e de política econômica que permitiram o funcionamento de mecanismos distributivos compatíveis com o modelo econômico fordista.

Sob esse tipo de organização política e econômica, a produção orientava-se para mercados maciços, com escassa diferenciação de modelos e produtos standardizados, de ciclo de vida prolongado. Deste modo, a oferta definia a demanda e suas variações positivas dependiam da ampliação da base de consumidores. O núcleo dinâmico desse regime de acumulação estava centrado no complexo metal/mecânico. Os mecanismos estruturais do modelo fordista – grandes estabelecimentos para aproveitar economias de escala, contiguidade espacial

dos processos produtivos, economias de aglomeração etc. – estavam na base explicativa das formas espaciais que produziu.

Com efeito, a consequência direta da concentração técnica da produção refletiu-se na forma de concentração espacial. Assim, pode-se dizer que o regime de acumulação fordista foi protagonista decisivo nos processos de metropolização. Sem dúvida, em sua fase final, produziu-se certa dispersão concentrada até a periferia, como uma alternativa para recompor – ao menos circunstancialmente – a taxa de lucro, aproveitando a formação de mercados cativos e as substanciais diferenças salariais nas regiões deprimidas dos países capitalistas centrais e nos países em desenvolvimento. Nestes, o capital punha-se a salvo das organizações sindicais maduras e poderosas dos centros industriais tradicionais.

O encarecimento de alguns fatores de produção essenciais (petróleo e mão de obra) e a incapacidade de o setor tecnológico fordista responder a essas mudanças, redundou numa crise profunda e prolongada da taxa de lucro no setor industrial e estabeleceu limitações ao modelo fordista para seguir reproduzindo-se. Os circuitos financeiros internacionais, por seu lado, viviam uma verdadeira hiperexpansão, sendo o setor de refúgio para o capital de origem industrial durante os anos setenta, nos países do norte e, nos anos oitenta, nos países do sul.

O conjunto de novas tecnologias que começaram a operar como fator de saída da crise não implicou na renovação ou transformação do fordismo, mas sinalizou o seu esgotamento e superação. Esta transformação tecnológica acarretou o surgimento de novos fatores-chave do modelo tecnológico-produtivo, a exemplo do complexo militar-aeroespacial ou o eletrônico (em especial a microeletrônica), assim visualizado por alguns autores.

Aparentemente, o fenômeno seria de maior complexidade, parecendo prudente adotar um fator mais envolvente, que estaria representado pela informação, o que implicaria em considerar, como eixo do processo, os setores da microeletrônica e as telecomunicações, novos núcleos dinâmicos do paradigma emergente. Este fenômeno acarretou transformações em todos os níveis, desde as modalidades do desenho dos produtos até as formas de organização do processo produtivo, passando pelo próprio conteúdo tecnológico dos novos produtos e de suas características. Deste ponto de vista, pode-se visualizar outro conceito-chave do novo paradigma, que poderia ser utilizado para denominá-lo: a flexibilidade. Entretanto, para alcançar toda a sua eficácia e eficiência, as novas tecnologias demandavam uma nova organização trabalhista e mudanças profundas nos hábitos e costumes, particularmente, de consumo. Este contexto requereu uma transformação substancial da concepção de Estado, dos seus papéis e de sua relação com a sociedade.

Assim, a condição de flexibilidade expressa-se, não só no tocante aos bens de capital, aos produtos e às formas de produção e desenho em si, mas também se estende aos volumes a produzir, às relações e conexões interpessoais, particularmente à formação de inserção e controle da força de trabalho nos processos produtivos.

Com efeito, se, por um lado, observou-se um número elevado de inovações em matéria de produtos, isto é, novos produtos, o grau de satisfação desses, bem como suas características e

possibilidades de diversificação produtiva, por outro lado, as mudanças a serem consideradas estavam muito mais centradas na forma do processo de produção do que do produto.

Quanto à formação da produção, pode-se destacar a utilização de equipamento flexível ou programável, capaz de cumprir diversas funções vinculadas não somente a distintos momentos do processo produtivo de um determinado bem, mas também à capacidade de adaptar-se a modificações de um produto ou servir para participar na produção de outro bem.

As transformações das relações intra e interfirmas constituíram outra das chaves das novas formas de produção. As possibilidades abertas pelo desenvolvimento das telecomunicações e o processamento veloz da informação, assim como o custo relativamente baixo desses serviços induziu à reorganização das relações intrafirmas, permitindo maior interconexão e integração dos distintos momentos do processo produtivo, conduzindo à integração sistêmica de funções e alterando seus padrões de configuração de plantas, papéis, tamanhos e localização.

No caso das relações interfirmas, também, as novas tecnologias permitiram o acesso a uma maior integração e interação, que entre outros fenômenos, e induziu à “desverticalização” da população. O paradigma de produção flexível pós-fordista ou neofordista implicou, portanto, na substituição das economias de escala pelas economias de “diversidade”, já que se estruturou em demandas segmentadas, de menor tamanho, com grande diferenciação de produtos e modelos, orientadas às pautas de consumo individualizadas e baseadas em bens de obsolescência relativamente rápida, tanto funcional como tecnológica.

Esta é a razão pela qual o tamanho da planta representativa do novo paradigma é, substancialmente, menor (se for medido quanto a pessoal ocupado), sem que ele implique, necessariamente, em menores níveis de inversão em capital fixo.

A reorganização do processo de trabalho, com base na incorporação de novos recursos tecnológicos determinou, também, a modificação do perfil do operário industrial, de seus papéis e de suas relações com o equipamento e com os demais operários. As novas tecnologias de produção motivaram a substituição da configuração taylorista de organização do trabalho, baseada na especialização do operário e em sua atividade predominantemente individual, bem como da estrutura disciplinar hierárquica. Já os sistemas de produção emergentes requeriam um tipo de inserção do operário no processo produtivo que tendia à sua plurifuncionalidade e capacidade de adaptação, assim como à constituição de grupos de trabalho semiautônomos. Estas mudanças significaram, por um lado, certo processo de desqualificação e perda de postos de trabalho em geral, mas, por outro lado, implicaram em certa recuperação da autonomia, iniciativa e capacidade de decisão e controle dos operários sobre o processo de trabalho.

Na esteira das transformações acima consignadas, verificou-se, nos países industrializados e, atualmente, nos países em desenvolvimento, diversos intentos de reformulação do Estado

baseados, fundamentalmente, na “degradação” da economia em geral, na privatização de algumas atividades produtivas que o Estado assumira durante o regime fordista, na adaptação do suporte legal que rege as relações sociais da produção, nos novos reclamos do capital (flexibilização do trabalho e minimização de conflitos) e no dismantelamento dos mecanismos que garantiam uma distribuição progressiva da receita. No que tange a este último aspecto, entende-se que, no discurso político, o que apareceu como demanda de desregulação, na realidade, traduziu-se em mudança na orientação e nos destinatários dos mecanismos regulatórios que tendiam a reproduzir a complexidade estrutural que o Estado apresentava em relação à construção do novo modelo econômico e social. Constatou-se, além disso, o desaparecimento dos instrumentos distributivos e assistenciais de desenvolvimento e de previdência social.

Desta forma, o modo de regulação corporificada pelo Estado do Bem-Estar, classicamente keynesiano e fordista, foi, paulatinamente, substituído pelo Estado neoliberal, adquirindo maior funcionalidade com as novas modalidades e necessidades estruturais da acumulação capitalista flexível. A expansão do poder dos grupos econômicos, dos grandes consórcios exportadores e dos credores externos e a malha de relações pluriescales que conseguiram viabilizar constituíram a contrapartida da declinação e/ou reorientação da capacidade regulatória do Estado Nacional.

Finalmente, a transformação da estrutura e dos papéis do Estado Nacional produziram significativos impactos territoriais. Assim sendo, as fronteiras dos Estados Nacionais tenderam a perder o significado, seja pela integração institucionalizada e mais ou menos voluntária ou por simples satelitização, de fato. Outra maneira de abordar este assunto é o fato de, atualmente, cada região, província, município e cidade tender a ser inserido, diretamente, na malha de relações multiescales que caracteriza o capitalismo atual que, para sua expansão, parece ter necessidade de vulnerabilizar, de maneira crescente, o caráter mediador da presença de Estados Nacionais intervencionistas e vigorosos (PONTES, 2005).

Reestruturação produtiva e organização territorial

As aludidas mudanças deram lugar ao surgimento de novas estratégias e estruturas territoriais, devido à natureza do regime de acumulação emergente, que supõe a superação da lógica locacional fordista, fortemente concentrada no espaço. As necessidades estruturais do fordismo terminal, as possibilidades de fragmentação do processo produtivo, pela introdução de novas tecnologias de produção, circulação e processamento da informação, assim como aspectos favoráveis à inserção do capital em áreas periféricas, seriam os elementos causais de certa tendência à dispersão geográfica dos meios de produção, seja ela visualizada em escala global ou nacional.

Tanto em escala nacional como global, o saldo do processo de reestruturação produtiva foi a desindustrialização (em termos relativos ou absolutos) das áreas industriais tradicionais e o surgimento ou revitalização de áreas de escasso desenvolvimento industrial fordista.

Obviamente, estas tendências estariam sinalizando processos incipientes, mas progressivos, de reorganização ou alteração do modelo territorial fordista, como resultado da redefinição da divisão regional do trabalho.

Grandes regiões industriais foram edificadas em torno de atividades industriais que, hoje, estão em acentuado declínio (siderurgia, metalurgia, metal mecânica, têxtil etc.), enquanto os setores emergentes (eletrônica, telecomunicações, novos materiais, química fina, biotecnologia etc.) não tinham maior significado ou compromisso com tais áreas.

Pelo exposto, observa-se que as mudanças na estrutura do território não se verificaram, apenas, nas áreas mais dinâmicas do país, tais como o Sul e o Sudeste, mas foram, também, identificadas em regiões menos desenvolvidas como é o caso do Nordeste brasileiro (PONTES, 2005).

CARACTERÍSTICAS DO ESPAÇO URBANO NORDESTINO ATUAL

O processo de integração da economia do Nordeste na economia nacional, especialmente depois da ação da Sudene, produziu um forte impacto na estrutura tradicional da rede urbana nordestina, ampliando as distorções e exigindo desta uma adequação para o cumprimento de novas funções.

Em virtude do padrão concentrador das atividades produtivas, em vigor, verificou-se a macrocefalia dos três sistemas urbanos regionais, Fortaleza, Recife e Salvador, traduzindo-se na extrema polarização das atividades econômicas urbanas pelas metrópoles.

O processo migratório, bem como as atividades industriais, contribuiu, por sua vez, para acelerar uma urbanização concentrada. A modernização do campo e as transformações na estrutura fundiária rural colaboraram para elevar, consideravelmente, o efetivo das populações metropolitanas.

De fato, com a reorientação da política industrial, especialmente depois da introdução dos incentivos fiscais sistema 34/18 e Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor), a concentração espacial foi enormemente favorecida. Esses mecanismos institucionais, criados para viabilizar a política industrial, atenderam, em primeiro lugar, aos anseios do capital e a industrialização teve como lócus preferido as regiões metropolitanas.

A despeito de as metrópoles nordestinas terem se constituído em principal lócus de atração do capital industrial, a base produtiva desses centros ainda detém uma forte participação do capital comercial e financeiro. Na verdade, as regiões metropolitanas do Nordeste são importantes espaços de circulação e realização de mercadorias produzidas em outras regiões, o que justifica a importância que assumem as atividades terciárias (comércio e serviços) na estrutura produtiva desses centros. Ao se constituírem em principais espaços de atração de capital e de força de trabalho, as metrópoles nordestinas tornaram-se, contraditoriamente, concentradoras de pobreza.

Na região Nordeste, onde a urbanização se deu não apenas em função do processo de crescimento industrial e da concomitante modernização da agricultura, mas, principalmente, à custa da expulsão da população camponesa em virtude da desarticulação das relações de produção, a quantidade de migrantes que chegou às metrópoles excedeu, de longe, a capacidade de absorção do setor industrial. A incapacidade de o setor moderno da economia nordestina incorporar parcelas cada vez maiores da força de trabalho superdimensionou o setor terciário, dando origem a novas formas de inserção da população urbana na divisão social do trabalho.

As atividades inerentes ao setor informal, por sua vez, estão presentes em parte significativa das atividades integrantes do setor terciário, agregando, de modo especial, as ocupações autônomas do comércio de mercadorias (vendedores ambulantes), os pequenos serviços de reparação e manutenção (biscates), os empregos domésticos remunerados, além das várias formas de subemprego e desemprego que incorporam trabalhadores ocasionais e/ou intermitentes. Dessa forma, diante de reduzida e concentrada base produtiva regional, delinea-se um frágil quadro ocupacional que, acrescido aos baixos níveis de renda, compromete seriamente as condições de vida da população.

Ao débil quadro do mercado de trabalho urbano acrescenta-se, por outro lado, a frágil ação do Estado quanto à criação e ao atendimento de equipamentos e serviços necessários à reprodução da força de trabalho. No entanto, a intervenção estatal, além de ter privilegiado a oferta daqueles serviços, mais diretamente ligados à acumulação de capital, tornou-se, também, bastante seletiva no que se refere à provisão dos bens de consumo coletivo, ficando os investimentos em infraestrutura e serviços urbanos marcadamente concentrados em áreas mais próximas ao centro da cidade e/ou bairros residenciais das classes mais abastadas.

Por tais razões, a população mais pobre passou a habitar em áreas cada vez mais longínquas em relação ao centro urbano ou em áreas mais acessíveis, porém com problemas de insalubridade ou dificuldades para a construção. Em consequência, grande parte da classe trabalhadora aloja-se em habitações precárias de mocambos ou favelas, sofrendo carências permanentes no acesso a serviços de transporte, saneamento, saúde, educação e outros equipamentos urbanos.

É importante lembrar que, a despeito de os efeitos da pobreza urbana tornarem-se mais visíveis no quadro urbano das metrópoles, ela representa uma característica de todo o panorama urbano regional. Assim, o atual sistema nordestino de cidades encontra-se compartimentado em três redes distintas, estruturadas nos centros metropolitanos macrorregionais: Recife, Salvador e Fortaleza. São esses centros, portanto, que, através de extensas áreas de influência, dividem entre si o comando político e econômico do espaço regional, estabelecendo os seus vínculos com o polo central da economia, localizado no Sudeste. Tal concentração, numa região onde prevalece uma fraca divisão territorial e social do trabalho, inibiu o desenvolvimento de todo o sistema urbano, dando lugar a uma rede de cidades truncadas, fracamente hierarquizada e pouco articulada.

Esse desequilíbrio urbano traduz-se, essencialmente, em:

- a. existência de três redes desarticuladas;
- b. reduzido número e/ou ausência de centros do escalão intermediário em determinados segmentos da rede urbana;
- c. fraca e/ou incompleta articulação funcional entre centros do mesmo porte e nível hierárquico, estabelecendo-se as ligações, preferencialmente, dos centros menores para os maiores; e
- d. crescente vinculação com o Sudeste que, atualmente, passa a se processar, também diretamente, através de capitais regionais (COELHO, 1939, p. 87).

Na verdade, os centros metropolitanos nordestinos polarizam e comandam três redes urbanas distintas. Enquanto a região de influência de Recife abrange os estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas, a de Salvador integra os estados da Bahia e Sergipe, estendendo-se a de Fortaleza pelos estados do Ceará, Maranhão e Piauí.

Dessa forma, é a polarização/concentração que passa a orientar a estruturação do conjunto do sistema urbano, porquanto é, ao mesmo tempo, a sua maior ou menor intensidade que define o papel e a importância de cada centro na hierarquia das cidades.

Assim é que, além de caracterizar as três metrópoles regionais, a concentração repete-se com menor intensidade em centros do segundo escalão da rede urbana, ou seja, centros submetropolitanos. Estes passam, frequentemente, a se processar diretamente dos centros sub-regionais e/ou dos centros de zona, para os centros submetropolitanos ou metropolitanos, quebrando, assim, a ordem hierárquica das ligações. Por outro lado, a fraca interação das capitais regionais entre si enfraquece as relações nos segmentos mais interiorizados da rede urbana, favorecendo, cada vez mais, a centralidade de seu escalão superior. Cabe ressaltar que, à medida que se desce no escalão da rede urbana, torna-se cada vez mais frágil o quadro ocupacional e mais baixos os níveis de renda da população.

Foi, no entanto, nas pequenas cidades (centros de zona e centros locais) que a polarização/concentração apresentou-se mais nociva, pois, praticamente, determinou a função que esses núcleos exercem dentro da estrutura do sistema urbano nordestino, isto é, a de servirem de escoadouro da produção agrícola. A economia desses centros urbanos, que representam mais de 90% das cidades nordestinas, além do comércio e serviços necessários ao atendimento da sua própria população, é constituída, basicamente, pelas atividades do tipo urbano, requeridas pela dinâmica de uma economia agrícola, ou seja, mercados periódicos (feiras), pequenos serviços necessários ao escoamento da produção agrícola e/ou beneficiamento industrial de produtos agrícolas.

Por outro lado, constituem ainda, estes pequenos centros, lugar de residência da força de trabalho agrícola, ou seja, pequenos proprietários, rendeiros, e de mão de obra assalariada flutuante, que se desloca de uma atividade para outra em função da sazonalidade das colheitas. O desequilíbrio estrutural, que marca o atual sistema urbano nordestino, deriva da forma pela

qual se organizou a base produtiva regional nas suas vinculações com a economia nacional e internacional (CORRÊA, 2006).

CIDADES MÉDIAS NORDESTINAS

No caso explícito do Nordeste, as cidades médias passaram por significativas reformulações nos seus papéis.

Em face das substanciais transformações ocorridas no modo de produção capitalista, tendo como consequência mudanças na estrutura territorial do país e, por conseguinte, da região Nordeste, resolveu-se adotar o critério econômico para a discussão das cidades médias nordestinas. Portanto, a cidade média seria um centro urbano com condições de atuar como suporte às atividades econômicas de sua hinterlândia, bem como, atualmente, ela pode manter relações com o mundo globalizado, constituindo com este uma nova rede geográfica superposta à que regularmente mantém com suas esferas de influência. Esta segunda rede, aqui assinalada, diz respeito ao sistema de relações realizadas no território com áreas rurais ou outras cidades próximas ou mais distantes, sobre as quais ela exerce uma condição de comando. Com as mudanças no modo de produção, passou-se a identificar, nas cidades médias, outros contextos relativos à divisão técnica e social do trabalho.

O estilo da expansão capitalista no Brasil levou, no curso das últimas décadas, a um processo de concentração de renda altamente exacerbado, seja pela modificação oligopolística, seja pela política de repressão salarial, dando margem a uma expansão dos serviços de consumo individual, que foram os que mais cresceram nos últimos tempos, e à manifestação de uma tendência: o aumento do número de trabalhadores por conta própria. Neste período, houve a criação de toda uma gama de serviços de consumo individual. Por outro lado, os serviços de consumo coletivo, saúde, educação, transportes públicos, tradicionalmente nas mãos do Estado, já eram, há muito, de produção nitidamente capitalista, isto é, as relações assalariadas já existiam há muito tempo. A reforma paulatina do Estado, no curso dos últimos anos, é outra face da eclosão do terciário. No entanto, a dificuldade cresce com o progresso da divisão social do trabalho. Assim sendo, a recuperação da própria noção da divisão social do trabalho torna-se possível com o abandono do naturalismo das distinções entre mercadorias e serviços.

No que concerne à divisão social do trabalho no terciário, um novo enfoque revela sua riqueza, abrindo espaço à saída da falsa pergunta sobre o tamanho do terciário, sua necessidade, sua improdutividade, sua inchação, sua proporcionalidade em relação aos outros setores e algumas outras questões ou formas de abordar o problema que expressam a incompreensão do que sejam os serviços no sistema capitalista de produção.

Além disso, a questão do terciário e suas relações com o processo de acumulação do capital deve ser pensada em condições históricas concretas. Portanto, o urbano é a soma das deter-

minações emanadas dos setores produtivos que, especialmente, representa, o lócus por excelência de uma divisão social do trabalho que mudou a situação dos proprietários, separou trabalhadores dos meios de produção, produziu uma mudança nos mercados de força de trabalho, em função de novas tecnologias e, nessa progressão, expandiu e redimensionou a divisão do trabalho nas esferas da circulação, distribuição e consumo.

No curso dos últimos anos, o espaço urbano nordestino, sobretudo as cidades médias, passou por transformações em face da implantação de novos serviços, principalmente os logísticos, de informação, de comunicação, de transportes, de educação e de turismo. Tais cidades apareceram, então, como alternativa de moradia, por oferecerem, ainda que em termos, melhores condições e qualidade de vida em relação às áreas metropolitanas. No transcorrer da década de 1980, essas cidades lograram maior expansão, gerando empregos, enquanto a recessão emergia nas áreas metropolitanas (PONTES, 2005).

Em face do contexto apresentado, em relação às cidades médias, sente-se, claramente, que tais aglomerações estão fadadas a novos papéis no âmbito da rede urbana nordestina, havendo, portanto, a necessidade de estudá-las com maior profundidade.

Sobral (CE): cidade média do sertão

A cidade de Sobral, no Ceará, tem, atualmente, a sua expressão evidenciada pelas indústrias procedentes do Sul do país, que nela se inseriram, além do setor terciário.

A análise da formação socioespacial da cidade de Sobral é essencial para o desvendamento do uso do seu território no período atual, possibilitando a discussão de alguns elementos que contribuíram para que a cidade pudesse ser entendida enquanto “média”. Sobral, hoje, com cerca de 150.000 habitantes, está localizada a 230 km de Fortaleza, capital do estado. Posicionou-se, ainda no século XVIII, como polo regional, exercendo sua influência sobre toda a zona norte do estado do Ceará, onde está situada e ampliando o seu comando sobre os estados vizinhos do Piauí e do Maranhão.

A origem de Sobral está ligada à fazenda Caiçara, às margens do rio Acaraú, criada no início do século XVIII. O núcleo inicial ficou conhecido com o mesmo nome da fazenda Caiçara, até 1773, período da criação da Vila Distinta e Real de Sobral, quando conquistou o direito de eleger seus representantes pelo voto, dado pelos grandes proprietários de terras locais. Quanto à hierarquia política, a vila de Sobral, assim como o Ceará, inicialmente, subordinou-se à província da Bahia e depois à província de Pernambuco, mantendo com elas relações comerciais constantes, o que ocasionou o nascimento de uma classe social um tanto quanto “elitizada”.

A atividade comercial, aos poucos, foi se firmando na vila de Sobral, assentada, sobretudo, no desenvolvimento da pecuária, tornando-se cidade pela Lei nº 299, de 12 de janeiro de 1841. Sobral exportava a carne de charque, diretamente para a Bahia, Pernambuco e Portugal, chegando a exercer influência, até mesmo, sobre Fortaleza. Outra atividade de relevância para o crescimento de Sobral foi o cultivo do algodão. Para a base alimentar local, destacou-se o

plantio do milho e do feijão. Um aspecto importante é que essas culturas não eram, necessariamente, extensivas, podendo ocupar pequenas e grandes propriedades.

Sobral, com uma situação geográfica favorável, por situar-se no contato entre três zonas geoambientais, serra, sertão e litoral, funcionava como passagem natural obrigatória para quem penetrasse para o oeste do Ceará. Por isso, consolidou-se como um polo regional importante para a economia do estado. Estava próxima dos portos de Camocim e Acaraú, para onde eram levados os produtos por ela coletados, como couro, sola e algodão para exportação. Por meio desses portos, importava produtos da Europa, como porcelanas e roupas para o comércio da região, tornando-se um centro distribuidor, até mesmo, de produtos importados.

Por outro lado, o crescente desenvolvimento da cultura do algodão acabou por proporcionar um rearranjo no território, com a chegada de um importante sistema de engenharia. O advento da ferrovia propiciou maior crescimento de alguns núcleos urbanos cearenses, como Fortaleza, Iguatu, Crato e Sobral.

Sobral, como muitas das cidades nordestinas, contou com dois fatores importantes que contribuíram para sua expansão urbana: o primeiro, a situação geográfica, como ponto de entroncamento viário, fazendo ligação entre a capital do Ceará e os estados do Piauí e do Maranhão, através de rodovia e ferrovia, contribuindo para o fortalecimento de sua atividade comercial e fazendo da cidade um centro distribuidor de produção para toda a sua área de influência (SILVA, 2000 apud HOLANDA, 2005, p. 10).

Sobral manteve sua expressão, mas, aos poucos, fragilizou-se com os efeitos da seca de 1877 e com o constante crescimento de Fortaleza, agora não mais com função meramente administrativa, mas comercial e de serviços.

Entretanto, Sobral procurou manter seu papel econômico assentado, sobretudo, na atividade algodoeira. Essa atividade contribuiu para a implantação de indústrias na cidade ligadas ao setor primário, como: indústria têxtil, de óleo vegetal, sabão, alimentos etc. As indústrias têxteis da cidade conheceram maior crescimento, pois, à medida que os preços do algodão caíram no mercado externo, dentro da conhecida “crise internacional do algodão”, assistiu-se à instalação de indústrias nas áreas produtoras e distribuidoras, como Sobral.

Sobral buscou, portanto, no espaço agrícola, a sustentação econômica com a cultura do algodão herbáceo e no extrativismo da oiticica, da castanha de caju e da cera de carnaúba. Com o advento do século XX, Sobral permaneceu como uma cidade importante para a economia do estado do Ceará, sendo o centro coletor de produtos agrícolas da região Norte do estado, e com forte influência na economia regional. Nos anos 50, do mesmo século, sua atividade comercial sofreu uma estagnação e a atividade industrial ficou lenta, em função dos reflexos da seca de 1958. A cidade buscou, então, por meio da prestação de serviços e do comércio mais diversificado, manter sua expressão em relação às cidades vizinhas, período

em que o governo brasileiro iniciou a denominada “modernização do país”, por meio das políticas regionais.

Deve-se salientar que, no período do Estado Militar, os núcleos urbanos que receberam mais incentivos e, conseqüentemente, atraíram mais indústrias na década de 1960 foram as cidades médias de Juazeiro do Norte, Crato (Sul do estado) e Sobral (Norte do estado). Assim, Sobral passou a desempenhar um novo papel juntamente com outras cidades médias do Nordeste, mediante uma ação política que visou à dinamização industrial de cidades longe dos grandes centros. “A política das cidades médias racionalizou, portanto, a necessidade de organização do espaço para o desenvolvimento industrial em suas estruturas dependentes” (ROCHFORD, 1998, p. 101).

No Ceará, o governo do estado criou, em 1962, a Companhia de Desenvolvimento do Ceará (Codec), que passou a atuar em três linhas, a saber: construção de infraestrutura, criação de zonas industriais e análise de oportunidades industriais. Agia, também, assessorando os empresários nas formas de obtenção de recursos financeiros e busca desses recursos junto aos órgãos competentes. Nessa ocasião, foram criados os primeiros distritos industriais no Ceará. A cidade de Sobral, nessa época, surgiu como centro urbano regional importante na perspectiva dos investimentos públicos e privados.

A opção do poder público por Sobral ocorreu devido aos seguintes fatores: contingente populacional; localização geográfica; ter um distrito industrial ligado à capital por meio de rodovias federais e estaduais; rede ferroviária para o transporte de carga e certa tradição industrial, fruto do período de desenvolvimento do setor têxtil erigido, ainda, no final do século XIX. Portanto, as indústrias implantadas em Sobral foram, sobretudo, do ramo de beneficiamento de produtos locais: castanha de caju, beneficiamento do leite e de fabricação de materiais de construção.

Ao redor dos anos de 1990, por iniciativa do poder público, Sobral logrou novos investimentos e novos consumidores. Para tanto, o poder público preocupou-se em dotar a cidade com modernos fixos, como: aterro sanitário, pontes, centro de convenções, ampliação e criação de novas avenidas e espaços de lazer. Buscou-se, também, implementar políticas que atraíssem investimentos diversificados, novos e modernos. Assim, assistiu-se ao crescimento dos serviços, sobretudo o de transporte de cargas, com destaque para as empresas Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A., Expresso Mercúrio S.A. e bancos privados, como Bradesco, Itaú, BBV, além de lojas de franquia, como de telefonia celular (Motorola, Nokia, entre outras), de vendas de moto Honda (Sobral Motos), de alimentos (Nutrinor), de perfumes (Contém 1g, Água de Cheiro, Boticário), de vendas de moda íntima (Duloren) e grifes da moda. Assim, as propostas e as políticas adotadas pelo governo do estado, aliadas à expansão do capital, proporcionaram o fortalecimento de Sobral, enquanto cidade média, percebendo-se novas tendências e contradições no que concerne aos indicadores demográficos, à urbanização, à industrialização, à oferta de serviços, às relações com os espaços mais longínquos, ao aumento dos problemas urbanos, entre outros (HOLANDA, 2005).

Expansão do espaço urbano de Mossoró (RN) por meio das atividades econômicas

No início da década de 1980, a consolidação da mecanização da atividade salineira, da agricultura irrigada e o advento do petróleo demarcaram o desenvolvimento na cidade de Mossoró. Por outro lado, os anos de 2000 a 2004 foram considerados períodos nos quais ocorreram mudanças significativas na cidade. Os processos sociais que formatam a cidade e dinamizam a sua sociedade foram marcados por uma reestruturação econômica com reflexos em todo o território municipal, principalmente no espaço urbano, onde essas economias fazem a sua produção ou o processo de gestão, transformação e escoamento dos seus produtos e serviços.

Analisou-se, no caso de Mossoró, o processo produtivo fundamentado em três atividades no espaço urbano – a salineira, a fruticultura irrigada e a petrolífera –, as quais assumiram o papel dirigente da economia, subordinando, criando e redefinindo outras atividades, mediante a ação de políticas públicas.

A economia salineira participa da vida socioeconômica da cidade de Mossoró com a geração de renda e emprego, quer seja no processo produtivo, onde os espaços são organizados – salinas e moageiras – quer, principalmente, no setor de serviços e comércio, em virtude do transporte de sal por caminhões. A princípio, as moageiras e os armazéns de sal estavam localizados no centro da cidade, onde se verificava um grande movimento de pessoas e mercadorias. Hoje, apenas uma grande empresa de moagem e refino encontra-se nas proximidades do centro. A primeira mudança de localização dos armazéns e das moageiras efetivou-se na BR-110 (liga o Município de Mossoró a Areia Branca). Ao longo dessa rodovia, havia muitos armazéns de sal, já que o acesso a outro grande município produtor, Areia Branca, era feito por essa via. Contudo, com o passar dos anos, essa rodovia não mais foi atrativa para a permanência dos empresários salineiros. Por outro lado, da parte do governo municipal, houve incentivos para que as empresas salineiras, moageiras e refinarias fossem localizadas em outra rodovia, a BR-304, no seu trecho localizado no perímetro urbano de Mossoró.

Os incentivos e facilidades logísticas, localizadas na BR-304, motivaram a mudança de muitos armazéns para essa rodovia, onde se concentram os serviços de apoio a caminhoneiros e o acesso ao estado do Ceará. Mossoró é o maior distribuidor de sal do país. É comum a grande quantidade de caminhões provenientes de Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e outros estados estacionarem nos postos de combustíveis que estão na BR-304. Esses caminhoneiros adquirem o sal para revender ao longo do seu retorno, já que é um produto de fácil comercialização, ou para o atendimento de encomendas de indústrias.

Portanto, é uma atividade que dinamiza não somente a economia, mas a vida urbana. A circulação intensa de carretas, na cidade, exige infraestrutura para apoiar a dinamicidade dessa atividade. Na BR-304, em Mossoró, o comércio é intenso, aí se localizando vários escritórios de revenda, que utilizam telefone, fax e outros meios de comunicação para a negociação do sal. Torna-se frequente o encontro de placas afixadas nos postos de combustíveis e armazéns

ao longo da BR, com a frase “temos frete”, com o objetivo de anunciar a disponibilidade do sal para transporte a outras regiões do país. Nesses escritórios ou fora deles, na maior parte das vezes, estão os agenciadores, isto é, os que oferecem e negociam o sal. A rodovia em questão é, atualmente, ligada aos bairros de Mossoró, numa condição mista de acesso para as indústrias, moradias, comércio e serviços. A movimentação financeira, tendo em vista o pagamento de um grande contingente de empregados nos armazéns de sal e moageiras, dinamiza o comércio local.

Outra atividade promoveu o dinamismo da economia e do espaço mossoroense: a fruticultura irrigada. Desde a implantação, esta atividade acarretou, no município, um rápido processo de inserção de inovações tecnológicas, suportes fundamentais para a formação dos demais setores econômicos e da rápida urbanização da cidade. Foi, então, privilegiado o cultivo do melão “valenciano”, que passou a ser desenvolvido pela empresa Maisa, em Mossoró. Assim, os primeiros melões produzidos no Rio Grande do Norte, para fins de exportação, foram cultivados por essa empresa, que contou com a água existente na bacia potiguar, obtida numa profundidade média de 700 metros, para promover a irrigação da área. Tendo em vista o processo de exportação dessa fruta, a empresa resolveu implantar escritórios de representação no exterior. Os melões produzidos pela Maisa passaram, então, a ser comercializados na Europa, principalmente nos países nórdicos, e em toda a América.

Posteriormente, contou-se com a implantação de outra importante agroindústria, representada pela Fazenda “São João”. Todavia, até o ano de 2001, a Maisa consolidou-se como empresa âncora, entre as empresas locais, utilizando frutas tropicais como matéria-prima para a produção de semifaturados, como polpas de frutas, bem como exerceu ação intermediária de grande peso na compra de produção de terceiros para exportação. Cabe ressaltar, entretanto, que a empresa Maisa, apesar de ter logrado cerca de 40% da produção nacional de melões, chegando a representar 20% da fruticultura irrigada do país, fechou as suas portas em 2001 (TRIBUNA DO NORTE, 2003).

Na ocasião, foi criada a Potyfrutas, outra grande empresa ligada à fruticultura no estado, iniciativa de um grupo de engenheiros agrônomos, técnicos, proprietários de terras e alguns ex-funcionários da Maisa. O grupo em questão possui, atualmente, sete fazendas cuja safra, obtida entre 2002 e 2003, rendeu 500 mil caixas; entre 2003 e 2004, 720 mil caixas; e entre 2004 e 2005, foram previstas 1.100 milhão de caixas. A Potyfrutas, além da Nolem, é considerada, na atualidade, a substituta da Maisa no mercado externo.

Anualmente, é realizada na cidade a Exporfruit, uma feira que congrega produtores e fornecedores de insumos e implementos agrícolas ligados à fruticultura. A dimensão do evento coloca a Exporfruit em segundo lugar em feiras da fruticultura irrigada do Nordeste, sendo a primeira a realizada no estado do Rio Grande do Norte. As atividades frutícolas sugeriram o advento de novos serviços que emergiram em Mossoró, acarretando mudanças na sua estrutura urbana.

A partir de 1980, a cidade passou a sediar as instalações da Petrobras, como ponto de apoio ao desenvolvimento das atividades de exploração de petróleo e gás natural. Na época em que a empresa foi instalada em Mossoró, a cidade não oferecia nenhuma infraestrutura para o atendimento de uma empresa de grande porte, nem condições para receber um significativo número de funcionários. Para resolver, provisoriamente, tal situação, foram indicados imóveis distribuídos em diferentes áreas da cidade, principalmente no bairro Alto de São Manoel, além de algumas salas comerciais no centro. A empresa necessitava de construções ou áreas livres para erguer grandes galpões, oficinas e salas, espaços para manobras de grandes caminhões e máquinas. A área em apreço foi eleita, levando-se em consideração a proximidade das rodovias BR-304 e RN-117, que facultavam o acesso às áreas de produção sem passar pelo centro da cidade.

A expansão do espaço urbano de Mossoró, com o advento da Petrobras, não foi constatada apenas no bairro do Alto de São Manoel, sendo, igualmente, identificada em outras áreas da cidade. Anos depois, a empresa adquiriu uma área de 40 hectares nas proximidades da Comunidade de Bom Jesus, que seria transformada em bairro, denominado de “Alto do Sumaré”, área desabitada e distante do centro, portanto, fora do perímetro urbano da cidade, onde teve início a construção definitiva da sua sede em Mossoró. Contudo, com a aquisição da aludida gleba de terras, pela Petrobras, a Prefeitura Municipal determinou que a linha limite da área urbana avançasse para além da rodovia Wilson Rosado. Assim, toda a área que fazia parte da zona rural passou a inserir-se nos limites da área urbana da cidade. Após o espaço ser moldado pela Petrobras, observou-se a proliferação de novas residências e de novas construções, além de mudanças na infraestrutura urbana, tais como calçamento, vias de acesso, iluminação pública, escolas e centros de saúde.

Com a construção definitiva da sede própria da Petrobras, verificou-se a ocupação mais intensa dos recém-criados bairros “Bom Jesus”, “Alto do Sumaré” e “Planalto 13 de Maio”, que, desde então, apresentam um contingente populacional significativo. Além disso, toda a área localizada na vizinhança desses bairros tornou-se atrativa para a instalação de várias empresas, por conta da proximidade da Petrobras. Notou-se, também, que a presença dessa empresa constituiu-se em atrativo para outras empresas prestadoras de serviços do ramo petrolífero, em virtude da ampliação das atividades relativas à exploração do petróleo.

Acrescente-se às atividades até aqui identificadas o advento de pequenas, médias e grandes empresas envolvidas com a ampliação do processo de terciarização. Além disso, em face do número de funcionários requeridos para as atividades petrolíferas, registrou-se, em Mossoró, um número crescente de hotéis, pousadas e residências disponibilizadas para os funcionários da Petrobras. Por outro lado, o comércio mossoroense foi aquecido relevantemente pelas compras feitas pela Petrobras, principalmente ferragens, materiais hidráulicos, chapas de ferro, mangueiras etc. Todavia, essas compras nem sempre são realizadas no comércio local, seja porque os produtos não atendem às especificações nos quesitos de padrão e qualidade exigidos pela Petrobras, seja por serem encontrados em outras praças a preços mais acessíveis.

Convém ressaltar que as atividades de petróleo e gás criam uma cadeia de outros serviços, tais como alimentação, oficinas de manutenção, postos de abastecimento, telecomunicações, transportes e hospedagem. Assim, desde a sua implantação no estado do Rio Grande do Norte, a companhia investiu um montante considerável de recursos sob a forma de impostos, taxas, *royalties* pagos ao estado e aos municípios, indenizações aos proprietários de terras, compras de bens e serviços, investimentos, salários, entre outros.

Cumprir observar que os *royalties* pagos pela Petrobras, a que têm direito determinados municípios, são, por vezes, empregados na melhoria da infraestrutura urbana, principalmente em obras de saneamento básico e pavimentação. No caso de Mossoró, os recursos foram aplicados na edificação do teatro municipal da cidade. Finalmente, outro indicador da presença da Petrobras em Mossoró expressa-se pela implementação de agências bancárias que viabilizam a circulação financeira, no âmbito do município, ligada à aquisição de bens e serviços, além de pagamentos de taxas, impostos e *royalties*.

Pela análise até aqui realizada, constata-se que todas as transformações econômicas que a cidade vivenciou favorecem a migração de pessoas procedentes do interior em busca de melhores condições de vida. No entanto, isto nem sempre ocorre, pois a cidade não consegue absorver toda a mão de obra que para ela migra, geralmente oriunda do meio rural ou de pequenas cidades sobre as quais Mossoró exerce influência, resultando em um contingente considerável de desempregados ou subempregados (ROCHA, 2005).

Campina Grande: o pequeno comércio e a violência urbana

As sucessivas fases de crescimento econômico da cidade de Campina Grande (PB), ao longo de sua história, fizeram do seu espaço urbano um amplo e importante centro comercial no interior da região Nordeste do Brasil. A descentralização do capital comercial e a entrada de novos capitais nessa cidade tornaram o seu espaço urbano mais complexo, resultando no aparecimento de vários e modernos núcleos de atividades dispersos em diferentes pontos da cidade. O crescimento urbano e econômico dessa cidade, no contexto estadual e regional, suscitou um movimento compulsório em numerosas cidades paraibanas, reforçando o seu caráter centralizador na rede urbana interiorana estadual. A expansão do setor comercial, com a presença de redes de lojas, associada ao intenso processo de crescimento vertical, tem revelado a reconfiguração socioespacial urbana da cidade.

Nesse contexto das inovações ocorridas no espaço urbano e comercial campinense outras formas de comércio local, também cresceram num ritmo intenso, em função, sobretudo, da desigual estrutura socioeconômica vigente nos espaços residenciais e comerciais da cidade. Trata-se do conjunto de pequenas e numerosas atividades comerciais localizadas nos bairros populares e em ruas importantes da área central histórica do comércio da cidade, representado pelos camelôs, vendedores ambulantes, barraqueiros, donos de mercadinhos, bodegueiros, açougueiros, padeiros, pequenos lojistas etc. Além disso, os bairros do Catolé, Sandra Cavalcante, Itararé e Mirante são áreas que receberam, ultimamente, muitos investimentos em

infraestrutura urbana (construção de novas vias, abertura e calçamento de ruas, ampliação da rede de esgotos etc.). Essas obras imprimem, portanto, significativas transformações espaciais nos referidos bairros e na área central da cidade, ainda valorizada pelas elites locais, a exemplo da criação recente de algumas lojas de artigos finos e de luxo.

Não obstante o surgimento de novas formas de comércio na sua área central (centro urbano comercial), em vários pontos da cidade, nos bairros e em torno de importantes vias de acesso, começam a crescer e a ganhar importância numerosas atividades de grandes e pequenas empresas dos mais variados ramos, concentradas nestes novos espaços, especialmente do setor “informal” da economia urbana. A expansão dessas atividades na cidade, somada aos interesses dos empresários lojistas, que se sentiram prejudicados por elas, levou o poder público municipal local, no início do século XXI, a incluir este problema no projeto *Campina Decó* de revitalização da área central da cidade. Dentro desse projeto de revitalização urbana, foram criados novos espaços comerciais no centro da cidade, como as arcas (áreas do comércio ambulante) e o *shopping popular dos camelôs* (o *shopping* Centro Edson Diniz), para abrigar esses pequenos comerciantes. Esta iniciativa do governo municipal resultou em transformações significativas no espaço urbano do centro da cidade, que passou por reformas e mudanças.

Ainda para estimular essas atividades, o governo municipal implementou um programa de microcrédito, desenvolvido pela Agência Municipal de Desenvolvimento (AMDE), abrangendo as pequenas lojas, armazéns, mercadinhos, miniboxes, fábricas de confecções e calçados, salões de cabeleireiros, empreendimentos domésticos (casas que fornecem marmitas, que confeccionam doces, salgados e comidas típicas regionais, casas de consertos em geral etc.) e micronegócios. Todavia, se, por um lado, não se vê resistência da parte dos agentes do pequeno comércio popular frente à expansão das novas formas urbanas do comércio moderno, em função da própria necessidade que têm de adaptarem-se ao contexto atual, por outro, fica patente a permanência, no espaço da cidade, daqueles agentes, coexistindo com as formas comerciais do presente, sendo estas últimas cada vez mais hegemônicas e competitivas.

A sobrevivência de pequenas atividades econômicas periféricas – pequenos comércios locais –, nesse contexto, está, por conseguinte, ameaçada e destinada a se adaptar aos ditames de um mercado cada vez mais competitivo e excludente, que não considera as particularidades dos lugares com suas práticas socioespaciais preexistentes. É aí que reside o problema da sociabilidade, enquanto principal elo de integração e dispersão entre as clientelas e centrais de abastecimento (grandes e pequenos mercados). Assim, a competitividade e a violência fundem-se no mesmo contexto socioeconômico que predomina no meio geográfico atual. Nesse novo cenário, a competitividade torna-se mais complexa e dominante em todas as esferas sociais, sobretudo nas camadas excluídas.

Deste modo, outras questões emergem, tais como narcisismos, imediatismos, egoísmos, abandono da solidariedade, que fomentam a implantação de uma ética pragmática e individualista. Em tais circunstâncias, as instabilidades promovidas pelas inovações do mercado intensificam-se, gerando formas de insegurança e medo entre os agentes dos setores comerciais

menores, que não dispõem de recursos para se equipararem às demais formas comerciais da atualidade e nem às vantagens competitivas. O medo de perder o “pouco que têm” nos seus microespaços cidadãos é compartilhado ainda por outras populações que sofrem com a deterioração sociopolítica da cidade.

Os pequenos comerciantes sofrem diretamente os efeitos das ações rotineiras do crime e, ao mesmo tempo, da ação competitiva das grandes redes de comércio varejista (supermercados, mercadinhos) que se instalam nesses espaços residenciais da cidade, habitados, predominantemente, por populações de baixa renda. As ações dos contraventores têm sobressaltado os tradicionais comércios locais, constituídos de mercearias, pequenos açougues, padarias, farmácias etc. O medo vivenciado por esses agentes do pequeno comércio afetou as suas tradicionais relações comerciais com as populações vizinhas, e essa instabilidade tem contribuído para o fechamento de estabelecimentos nos bairros da cidade de Campina Grande.

Nas áreas residenciais, principalmente nos bairros mais pobres, onde há maior número de pequenas atividades comerciais, a adoção de instrumentos de segurança, como as grades de ferro, é uma nova necessidade entre os pequenos comerciantes que tentam sobreviver num espaço repleto de inseguranças e incertezas, pois os pequenos e constantes movimentos registrados nos estabelecimentos comerciais do lugar em que atuam são visados pelos agentes do crime periférico da cidade.

Nos bairros populares, essas atividades, ao suprirem de forma significativa e “solidária” grande parte das necessidades dos seus moradores, constituem-se em unidades abastecedoras de primeira instância. O papel das pequenas casas comerciais, na vida dos habitantes desses lugares, é estabelecer uma forma de sociabilidade e solidariedade típica dos bairros. Os pequenos comércios, localizados nesses espaços, representam formas espaciais que revelam e evidenciam algumas velhas e/ou novas práticas sociais das populações que neles habitam. Portanto, a adoção de grades e portões de ferro, na entrada ou sobre os balcões dos estabelecimentos em questão, implicou, diretamente, nas relações personalizadas com a clientela, pelas quais a figura do tradicional *balcão* intermediava e viabilizava as relações comerciais, típicas da grande maioria dos pequenos comércios de bairros.

Esses tratamentos cordiais, que eram amparados por este objeto – o balcão – foram condicionados e substituídos por novas formas de relações comerciais menos personalizadas. Constrói-se, assim, o espaço do cárcere e do medo, na medida em que se ampliam e aglutinam novos objetos. O pequeno comércio insere-se nesse novo contexto na condição de “[...] micro formas comerciais encarceradas” (DINIZ, 2007, p. 209). A adoção dessa nova forma de segurança tem se tornado contínua entre os pequenos comerciantes e, em alguns casos, entre os grandes comerciantes, proprietários de armazéns atacadistas, lojas de materiais de construção etc.

Para os pequenos comerciantes, essa modalidade de proteção representa, ainda, economia nos custos com segurança, pois, não tendo condições de investir num sistema de segurança moderno, optam pelas grades, as quais não exigem um investimento contínuo e elevado.

Quanto à segurança dos clientes, estes são apontados pelos próprios comerciantes como vítimas mais susceptíveis das ações criminosas, especialmente de roubos, pois, convivendo diretamente com as situações conflituosas do lugar e não dispondo de dispositivo que lhes possa assegurar proteção, tornam-se vítimas constantes dos contraventores.

A análise dos novos comportamentos das atividades dos pequenos comerciantes, fixados nos bairros populares da cidade de Campina Grande, sobretudo, no que se refere à adoção de grades de ferro nos seus estabelecimentos, evidencia que a violência e o medo fazem-se presentes de maneira evidente em ambos os lados das grades. O comerciante, com medo dos prejuízos financeiros, e o cliente, do lado de fora, com medo de ser surpreendido por algum assaltante. Dessa forma, observa-se que a aplicação de grades não eliminou o medo, mas o concretizou em formas que definem os novos espaços do medo na atualidade (DINIZ, 2010).

CIDADES PEQUENAS

As pequenas cidades no contexto nacional e global

A globalização, por meio dos investimentos capitalistas, criou e reestruturou inúmeras e complexas redes geográficas, entre elas a rede urbana. Nesse contexto, cada centro, por menor que seja, participa, ainda que não exclusivamente, de um ou mais circuitos espaciais de produção (SANTOS, 1988 apud CORRÊA, 2006), produzindo, distribuindo ou, apenas, consumindo bens, serviços e informações que, crescentemente, circulam por meio de corporações globais e da rede bancária articulada globalmente.

As pequenas cidades, numerosas que são, geram, em regra, expressiva densidade de centros que se situam a uma pequena distância média entre si, ainda que possa variar de acordo com a densidade demográfica da região em que se localizam. Nas regiões densamente povoadas, o número de centros é elevado e a distância média entre eles é pequena. Nas regiões escassamente povoadas, ao contrário, o número de centros diminui, aumentando a distância média entre eles (BERRY, 1967; CHRISTALLER, 1966; ULLMANN, 1959).

A elevada ocorrência de pequenos centros deriva, de um lado, de uma necessária economia de mercado, por mais insipiente que seja, geradora de trocas fundamentadas em uma mínima divisão territorial do trabalho. De outro, deriva de elevadas densidades demográficas associadas a uma estrutura agrária calcada no pequeno estabelecimento rural ou em *plantations* e caracterizadas pelo trabalho intensivo. Decorre, então, uma grande demanda de bens e serviços caracterizados por limitados alcances espaciais mínimo e máximo (CHRISTALLER, 1966), responsáveis pela relativa proliferação de inúmeros centros de mercado no espaço. Além disso, constata-se que a pequena mobilidade espacial da população, que implica na ampliação do número de pequenos centros de mercado, está associada aos transportes pré-mecânicos e mesmo ferroviários, sendo inexistentes ou pouco usuais o caminhão e o automóvel. A pequena mobilidade implica na ampliação do número de pequenos centros de

mercado. Ao que tudo indica, a refuncionalização das pequenas cidades realiza-se por meio de duas possibilidades: a primeira diz respeito à perda, relativa ou absoluta, de centralidade, acompanhada, em muitos casos, pelo desenvolvimento de novas funções não centrais e ligadas diretamente à produção no campo. Essa refuncionalização deriva de uma combinação de manifestações da globalização, em que alterações na circulação, em geral, e no processo produtivo da hinterlândia da pequena cidade desempenham papéis primordiais.

As alterações no processo produtivo no campo circunvizinho, que modificam a estrutura agrária, provocando a diminuição das densidades demográficas e da demanda de bens e serviços para a população, atuaram no sentido de reduzir as funções centrais, as atividades de beneficiamento de produtos rurais e o comércio atacadista de distribuição de inúmeros pequenos centros que perderam seus mercados. Portanto, verificou-se uma ampliação do alcance espacial mínimo, em muitos casos, atingindo a área de influência de outro centro próximo e com maiores possibilidades de ser menos impactado, negativamente, pelas transformações no campo. A ampliação da acessibilidade corrobora a perda da centralidade.

A força de inércia dos núcleos de povoamento, entretanto, é muito forte. A sobrevivência dos pequenos núcleos, em razão dos serviços que dispõem e da sociabilidade que viabilizam, é efetivada por meio de sua transformação funcional. A transformação em local de concentração de força de trabalho engajada no campo é uma possibilidade corrente.

A segunda possibilidade diz respeito à transformação do pequeno núcleo em razão do surgimento de novas atividades, induzidas de fora ou criadas internamente, que conferem uma especialização produtiva ao núcleo preexistente, inserindo-o, diferentemente, na rede urbana e nela introduzindo uma complexa divisão territorial do trabalho. Essas especializações produtivas criadas podem estar associadas às novas demandas da produção agrícola regional, referenciada a novos patamares tecnológicos e de renda, bem como a novos padrões socioculturais.

A distribuição espacial das atividades engendradas pela globalização obedecem, portanto, a uma combinação que envolve, de um lado, uma lógica própria às corporações, que não exclui a natureza da atividade a ser implantada, e, de outro, as possibilidades de cada lugar, que incluem as suas heranças e a ação empreendedora de grupos locais (CORRÊA, 2006).

Cotidiano das cidades pequenas do Seridó potiguar

No mundo atual, presencia-se o desenvolvimento de uma sociedade em que as relações sociais são permeadas pela produção e pelo consumo de mercadorias. Os espaços são construídos e reconstruídos à mercê da economia, das finanças e das inovações tecnológicas. Assim, as relações humanas são, cada vez mais, substituídas pelo impessoal, o distante, o efêmero e a técnica. A atuação dos diversos atores envolvidos na produção do espaço estrutura a cidade mediante a utilização de instrumentos capazes de inseri-la numa lógica de reprodução do capital, tendendo a reduzir diferenças e homogeneizar modos de viver, de lazer, de morar, buscando unificar a cultura.

Nesse contexto, pensa-se o sentido e o papel das pequenas cidades em um mundo mediado pelo que vem de fora, pelo que é moderno. Reconhece-se que, a despeito de integradas a uma totalidade, cada sociedade pode definir particularidades, na medida em que produz seu espaço, sua história, incutindo nesse espaço seus desejos, projetos e modo de vida. Nesse sentido, a categoria de lugar, enquanto espaço de reprodução das relações cotidianas, possibilita a compreensão da produção do espaço, não apenas materializado para reprodução do capital, mas reconhecendo que um processo de produção do espaço é, também, um processo de reprodução da vida humana (CARLOS, 1996).

Assim, visualiza-se a cidade como um espaço de múltiplas relações e dimensões sociais que se realizam no cotidiano, no plano do vivido e, por isso, envolve a cultura de uma dada sociedade, seu modo de vida e tradições. A cidade emerge como uma teia de símbolos e significados tecidos pela sociedade que, ao construir sua história, compõe a memória e a referência daqueles que fizeram daquele espaço o seu lugar. Para Carlos (1996), o lugar guarda em si, e não fora dele, o seu significado e as dimensões do movimento de vida, passível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos.

Aqui não se pretende um estudo a respeito da cultura de cada cidade, mas entendê-la como elemento de construção da identidade, refletida na fisionomia urbana, nos costumes e nas tradições, cujos elementos são produzidos e revelados no cotidiano. Dessa forma, o cotidiano deve ser compreendido no contexto social em que o espaço é produzido, envolvendo a totalidade que determina essa produção.

As particularidades construídas historicamente fazem parte da memória dos habitantes dessas pequenas cidades e, por isso, definem a identidade de cada lugar. Lugar que pode ser a rua, a casa, o bairro, a praça ou um monumento, desde que identifique aquele que ali viveu e produziu o espaço. São lugares em que a sociedade cria símbolos, valores e demais práticas sociais e, portanto, uma determinada cultura, que, por sua vez, passa a se constituir em patrimônio cultural de cada lugar. Assim, pode-se dizer que, não obstante as semelhanças nas suas formas e fisionomia urbana, cada cidade tem algo particular que a caracteriza e a identifica, porque é construída e reconstruída por atores, personagens e agentes sociais diferentes, em períodos também diferenciados. As formas construídas e ações realizadas na cotidianidade elucidam de que maneira seus moradores constroem e estabelecem seu modo de vida na cidade. São antigos prédios, sobrados, praças e avenidas, resultantes de processos que marcaram outros momentos de produção do espaço e que, atualmente, pela preservação das suas formas, retratam a história e a geografia da cidade. No entanto, transcendendo às formas espaciais, as pequenas cidades são caracterizadas pela vida calma e pacata, onde o cotidiano é marcado pelos acontecimentos mais corriqueiros, com quase ou nenhuma novidade.

Geralmente, pensa-se que o dia a dia na pequena cidade resume-se aos fatos mais rotineiros, como ir à escola, ao trabalho ou à rua. Trata-se, também, da conversa entre os vizinhos na calçada, no final da tarde, entre aposentados no banco da praça ou em qualquer outro local e o encontro entre os amigos na pracinha, no barzinho ou na lanchonete, principalmente,

nos finais de semana. É a cachacinha nos bares da periferia, o jogo de futebol com os amigos, o banho de açude no domingo. São essas relações que passam a constituir o cotidiano das pequenas cidades, atribuindo-lhes uma singularidade que as distingue das demais cidades de maior porte.

Todavia, alguns eventos e manifestações sociais podem dinamizar a vida rotineira nessas pequenas cidades e marcar o seu caráter de lugar. Pode-se observar que, entre esses, estão os religiosos, principalmente as festas dos padroeiros, festas juninas, cívicas, tais como emancipação política do município e as campanhas eleitorais. Os aludidos acontecimentos são elementos capazes de retirar essas cidades da rotina, mudando o cotidiano dos seus moradores.

Nesse sentido, as manifestações culturais e as tradições são produtos da sociedade que, construindo a sua cotidianidade, através do modo de viver, do trabalho, das festas e dos artesanatos, passam a compor o patrimônio cultural ou a marca da cidade. Como exemplos, podem-se evidenciar alguns elementos que se constituem no verdadeiro “cartão postal” de algumas dessas pequenas cidades, cuja importância extrapola os limites da própria região.

A Festa do Jegue, em Timbaúba dos Batistas, é um evento realizado há 20 anos, no mês de setembro e, ano a ano, vem logrando importância, não só pela capacidade de atrair um número cada vez maior de participantes ou pela valorização cultural, como também por contribuir de forma bastante significativa para a economia da cidade. É notável o processo de transformação espacial que ocorre na cidade nos dias que antecedem à festa. Diversas barracas de lanches, bebidas, brinquedos e outros artigos são instaladas nas proximidades do evento. As pessoas que trabalham nessas barracas veem, nesse evento, a possibilidade de complementação da renda familiar, por meio da comercialização dos seus produtos. O ponto alto da festa consiste na corrida dos jegues, sendo distribuídos prêmios para os donos dos que ganharem a competição.

Além da Festa do Jegue, outras atividades e eventos são identificados no âmbito das pequenas cidades do Seridó potiguar. Como exemplo, lembra-se Timbaúba dos Batistas, com seus bordados artesanais, Carnaúba dos Dantas, com a “Filarmônica”, o “Açude de Gargalheiras”, como o marco de Acari, os “Negros do Rosário”, em Jardim do Seridó e Parelhas e os “Cantadores de Viola”, em São João do Sabugi. As quadrilhas juninas também vêm ganhando espaço nessas pequenas cidades e vêm se difundindo mediante o surgimento de competições entre elas, que envolvem cidades de todas as mesorregiões do estado. Todavia, frente às inovações, a quadrilha junina sofreu modificações. A prova disso é que, diferente de outras épocas, em que tinha como característica o matuto, aquele que morava na roça, de chapéu de palha e vestido de chita, com o forró tocado pelo sanfoneiro, a quadrilha, atualmente, adquiriu outras características, adotando luxuosos figurinos, novos ritmos e coreografias. É um evento que vem se difundindo e ganhando outras dimensões, na medida em que quadrilhas das pequenas cidades passam a se apresentar e participar de competições, como O Forró Novos, em Currais Novos; o Mossoró Cidade Junina, em Mossoró; e os Festivais de Quadrilhas promovidos pelos Canais de TV, Cabugi e Ponta Negra, em Natal.

Outros eventos também se fazem presentes nas pequenas cidades. O Festival do Pescado, em Acari, é um exemplo de evento que vem logrando espaço nos últimos anos. Trata-se de uma atividade realizada há sete anos, contribuindo para divulgar a cidade, atraindo um grande número de pessoas. A festa, cujo objetivo é divulgar os produtos da terra (peixe e linguiça de camarão), também difunde a cidade, passando a fazer parte de noticiários nas redes nacionais de televisão. Em Carnaúba dos Dantas é realizada, na praça dos romeiros, há 25 anos, a apresentação do espetáculo ao vivo da Paixão e Morte de Cristo. Durante esse evento, que se realiza na Semana Santa, a cidade atrai uma enorme quantidade de romeiros.

A Festa dos Santos Padroeiros é uma tradição comum a todas essas cidades. Constitui um marco na cultura desses povos, na medida em que, a cada ano, se renova, não apenas por questão de tradição, mas pela magnitude econômica que alcança. Registra-se, nos meses que antecedem à festa, outra dinâmica na cidade, envolvendo o comércio, principalmente, de roupas e calçados, tendo em vista o costume do uso de roupas novas que ainda se preserva nessas pequenas cidades durante esse período. Os moradores procuram pintar as fachadas das suas casas e estabelecimentos comerciais, dando uma nova fisionomia à cidade. Nas ruas, onde a festa social acontece, são instalados parques de diversões, ternos esportivos, barracas de tiro ao alvo, de bijuterias e brinquedos, uma grande variedade de *trailers* e lanches, bares etc. Segundo os comerciantes, é uma época em que todos procuram abastecer suas lojas com produtos variados – tecidos, aviamentos para costuras, roupas e calçados –, tendo em vista a procura mais intensa por tais produtos. O período posterior é considerado por eles como “parado”, em que se passa a esperar, apenas, pelos pagamentos advindos das vendas a crediário. É grande o número de pessoas que participa das festas e que procede das cidades vizinhas, pela atração, não apenas da religiosidade, mas também pelo lado profano da festa, tais como bailes e *shows* que são realizados durante o período.

Portanto, é um momento que se firma como a identidade das pessoas que moram ou que moravam nessas cidades e que procuram voltar nos períodos dessas festividades. A cidade aparece como o lugar privilegiado da vida e de suas relações, o lugar do reencontro com os familiares e amigos, da confraternização, consolidando, assim, a individualidade como um dos elementos marcantes da pequena cidade.

Outro dado notável, e que comprova a importância econômica destes eventos, envolve a feira livre. Segundo um fiscal entrevistado sobre a permanência das feiras livres nas pequenas cidades, o mês que antecede a festa é o período em que, praticamente, dobra-se o número de barracas que vendem, principalmente, roupas e calçados. São feirantes de diversas cidades vizinhas que vendem, nesse período, uma maior quantidade mercadorias.

Observa-se que o calendário dessas festas percorre todo o ano, de modo que acontecem em períodos diferentes, dando oportunidade para a existência de maior intercâmbio com as cidades vizinhas.

Citam-se esses acontecimentos no intuito de evidenciar que a vida rotineira das pequenas cidades é dinamizada pelos fatos que ocorrem periodicamente e que contribuem para a preservação das tradições de cada cidade.

Nesse contexto, conclui-se que a cidade mostra-se como o lugar das construções, das casas, dos prédios, do econômico, mas também o lugar da vida e das relações entre pessoas, das emoções, em que tudo tem um significado, uma razão de ser, porque tem história, a qual se perpetua através da memória dos seus moradores, cuja própria história está ligada à cidade (MEDEIROS, 2005).

CIDADE, SOCIEDADE E VIOLÊNCIA

Nas seções precedentes foram discutidos contextos diferentes, observados nos diversos níveis de cidades do Nordeste brasileiro. A seguir, serão tratadas questões que se disseminaram no tecido urbano, ocorrendo, de forma geral, na maior parte das cidades, independentemente do seu porte.

O espaço urbano, incluindo o nordestino, é visto como a causa principal da eclosão da violência urbana. No cenário urbano, vários problemas emergem. Diante do acelerado processo de urbanização porque passou o Brasil, assistiu-se ao desencadear de um período, o qual trouxe consigo o chamado crescimento econômico. Foi o ideário de progresso de um país que, até então, encontrava-se em uma posição de desigualdade frente a outros países do mundo, no que dizia respeito, principalmente, ao setor da economia.

Com a atenção voltada ao desenvolvimento do setor industrial, o setor primário da economia nacional, baseado, fundamentalmente, na agricultura, passou a ter uma importância menos significativa. A concentração de terras nas mãos dos latifundiários, associada à mecanização do campo, que requeria uma mão de obra qualificada, culminou com a expulsão de parte da população camponesa que, impossibilitada de conviver nessa situação, encontrou, na cidade, a possibilidade de melhores condições de vida. As cidades, por sua vez, não dispunham de um suporte estrutural para atender o grande contingente populacional que migrava do campo, assim como não acompanhavam o crescimento acelerado da população.

As condições de vida foram cada vez mais se deteriorando, culminando no decréscimo do nível de qualidade de vida da população. A precariedade das condições básicas de vida, tais como moradia, alimentação, emprego, entre outros, emergiu e atingiu, sobremaneira, as classes menos privilegiadas da sociedade. O mercado de trabalho não conseguiu absorver toda a mão de obra disponível, excluindo parcela significativa da população. Esta, excluída, foi obrigada, por sua condição socioeconômica, a ocupar as áreas periféricas das cidades, conformando uma segregação espacial oriunda de uma gigantesca miséria social em decorrência da má distribuição de renda. A desigualdade social configurou-se no espaço urbano pela segregação socioespacial. Desse modo, a cidade espacializou-se, evidenciando os espaços apropriados pelas distintas classes sociais.

Acredita-se que o espaço destinado à classe menos favorecida economicamente tenha sido um ambiente propício à proliferação da violência, que surgiu em decorrência da falta de condições dignas de vida, tais como: o desemprego, o subemprego, a precariedade habitacional e alimentar e a ausência de infraestrutura social e de outros serviços básicos. Juntou-se a tudo isso o total desdém dos governantes, que não se interessaram em propor soluções para os problemas existentes, assim como a capacidade de ação reivindicatória pouco expressiva da maioria da população.

Por outro lado, a violência, por vezes, foi usada para protestar contra uma sociedade que rejeitou determinado grupo, não somente por razões socioeconômicas, mas também por questões de preconceito racial e sexual. Assim, a violência que se desenrola nas grandes cidades é fruto de uma desigualdade no âmbito da sociedade, na qual a classe desprivilegiada volta-se contra sua situação de inferioridade, contrastando com o progresso dos seus semelhantes, que têm acesso a vários privilégios.

Observa-se, portanto, que há certa dificuldade em desmembrar o fator socioeconômico da relação direta com esse tipo de violência, a urbana. Isso demonstra mais um componente relevante para o agravamento e instigamento da prática da violência. Em contrapartida, nota-se que, em cidades pequenas, a dinâmica da violência adquire expressões diferentes das que se processam nas grandes cidades, podendo-se, inclusive, atribuir esse fato às questões de relações sociais com “laços mais estreitos”, mediante os quais as pessoas têm um envolvimento interpessoal maior. Além de ser determinada por aspectos das esferas social e econômica, a violência pode envolver questões de ordem cultural, política, psicológica e moral. No entanto, o motivo pelo qual se denominou de urbana este tipo de violência está ligado ao fato de estar afeta ao convívio urbano. Os problemas que emergem na cidade atingem a população que nela se insere, acarretando consequências as mais diversas na sociedade, sendo a violência compreendida como uma reação frente a esses problemas.

O que se presencia, portanto, é uma preocupação cotidiana, especialmente das populações residentes nos núcleos urbanos, acuadas por sentimentos de medo e insegurança, provenientes da disseminação da violência. A ausência e/ou precariedade das condições econômicas e culturais, compatíveis com um padrão ético de relacionamento social, termina por interferir nas relações entre as pessoas. Assim, diante da fragmentação da sociedade, oriunda da existência de uma grande desigualdade entre as classes, vê-se a grande preocupação da classe abastada em se autosegregar. Ou seja, a vontade de ocupar espaços exclusivos, onde, de fato, possa ter a certeza de que estará “separada” das “classes inferiores” e em descompasso com seus padrões de vida, no intuito de buscar segurança. Isto é evidenciado na aquisição de modernos aparelhos de segurança, como também no desejo incessante de inserção em um grupo que possua os mesmos modos de vida que os seus ou que seja, pelo menos, compatível. Essa busca por espaços exclusivos e o desejo de não ter como vizinho alguém que possua um *status* inferior, acaba por “[...] ampliar as formas discriminatórias” (BAIERI, 2004, p. 26). Desse modo, as classes dominantes sentem sua propriedade e modo de vida ameaçados por aqueles que elas próprias espoliaram e marginalizaram.

O resultado do medo e da insegurança que acomete a população dos aglomerados urbanos ocasionou e ocasiona uma mudança na configuração da paisagem urbana. Assim, a estrutura arquitetônica da cidade é alterada. As pessoas constroem prisões para proteção e defesa da vida e de seu patrimônio. As residências transformam-se em verdadeiras “fortalezas”: muros altos, grades por todos os lados, cercas eletrificadas, cães de guarda e um arsenal de instrumentos eletrônicos que procuram, em conjunto, inibir a aproximação de desconhecidos. Não existe mais um vínculo de sociabilidade entre as pessoas que, com o sentimento de medo e de insegurança arraigados, se preparam para enfrentar a violência, controlando seus ritmos de vida, gerenciando, cautelosamente, seus horários de saída, entre outros, buscando não ser a próxima vítima da violência urbana.

À população mais empobrecida, moradora dos bairros periféricos e das favelas, por não ter acesso aos meios materiais de defesa, apenas resta, “[...] para proteger-se e defender-se, dar carta branca aos grupos organizados e quadrilhas vinculadas ao mundo da contravenção e do tráfico de drogas em troca de segurança e proteção” (BAIERL, 2004, p. 62). Tais estratégias de segurança, diferenciadas de acordo com o poder aquisitivo da população, representam os modos pelos quais ela encontrou o meio de se proteger contra a violência que faz parte de seu cotidiano, visto que “[...] a segurança pública não dá respostas efetivas e nem oferece garantias de proteção à vida e ao patrimônio” (BAIERL, 2004, p. 62).

Essa banalização da violência pode ser atribuída ao papel da mídia, pela forma como veicula e trata os fatos violentos. O poder de manipulação da mídia influencia, sobremaneira, o agente receptor da informação. Apesar de esse meio de comunicação ter o dever de transmitir fatos verídicos, não se pode descartar a hipótese de que os fatos possam ser retrabalhados, de tal modo que sejam transmitidas imagens remontadas e legendas falsas. São as distorções de imagens que, porventura, possam acontecer e, até mesmo, o modo como a notícia é relatada, que influenciarão no que será assimilado pelo receptor da informação (DONNICI, 1984).

Diante disso, não são as violências efetivas que contam, mas sim o que delas fica-se sabendo e imaginando. Assim, o que conta não é a realidade da vida, mas o que se fica sabendo e o que a mídia deixa ver (MICHAUD, 1989).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os graves problemas identificados no espaço urbano nordestino, entende-se que não se pode atribuir somente ao Estado e à iniciativa privada providências no âmbito econômico, social e político com o objetivo de atenuar ou buscar soluções para o equacionamento das contradições, mudanças e permanências comprovadas nas cidades nordestinas. Portanto, sem dúvida, o povo nordestino tem uma parcela grande de responsabilidade para

superar as dificuldades que o atormentam. Assim sendo, a participação política do povo torna-se imprescindível para dirimir as dificuldades do cenário urbano. Neste sentido, a política pressupõe o grau de compromisso dos cidadãos para com a sua coletividade e a ação consequente sobre as estruturas de desigualdades. A política depende, para sua concretização, de uma ação coletiva com vistas às transformações da sociedade. Política é também entendida no sentido de democratização ou soberania popular, cabendo às maiorias populares decidirem seu próprio destino, em contraposição ao segmento puro e simples das orientações preestabelecidas pelos governantes.

As diferentes abordagens, ou melhor, dizendo, as várias possibilidades de interpretação da realidade estão ligadas às correspondentes concepções de Estado, reproduzindo as ideologias subjacentes. Como a “Política”, a “Participação” tem, do mesmo modo, os componentes conceituais de manutenção e de transformação social, dependendo do instrumental teórico de análise adotado.

Aceita-se a tese de que, na realidade brasileira, as classes sociais existem em si, mas não para si. Uma maneira possível de se chegar a uma participação efetiva da maioria da população, no nível político, seria a participação em associações de classe, grupos profissionais, agrupamentos formais ou não, institucionalizados ou não, para, em outra fase, ser possível a participação crítica no processo social. Na medida em que o direito à participação tem que ser conquistado, deve ser precedido de um processo de mobilização, organização e conscientização, devido à alienação e ao anestesiamiento em que a população é mantida pelo próprio sistema.

A dimensão subjetiva que o conceito de alienação pode sugerir não significa a defesa de uma ação política individualista. A pauperização e a concentração de riquezas são dados objetivos de alienação e uma manifestação das relações sociais no modo de produção capitalista. Ora, os componentes concretos dessa realidade demonstram a carência das necessidades básicas, circunscrevendo a ação do trabalhador à luta pela subsistência, numa relação social de pertinência ao sistema. A população marginalizada tem que tomar consciência da contradição entre a sua realidade concreta e a realidade que a cerca e que escapa ao seu controle.

Em outras palavras, em função do maior ou menor grau de marginalização, o homem deve percorrer um caminho mais ou menos longo: conhecer a realidade que o cerca, com base nos interesses e necessidades sentidos, elaborando a consciência de classe dos grupos marginalizados, mediante a percepção das carências reais e concretas; conhecer seus direitos e obrigações, aprender a verbalizar, dialogar, trocar ideias, reunir-se, reivindicar, passar da “consciência mágica, para a consciência crítica”, enfim, aprender a aprender. Em síntese, trata-se de objetivar a participação pelo exercício da participação, já que o indivíduo só assimila, interpreta e, portanto, é capaz de exteriorizar, numa ação coletiva e transformadora, aquilo que ele conhece e vivencia (BIERRENBACH, 1981).

REFERÊNCIAS

- BAIERI, L. F. *Medo social: da violência visível ao invisível da violência*. São Paulo: Cortez, 2004.
- BERRY, B. J. L. *Geography of market centers and retail distribution*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, Inc., 1967.
- BIERRENBACH, M. I. R. S. *Política e planejamento social – Brasil: 1956/1978*. São Paulo: Cortez, 1981. p. 19-35.
- CARLOS, A. F. A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- COELHO, M. S. A. O sistema urbano nordestino: estruturação através do tempo. *Revista Geografia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 86-89, 1939.
- CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. In: _____. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 256-270.
- CHRISTALLER, W. *Central places in Southern Germany*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, Inc., 1966.
- DINIZ, L. S. *Sociabilidades e formas espaciais reconfiguradas: o pequeno comércio em contextos de violência e medo em bairros pobres de Campina Grande/PB*. Projeto de qualificação (Doutorado). 2010 – Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Geografia, Recife, 2010.
- _____. Sociabilidade entre grades: pequenos comércios e clientela nos bairros populares da cidade. In: SÁ, A. J. *Por uma Geografia sem cárceres públicos ou privados*. Recife: Editora Universitária, 2007. p. 203-212.
- DONNICI, V. *A criminalidade no Brasil: meio milênio de repressão*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.
- HOLANDA, V. C. C. Sobral/CE: de cidade do sertão a uma cidade média do Brasil. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CIDADES MÉDIAS: DINÂMICAS ECONÔMICAS E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, 1., 2005, Presidente Prudente, SP. *Anais eletrônicos...* Presidente Prudente, SP: UNESPE, 2005. Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais.
- MEDEIROS, M. S. S. O cotidiano construindo a identidade das pequenas cidades. In: _____. *A produção do espaço das pequenas cidades do Seridó Potiguar*. 2005. 161f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natal, 2005. p. 133-139.
- MICHAUD, Y. *A violência*. Tradução de L. Garcia. São Paulo: Ática, 1989.
- PONTES, B. M. S. As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CIDADES MÉDIAS: DINÂMICAS ECONÔMICAS E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, 1., 2005, Presidente Prudente, SP. *Anais eletrônicos...* Presidente Prudente, SP: UNESPE, 2005. Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais.
- ROCHA, A. P. B. Dinâmica econômica e expansão urbana – o caso de Mossoró – RN. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 9., 2005, Manaus. *Anais...* Manaus, 2005.
- ROCHFORD, M. *Redes e sistemas ensinando sobre o urbano e a região*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- TRIBUNA DO NORTE. Dados quantitativos da produção do melão na MAISA. Natal, 21 p. 9, dez. 2003.
- ULLMANN, E. A theory of location for cities. In: MAYER, H. M.; KOHN, C. F. (Org.). *Readings in urban geography*. Chicago: The University of Chicago Press, 1959.

PARTE I

**AS PEQUENAS CIDADES:
UM DESAFIO NO
HORIZONTE TEÓRICO
DA GEOGRAFIA URBANA**

SEF

94

Série Estudos e Pesquisas

AS MEGAFESTAS JUNINAS NO ESPAÇO PÚBLICO DE CACHOEIRA, NO RECÔNCAVO BAIANO: A ESPETACULARIZAÇÃO FESTIVA NA/DA PEQUENA CIDADE¹

Janio Roque Barros de Castro*

INTRODUÇÃO

Práticas como acender as fogueiras na frente das casas e o trânsito errante de festeiros de uma casa para outra, bebendo licor e saboreando iguarias, eram típicas do ciclo junino no passado, quando as festas de São João concentravam-se, sobretudo, nas unidades residenciais e no seu entorno. Com o passar do tempo, a promoção de festas juninas em praças públicas passou a ser vista como um bom negócio para dezenas de cidades no interior da Bahia. Uma dessas cidades é Cachoeira, no Recôncavo baiano, que, desde o início da década de 1970, promove grandes festas juninas em espaço público.

A cidade de Cachoeira é conhecida tanto pelo seu conjunto arquitetônico tombado como patrimônio histórico nacional quanto pela riqueza do seu patrimônio intangível, que expressam elementos da diversidade cultural brasileira recriados ao longo do tempo. No seu rico calendário festivo, destacam-se as festas religiosas do catolicismo oficial e popular, as manifestações de matriz afro-brasileiras, como os cultos candomblecistas, e aquelas que transitam entre as duas matrizes culturais. A cidade apresenta ainda festas importantes, como a de Nossa Senhora da Boa Morte, que atrai turistas internacionais e transita sincreticamente da matriz afro-brasileira para o catolicismo oficial e popular.

Cachoeira foi uma das pioneiras na promoção de festas juninas espetacularizadas no espaço urbano. Segundo matérias publicadas na revista *Viver Bahia* (BAHIA, 1975, 1976), a primeira experiência festiva dessa natureza ocorreu no ano de 1972, por iniciativa da Bahiatursa, em um período de recente tombamento da cidade como patrimônio nacional. Desde a primeira edição, a festa é realizada na Rua Virgílio Reis, que margeia o rio Paraguaçu, aproveitando todo o simbolismo cultural de uma feira livre que acontece na orla fluvial de Cachoeira, chamada de Feira do Porto, onde, no passado, comercializavam-se produtos juninos típicos. O auge da Feira do Porto como mercado periódico de espectro regional ocorreu no período da conexão multimodal do sistema de transportes de Cachoeira, quando havia uma intensa

* Doutor em Arquitetura e Urbanismo e mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), *Campus V*, e do Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento regional na referida instituição. janioroquec@yahoo.com.br

¹ Este artigo é parte de um livro publicado pela Editora da Universidade Federal da Bahia (Edufba), intitulado: *Da Casa à Praça Pública: a Espetacularização das Festas Juninas no Espaço Urbano*.

movimentação de transeuntes entre a estação, o ponto de ônibus e o então importante porto fluvial (atualmente desativado). Nos anos 1970, quando o rodoviarismo se consolida, as opções hidroviárias e ferroviárias são extintas, a festa junina, nas imediações do antigo porto, inicia o seu ciclo com concursos de quadrilhas, de barracas, samba de roda, trança-fita e outros folguedos populares. A Bahiatursa patrocinou e organizou a festa junina de Cachoeira, contribuindo de forma decisiva para a turistificação do evento. A partir de meados da década de 1970, essa autarquia, promotora do turismo na Bahia, começou, aos poucos, a passar a realização do evento para a prefeitura local.

Atualmente, os gestores públicos de Cachoeira procuram associar as potencialidades do patrimônio cultural material ao imaterial (festas populares, por exemplo), buscando consolidar a cidade como um centro regional com base nos atributos culturais (CASTRO, 2010). Diferentemente da centralidade regional determinada pela diversidade e complexidade na oferta de bens e serviços, a centralidade cultural, expressada na retórica oficial de documentos institucionais de Cachoeira, pode ser exercida por uma cidade considerada de pequeno porte. Mas o que seria uma pequena cidade? Apesar de reconhecer as suas limitações, ainda se adota o critério demográfico para determinar o que seria uma pequena cidade; no entanto, sabe-se que o nível de centralidade de uma unidade urbana não deve ser determinado apenas pelo seu quantitativo populacional. Nesse trabalho e em outros do mesmo autor, propõe-se considerar relevante a dimensão cultural na leitura da rede urbana brasileira. A questão cultural, nesse contexto, faz com que uma cidade de pequeno porte não seja classificada apenas como centro local.

As festas, que eram pensadas e organizadas nos meios populares, ocorriam em um calendário festivo preestabelecido, mas em uma atmosfera de experiência direta. O que se nota na atualidade é uma racionalização tanto da festa em espaço público quanto no privado. Um dos aspectos característicos de uma festa espetacularizada é, inicialmente, a dimensão espacial desses eventos e o seu raio de abrangência. A despeito de ocupar grandes áreas, a concentração de foliões formando uma grande massa festiva é outro aspecto das festas-espetáculo que as diferenciam de festas comunitárias em cidades baianas que promovem grandes eventos festivos do ciclo junino (CASTRO, 2009). No presente trabalho, analisa-se a promoção de megafestas juninas no espaço público da cidade histórica de Cachoeira, buscando-se compreender sua dinâmica e seus impactos.

DAS PEQUENAS FESTAS JUNINAS COMUNITÁRIAS ÀS GRANDES FESTAS ESPETACULARIZADAS NO ESPAÇO PÚBLICO

As festas populares constituem-se em uma importante manifestação cultural, que pode ter sua origem em um evento sagrado, social, econômico ou mesmo político do passado, e, constantemente, passam por processos de recriações e atualizações. Como destaca Claval (1999), a cultura, como herança transmitida, pode ter sua origem em um passado longínquo,

porém não se constitui em um sistema fechado, imutável de técnicas e comportamentos. Esta concepção de cultura como sistema aberto permite ao pesquisador compreender o dinamismo de algumas manifestações culturais que preservam alguns elementos importantes que representam a ponte entre o passado e o mito fundante e o presente. Para que ocorram as mudanças, transformações e reinvenções das práticas culturais, os contatos são fundamentais, como lembra Claval (1999). Nesse aspecto, notou-se uma intensificação das formas de informação e comunicação nas últimas décadas.

O viés mercadológico e espetacular de algumas festas do presente desvincula a relação entre o ato de festejar e a rememoração, o conhecimento histórico, um mito fundante ou mesmo uma prática de reatualização, como destacam autores como Eliade (1992) e Câmara Cascudo (1969). O enfoque lúdico-cultural, eivado de simbolismo, diferencia-se da prática festiva como entretenimento efêmero, assentado no lazer e na diversão, como ressaltou Arendt (2002), constituindo-se, fundamentalmente, uma prática presenteísta, que, em muitos aspectos, realça o passado como um pano de fundo ou na perspectiva da estetização do espaço festivo. Evidentemente, não se defende, neste trabalho, a manutenção de práticas festivas essencialistas, determinadas por uma suposta aura que as mantenham imutáveis ao longo do tempo; a sociedade é dinâmica, por isso o ato e os significados do festejar diferenciam-se ao longo do tempo. As reflexões sobre a diferença entre as festas de rememoração, com fortes vínculos com práticas do passado, e as festas de entretenimento, cuja finalidade é promover o lazer, a diversão ou determinada celebração do presente, têm o objetivo de apresentar uma contextualização de algumas facetas da prática festiva do povo brasileiro.

Uma análise comparativa entre a prática festiva de sociedades tribais, objeto de estudos clássicos de autores como Durkheim (1996) e Duvignaud (1983), e os sentidos do festejar das sociedades industriais e pós-industriais revela que existem diferenças importantes que estão assentadas em aspectos como racionalização, mercantilização, espetacularização e laicismo típicos da chamada sociedade moderna. Um exemplo desse processo são as festas juninas espetacularizadas no espaço urbano de cidades baianas, como Amargosa, Cachoeira, Cruz das Almas, Senhor do Bonfim, entre outras, que se transformaram em megaeventos urbanos de expressiva dimensão espacial. Um aspecto que caracteriza as grandes festas juninas da atualidade é a concentração de foliões e turistas em espaço público (praças, avenidas...) ou privado. Existe uma relação direta entre esses megaeventos e os processos de massificação, hegemonia e hipervisibilidade. As festas juninas com essa característica não são eventos que se constituem em práticas lúdicas ativas, pelo contrário, existe uma passividade do público que se desloca pelo espaço festivo de forma errante ou direcionada e interage com os grupos musicais que se apresentam no palco através da corporeidade, da dança, dos gestos. Entretanto, esse comportamento não é autônomo; é comandado por alguém que está no palco principal e centraliza a atenção e orienta os festeiros. Por isso, a concepção de espetáculo neste trabalho tem o sentido apontado por Debord (1997), que o relaciona à imagem, ao consumo (no caso das festas populares, o consumo no lugar e do lugar) e à passividade.

Outro aspecto diretamente relacionado às megafestas juninas na atualidade é a cooptação política desses eventos para a construção de uma suposta imagem-síntese da cidade do ponto de vista da ingerência das municipalidades. Na festa junina, nos moldes tradicionais, difusa, policentrada em unidades residenciais, predominantemente rural, não existia a preocupação de criar uma imagem-marca de um determinado lugar. A cooptação urbana seguida da concentração e espetacularização constituem-se em uma alavanca de projeção midiática deflagrada sazonalmente, mesmo em se tratando de pequenas cidades do interior da Bahia.

No atual contexto sociocultural, no qual se nota uma forte tendência de deslocamentos em grupos, as pessoas dirigem-se para as grandes festas na praça porque foram persuadidas por um conjunto de práticas e situações que determinam o fascínio imagético, alimentando, assim, o magnetismo desses eventos. A massa amorfa, constituída de milhares de pessoas concentradas em uma praça festiva que se espalha pelos espaços onde acontecem as festas juninas, é distribuída racionalmente pelo arranjo morfológico das edificações, que, em conjunto, formam o lugar festivo estruturador dos fluxos, a exemplo da Praça do Bosque no centro da cidade de Amargosa, ou do Parque do Povo de Campina Grande, na Paraíba, pontos nodais da espetacularização junina. Segundo Deleuze e Guattari (1997), quanto mais regular o entrecruzamento, mais cerrada é a estriagem e mais homogêneo é o espaço. São as linhas e traços retos, tanto no desenho das ruas como na forma dos palcos e cenários, que comprovam o nível de racionalização das festas juninas concentradas em espaço público. A racionalidade das formas rígidas e fixas (edificações como residências e casas comerciais) e das formas rígidas efêmeras (palco principal e secundário, camarotes, barracas padronizadas etc.) produz o desenho, a forma da festa, em um cenário de expressividade imagética e de traço estético, que, no seu conjunto, se repete em outras cidades.

Com base nas reflexões de Benjamin (1996) surge um questionamento: os participantes das megafestas juninas urbanas da contemporaneidade experienciam ou vivenciam o tempo/espaço festivo? Serpa (2007) destaca que a experiência está ligada à memória individual e coletiva, ao inconsciente, à tradição, enquanto a vivência está relacionada à existência privada, à solidão, à percepção consciente, ao choque. Partindo-se dessa leitura, pode-se afirmar que, para o folião junino, não é relevante conhecer de forma profunda o que, efetivamente, está comemorando nessa modalidade de evento festivo, por isso não se aplica o conceito de experiência. O viés religioso, mítico ou ritualístico das festas de São João do passado, conforme apontam as pesquisas de Câmara Cascudo (1969), indicava uma preocupação com as tradições e com a memória coletiva, ou seja, com elementos materiais ou imateriais eivados de simbolismos, que apresentavam conteúdo, densidade e durabilidade. Já nos grandes eventos, esses elementos compõem a configuração estética cujo objetivo principal é fazer uma conexão transtemporal entre a promoção festiva do presente e as práticas festivas do passado. Nesses eventos festivos, o espaço-tempo do entretenimento de milhares de pessoas é uma oportunidade para os gestores públicos promoverem a imagem da cidade, que pode transformar-se em um bom negócio para determinados segmentos privados.

FESTAS JUNINAS URBANAS NO/DO ESPAÇO PÚBLICO NA ATUALIDADE: DESENHO E DINÂMICA

Tornou-se lugar comum afirmar-se que as festas populares da atualidade estão cada vez mais racionalizadas pelos gestores públicos ou mercantilizadas pela sanha lucrativa de comerciantes e empresários que enxergam, nesses eventos, a oportunidade de ampliação de negócios. No presente trabalho, evita-se recorrer a aceções maniqueístas acerca de uma suposta perda de espontaneidade das práticas festivas da contemporaneidade, como também não se omite o viés mercadológico na invenção de tradições ou na retradiciona-
lização de determinadas manifestações festivas. Opta-se por buscar, na dinâmica espacial das festas juninas, os múltiplos fatores que determinam a reinvenção do entretenimento festivo no espaço urbano.

Nas festas juninas espetacularizadas, a massa festiva concentra-se em uma determinada praça, como ocorre em Amargosa e Cruz das Almas, ou estende-se, de forma alongada, acompanhando a regularidade das edificações, como ocorre em Cachoeira. Isso acontece porque, nas festas da atualidade, prioriza-se a fixidez em vez do deslocamento ou, como salientam Deleuze e Guattari (1997), no seu tratado de nomadologia, para o homem sedentário, o ponto é mais importante que o trajeto, enquanto, para o nômade, é o contrário. No caso específico desse tipo de festa junina em espaço público, o deslocamento, a circularidade festiva interregional, interurbana ou mesmo intraurbana é importante e expressiva, entretanto a natureza dos fluxos e o desenho dos itinerários são determinados pelo macroponto: a praça festiva. Depreende-se, portanto, que, não obstante a intensa mobilidade, na dimensão da escala regional, pode-se considerar o turista de eventos do período junino como um antierrante.

As festas populares, que eram pensadas e organizadas nos meios populares, ocorriam em um calendário festivo preestabelecido, mas em uma atmosfera de experiência direta. O que se nota na atualidade é uma racionalização tanto da festa em espaço público quanto no privado. Como lembra Arendt (2000), a sociedade exclui a possibilidade de ação e a substitui por certo tipo de comportamento guiado por regras, o que compromete a perspectiva autonomista dos grupos sociais na construção dos seus projetos. Ou seja, para essa autora, o comportamento passivo, meramente contemplativo, é um contraponto ao sujeito da ação. Nesse contexto macro, como o dinamismo das festas juninas insere-se na área urbana?

Uma das marcas do urbanismo modernista foi o zoneamento urbano aplicado, sobretudo, a grandes cidades, no qual se buscava racionalizar o uso dos espaços, dotando-os de funcionalidades específicas. Evidentemente, além da materialidade representada pelas edificações e pelo traçado das vias públicas para os trajetos funcionais do cotidiano, existem as múltiplas formas de apropriação e uso desses espaços edificados ou livres de edificações. Esse espaço concebido é também o espaço vivido, apropriado e relacionado a uma miríade de significados. A título de uma exemplificação concreta relacionada às festas populares, pode-se afirmar que há uma tendência à racionalização dos espaços festivos, de lazer e de

trabalho que tende a fragmentar as práticas cotidianas. A noção de usuário está diretamente relacionada ao consumo, enquanto a de “usador” estaria relacionada à apropriação e às perspectivas lúdicas.

As pessoas não utilizam os espaços públicos urbanos apenas para cumprir atividades burocráticas ou exclusivamente para consumir produtos. Entretanto, como lembra Lefebvre (1991a, 1991b), no mundo moderno, cada vez mais, dissocia-se cartesianamente o cotidiano das formas de lazer, o repouso opõe-se ao trabalho, assim como a cotidianidade opõe-se às férias, em um “cartesianismo” espaço-temporal. Um desafio colocado por esse autor é a ruptura revolucionária com o cotidiano, que anularia dicotomizações impositivas. No caso específico das festas populares, esse hiato entre festas e cotidianidade deve ser relativizado, na medida em que o que é o espaço-tempo da festa para uns pode ser o espaço-tempo do trabalho para outros. A deflagração de eventos festivos em um determinado local pode causar tensão conflitiva entre o tempo/lugar festivo e o tempo/lugar da funcionalidade cotidiana.

A proliferação de festas em arenas privadas, separadas do cotidiano urbano, tanto do ponto de vista temporal, calendários turisticamente inventados, quanto espacial, assim como a promoção de megafestas no espaço público, provocam impactos no entorno não festivo. Isto ocorre porque a festa amplia-se muito além do seu espaço topológico de deflagração, expandindo-se através de elementos intangíveis, como a sonoridade excessiva ou mesmo por meio de processos visíveis, ligados à extrapolação da capacidade de carga do entorno festivo, motivada por engarrafamentos ou mesmo pela sobrecarga do sistema elétrico. Esses problemas comprovam que o entretenimento festivo de uns pode implicar problemas para outros, na medida em que a cotidianidade funcional intrarresidencial (trabalhar no computador, assistir a TV ou, simplesmente, dormir) ou extrarresidencial, como circular ou trabalhar, pode ser comprometida.

Em Cachoeira, a Feira do Porto acontece em uma rua alongada, bordejando o rio Paraguaçu, com três praças contíguas que se constituem em espaços festivos complementares. A praça, com toda a sua simbologia, talvez seja o lugar da cidade que marca a ressignificação cultural das festas juninas que tinham como espaço estruturante e protagonista a unidade residencial e seu entorno. Segundo Lamas (2000, p. 102), “A praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas”.

Na concepção de Lamas (2000), a praça é um elemento morfológico das cidades ocidentais e pressupõe a vontade e o desenho de uma forma e de um programa, constituindo-se em espaço de convivência projetado intencionalmente, enquanto os largos seriam espaços não traçados intencionalmente, mas que surgem ocasionalmente na desembocadura de determinadas vias de circulação ou confluência de traçados.

No estado da Bahia, a expressão “festas de largo” aplica-se a grandes eventos festivos abertos que acontecem no espaço público, atraindo milhares de pessoas que apreciam a *axé music*, o samba de roda, o pagode, entre outras modalidades musicais. A palavra “largo”, está relacionada ao espaço público e pode ser uma rua, um espaço traçado não intencionalmente, na acepção de Lamas (2000) ou mesmo uma praça. Muitas festas de largo de Salvador constituem-se em extensões profanas de festividades religiosas tradicionais e passaram a apresentar feições espetaculares. Segundo o professor Serra (1999), uma festa de largo compreende sempre um rito ou um conjunto de ritos sacros cujo foco espacial é o templo. No entanto, esse autor destaca que, além das cerimônias sagradas centradas no templo, ocorrem apresentações de folguedos populares nas imediações da edificação religiosa, geralmente num largo, como indica a denominação. Complementa Serra (1999) que a periferia do templo é o espaço dos folguedos e do comércio associado ao evento e de um conjunto de equipamentos e signos festivos (enfeites, bandeirolas, gambiarras).

Muitos críticos das festas juninas concentradas da atualidade afirmam que o São João no interior transformou-se em uma mera transposição das festas de largo de Salvador. Essa crítica ocorre não apenas por causa da musicalidade, como também pela dimensão espacial desses eventos espalhados em praças públicas, adequando-se a um arranjo físico preexistente e, ao mesmo tempo, determinando o seu desenho e a sua composição estética em importantes polos festivos do ciclo junino, como Cachoeira.

As formas efêmeras inseridas no espaço e nas praças festivas de Cachoeira atuam como estruturantes do fluxo de foliões e, juntamente com as edificações perenes, desenham canais de circulação que desembocam nos espaços abertos. As festas espetacularizadas impactam o espaço urbano em diferentes intensidades:

- a. muito intenso: praça festiva e entorno imediato;
- b. medianamente intenso: algumas vias e ruas que acessam o espaço festivo;
- c. fracamente intenso: locais distantes da área festiva;
- d. esporadicamente intenso: locais eventualmente utilizados por grupos de foliões juninos, que podem ser um bar, barraca ou mesmo o entorno de um veículo de pequeno porte com sonorização pesada.

O desenho em escala ampliada das festas juninas concentradas de Cruz das Almas e Amargosa revela uma configuração radial incompleta, porque existem assimetrias na volumetria de fluxo nas vias que desembocam nas praças festivas. Em algumas vias, o fluxo é concentrado entre as 21 e 24 horas no afluxo festivo; no refluxo, a partir das 3 horas; em outras, no entanto, a passagem de foliões varia de intermitente a esporádica.

Em Cachoeira, o rio Paraguaçu é um elemento de ordem geográfica que determina o desenho linear da festa. As festas juninas nos principais polos festivos do Recôncavo baiano impactam, redesenham e reinventam os espaços públicos, influenciando diretamente nas proposições de intervenção física e estética nas cidades que promovem o chamado São João espetáculo.

AS MEGAFESTAS JUNINAS NO ESPAÇO PÚBLICO DE CACHOEIRA: POTENCIALIDADES PAISAGÍSTICAS E ARQUITETÔNICAS

A festa junina de Cachoeira e a Feira do Porto acontecem na Rua Virgílio Reis, que corresponde à orla fluvial urbana. Como pontos em comum com as festas de outros polos juninos do estado, como Amargosa e Cruz das Almas, o São João urbano de Cachoeira tem a concentração de pessoas, a espetacularização da festa e a montagem de dois palcos: o principal (maior) e o secundário. No entanto, alguns aspectos tornam peculiar a festa cachoeirana: a realização da feira junina e o desenho do evento festivo que é alongado, diferindo, portanto, dos outros polos festivos que apresentam uma concentração com uma morfologia quadricular determinada pelo arranjo espacial das edificações que compõem a praça festiva.

O espaço urbano de Cachoeira apresenta sobrados e casarões históricos, que se constituem em formas que testemunharam um passado considerado próspero. Algumas dessas construções perderam a sua função ao longo do tempo ou foram refuncionalizadas. Procura-se articular o turismo urbano de eventos espetaculares cíclicos com a utilização das seculares formas espaciais urbanas integrando festas profanas com a “museificação” da cidade. Essa estratégia redesenha a dinâmica do espaço urbano de Cachoeira durante as festas juninas, do ponto de vista da inserção de formas efêmeras intercalando espaços públicos circundados de sobrados e casarões antigos. Segundo Santos (1988, p. 98):

Cada lugar combina variáveis de tempos diferentes. Não existe um lugar onde tudo seja novo ou onde tudo seja velho. A situação é uma combinação de elementos com diferentes idades. O arranjo de um lugar, através da aceitação ou rejeição do novo, vai depender da ação dos fatores de organização existentes nesse lugar, quais sejam, o espaço, o local e o cultural.

A postura preservacionista de alguns moradores e empresários, bem como a postura modernizadora de outros, não gera, na cidade em questão, uma relação conflitiva, uma vez que os segmentos sociais e empresariais da cidade desejam a mesma coisa: a consolidação de Cachoeira como cidade turística, tendo como ponto de convergência a exploração dos seus atributos culturais. Além disso, as proposições modernizadoras encontram seus limites legais no tombamento do conjunto edificado da cidade. Nos últimos anos, por causa das intervenções do Programa Monumenta, que, na sua segunda etapa, financiou a restauração de edificações particulares, notou-se uma abrupta revalorização de imóveis deteriorados.

A dialética novo/velho, proposta por Santos (1988), permite compreender-se a dinâmica sociocultural e econômica dos armazéns de fumo como formas espaciais refuncionalizadas em cidades como Cachoeira, Cruz das Almas, Governador Mangabeira e Santo Antônio de Jesus, no Recôncavo baiano. Pode-se fazer uma leitura de formas espaciais refuncionalizadas do ponto de vista econômico e cultural, como as arenas festivas, com o apoio das abordagens de Santos (1988) e Debord (1997) acerca da luta entre tradição e inovação, para compreen-

der o desenho dos novos processos urbanos da contemporaneidade. Especificamente em Cachoeira, a questão tradição/inação pode ser verificada tanto no seu patrimônio cultural intangível – folguedos, festas populares, como o São João – quanto na morfologia urbana, no que se refere ao seu conjunto e às suas unidades individualizadas.

A logística espacial e a relação das festas juninas de Cachoeira com o seu substrato físico-espacial e seu entorno contrapõem-se à dinâmica espacial dos outros polos festivos citados. Primeiramente, é importante salientar que Cachoeira é tombada desde 1971, como patrimônio histórico nacional, por isso as intervenções em arruamentos e nas edificações encontram um impeditivo legal ligado à esfera federal.

Em segundo lugar, a localização geográfica da cidade, situada às margens do rio Paraguaçu, e a inserção da área urbana em um substrato geomorfológico acidentado e entornado por morros constituem-se em impeditivos naturais que inviabilizam a possibilidade de mudança do lugar festivo nos limites do sítio urbano. No entanto, mais do que a disposição do relevo e os dispositivos legais, o componente histórico-cultural é o principal elemento que concorre para manter a festa junina na Rua Virgílio Reis. Por meio da temática da festa junina, procura-se fazer uma homenagem toponímica a um evento cultural secular: a Feira do Porto.

No Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) – Polo Salvador e entorno –, Cachoeira é considerada uma âncora turística na categoria patrimônio histórico-cultural. Dessa forma, depreende-se que esse documento institucional prioriza eventos culturais lastreados historicamente, ficando em segundo plano aquelas manifestações festivas importantes, mas que foram concebidas com base em uma logística institucional intencional e gestada externamente, como ocorrera com o São João do Porto, promovido inicialmente pela Bahiatursa.

A festa e a Feira do Porto inserem-se na morfologia urbana de Cachoeira como eventos culturais que se interpenetram e se alongam pela orla fluvial, estendendo-se por áreas livres de edificação, constituindo uma passarela cultural de entretenimento festivo com três reentrâncias correspondentes às seguintes praças: Ubaldino Assis, onde se monta um parque infantil, Góes Calmon, onde se situa o palco fixo, e Teixeira de Freitas. A Praça Teixeira de Freitas e a Rua 25 de Junho formam um largo contínuo onde se instala o palco secundário, utilizado nas festas juninas pelos artistas locais/regionais. O palco principal é montado em um largo que margeia a rua festiva.

Do ponto de vista da materialidade que sustenta a logística do evento festivo, pode-se afirmar que as festas juninas de Cachoeira são viabilizadas pela inserção de formas efêmeras no espaço urbano. Assim, toldos para barracas, camarotes, arquibancadas e palco configuram uma estetização racional e intencional em um conjunto arquitetônico e artístico também intencional, mas que apresenta um desenho estético diferente, evidenciando a necessidade de se levar em conta a contextualização temporal e sociocultural das formas espaciais e da sua estética.

No auge do ciclo junino, procura-se adequar o espaço urbano de Cachoeira ao abrupto incremento de veículos e pessoas em um sítio urbano secular. O trânsito fica congestionado e as alternativas para circulação de um extremo ao outro na área urbana fica limitada com o fechamento da Rua Virgílio Reis ao tráfego motorizado. A artéria viária situada no miolo urbano, formada pela junção das ruas Lauro de Freitas e Prisco Paraíso, é a principal via estruturante do sistema viário local e fica sobrecarregada e esporadicamente congestionada. Essas vias canalizam o tráfego da BA-420 (Santo Amaro-Cachoeira), de onde vem a maioria dos turistas de eventos oriundos de Salvador, para a ponte Dom Pedro II, que acessa o município de São Félix, além de outras cidades do Recôncavo Sul e, por outra conexão viária, à rodovia BR-101, na localidade de Capoeiruçu.

Dentre as várias manifestações culturais e festivas que acontecem na área urbana de Cachoeira, as festas juninas são as que mais sobrecarregam a capacidade de carga da cidade, alterando a sua dinâmica cotidiana de fluxo de pessoas e veículos. A montagem do espaço festivo, na orla do rio Paraguaçu em Cachoeira, canaliza compulsoriamente o trânsito na sua principal via arterial, em uma cidade cujo desenho urbano, com arruamentos estreitos, expressa a morfologia do espaço público urbano de uma época na qual inexistiam veículos automotores e não se formavam as grandes aglomerações como na atualidade. A extrapolação da capacidade de carga das principais vias de circulação de tráfego e as eventuais obstruções da fluidez obrigam a prefeitura a colocar guardas de trânsito temporários ao lado de policiais militares para viabilizar a trafegabilidade.

Além dos fatores de ordem legal e de natureza cultural que inviabilizam qualquer possibilidade de mudança do local da festa, entende-se que a moldura paisagística do entorno do espaço festivo é um forte chamariz de turistas de eventos. A composição estética do entorno festivo é constituída pelo rio Paraguaçu, tendo do outro lado a histórica cidade de São Félix, pelo conjunto arquitetônico que forma a configuração edificada e pela secular ponte Dom Pedro II; o espaço festivo é, portanto, hipervisível. A grande concentração, produzindo uma massa festiva que se distribui pelos interstícios da Rua Virgílio Reis, praças e entorno, tem um significado imagético e estético. As proposições de descentralização do espaço festivo são desconsideradas tanto por causa dos acréscimos nos custos das festas, determinados por uma obrigatória reengenharia logística, como também porque a concentração que produz a massa festiva é intencional por causa dos seus efeitos para a imagem da cidade, em um contexto de muita valorização de questões ligadas ao *city marketing*, à visibilidade e à estética urbana, do ponto de vista do conjunto edificado.

Consta do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Cachoeira uma proposição de criação de um centro de animação na orla do rio Paraguaçu (CACHOEIRA, 2006). Nesse trecho, que abarca a Rua Virgílio Reis e as praças contíguas a esta artéria viária, ocorrem as festas juninas concentradas e a Feira do Porto. Trata-se de uma obra financiada com recursos federais do programa Monumenta. Pretende-se perenizar o fluxo turístico com a implantação de bares com música ao vivo e espaços para *shows*.

As obras de requalificação urbana da orla fluvial de Cachoeira, com reforma da pavimentação de pedras, de iluminação, redesenho de partes das praças e construção de duas faixas de calçamento para caminhadas e corridas, procuraram preservar as principais características físicas, morfológicas e sintáticas, segundo o Programa Monumenta. Pelo viés da atividade turística, a festa de São João, que acontece naquele espaço, teria o importante papel de atrair milhares de pessoas para conhecerem as potencialidades da cidade, incluindo a sua nova orla fluvial multifuncionalizada no que se refere a modalidades de lazer. As diversas formas de entretenimento a serem alocadas ao longo da orla do rio Paraguaçu, conforme proposição do Plano Diretor Urbano, seriam de responsabilidade da iniciativa privada. A implantação do calçadão constitui-se em uma modalidade de intervenção física e estética no espaço público, visando estimular a circularidade turística e apropriação pelos moradores de Cachoeira, que incorporariam a orla fluvial no seu itinerário de lazer. As intervenções empreendidas na Rua Virgílio Reis e entorno seguem uma tendência importante da atualidade: a restauração do estoque edificado no seu conjunto e a recuperação de vias de circulação, com vistas à formação dos chamados “corredores culturais”, que estimulam a “pedestrianização”.

Busca-se, assim, estimular o caráter contemplativo na cidade histórica, na perspectiva da diminuição da velocidade de deslocamento do passante. Por isso, vislumbra-se proibir a circulação de veículos motorizados. As proposições de atividades de lazer para a orla do rio Paraguaçu oscilam de modalidades ubíquas, como os cafés e as *lan houses*, a outras peculiares, como charutarias, que são tradicionais em algumas cidades do Recôncavo, como São Félix, que, assim como Cachoeira, integrava a chamada zona fumageira.

De acordo com o PDDU de Cachoeira, a área da orla fluvial pós-requalificação constituir-se-ia em um elemento aglutinador do convívio da comunidade local com os turistas. Adotando-se a política de requalificação urbana, que contempla a malha de espaços públicos (ruas, praças e avenidas), busca-se formar e consolidar um “corredor cultural” informal, com a possibilidade de circulação e apropriação permanente, em um espaço físico notabilizado como “corredor festivo” formal, de apropriação sazonal. A leitura dessas propostas de intervenção e de otimização especificamente ligadas ao espaço onde ocorrem as festas juninas, evento cultural de maior chamariz turístico da cidade na dimensão quantitativa, indica que o “São João espetáculo” está consolidado territorialmente no espaço da Feira do Porto. Como se trata de área tombada historicamente, depreende-se que parte dessas atividades seriam viabilizadas pela refuncionalização e readequação de algumas edificações, na medida em que as modalidades de lazer oferecidas serão perenes, diferentes, portanto, daquelas atinentes à promoção das festas juninas nas quais se inserem formas espaciais efêmeras, para a prática de uma modalidade festiva urbana transitória. Entretanto, é importante ressaltar que as novas proposições para a gestão das cidades tombadas contrapõem-se àquela acepção corrente ligada à petrificação física da estrutura edificada, permitindo-se intervenções racionais, que não comprometam o conjunto arquitetônico e estimulem modalidades de apropriações para o lazer urbano. Por outro lado, ressaltam-se, no PDDU, os riscos da espetacularização imagética do patrimônio imaterial urbano.

REFLEXÕES FINAIS

Do ponto de vista das formas espaciais perenes, as festas juninas espetacularizadas no espaço público de Cachoeira não apresentaram um rebatimento espacial destoante no último decênio. Tanto na referida cidade quanto em Cruz das Almas, edificou-se um palco fixo, que é utilizado para outras atividades ao longo do ano, e não se reestruturou o espaço festivo de forma mais efetiva, como ocorrera em Amargosa, onde retiraram canteiros e planearam a praça festiva. O palco fixo de Cachoeira é utilizado ao longo do ano para outras manifestações artísticas, culturais, religiosas – católicas, de matriz afro-brasileira, sincréticas e evangélicas... – e profanas de modo geral.

As festas juninas espetacularizadas em espaço público, na cidade de Cachoeira, mesclam-se com o simbolismo histórico da feira do porto, em um cenário emoldurado por elementos naturais explorados com fins turísticos, elementos materiais de grande importância histórica (edificações seculares, arruamentos) e imateriais (importantes manifestações culturais reconhecidas nacionalmente, como o samba de roda do Recôncavo). Nesse conjunto de potencialidades culturais que coexistem, complementam-se e mesclam-se, busca-se consolidar o papel de centralidade cultural de Cachoeira.

As alterações no espaço festivo em Cachoeira limitaram-se às mudanças da localização dos palcos. No entanto, o PDDU da referida cidade é explícito ao apontar possíveis intervenções mais agudas na Rua Virgílio Reis, onde ocorre a festa junina de Cachoeira, com vistas a consolidar aquela área como espaço turístico, festivo e área de lazer para os moradores locais. No ano de 2008, concluíram-se importantes etapas das obras de requalificação urbana da rua e das praças onde ocorrem as festas juninas concentradas em Cachoeira, que foram feitas com recursos do programa Monumenta, executado pelo governo federal. Todas essas intervenções físico-espaciais na área do centro histórico objetivam projetar ainda mais a cidade de Cachoeira em uma dimensão regional e extrarregional. As proposições de turistificação, patrimonialização e espetacularização (na dimensão dos festejos populares) reforçam a retórica da centralidade cultural. Dessa forma, entende-se que pequenas cidades não são sinônimos de cidades locais. Cachoeira pode ser considerada uma pequena cidade, a considerar-se a dimensão espacial da sua área urbana e o seu quantitativo populacional², no entanto, exerce uma centralidade regional relevante quanto ao seu potencial cultural material e imaterial. Pode-se falar que se trata de uma unidade urbana de pequeno porte, mas não de um centro urbano de projeção local. As questões culturais, dessa forma, trazem outros elementos para complexificar a estratificação clássica da rede urbana brasileira.

² Nesse caso, não se concorda com o critério proposto e muito usado no Brasil que classifica como pequenas cidades aquelas unidades urbanas com população abaixo de 20 mil habitantes. A cidade de Cachoeira não pode ser considerada uma unidade urbana de médio porte (o município tem pouco mais de 30 mil habitantes). A leitura de Cachoeira como centro regional, neste trabalho, é determinada do ponto de vista da questão cultural.

REFERÊNCIAS

- ARENDRT, Hanna. *Entre o passado e o futuro*. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- _____. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio: Sistema Estadual de Turismo. Em busca dos balões perdidos. *Revista Viver Bahia*, Salvador, n. 21, 1975.
- _____. Festa feita de fogueira, fogos, aipim e canjica. *Revista Viver Bahia*, Salvador, n. 33, 1976.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Obras escolhidas v. I).
- CACHOEIRA. Prefeitura. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Cachoeira: perfil urbanístico*. Cachoeira, BA, 2006.
- CÂMARA CASCUDO, Luís da. *Folclore do Brasil: pesquisas e notas*. Brasil; Lisboa: Fundo de Cultura, 1969.
- CASTRO, Janio Roque B. A espetacularização das festas juninas no espaço urbano como estratégia de turistificação de pequenas cidades da Bahia. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 19, n. 2, p. 487-498, 2009.
- _____. A proposição do conceito de centralidade cultural e a promoção de eventos festivos como estratégia de turistificação de pequenas cidades: reflexões a partir de alguns estudos de casos. In: LOPES, D. Ferlin; HENRIQUE, W. (Org.). *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de casos*. Salvador: SEI, 2010. (Série estudos e pesquisas, 87), p. 109 – 123.
- CLAVAL, P. Geografia cultural: o estado da arte. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (Org.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. p. 59-97.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 1997. v. 5.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- DUVIGNAUD, Jean. *Festas e civilizações*. Tradução de L. F. Raposo Fontenelle. Fortaleza: UFCE; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.
- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Tradução de Alcides João Barros. São Paulo: Ática, 1991a.
- _____. *O direito a cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991b.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.
- SERRA, Ordep. *Rumores de festa: o sagrado e o profano na Bahia*. Salvador: Edufba, 1999.

DO RURAL AO URBANO: DOS ARQUÉTIPOS À ESPACIALIZAÇÃO EM CIDADES PEQUENAS

*Wendel Henrique**

INTRODUÇÃO

Ao iniciarmos este texto, convém esclarecer quais são os pontos que gostaríamos de tratar, bem como qual o caminho, dentre tantas possibilidades encontradas na discussão sobre cidades e espaços urbanos, optamos seguir. Nosso objetivo é construir um pensamento, uma linha de discussão, sobre o que acontece com e nas cidades pequenas, indo além da busca por uma classificação do que seria tal cidade. Desta forma, partindo da negação daquilo que não objetivamos, esperamos que as opções, os riscos e as limitações se evidenciem. Não buscamos a construção de um intervalo de população, de funções ou de Produto Interno Bruto (PIB) que defina e classifique as cidades, bem como indiquem sua posição hierarquizada em um sistema urbano rígido e classificatório.

Não se trata de negar ou desmerecer esses estudos, muito pelo contrário, partimos do pressuposto de que existe um componente, ou vários elementos, estatístico que define, classificatoriamente, uma cidade pequena. Reconhecemos que tratamos aqui de cidades que têm população menor do que 50 mil habitantes. Reconhecemos também que o porte populacional e outras questões referentes a essa esfera da cidade, como renda, escolaridade, expectativa de vida, são importantes (não queremos dizer determinantes) para compreendermos como os processos da urbanização acontecem no espaço intraurbano ou mesmo nas relações interurbanas que essas cidades estabelecem. Reconhecemos ainda a importância dos estudos pautados na tipologia e na classificação (seguindo diferentes correntes teóricas e/ou modelos); apenas não seguiremos esse caminho, em razão de uma vinculação a uma determinada corrente filosófica e metodológica, que busca compreender os processos e as contradições presentes na dialética entre a urbanidade e a ruralidade das cidades pequenas e médias.

Este reconhecimento dos critérios populacionais também busca uma tentativa de “fuga” das armadilhas e falsas questões que podem impedir o avanço da discussão. Muito se tem debatido sobre a ideia de que as cidades não devem ser definidas pelo quantitativo populacional, a despeito de sempre se chegar a um contingente populacional para definir ou ajudar a definir

* Pós-doutor pela Universität Passau (UNI/Passau); doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). wendel_henrique@hotmail.com

as cidades. Tenta-se de construir teorias, metodologias e modelos com base em critérios não populacionais, mas que também acabam levando a uma classificação e/ou, ainda mais problemático, a uma proliferação de diversas questões que não se respondem: O que são cidades pequenas? O que são cidades médias? A cidade X é pequena? A cidade Y é média?

Portanto, reconhecida uma classificação prévia (que não é eterna ou dogmática), reforçamos que não construiremos a definição de cidades pequenas, nem tomamos o que dizem as estatísticas. O que nos interessa é o que acontece nessas cidades, seus conteúdos e os processos que dinamizam seu espaço intraurbano e suas articulações regionais. Dessa forma, podemos avançar na compreensão das particularidades e especificidades espaciais que diferenciam as cidades em uma rede urbana integrada e ampliada. Negar classificações, propondo novas tentativas de classificação, insere um jogo circular, uma tentativa de rotulação e/ou adjetivação, que coloca na sombra o que, em nossa concepção, pode ajudar a compreender as cidades pequenas: a conexão e sobreposição entre as ruralidades e urbanidades, em suas múltiplas intensidades e composições.

Outro ponto fundamental para explicitação de nossas opções neste texto é a impossibilidade em dissociarmos a teoria, a empiria e a técnica de um método. A importância desse pensamento articulado entre a teoria, a empiria e a técnica, a nosso ver, pode evitar uma teorização sobre cidades que não existem, a não ser no mundo idealizado da teoria, negando a empiria; bem como o velho temor da empiricização dos estudos (domínio do plano empírico) ou da aplicabilidade acima de tudo (tecnicismo). Dessa forma, cabe esclarecer que o início das reflexões presentes neste texto origina-se de duas bases empíricas estudadas em uma pesquisa de pós-doutorado¹ na Universidade de Passau (Alemanha): Cachoeira (BA) e Passau/Bavária (DE). Apesar disto, não falaremos especificamente sobre essas duas cidades, não buscamos a cidade pequena da Bahia ou uma cidade pequena da Alemanha, não procuramos comparações; iremos em busca das cidades pequenas, de maneira geral. Isto só é possível, porque as teorias e o método, mesmo impondo limitações, nos encaminham para a compreensão geral dos processos que tomam corpo e se espacializam nas cidades pequenas.

OS ARQUÉTIPOS

Neste texto, estamos tratando de cidade, palavra/conceito que gera muitas confusões de ordem teórica, prática e legal no momento da sua operacionalização. Antes da adjetivação “pequena” e para evitar recairmos sobre uma dissociação classificatória, o que é claro, pelo menos para nós, é que a pequena, média ou grande cidade são cidades!

Falamos de cidade, não no sentido legal, aquele da área urbana do distrito sede de um município, apesar de as estatísticas utilizadas, muitas vezes, referirem-se a dados municipais

¹ Estágio de pós-doutorado realizado na área de Geografia Urbana na Universidade de Passau (DE) com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

e não propriamente da cidade. A cidade não é o município, e isto, apesar de óbvio, deve ficar claro. Tratamos a cidade como o conjunto morfológico de diferentes densidades formado por edificações e vias de circulação, inserindo/definindo um plano. Configura-se assim como um aspecto formal, um objeto, dentro da ideia de sistemas de objeto e ações apresentada por Santos (1999). Esta forma é preenchida por um conteúdo (ou vários) que a movimenta e anima, criando cotidianos, usos, funções e fluxos. Estes conteúdos, que serão explicitados posteriormente neste mesmo texto, variam do arquétipo Urbano ao arquétipo Rural, em um interstício de intensidades diferenciadas.

São várias as definições possíveis de cidade. Para Cosinschin e Racine (1998), a cidade é um conjunto morfológico, fisionômico, social e cultural diferenciado funcionalmente e integrado a uma rede de complementaridade que organiza uma região e possibilita sua integração na economia global.

A primeira apreensão conceitual: toda cidade, independente do tamanho, será o foco de organização, atração ou centralização de uma região. As cidades são elementos articuladores de espaços. Talvez uma herança do Império Romano, onde as cidades eram os nós articuladores da vastidão territorial em uma hierarquização imposta e centralizada. Isto coloca uma sutil diferença entre a cidade romana (articuladora do território no seu entorno) e a polis grega, muito mais voltada para o seu interior, assim como a cidade medieval. Esse papel de elo regional atribuído às cidades permanece. Toda cidade atrai, articula e, por isto, intensifica-se funcionalmente e diversifica-se, levando a uma gradativa expansão funcional. Deste modo, no aprimoramento e especialização, vão acontecendo esses rearranjos que definem o seu papel na rede urbana, como cidades com diferentes potencialidades de articulação, com diferentes construções e possibilidades dentro da rede urbana e de suas regiões.

Em razão dessas possibilidades, cidades grandes e médias potencializarão as funções, realizando, ao mesmo tempo, uma diversa gama funcional. Já as cidades pequenas, "restringir-se-ão" a uma articulação básica ou com pouca diversidade e, por isto, focarão, inclusive por incapacidade de competição com as maiores cidades, em aspectos mais definidos, o que criará a primeira grande dificuldade teórica: a diversidade. Enquanto as grandes cidades terão um pouco de tudo, ou muito de tudo, levando, inclusive, a uma homogeneidade, as cidades pequenas serão muito mais diversas: cidades rurais, agrárias, industriais, comerciais, universitárias, dormitórios ou nenhuma das anteriores. Se optássemos pelo caminho da classificação ou da adjetivação, só neste pequeno parágrafo, já teríamos elementos para organizar e diferenciar as cidades por seu aspecto funcional.

Beaujeau-Garnier e Chabot (1970) acrescentam uma informação importante, pois definiram a cidade como um reflexo da sua região, exemplificando que Béziers (Languedoc) não é mais que a expressão de sua área rural onde predomina a vinicultura; portanto, Béziers seria uma cidade vinícola. Mesmo discutindo a ideia de reflexão (o espaço e, portanto, a cidade é muito mais do que o simples reflexo da sociedade), existirão múltiplas possibilidades para as cidades pequenas, inclusive as turísticas, as mortas, as religiosas. As cidades pequenas

tendem a ser marcadas por algum elemento específico, que, ao mesmo tempo em que a identifica, cria uma forte dependência. Desta forma, as cidades pequenas estão muito mais vulneráveis em sua integração na rede urbana ampliada, até porque o número de cidades competidoras será muito maior.

Em razão dessas quantidades, Santos (2008) falará em floração urbana. Em suas análises, aparece notadamente a pequena cidade rural. Segundo Santos (2008, p. 27):

[...] a cidadezinha constitui a célula-máter que atende as necessidades de uma população (em razão da densidade, comportamento econômico da população e economia da região), e cada uma destas cidadezinhas constitui um caso específico em razão de sua função principal: cidade comercial, cidade de serviços.

Este processo de integração das cidades pequenas no espaço urbano contemporâneo coloca em choque um conteúdo rural (desde o seu arquétipo até as diferentes intensidades – ruralidades), que preenchia grandemente essas cidades, e um conteúdo urbano que chega. Devido às resistências e diferentes formas de elaboração/incorporação desse urbano, nas cidades pequenas, encontraremos uma imensa gradação do processo de urbanização. Entre a ruralidade absoluta (arquétipo Rural) e a urbanidade total (arquétipo Urbano) existirão diversas possibilidades. Para as cidades pequenas, a industrialização da agricultura é o processo mais marcante dessa urbanidade. Como trabalhamos com este tema, também não podemos deixar de mencionar o papel das instituições de educação superior como portadores da urbanidade.

Assim, compreender a posição da cidade entre a ruralidade e a urbanidade, ou seja, compreender os processos e conteúdos que animam a cidade é, para nós, o foco do trabalho, muito mais interessante do que a classificação, tipificação ou adjetivação. Lembramos que estes conteúdos entre o rural e o urbano, manifestados em suas ruralidades e urbanidades, sobrepõem-se no espaço, coexistem, muitas vezes, dentro de uma mesma cidade.

Para apresentar os arquétipos, ou seja, os tipos clássicos, usaremos Lefebvre (1973), na obra *De lo Rural a lo Urbano*, como base teórica para compreender as marcas típicas da ruralidade e da urbanidade. Entre os dois arquétipos, o 100% de ruralidade e o 100% de urbanidade, que só existem teoricamente e como potencialidade, diversas gradações são possíveis. É importante reafirmar isto: não se trata de criar uma classificação dualista (Quadro 1) entre algo que é urbano *versus* o que é rural. Muito pelo contrário, o que buscamos argumentar é que as combinações e intensidades de ambos os conteúdos são extremamente variadas e móveis.

O arquétipo Rural, ou seja, a idealização (teórica) do modo de vida e dos conteúdos rurais existe enquanto potencialidade e se materializa no espaço (no campo e nas cidades) em diferentes intensidades denominadas de ruralidades. As intensidades definem quais e como as marcas do arquétipo Rural são espacializadas, produzindo gradações e combinações diferenciadas do processo. No mundo rural (novamente apresentamos apenas o arquétipo), o espaço possui uma delimitação mais restrita; é caracterizado, fortemente, por aspecto local.

Este espaço “pequeno” é fruto de dificuldades de transportes, de vias de circulação e um “apego” maior ao local/lugar. O tempo é definido pela natureza, que rege tanto os aspectos da produção – notadamente vinculado a produção agrícola – quanto questões do cotidiano. Por ser um tempo “natural”, apresenta-se cíclico, aquele das estações do ano, e, comparativamente ao tempo urbano, é lento. A coletividade constrói uma organização social orgânica, ou seja, criam-se fortes elos entre os membros da comunidade, que se organizam para uma sobrevivência coletiva, de ajuda mútua para enfrentamento das questões/dificuldades que se apresentam. Nesse contexto, a família é a caracterizadora e mediadora da inserção do indivíduo nessa coletividade, sendo muito comum, ao chegarmos a áreas de forte ruralidade, sermos questionados sobre quem é nossa família ou quem são nossos pais.

Conteúdos	Arquétipo Rural	Arquétipo Urbano
	Ruralidade	Urbanidade
Espaço	Restrito, local	Amplio, global
Tempo	Cíclico, natural, lento	Linear, relógio, rápido
Organização social	Orgânica	Mecânica
Sociabilidade	Família	Indivíduo
Comunicação	Forte	Fraca
Informação	Fraca	Forte
Densidade técnica	Baixa	Alta
Cidade	Encontro, comércio, religião; usos e espontaneidade: OBRA	Circulação, serviços, trabalho; consumo e apropriação programada: PRODUTO

Quadro 1
Do rural ao urbano

Organização própria.

O arquétipo Rural é marcado também por uma forte componente de comunicação (SANTOS, 1999), pois a forma de organização gera uma necessidade de troca entre os membros do grupo sem a mediação de objetos técnicos, mesmo porque a densidade técnica é baixa. A maior parte dos contatos é face a face, ou a comunicação flui por meio de um mensageiro também próximo ao grupo. Nesse contexto, a quantidade de informação, também comparativamente, é pequena, uma vez que interessa ao grupo as questões referentes ao seu local/lugar e ao seu cotidiano imediato. Isto não significa, em hipótese alguma, uma alienação, mas sim apenas uma restrição (dada pelo meio técnico) ou mesmo desinteresse por informações que não têm impacto direto na vida cotidiana.

A cidade preenchida pelo arquétipo Rural ou, primordialmente, pela ruralidade (de graus mais intensos) é um espaço de encontro esporádico (quermesses, festas religiosas, missas, entre outros); de comércio e realização de atividades burocráticas e financeiras básicas. Quanto maior o grau de ruralidade maior sua conexão com a cidade pequena. Na cidade grande, ou em seus fragmentos, ainda é possível encontrar algumas marcas da ruralidade, em graus de intensidade menores, notadamente em bairros mais antigos e populares. Nestes casos, a cidade é considerada uma obra, no sentido da produção única e vinculada, prioritariamente, aos valores de usos.

Já o arquétipo Urbano é definido por um elemento fundamental: a quantidade de capital/recursos/dinheiro para sua realização. O espaço, marcado por maior fluidez de amplitude espacial, mesmo enquanto potencialidade, é global. Esta sua característica está relacionada ao desenvolvimento dos meios de transporte (grandes aviões ou mesmo aviões menores, mas de longo alcance; trens velozes; navios mais eficientes; autoestradas ou vias pavimentadas) e dos sistemas de informações; ou seja, está relacionado ao que Santos (1994) denomina meio técnico-científico-informacional. As pessoas que se incorporam aos graus mais intensos do mundo urbano tendem a viajar mais e mais longe, sendo as viagens internacionais mais banalizadas e frequentes. O tempo é veloz, acelerado e quase sempre insuficiente para a quantidade de tarefas e deslocamentos necessários na vida cotidiana. A impressão é de que 24 horas não são suficientes para se “viver” um dia. Aliás, o tempo é marcado pelo relógio, construção humana por excelência, que se prolifera na cidade (nos espaços exteriores), nas fábricas e depois nas estações de trem (sempre acompanhados pelo indefectível apito, regendo muito da vida cotidiana), até chegar aos nossos pulsos, onde desfrutamos do tempo ou de sua marcação rígida individualmente.

Esse aspecto mecânico do tempo é também repassado para a organização social, estruturada com base em interesses momentâneos do indivíduo, baseados em relações profissionais ou de prestação de serviço. A satisfação individual nas relações sociais é predominante sobre a emancipação coletiva. Aliás, o indivíduo é o centro da sociabilidade no arquétipo Urbano. Sua profissão, endereço e capacidade de crédito/endividamento marcam sua posição social, bem como definem espaços de convivência com outros indivíduos na mesma faixa de renda ou posição. Os primeiros encontros com os outros indivíduos são marcados por questões como: Onde você trabalha? O que faz da vida? Onde mora? Nos graus mais intensos da urbanidade, o vínculo familiar pouco importa (a não ser em casos de famílias proprietárias de grandes empreendimentos ou donas de grandes fortunas), mesmo porque a família tende a diminuir de tamanho e os indivíduos moram sozinhos e mudam muito para cidades, estados ou países diferentes da sua família.

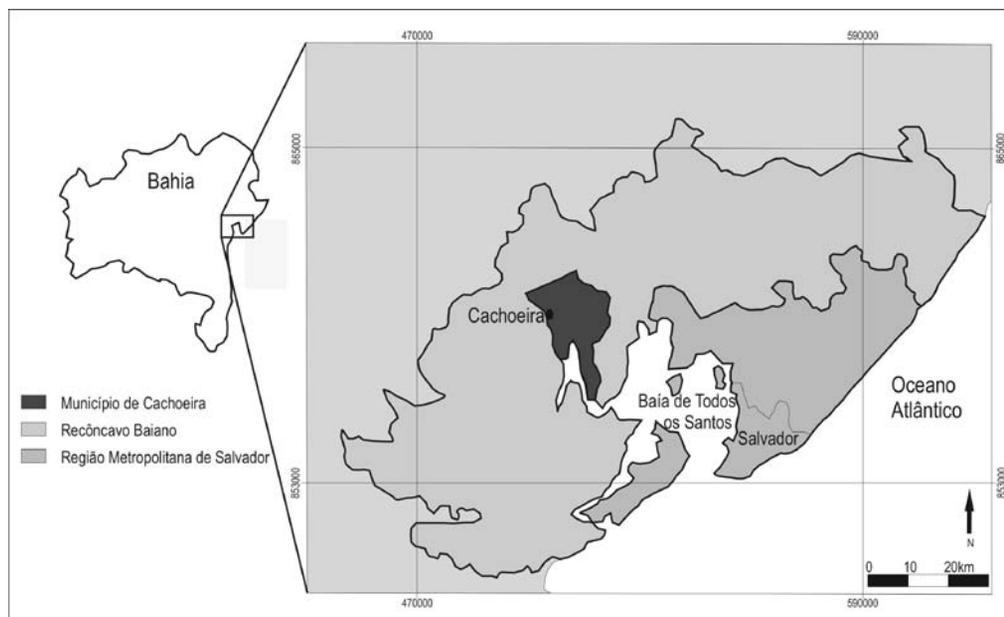
O grau de comunicação, aquelas dos contatos interpessoais, é fraco e, geralmente, mediado por algum equipamento ou objeto. Entretanto, em razão da alta densidade técnica, o volume de informações trocadas, repassadas ou recebidas é muito forte. Isto não quer dizer que todo esse volume é assimilado e tem vinculação direta com a vida cotidiana ou com aspectos essenciais das estratégias de vida desse grupo. Estar informado instantaneamente é um ponto valorizado, mesmo que esta informação não seja relevante ou seja perdida/superada/ultrapassada em outros instantes.

A cidade é o berço do arquétipo Urbano e, desta forma, possui uma estreita relação com esses conteúdos. A aglomeração suporta as atividades de circulação, consumo e produção, bem como o trabalho e o lazer. A cidade é produzida e consumida de acordo com a intensidade da urbanidade e da renda dos seus moradores e usuários. Quanto maior o grau de urbanidade maior a vinculação com a cidade grande/metrópole.

Como esta urbanidade atua na passagem da necessidade para o desejo, do valor de uso para o valor de troca, a cidade constitui-se como um produto, pautado pela exacerbação do seu caráter mercadológico e de propriedade, bem como na padronização de sua componente morfológica, permitindo sua produção em massa.

O REAL: CACHOEIRA E PASSAU

Dentre as cidades do Recôncavo baiano destaca-se a “Senhorial Cidade de Cachoeira”, localizada às margens do Rio Paraguaçu (Mapa 1), importante porto fluvial no Recôncavo fumageiro e centro de ligação para o transporte de mercadorias entre o litoral e o sertão da Bahia, pelo rio e pela ferrovia que tinha como ponto nodal a cidade. Esta posição de intermediação de Cachoeira garantiu-lhe destaque econômico até meados do século XX. Entretanto, a mudança na matriz de transporte, com privilégio para o rodoviário, em substituição ao fluvial e ferroviário, a construção de rodovias que não passam pela cidade e o início da atividade petrolífera (extração e refinamento) em outra porção do Recôncavo, leva várias cidades, inclusive Cachoeira, a um processo de estagnação econômica, esvaziamento populacional e aumento da ruralidade de seus conteúdos.



Mapa 1
Localização de Cachoeira (BA)

Fonte: Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (1999).
Elaboração própria.

Na contemporaneidade, alguns antigos centros da economia urbana e regional recebem atenção do Estado mediante programas e ações que visam resgatar o desenvolvimento econômico perdido para os novos nós da rede urbana do Recôncavo. As atividades rurais, que tinham na feira livre, realizada às quartas-feiras, seu grande momento, são simplesmente renegadas e esquecidas. Os novos moradores de Cachoeira, bem como os estudantes universitários que passam o dia na cidade, geralmente possuem maior renda e acabam levando a um aumento expressivo dos valores cobrados para aquisição e aluguel de imóveis. Há modificação na estrutura do emprego e na construção de infraestruturas para atender as novas funções e serviços. Constatam-se processos de exclusão social/econômica e segregação de parte da população, que fica, assim, à margem do desenvolvimento socioeconômico que se pretende, além de ocasionar modificações profundas no cotidiano dos moradores, intensificando o grau de urbanidade da cidade, conforme pode ser observado nas imagens 1 e 2.



Imagem 1 – Atividades comerciais entre a ruralidade e a urbanidade: dia de feira².
Foto: Wendel Henrique, novembro de 2009.

² Dia de feira em Cachoeira, quando pequenos produtores e comerciantes colocam à venda seus produtos, ainda utilizando transporte por muare ou carros antigos.

Santos (1979) escreve que lugares sofrem com adaptações, desaparecimento ou diminuição das atividades chamadas “tradicionais”, devido a quebra de seu papel central, bem como pela diminuição do “campo social”, o qual fica restrito às camadas mais pobres da população da cidade.

Os componentes do espaço são os mesmos em todo o mundo e formam um *continuum* no tempo, mas variam quantitativa e qualitativamente segundo o lugar, do mesmo modo que variam as combinações entre eles e seu processo de fusão. Daí vem as diferenças entre os espaços. [...] Os espaços dos países subdesenvolvidos caracterizam-se primeiramente pelo fato de se organizarem e se reorganizarem em função de interesses distantes e mais frequentemente em escala mundial. [...] as forças da modernização impostas do interior ou do exterior são extremamente seletivas, em suas formas e seus efeitos. As variáveis modernas não são acolhidas todas ao mesmo tempo nem têm a mesma direção. A cada modernização, novos pontos ou novas zonas são conquistadas ao espaço neutro e tornam-se uma nova porção de espaço operacional. [...] essa seletividade do espaço ao nível econômico, assim como social, é, a nosso ver, a chave da elaboração de uma teoria espacial. Esse termo exprime duas coisas diferentes segundo se considere a produção ou o consumo. A produção tende a se concentrar em certos pontos do território com tanto mais força quanto se trate de atividades modernas. O consumo responde a forças de dispersão, mas a seletividade social age como um freio, pois a capacidade de consumir não é a mesma qualitativa e quantitativamente. No entanto, como os gostos novos se difundem na escala do país, enquanto que os gostos tradicionais subsistem, o aparelho econômico deve se adaptar ao mesmo tempo aos imperativos de uma modernização poderosa e às realidades sociais, novas ou herdadas (SANTOS, 1979, p. 15).

Sobre esta conexão, justaposição, combinação e coexistência entre ruralidade e urbanidades, Cachoeira, segundo o segundo o Censo Demográfico de 2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012a), possui 32.026 habitantes (a contagem da população, em 2007, apontava 32.252 habitantes), sendo 16.387 moradores na área urbana e 15.639 na área rural (Quadro 2). Ainda de acordo com o IBGE (2003), Cachoeira possui uma incidência de pobreza da ordem de 41,75%. De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2003), em 2000, a renda per capita média dessa cidade era de R\$ 119,50.



Imagem 2 – Atividades comerciais entre a ruralidade e a urbanidade: loja de conveniências³.
Foto: Wendel Henrique, novembro de 2009.

Ano	Total	Urbana
1970	27.382	Dado não disponível
1980	27.953	Dado não disponível
1991	28.290	14.193
2000	30.416	15.831
2007	32.252	16.304
2010	32.026	16.387

Quadro 2
Evolução da população de Cachoeira (BA) – 1970-2010

Fontes: Sistema Nacional de Indicadores Urbanos (BRASIL, 2012); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012a).
Organização própria.

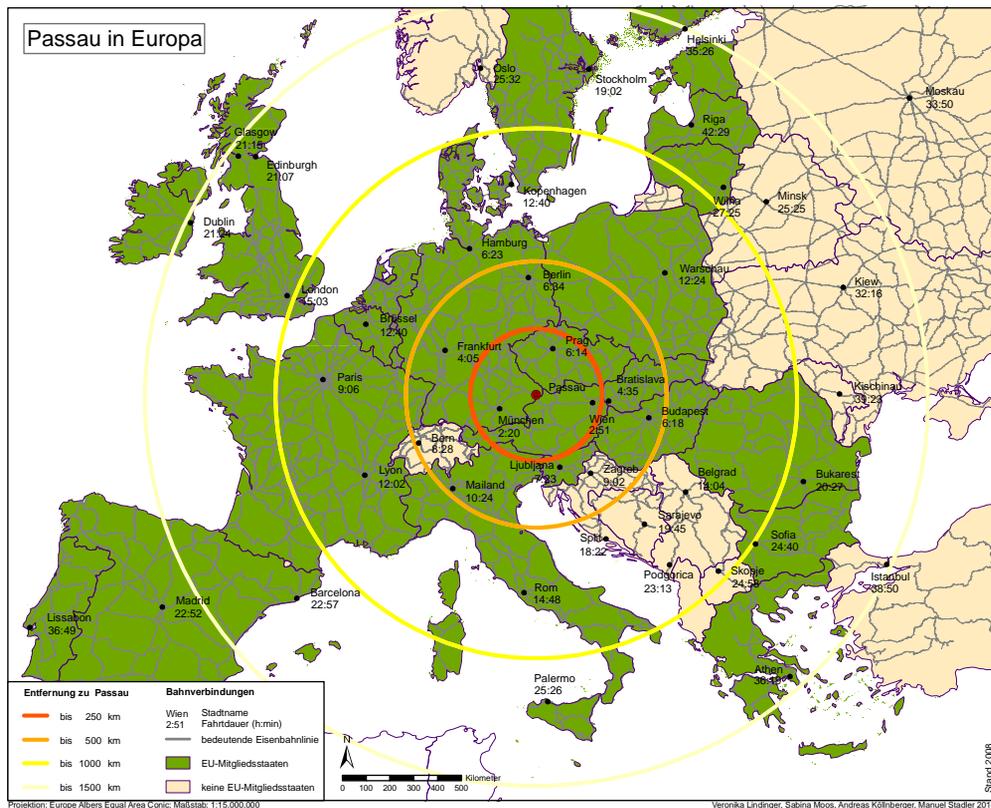
Em uma tentativa de superar esse processo de estagnação econômica e promover o desenvolvimento urbano e regional, vários projetos e obras estão sendo desenvolvidos e instalados em Cachoeira, entre eles o *Campus* da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional dessa Universidade:

³ Interior da loja de conveniência, assim como a feira, também localizada na praça do mercado. Observa-se um interior organizado, com produtos industrializados e fraca conexão com os produtores locais.

De acordo com o artigo 3º do Estatuto vigente, a UFRB tem as seguintes finalidades:

- gerar e disseminar conhecimentos nos campos das ciências, da cultura e das tecnologias;
- formar, diplomar e propiciar formação continuada nas diferentes áreas de conhecimento;
- para o exercício de atividades profissionais e participação no desenvolvimento da sociedade;
- contribuir para o processo de desenvolvimento do Recôncavo da Bahia, do Estado e do País, realizando o estudo sistemático de seus problemas e a formação de quadros científicos e técnicos em nível de suas necessidades;
- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica;
- educar para o desenvolvimento sustentável;
- implementar e cultivar os princípios éticos na consecução de seus objetivos;
- manter amplo e diversificado intercâmbio de conhecimentos com a sociedade; e
- contribuir para a melhoria do ensino em todos os níveis e modalidades, por meio de programas de formação inicial e continuada. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, 2009, p. 14).

O processo de instalação de objetos (universidade) com novos conteúdos e funções (educacional, serviços etc.) e, principalmente, com um novo perfil de morador (professores universitários, estudantes, servidores técnico-administrativos), carrega, sem dúvida, a urbanidade para essa cidade pequena, acarretando transformações observáveis no seu cotidiano, nas formas de relacionamento interpessoais entre os que nasceram nesses lugares e os que vieram de fora em função dos novos empregos, e que, na maioria das vezes, não estabelecem vínculos afetivos com essas cidades. Esta mesma constatação pode ser estendida para a cidade de Passau, na Alemanha (Mapa 2). Esta cidade, com seus 50.741 habitantes (Quadro 3), é conectada pela A3 (*Autobahn*) com as cidades de Nurembergue, Frankfurt e Colônia, entre outras, além de Munique (conexão com a A6) e cidades da Áustria.



Mapa 2 Localização de Passau (DE)

Elaboração: Lindinger et al. (2010).⁴

Dados	Cidade (Stadt)	Região Administrativa (Landkreis)	Passau Região (Stadt + Landkreis)
População 1950	47.789	161.005	208.794
População 1979	50.323	153.343	203.666
População 1990	50.328	171.479	221.807
População 1999	50.468	183.973	234.441
População 2007	50.741	188.462	239.203
Comparação 1950-2007	+6,18%	+17,05%	+14,56%
Área em km ²	69,71	1.530,37	1.600,08
Habitantes por km ²	728	123	149

Quadro 3

Evolução da população de Passau (DE) – 1950/1979/1990/1999/2007⁵

Fonte: Bayerisches Landesamt für Statistik und Datenverarbeitung (2010).
Organização própria.

⁴ Arquivo digital cedido por Roland Zink.

⁵ Observação: com a reforma territorial de 1º de julho 1972, foram incorporadas novas áreas à cidade, resultando em um aumento da população de 31.000 para 50.000 habitantes. Como veremos adiante, a população vinha decrescendo e esta também foi uma justificativa para a instalação da Universidade.

O transporte ferroviário é realizado pela *Deutsch Bahn* e pela OBB (Áustria) e também apresenta boas conexões regionais com as demais cidades da Bavária (o trajeto até Munique demora aproximadamente 2 horas). Os trens de alta velocidade (ICE) conectam Passau a Viena (Áustria) e a diversas cidades alemãs. A estação ferroviária principal (*Hauptbahnhof*) está localizada fora do distrito histórico, mas na proximidade da nova centralidade comercial da cidade (*Bahnhofstrasse*, *Stadt Galerie*, *Nibelungen Center*). Várias linhas de ônibus conectam a cidade a Berlim, Áustria, República Tcheca e demais cidades da região. O terminal central de ônibus – *Zentrale Omnibusbahnhof* (ZOB), (Imagem3) – localiza-se a 100 m da entrada principal da UniPassau, ao lado da *Stadt Galerie* e em frente ao *Nibelunger Center*. A cidade é a sede da *Univesität Passau* (UniPassau), instituição que integra o sistema estadual de universidades regionais do estado da Bavária, desde 1973.



Imagem 3 – Novo centro comercial (Stadtgalerie, Nibelungen Center) e ZOB.
Foto: Wendel Henrique, agosto de 2010.

Segundo o perfil econômico da cidade, elaborado em 2009 e disponibilizado pela Prefeitura de Passau (2009), a maior parte da arrecadação anual de impostos está associada aos setores agrícolas e silvícola (€ 30 milhões), seguido pelos serviços (€ 15,94 milhões), manufatura (€ 8,99 milhões), comércio, hotéis e restaurantes, transportes (€ 7,38 milhões). A população da cidade é responsável pelo pagamento de € 32,35 milhões em impostos. O Produto Interno Bruto (PIB) da cidade passou de € 1.818.000,00 em 1993 para € 2.621.000,00 em 2006 (aumento de 44,17%). Com estes dados, podemos inferir que o impacto da UniPassau está muito mais concentrado na modernização dos serviços/comércio e na estabilização do tamanho populacional do que na mudança do perfil econômico municipal.

Em relação aos conflitos entre a população local e a comunidade universitária, no primeiro final de semana de junho de 2011, um fato curioso aconteceu quando dois festivais de rua aconteciam ao mesmo tempo naquela cidade: o *JuniWiesn* (Festival de Artes e Cultura) e a *Brückenfest auf der Hängebrücke* (A festa da Ponte Pênsil). O primeiro foi promovido pela Universidade/Associação de Estudantes da Baixa Bavária e o segundo pela prefeitura e restaurantes da cidade. O evento da “comunidade universitária” aconteceu no gramado em frente ao *Nikolakloster* (na margem do rio *Inn*) em uma estrutura de tenda, contando com grupos universitários de música, teatro e dança, além de uma estrutura de recreação para crianças, barraca de comidas e bebidas. A música era basicamente *rock* internacional ou alemão e as poucas pessoas no local, todas da universidade, estavam, em sua maioria, sentadas nas mesas ou no gramado, tomando as cervejas que trouxeram de casa. Apesar da boa infraestrutura, o evento estava esvaziado e não havia pessoas da cidade circulando. Já o evento promovido pela cidade, praticamente no mesmo horário (a diferença foram os 15 minutos de caminhada entre um ponto da cidade e o outro), apresentava um contraste pela quantidade de público presente, predominantemente da cidade e região (com poucas pessoas da universidade). Esta festa aconteceu na *Hängebrücke* (Ponte Pênsil), na margem do Rio Danúbio, próxima à Prefeitura (*Rathaus*). Ao som de várias pequenas bandas que tocavam músicas pop e baladas *rock* conhecidas ou música tradicional da Bavária, a festa era mais uma “festa gastronômica” de comida típica e cerveja, com o diferencial de que as mesas estavam montadas na ponte.

Observando o perfil econômico de Passau, com o apoio de dados do PIB, ou ainda através do uso do solo (Quadro 4 e Imagem 4), onde cerca de 60% é ocupado por florestas ou áreas rurais, constatamos ainda uma forte vinculação com as atividades agrárias.

Tipo	Área (km ²)	%
Residencial	6,79	9,76
Comercial, industrial	1,47	2,11
Outras superfícies edificadas	6,15	8,84
Espaço aberto	0,07	0,1
Parques	0,41	0,59
Áreas de circulação	6,41	9,22
Áreas rurais	21,63	31,1
Florestas	20,81	29,92
Corpos d'água	5,31	7,63
Outros	0,5	0,72
Área total	69,55	100

Quadro 4
Uso do solo em Passau – Stadt (2010)

Fonte: Passau (2012).
Organização própria.



Imagem 4 – Contato entre a cidade e o campo.
Foto: Wendel Henrique, abril de 2011.

Entretanto, sendo considerada uma cidade pequena para os padrões alemães, a urbanidade apresenta-se forte, quer seja nos padrões de consumo (Imagem 5) e compras (lojas de marcas internacionais, outlets, grandes redes de venda de produtos de informática e eletrônicos), grande densidade técnica (tanto de transporte quanto de formas de comunicação e contato interpessoais), privilegiando-se a individualidade.



Imagem 5 - Vista da Grabengasse, no centro histórico – usos residenciais e comerciais.
Foto: Wendel Henrique, junho de 2011.

Desta forma, ao trazermos duas cidades diferentes, não buscamos uma análise comparativa, mas sim demonstrar estágios e combinações diferentes da urbanidade e da ruralidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Lefebvre (1973), a cidade é um todo e este todo não se reduz à soma de elementos visíveis sobre o terreno, tangíveis, sejam eles funcionais, morfológicos ou demográficos. A cidade projeta sobre o terreno uma sociedade, uma totalidade social ou uma sociedade considerada como totalidade, compreendendo sua cultura, instituições, ética, valores, em resumo, suas superestruturas, incluindo sua base econômica e as relações sociais que constituem sua estrutura propriamente dita. A cidade é um espaço-tempo (contém a história); não é somente uma projeção de uma estrutura social. A cidade não é apenas um produto ou uma obra, rural ou urbana; ela é o que existe potencialmente entre a obra e o produto, entre os arquétipos Rural ou Urbano; ela não é apenas algo, ela é este algo presente em relação ao conteúdo passado. Por isto, as cidades não são as mesmas e como o número de cidades pequenas é muito maior, o desafio em compreendê-las é igualmente maior. Este fundamento teórico, porém, deve ser avaliado, pois, ainda segundo Lefebvre (1973), em comparação com o arquétipo ideal (cidade total) a maior parte das cidades aparecerão incompletas. Por isto, a teoria sem a empiria não permite a compreensão das cidades. Ela é necessária e precisa ser elástica para incorporar, inclusive, o entorno, a região.

Retornando a Santos (2008), aparece em sua obra uma relação entre a pequena cidade e a cidade local. Segundo ele, quanto maior a proximidade da cidade local de uma região dinâmica, maior será a possibilidade de dinamismo. Isto coloca uma questão interessante para as “cidades locais” que, segundo ele, são polos de difusão e regulação do campo.

Holambra, localizada no estado de São Paulo, próxima a Campinas, segundo o Censo Demográfico de 2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012b), possui 8.184 moradores na área urbana, 3.115 na rural e um PIB per capita de R\$ 43.880 (considerado alto). O que explica Holambra? E aqui vamos entrar na empiria que contesta a teoria. A produção de flores é o foco econômico de Holambra; flores para todo o Brasil e para o mundo. Holambra é uma cidade pequena (em população e área), mas tem economia grande e uma economia voltada para fora, para o nacional e para o global. Portanto, Holambra não é uma cidade local, mesmo tendo sua economia voltada para uma atividade que se origina no campo. O mesmo é válido para cidades pequenas que são sedes de Universidades, de empresas ou objetos culturais. É claro que não estamos reduzindo tudo a um determinismo econômico, só analisando a teoria com base em um dado empírico.

Todas as correntes teóricas e a empiria levam à confirmação da diversidade ou da diferença entre as cidades pequenas dentro da homogeneidade ou da particularidade dentro das similaridades. Assim, talvez, o maior desafio para a geografia no estudo sobre as cidades pequenas seja metodológico. Como apreender, como compreender e como explicar essas cidades, sem cair no empirismos, no tecnicismo ou na idealização das cidades pequenas?

Existem várias metodologias para estudos de metrópoles e de cidades médias, mas ainda é um campo aberto à construção de metodologias para estudos sobre cidades pequenas que contemplem essa diversidade de cidades. Sem aprofundarmos o entendimento desta questão, a articulação entre teoria, empiria e técnica não se realiza.

REFERÊNCIAS

- BAYERISCHES LANDESAMT FÜR STATISTIK UND DATENVERARBEITUNG. *Demographisches Profil für die Kreisfrei Stadt Passau, 2010*. Disponível em: <<http://www.statistik.bayern.de>>. Acesso em: 22 mar. 2012.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline; CHABOT, Georges. *Tratado de geografia urbana*. Barcelona: Editorial Vicens-Vives, 1970.
- BRASIL. Ministério das Cidades. *Sistema nacional de indicadores urbanos*. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br>>. Acesso em: 22 mar. 2012.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA. *INFORMS – Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia*. Salvador, 1999. Disponível em: <<http://www.informs.conder.ba.gov.br>>. Acesso em: 22 mar. 2012.
- CONSINSCHI, Micheline; RACINE, Jean -Bernard. Géographie urbaine. In: BAILLY, Antoine (Coord.). *Les concepts de la géographie humaine*. Paris: Armand Colin, 1998. p.123-147.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. *Cidades@*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=290490>>. Acesso em: 22 mar. 2012a.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. *Cidades@*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=351905>>. Acesso em: 22 mar. 2012b.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. *Mapa de pobreza e desigualdade: municípios brasileiro* [DVD]. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. 2. ed. Barcelona: Ediciones 62, 1973.
- LINDINGER, Veronika et al. *Passau in Europe* [mapa digital]. Passau: UniPassau, 2010.
- PASSAU. Stadt. *GoPassau*. Disponível em: <<http://www.passau.de>>. Acesso em: 22 mar. 2009.
- _____. Stadt. *Passau in zahlen*. Disponível em: <<http://www.passau.de>>. Acesso em: 22 mar. 2012.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>>. Acesso em: 22 mar. 2012.
- SANTOS, Milton. *O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1979.
- _____. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. *Manual de geografia urbana*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. *Plano de desenvolvimento Institucional – 2010-2014*. Cruz das Almas: UFRB, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrb.br>>. Acesso em: 22 mar. 2012.

ANÁLISE DA PEQUENA CIDADE SOB O PONTO DE VISTA POLÍTICO-ADMINISTRATIVO

*Winston Kleiber de Almeida Bacelar**

O pontual tratamento científico das pequenas cidades no âmbito da Geografia fica evidenciado pela quase inexistência de formas de categorização dessas cidades na rede urbana que se criou e se cria no Brasil. Para Wanderley (2004, p. 2): “[...] a pesquisa sobre os pequenos municípios parece permanecer à margem do interesse dos pesquisadores, sem que se formule sobre eles uma reflexão mais sistemática.”

A observação das principais obras sobre a temática possibilita a percepção de que se criaram distintos critérios de delimitação e classificação para várias classes e tamanhos de cidades, mas as pequenas são, em geral, englobadas em um “limbo” conceitual e epistemológico ou genericamente denominadas de “pseudocidades” e áreas de “resistência”, como exposto em Santos (1979) e reafirmado por Oliveira e Soares (2000), ou ainda como “municípios rurais” para Veiga (2001), ou mesmo “cidades rurais”, como em Abramovay (2000). A classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000) denomina de cidade, não importando o número de habitantes, quando sua população está agrupada em locais considerados urbanos.

A grande dificuldade dos estudos sobre as pequenas cidades começa com a falta de entendimento do que se estuda: município ou cidade? E, principalmente, com a delimitação do que sejam cidade e área urbana pelos órgãos governamentais, especialmente o IBGE. Segundo Camarano e Beltrão (2000, p. 14), para esse instituto “[...] a definição de população urbana tem um caráter político administrativo ao incluir todas as sedes de municípios e distritos independentemente do seu tamanho”. Todavia não só o Brasil delimita o seu urbano segundo esses critérios. Pode-se afirmar que tal discussão tornou-se uma espécie de anacronismo nos debates da Geografia no século XX e início do XXI. Esta problemática toma forma quando se discute acerca da conceituação do que seja cidade e da diferença conceitual e epistemológica entre cidade e urbano.

* Doutor e mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor adjunto do Instituto de Geografia da UFU. winston@ig.ufu.br

Nas análises geográficas acerca dessas localidades, a sua caracterização torna-se, atualmente penosa, pois as várias classificações e categorizações são incompletas para certos agrupamentos e outras não contemplam cidades do porte demográfico abaixo de 10.000 habitantes¹.

A PEQUENA CIDADE

O caráter fundamental das cidades atuais reflete as características das sociedades que as criaram/moldaram. Esta maneira de identificar a cidade, exposta por Harvey (apud CORRÊA, 1996 p. 121), demonstra uma conceituação que possui um caráter extremamente abrangente, pois engloba todas as formas de cidades através dos tempos e, com isso, dá margem para se estabelecer uma correlação com um dos assuntos discutidos pela Geografia na atualidade. Diante disto, coloca-se a questão: Qual o tamanho de uma cidade? Se o conceito, ou os conceitos, de cidade perpassa sua relação com a sociedade, e vice-versa, é possível indagar-se: O conceito de cidade vale apenas para as grandes e médias? E as cidades abaixo de 20.000 habitantes? E aquelas com população inferior a 10.000 habitantes, cujo número é expressivo no Brasil? Se as cidades são o produto/sujeito de sua sociedade, como se pode entender que apenas alguns aglomerados humanos podem ser assim considerados? Será que o caos maior das grandes e médias cidades é, no final, o ponto forte nas definições dos estudiosos do assunto? Tais indagações são fruto de uma grave constatação: uma parte dos estudiosos sobre as cidades afirma que se deve conceituar e aceitar como tal apenas alguns aglomerados humanos ou sítios humanos acima de determinado número de habitantes; utilizam, ainda, o critério de densidade demográfica, localização, e até mesmo os três critérios juntos, o que se entende como estático e arbitrário.

Os critérios para delimitação e conceituação do que seria uma cidade não são, portanto, universais. Alguns estudiosos do urbano estabelecem critérios rigorosos para caracterizar um determinado assentamento humano como cidade e, assim, relegam cidades menores a um limbo conceitual e até mesmo modificam suas características de conceituação, ao afirmarem as pequenas como não cidades.

Se as cidades são expressões de sua sociedade, os critérios de sua conceituação são maleáveis com o tempo, pois o padrão de cidades ao longo do tempo variou muito. No capitalismo mais avançado do século XX, a conceituação de cidade mudou, e seu tamanho também. Essas aglomerações humanas passaram a ser as responsáveis pelo padrão de morar e de viver na maioria

¹ Assim, pode-se considerar, como forma de estudo, as análises sobre esse assunto formuladas com base na classificação de Santos (1979, 1996) e também as análises de Oliveira e Soares (2003), além dos estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2000), especialmente as considerações de Camarano e Abramovay (1999), Abramovay (2000) e Veiga (2001), sobre a ruralização e as pequenas cidades, e ainda Bacelar (2003) sobre a pequena cidade, Corralo (2006), na sua interessante obra sobre a evolução do conceito e da proposta de municipalidade no mundo e no Brasil, Silva (2000), que realizou importante estudo sobre as pequenas cidades e suas relações internas, Ferreira, Aguilera e Carvalho (2001), sobre pequenas cidades, e mais Diniz et al. (2001), que analisam os impactos e as repercussões de modelos de desenvolvimento rural sobre algumas cidades, em especial aquelas em que o mundo rural é mais próximo das realidades das populações residentes.

dos países. Com o desenrolar do século XX, a urbanização maciça elevou as cidades ao seu mais alto nível de especialização e importância na sociedade humana. Por isso, as cidades viram seu tamanho populacional e sua importância no processo de urbanização aumentar no mesmo ritmo. Se antes eram menores e tinham menor importância (alterando esta lógica em breves períodos de tempo na história da humanidade desde o período neolítico), estas, porém, sempre foram consideradas “cidades” (com outros nomes ou denominações regionais e nacionais).

Atualmente, a humanidade aumentou em tamanho e mais da metade do planeta mora em cidades. Estas, por sua vez, tornaram-se grandes, gigantescas e as pequenas perderam seu anterior prestígio. Será que essas não são mais consideradas cidades devido a tal mudança no padrão de viver do ser humano? Entende-se que está mais em debate não a condição de um determinado agrupamento de casas, edifícios, ruas e avenidas constituir ou não uma cidade, mas sim se esse local é urbano, ou melhor, se esse local está inserido no modo de vida urbano. Aí está a grande especulação a ser feita, a mais pertinente: As pequenas cidades consomem o mesmo “urbano” que outras localidades, como acesso a serviços, à mídia, ao consumismo inerente às sociedades urbanas?

A simples mudança de nome ou conceituação para locais, vilas, povoados, cidades, municípios ou aglomerados humanos menores, com populações variando entre 20.000 e 10.000 habitantes, parece ser a ponta do *iceberg* da problemática. A discussão em torno dessa matéria não traduz, efetivamente, a grande problemática desses lugares. Entende-se que a grande questão é se esse local é ou não urbano; se está ou não inserido em uma rede urbana; ou mesmo se está inserido nos padrões da globalização mundial e do modo de vida urbano que se apresenta no planeta Terra a partir da década de 1950 e, mais fortemente, a partir da década final do século XX.

Isto significa uma inversão no pensamento e nos debates que predominam na escassa bibliografia sobre o assunto. Os escritos de Abramovay (2000), Oliveira e Soares (2000) e Santos (1996, 2005), por exemplo, são, ao mesmo tempo, contudentes (o primeiro) e insuficientes (o segundo e terceiro) para se determinar com clareza aspectos exclusivos das pequenas cidades, tendo em vista que aquelas com menos de 20.000 habitantes são maioria no território brasileiro. Segundo Camarano e Beltrão (2000), essas representavam, em 1970, 14% da população total urbana brasileira; em 1980, 15,5%; em 1991, 16,4%; e em 1996, 11,8%. Levando-se em consideração o montante populacional, essas não demonstram um número expressivo. Mas se forem analisados os números desses municípios frente ao todo nacional, ficará evidente a sua superioridade numérica, correspondendo a mais de 80% segundo o censo demográfico realizado em 2000.

Embora englobe uma gama considerável de cidades, a sua população, no todo populacional brasileiro, em termos absolutos, representa pouco. As pequenas cidades, com população inferior a 10.000 habitantes, representavam 10,65% do total da população do Brasil em 1970 (com 3.361 municípios, ou 85% do todo municipal brasileiro); em 1980, esse percentual caiu para 7,75% (em 2.971 municípios, ou 74,43% dos municípios do Brasil), possivelmente fruto das intensas migrações intraurbanas verificadas no país nesse período, o que, de fato, explica

também a maior queda representativa ocorrida em 1991, quando o percentual populacional dessas pequenas cidades despencou para 6,97% do todo nacional – em 2.273 municípios, ou 50,62% dos municípios brasileiros (CAMARANO; BELTRÃO, 2000).

Segundo o censo demográfico de 2000, a participação dessas cidades no todo populacional brasileiro subiu para 8,16% (em 2.616 municípios, ou 47,50% dos municípios do Brasil), devido, provavelmente, à redução da migração das pequenas cidades para as médias e grandes e também em razão da diminuição, pequena, mas expressiva, do êxodo rural, que é significativo para essas localidades brasileiras. Outro fator explicativo desse pequeno aumento da participação da população das cidades com menos de 10.000 habitantes no todo populacional brasileiro foi o desmembramento territorial e populacional, verificado após a Constituição Federal de 1988, que gerou emancipações municipais. Tal fato motivou a ampliação do número desses pequenos municípios em todo o Brasil e ajudou a aumentar sua população percentual.

Nas médias e grandes cidades, a determinação do espaço urbano, seu uso e ocupação está em outro nível ou mesmo escala de grandeza e não de importância. No tocante aos problemas urbanos das pequenas cidades, são os mesmos que se verificam em cidades de porte médio e grande, diferindo apenas na escala. Nessas localidades, o processo de favelamento existe e está intimamente relacionado ao processo de modernização do campo, que expulsa levas de migrantes para as periferias dessas localidades, além de gerar conflitos habitacionais, com invasões e ocupações de áreas de risco.

As questões políticas, como currais eleitorais, voto de “cabresto”, troca de voto por alimento, dinheiro, casas, *benesses* do poder público etc., além da falta de saneamento básico, são problemas muito graves nessas localidades, juntamente com a falta de emprego. A visão de cidade pequena como refúgio, saudosismo e bucolismo, sonho da aposentadoria, cidade sem violência e de pouca poluição, sem o estresse do cotidiano urbano etc., em grande parte não reflete completamente a realidade e é, em muitos casos, ensejada pela mídia.

As pequenas cidades estudadas por Santos (1996, 2005) e Santos e Silveira (2001) são denominadas de cidades locais e não são definidas apenas do ponto de vista do aspecto populacional, mas envolvem determinações segundo as quais vivem em função das atividades agrícolas, no caso das cidades do campo. Esta definição configura-se como o inverso da forma anteriormente estabelecida, no período pré década de 1970, em que essas cidades eram no campo. Para Santos (1996) e Santos e Silveira (2001), a cidade local, atualmente, desempenha o papel de cidade econômica, em que perde o poder político e de encontro para funcionar apenas para a produção agrícola, atendendo seu entorno com atividades de serviços, como bancos, hospitais, lojas agropecuárias, centro comercial, veterinários, agrônomos etc.

No período pós década de 1970, caracterizado como o período técnico-científico-informacional, a urbanização maciça criou dois “brasis”, um urbano e outro agrícola, e não mais aquela dicotomia observada na década de 1950, quando os dois “brasis” distinguiam-se por serem um urbano e outro rural (SANTOS, 1996; SANTOS; SILVEIRA, 2001). O Brasil agrícola insere

idades que se articulam em um espaço de produção agrícola modernizado, que evidencia um padrão de urbanização distinto, em que a vida nas cidades integra-se ao mundo agrícola, não apenas rural, e não totalmente ao mundo urbano. Desse modo, é evidente também que, no campo modernizado, ocorre a expulsão do trabalhador não qualificado, pois as relações de trabalho não são mais rurais, e sim urbanas, caracterizadas por carteira de trabalho, assinatura do ponto, cestas básicas etc. O campo perde população, mas também, e nessa nova configuração, as pequenas cidades. Como a modernização agrícola fora realizada pelo grande capital agroindustrial, aqueles centros urbanos melhor capacitados e melhor inseridos na rede urbana absorveram mais rápido que outros as inovações tecnológicas no campo e no urbano e, assim, concentraram também o excedente migracional da região.

Esta análise, relacionada a fatores de fluxo migracional, não pode ser vista de forma superficial e apenas quantitativa, pois está intimamente ligada à vida econômica das pequenas cidades e, sobretudo, ao aspecto funcional em que a relação do conjunto populacional com o aparato administrativo se faz mais intrincado e direto.

CATEGORIZAÇÃO DE UMA PEQUENA CIDADE DO PONTO DE VISTA POLÍTICO-ADMINISTRATIVO

Pequenas cidades são aquelas com população inferior a 10.000 habitantes, em que a base produtiva e de empregos é reduzida, seus habitantes vivem em quase total estado de dependência do poder público, exemplificado pelas prefeituras, que se tornam o maior empregador e seus recursos ou receita tributária não representam a principal fonte de receita.

Dos municípios brasileiros, aqueles com até 10.000 habitantes participam com apenas 9,9% das receitas tributárias do país – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), entre outros. Sendo assim, os repasses federais e estaduais são as fontes vitais desses municípios, que não conseguem gerar receita interna. A fonte principal desses repasses é o Fundo de Participação Municipal (FPM), criado pelo governo federal como uma forma de transferência de caráter compensatório, que procura dar mais recursos para aqueles municípios que têm menos condições de arrecadar por seus meios.

Para Bremaeker (1997, p. 101), o “[...] FPM é a principal fonte de receita de 73,9% dos municípios de pequeno porte. Para 14,2% destes municípios o FPM e o ICMS repartem importância, enquanto outros 11,9% destes municípios é o ICMS a principal fonte de receita”. O repasse da verba federal para os municípios é calculado com base no montante populacional e não na arrecadação tributária. Portanto, quanto maior a população, maior é o percentual recebido.

Esses repasses federais e estaduais foram criados tendo em vista uma evolução tributária altamente ligada ao processo de urbanização do Brasil. Desde a Constituição de 1934, pas-

sando pela de 1946 e chegando à atual, de 1988, o Estado e seus legisladores incorporaram, no texto constitucional, impostos que, quando não diretamente expostos na Carta Magna, foram criados por decretos e Medidas Provisórias. Tais tributos e formas de repasse sempre tiveram como base a cidade. O que vale afirmar que a massa de tributos é eminentemente urbana, o que cria um anacronismo, pois as pequenas cidades possuem uma fraca arrecadação, o que, privilegia os municípios ou cidades médias e grandes, onde essas contribuições são positivas, no aspecto de melhorias. Assim, constata-se que tais tributos somente encontram significado em um ambiente urbano expressivo.

Nesse contexto, é premente a necessidade das pequenas cidades em relação aos repasses estaduais e federais, mas, como a influência do poder político dos municípios com grandes e médias cidades é sempre maior que as pequenas, esse repasse toma foro político e, quase nunca, os critérios tomam por base o aspecto puramente técnico. As cotas são técnicas, mas, para cobrir as necessidades de seus municípios, os prefeitos das pequenas cidades necessitam sempre de repasses complementares nos âmbitos estaduais e federais que nunca chegam, dado o seu pequeno peso político frente a esses poderes.

O FPM é atrelado à arrecadação federal, portanto, oscila muito e, com isto, os repasses também. As pequenas cidades são as que mais sentem o impacto de qualquer alteração promovida nesse fluxo. Mesmo considerando que a participação de todos os municípios aumentou nas últimas décadas – na participação dos recursos públicos (estaduais e federais), pois subiu de 12%, na época do governo militar, para 17% na década de 1980 e chegou aos 25% nos dias de hoje, com a nova Constituição – os municípios ficam atrelados aos ditames legais de repasse do “bolo” orçamentário (25% do todo). Vale ressaltar que o restante das verbas estaduais e federais ficam a cargo do peso político de cada cidade, estado e região.

Outro importante fator a ser considerado é que esses municípios dependem exclusivamente desses recursos, que, como visto, estão atrelados ao montante populacional. Assim, municípios com população inferior a 10.000 habitantes, que têm uma forte tendência à estagnação e/ou pouco crescimento populacional, ficam com o coeficiente mais baixo no repasse estadual do ICMS e, principalmente, do FPM de ordem federal.

Enfim, é interessante ressaltar que tais cidades não podem ser desconsideradas enquanto tal, por não se apresentarem tão dinâmicas quanto as médias ou grandes. Pelo contrário, mesmo não sendo dinâmicas são redutos da acumulação capitalista, ainda que em menor escala, é verdade. Essas, no entanto, não deixam de ser interessantes do ponto de vista do capital em uma esfera de circulação e também de acumulação. Tal análise é extremamente interessante, visto que, ao se estudar determinado local, não se pode desconsiderar que é parte do todo. Com isso, a pequena cidade conforma os dilemas do urbano e, desse modo, expressa o capital e enseja determinações do capital e, portanto, interessa ao processo de acumulação geral capitalista. O que não quer dizer que tais cidades interessam a todos os agentes do capitalismo moderno, mas a alguns segmentos desse processo. Sendo assim, são iguais, porém diferentes, pois se estruturam com base em lógicas globais do capital, mas

apresentam singularidades que são esmagadas pelo processo de coisificação e pasteurização dos dilemas urbanos.

Ao vislumbrar essa série de dificuldades de entendimento da pequena cidade, analisa-se a realidade interna de tais localidades, tomando como ponto central o viés de sua maior problemática atual: a administração pública. Isto decorre de três fatores conjugados: as relações sociopolíticas entre a população e o Estado (municipal) são mais estreitas nessas localidades que em cidades de maior porte demográfico; o peso da municipalização imposta pela Constituição Federal de 1988; e a *crise administrativa* nessas localidades, derivada do conflito entre a administração “moderna” e a patrimonialista, que se relaciona com a herança histórica ibérica (estruturalmente lusitana). Esta herança histórica é ainda muito forte e presente na forma de se administrar o bem público na pequena cidade e estabelece uma estreita relação entre a população residente e as maneiras de se administrar o bem público, que, invariavelmente, entra em choque com premissas modernas, em que o padrão de excelência administrativa transfere-se do setor privado para o público. A estreiteza das relações entre a população e os agentes políticos, que são estabelecidas em vários campos e níveis com sérias consequências, é uma característica interessante do espaço urbano da pequena cidade. Um bom exemplo disso é a vinculação entre arrecadação financeira e a atuação política dos agentes políticos do município, com reflexos nas relações político-eleitorais.

Assim, para analisar tais premissas político-administrativas, faz-se necessário desvendar a problemática que envolve as dificuldades administrativas nos âmbitos econômico-financeiro e sociopolítico da pequena cidade, perpetradas pela Constituição Federal de 1988. Assim, o conflito e as contradições internas da pequena cidade são decorrentes do embate que se estabelece entre a tradição ou herança cultural ibérica de administrar o bem público e a modernidade forjada em aspectos culturais anglo-saxônicos para a nova administração pública do Estado, o que acaba por produzir, na pequena cidade, o Estado-Município social. Deste modo, os aspectos da política interna, do lazer oferecido, da saúde pública e da sustentabilidade (social, assistencial e ambiental) da pequena cidade são os principais eixos de atuação desse Estado-Município social. Portanto, nesse contexto, os problemas internos dessas localidades estão relacionados mais a fatores sociopolíticos que econômico-financeiros.

A herança histórica de um povo vem como bagagem cultural que se processa em momentos que, mesmo impregnados de objetividades, as subjetividades sempre afloram. Ou seja, o modo de ser de um povo que, mesmo assimilando traços, fortes ou fracos, de outras culturas, sempre prevalece. Essa preponderância, porém, é parcial, pois o poder de assimilação do diferente do povo brasileiro é espantoso. No caso do cosmopolitismo da vida urbana nos grandes e médios centros, nas regiões mais desenvolvidas economicamente e com elevados teores de interligações ao mundo globalizado da modernidade, a assimilação e incorporação dos ditames do mundo anglo-saxão foram, quando não completos, mais “harmônicos”.

Não obstante, na pequena cidade, os traços culturais relativos à herança sociocultural ibérica ainda estão muito presentes no dia a dia e nas relações sociopolíticas entre a administração

pública e a população local. Mesmo com todo o bombardeamento de informações (especialmente televisivas) e das imposições legais, a herança cultural mostra-se resistente e dominante nessas localidades. O rompimento desse modo de vida é difícil e também o é a alteração nas relações políticas internas. Este estilo ibérico de viver na pequena cidade é sempre relacionado ao mundo rural, ao tradicional estilo, em que as relações interpessoais são baseadas na família, no compadrio e na vizinhança. Acerca desse assunto, Holanda (2004), em sentido mais amplo, explica as “virtudes” ibéricas em não assimilar o processo de produção capitalista como o fizeram as culturas anglo-saxônicas.

A administração pública, na pequena cidade, não rompeu ainda com as práticas patrimonialistas e sua relação com o bem público é uma extensão da família. Nesse sentido, Holanda (2004) cunhou a expressão “homem cordial”. Segundo afirmação de Sanches (1995, p. 12):

A cordialidade, para Sérgio Buarque de Holanda, é uma característica do brasileiro entendida como a indistinção entre o ambiente público e ambiente privado. Para ele, há mesmo um complemento entre esses dois ambientes, verificados pela invasão do Estado pela família, do nepotismo, da corrupção, e isto, diga-se, não tem nada haver com bondade. A cordialidade do homem brasileiro é uma realização da cultura ibérica, e só serve para o bom entendimento do nosso passado colonial e de sua crise.

Deste modo, administra-se a cidade com a visão de uma extensão da família. Assim, o modo burocrático, tão caro a Weber, não foi adotado na administração pública das pequenas cidades. Se for assim, as novas formas de administração impostas pela globalização anglo-saxã são apenas uma “vitrine legal”.

A substituição do estilo patrimonialista pelo burocrático é apregoada pela modernidade, para se alcançar o moderno, ou seja, as formas liberais e neoliberais de administrar o bem público. No entanto, na pequena cidade, o patrimonialismo ainda impera. Enclausurada nos ditames da extensão familiar, na família patriarcal, a maneira de se “governar” a cidade, seus agentes e parte da população resiste às normas burocráticas e absorve do moderno apenas o que lhe convém. Uma frase muito ouvida em encontros com prefeitos de pequenas cidades do Triângulo Mineiro é a de que todos eles deveriam estar presos², dada a forma de organizarem a administração pública. Os concursos arrançados, a doação de material de construção, o aviamento constante de receitas médicas, a doação de combustível para parte da população, o pagamento de viagens a pessoas mais carentes, o emprego fácil e o nepotismo são práticas que não dependem do partido que está no poder, nem da “ideologia” reinante no momento. Depende, sim, de uma prática patrimonialista herdada de um modo,

² Pode até parecer grosseiro e leviano, mas é real. Esta frase foi dita por um prefeito de pequena cidade (que manifestou seu desejo de não ser identificado, quando soube da intenção de ser publicado em tese de doutorado) em entrevista realizada em agosto de 2007, na sede da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Parnaíba (Amvap), em Uberlândia.

de um estilo, de uma herança ibérica ainda arraigada, em que o controle social sobre o poder público ainda é pífio.

O rompimento de tais práticas ainda é um sonho. Romper com tradições enclausuradas na pequena cidade é difícil pelo relativo isolamento das discussões e dos debates acerca das novas formas de se enxergar o bem público. Vários fatores constituem-se em complicadores para tal empreitada: o tamanho populacional da pequena cidade; a reduzida oferta de mão de obra especializada para o corpo técnico; o pensamento dominante de que a prefeitura é, para o povo, auxílio e assistencialismo, que vem de encontro à visão de que o aparelho de Estado municipal é para uso, pois o dinheiro não é de “ninguém” e, assim, é de “todos” os que estão no poder naquele momento. Esse entendimento deriva, objetivamente, da herança histórica ibérica. Pode-se estabelecer um paralelo com a discussão levantada por Holanda (2004, p. 160) sobre a introdução dos ideais positivistas no Brasil com as novas fórmulas de governar o aparelho de Estado da atualidade, quando afirma:

[...] trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam. Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes, a democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido.

Romper esses dogmas históricos, apenas com legislações federais e estaduais, é temerário. Para Holanda (2004, p. 179), o rigor da lei em si não é causa final da mudança, pois

[...] nesse erro se aconselharam os políticos e demagogos que chamam atenção frequentemente para as plataformas, os programas, as instituições, como únicas realidades verdadeiramente dignas de respeito. Acreditam sinceramente que da sabedoria e sobretudo da coerência das leis depende diretamente a perfeição dos povos e dos governos.

Não se quebra a “espinha dorsal” de uma prática histórica arraigada desde os tempos do Brasil colônia de maneira tão impositiva. O modo luso-brasileiro ou colonial de fazer administração pública e de se portar socialmente frente ao bem público ainda é reinante e de dissolução difícil. Mesmo porque a transição de uma sociedade patriarcal fincada nos moldes rurais para a urbana é muito recente no Brasil, especialmente no caso da pequena cidade. Sobre isto, Paula (2005, p. 106) argumenta:

[...] no Brasil, devido à tradição patrimonialista, os empregos e benefícios que se auferem do Estado costumam estar ligados aos interesses pessoais e não aos interesses públicos. Esse personalismo do funcionalismo público brasileiro relaciona-se com a ética de fundo emotivo que permeia a nossa cultura: o “homem cordial” é avesso à impessoalidade e ao formalismo e, conseqüentemente, à burocracia. Por outro lado, a herança colonial contribuiu para a centralização do poder na cúpula e o autoritarismo do poder público se tornassem traços distintivos da administração pública brasileira.

No tocante à administração pública, o fato de essa modernidade ser exemplificada pela descentralização do Estado, oriunda da Constituição de 1988, que encarrega os municípios de várias atribuições, provoca outro estrangulamento: a mão de obra da prefeitura. Na pequena cidade, o aparelhamento burocrático da prefeitura ainda é impregnado de apadrinhamento, o que acarreta dissabores na máquina do Estado. Outro problema refere-se ao aperfeiçoamento dessa mão de obra, que sempre emperra no tempo de permanência dos agentes públicos na administração, pois os cargos de prefeito e de vereadores são de caráter político e o corpo burocrático tem caráter técnico. Tudo isto, combinado aos processos técnicos e legais de gerenciamento do aparato burocrático das prefeituras, carece de uma mão de obra mais especializada para acompanhar as necessidades modernas do aparelho institucional do Estado-Município social que se quer moderno com base nas novas imposições legais da Constituição Federal de 1988. Para Torres (2004, p. 86), o “[...] processo de transferência de responsabilidades e atribuições para os municípios tem encontrado forte estrangulamento na precária, sucateada, ineficiente e desmotivada burocracia pública municipal”.

A contradição entre novas regras jurídicas, tributárias e organizacionais do novo Estado descentralizado que se forjou com a Constituição Federal de 1988 (que exigem o entendimento legal, jurídico, contábil, financeiro, burocrático e político) provoca, no município, especialmente os que possuem pequenas cidades, não apenas prejuízos em médio prazo, mas, especialmente, em longo prazo, pela não adequação da mão de obra burocrática, que não consegue seguir as novas exigências deste Estado. Assim, perdem-se recursos financeiros oriundos das esferas federal e estadual e também de organizações supranacionais, pela simples falta de conhecimento técnico em organizar e produzir projetos, encaminhar em prazos específicos, pela incapacidade de lidar com recursos de informática, falta de capacidade técnica que impossibilita o pleno conhecimento da máquina estatal em seus três níveis e suas regras e, o que é pior, a exígua capacidade técnica de captação de recursos pelos diversos caminhos criados e possibilitados pela CF de 1988 e suas regulamentações.

A mudança na maneira de administrar a pequena cidade acontecerá quando o estilo de administração pública não for tão dependente do modo de vida calcado nos resíduos da herança portuguesa, que ainda impregna o modo de vida e o estilo de administração pública. Trata-se daquilo que Faoro (1975) definiu como “estamento político”, em que um grupo de identidade vive em função do Estado e a “elite política” é um apêndice desse “estamento

político". Assim, nessa concepção, as relações entre o Estado e a população e dessa para com o Estado, produz e reproduz o Estado patrimonial na pequena cidade. Essa relação é, portanto, "herdeira" desse tipo de "estamento político". Nesse sentido, seu rompimento é difícil e demanda alterações profundas nas relações que foram cultural e historicamente estabelecidas. Contudo, tal processo esbarra em limitações culturais que são próprias do aparelho burocrático das prefeituras de pequenas cidades, como, especialmente, os relacionados ao insuficiente processo de capacitação técnica e educacional da mão de obra, o relacionamento mais aproximado dos gestores públicos com a maioria da população e a ausência de maior dinâmica econômico-produtiva que deixa parte da população sem opções de emprego ou mesmo de empregos com maior valoração econômica.

Mesmo que se tenha em mente a certeza de que não se trata de uma herança única e exclusiva no "molde" ideológico e dos traços culturais do povo brasileiro, e neste quesito em especial das pequenas cidades aqui retratadas, observa-se a profunda marca do registro dessa herança cultural, especialmente no modo de fazer o gerenciamento urbano e no trato da população com o poder público municipal nas pequenas cidades.

O interessante nessas argumentações é que a consideração da influência de aspectos outros que determinaram sobremaneira a formação da cultura do país, enquanto formação social e, especialmente, enquanto sociedade e povo, não se pode relevar o peso da herança ibérica, já referida, na configuração da forma de se fazer e realizar as relações entre o poder público e a população, e vice-versa, em vários graus de comprometimento e de dependência. O que se quer demonstrar é que tais relações são visualizadas em todas as cidades do Brasil, porém em níveis maiores ou menores devido às formas com que se dá a assimilação de novas maneiras mais modernizadas, travestidas de uma imposição de movimentos administrativos fortemente impregnados da modernidade anglo-saxã.

Na pequena cidade, o desencaixe de tais tradições ainda não aconteceu, pois ainda é forte a presença de uma herança histórico-cultural ibérica de se fazer a administração pública e de se relacionar o poder público com a população e esta com o poder público. Entende-se que tal maneira de encarar a situação é válida, pois as tradições que tentam suplantar a forma patrimonialista de se fazer o urbano e sua administração na pequena cidade são facilmente assimiladas e digeridas pelo modo lusitano ainda persistente. Cria-se, assim, um Estado-Município social assentado em sólidas bases sociais que se fez dessa mistura de preceitos culturais, porém com estruturas vinculadas a uma herança ibérica que se sobrepõe. Nas sociedades protestantes, há uma introjeção da norma, o indivíduo é livre, mas sua liberdade depende das regras do bem comum. Nas ibéricas, o controle do indivíduo é externo. O Estado, responsável pelas normas, deve conduzir as subjetividades, para que os indivíduos, expropriados desse controle, sejam anarquicamente livres.

Com a crescente complexidade da sociedade, mecanismos de controle pelo alto, de tipo ibérico, revelaram-se ineficazes. Massas populacionais ficaram de fora do alcance dos favorecimentos sociais e tornaram-se agentes do processo de modificação. No entanto, a perspec-

tiva individual anômica (a individualidade anárquica) persiste. Assim, mesmo considerando a complexificação da sociedade brasileira, as novas formas de organização social e também as novas formas de gerenciamento urbano, as relações sociais e políticas na pequena cidade ainda se fazem com base em um espectro inerente ao modo de se fazer a administração pública voltada para os ditames ibéricos.

No entanto, pôde-se constatar que as formas de desençaixe trazidas pelos “ventos” da modernidade, especialmente do período técnico-científico-informacional, foram menos incidentes e de caráter tangencial na pequena cidade. As instituições, tanto públicas (as ONG’s e especialmente os conselhos municipais³) como privadas, surgidas como possíveis mediadoras no processo de administração pública e das relações da comunidade com os aparelhos de Estado, na pequena cidade, não existem de forma mais aguda a cumprirem esse papel. São realizadas pelo e para o Estado-Município social. São instituições criadas com base nele e para seu propósito e, assim, garantir a permanência do *status quo* gerencial e de relações sociopolíticas da população para com o Estado-Município social e deste para com a população. Segundo Domingues (2002), as instituições fundadas com base nesses moldes tiveram como resultado um controle maior por parte do Estado. Por esta razão, “[...] a ‘modernização conservadora’ manteve-a em grande medida em seu horizonte, combinando-a com um tipo de patrimonialismo societário e esquemas de controle e subordinação pessoal baseados no ‘favor’” (DOMINGUES, 2002, p. 474).

A “modelagem” do estilo, da forma de vida urbana conduzida à maneira do Estado-Município social é o resultado final (do agora) dessa mistura que se faz entre diferentes modelos de se realizar o espaço da pequena cidade. A “fusão” da herança histórica ibérica com formas gerenciais advindas da municipalização modernizadora propostas e impostas pela Constituição Federal de 1988, que transferiu incumbências institucionais, operacionais e sociais do Estado Federal e Estadual para o Estado-Município social é o amálgama desse “novo” estilo, ou seja, a “gênese” do Estado-Município do Bem-Estar Social ou mesmo do Estado-Município social. Juntamente a isto, tem-se o Estado Federal e sua política assistencialista que corrobora esse “espírito”⁴. Viver na pequena cidade, do ponto de vista social e econômico, com situações engendradas pelo Estado-Município social, “não é difícil”. Todavia, menos caras e mais acessíveis à população, o Estado-Município social preenche parcialmente a lacuna da falta de emprego e também garante o acesso parcial de parte considerável da população a bens como saúde, educação e lazer.

O Estado-Município social é conveniente, pois não deixa aberturas possíveis à população. Não deixa aberturas à noção de autossustentação de maneira organizada e independente. As associações, sindicatos e organizações sociais nas pequenas cidades, especialmente nas três localidades analisadas neste trabalho, são “obrigações” do prefeito e do Ministério Público.

³ Estes foram criados por regulamentações constitucionais e estão diretamente relacionados às necessidades de regulamentação de ordem social e de assistencialismo público. Dentre esses conselhos, cita-se o Conselho Tutelar, Educação, Saúde, Patrimonial, entre outros.

⁴ Trata-se das várias transferências sociais e assistenciais do governo federal e algumas da esfera estadual, como Bolsa Família, aposentadorias, pensões, auxílio-gás, bolsa estudantil, entre outras.

A criação de organizações sociais é motivo de disputa pelo Estado-Município social. O sindicato rural, as associações, os vários conselhos municipais, dentre outros, são criados sob os auspícios do Estado-Município social e por ele “gerenciados”.

Deste modo, as organizações sociais/entidades de classe, na pequena cidade, estão diretamente vinculadas às leis criadas após a Constituição Federal de 1988, entretanto não são propostas saídas de uma necessidade produzida pela espontaneidade da população ou mesmo fruto de luta no interior da sociedade. O controle das diversas instituições (escolas, sindicatos, associações e conselhos) é motivo político e manutenção do poder do Estado-Município social. Em sua maioria, existem porque assim a lei o quer e determina. Dessa forma, cabe a indagação: Tal fato representa uma forma de controle arbitrário ou é ela a forma de se realizar o espaço social e político benéfico à pequena cidade?

Assim, contrapondo-se à crise do Estado do Bem-Estar Social europeu, que fez ressurgir políticas “mais liberais”, que tentam reduzir a efetiva participação do Estado na economia e no social da sociedade capitalista desses países, leis e regras novas são produzidas e incorporadas ao processo econômico-produtivo e social brasileiro e sua assimilação na pequena cidade produz um Estado-Município social que se equilibra entre o ser agente econômico e o ser agente social de maneira mais efetiva que em outras localidades.

Os agentes políticos da pequena cidade, muito mais que em outros casos, agem de maneira mais direta nesses processos. Quase não são delegadas responsabilidades; os prefeitos atuam diretamente no fomento de tais políticas. Ele é a figura centralizadora do Estado-Município social. Atua no processo produtivo, na função de articulador maior de atração de empresas, coordena e negocia diretamente as possíveis isenções fiscais e as bases estruturais do processo. E ainda, o Estado-Município social atua na manutenção das políticas sociais de baixo impacto. Esse personalismo gerencial e político faz-se marcante na pequena cidade do Estado-Município social. Os agentes políticos, na figura do prefeito, oscilam entre as práticas “modernas” da cidade econômica/gerencial e a prática política administrativa construída no seio do Estado-Município social.

Assim, tais municípios, com essas pequenas cidades, vivem quase que exclusivamente dos repasses federais (FPM) e estaduais (ICMS). Como o Estado-Município social é o maior empregador da cidade, menor volume de dinheiro repassado significa menos recursos financeiros circulando na cidade. A ausência de capital circulante impõe um estado lastimável aos serviços oferecidos à população. Em várias pequenas cidades do Brasil não existe uma difusão de empregadores e prestadores de serviços na esfera privada tão extensa quanto em cidades médias ou grandes, restando ao poder público, na figura da prefeitura municipal, o encargo não só de gerir as políticas públicas, mas também de outras variadas formas de prestação de serviços à população.

Além desse “ajuste” realizado pelo Estado-Município social, ainda tem os “ajustes” financeiros e assistenciais realizados pelo Estado Federal com base no pagamento de aposentadorias,

pensões e da bolsa família. Além de ser o maior empregador do município, a prefeitura arca, também, com grande parte da prestação de serviços que seriam de encargo das esferas estadual e federal, ou mesmo da iniciativa privada. As concessões e permissões para prestação de serviços públicos, oferecidas pelo Estado, por exemplo, não são realizadas nas pequenas cidades, pois nelas inexistem uma economia de escala que atraia tais prestadores de serviços. Assim, a prefeitura municipal tem que realizá-los. As pequenas cidades arcam, portanto, com prestação de serviços obrigatórios do governo federal e estadual – como no caso da manutenção das cadeias públicas, deslocamento de pessoal para o seu funcionamento, manutenção das viaturas policiais e também parte considerável do combustível; a Unidade Municipal de Cadastramento; a Junta de Alistamento Militar; a Agência local do IBGE; o serviço local de Fomento Agropecuário; a doação de imóveis para instalação de agências bancárias estadual e federal; despesas do Fórum, da residência do Juiz e do Promotor de Justiça.

A carga de obrigações sociais e assistenciais imposta às cidades via municipalização de funções criadas depois da Constituição Federal de 1988, e a prática de arcar com esses gastos, para Bremaeker (1997), é comum a municípios desse porte populacional, na figura de seu poder público municipal, a prefeitura, pois, se não o fizerem, a população ficará sem tais serviços.

Tais constatações permitem sustentar que o grande diferencial para a classificação de uma pequena cidade, especialmente aquela com menos de 10.000 habitantes, pode ser a identificação do município como grande empregador e promotor de ações econômico-produtivas e sociais. São características comuns a esse tipo de município e bem diferente das classificações mais usuais dentro do escopo metodológico da Geografia, especialmente o conceito mais utilizado para cidades pequenas, definidas como locais por Milton Santos (1996).

Diante do exposto, cidades com menos de 10.000 habitantes não se enquadram no conceito de cidade local estabelecido por Santos (1996). Essa constatação evidencia que essas cidades têm de ser classificadas segundo outros parâmetros, pois seu “atraso” na absorção das inovações tecnológicas agrícolas perpetradas pela sua deficitária inserção na rede urbana da nova divisão territorial do trabalho, no período técnico-científico-informacional, não as recomendam como tal; no entanto, não se pode jogar as pequenas cidades num limbo conceitual.

Esta “posição”/conceituação pouco definida sobre localidades brasileiras com população inferior a 10.000 habitantes reside no fato de que, nas ciências sociais e especialmente na geografia, a preocupação é demasiadamente focada no local de moradia da população (urbano ou rural) e com o *status* do que é ou não categoria cidade, e preocupa-se de menos com o problema central: o homem, o sujeito que reside na localidade. Tais discussões mostram-se, na maioria das vezes, sem sentido lógico-prático e demonstram um apelo puramente acadêmico e sem fundamentação no real. É abstração acadêmica e falta de uma razão fundada na realidade e no princípio da ciência: o homem. Em grande medida, são análises de cunho linear e de mero apelo hierarquizante, o que provoca uma verdadeira miscelânea de análises e postulados teóricos de pesquisadores carregados de “preconceitos” e com visão metropolizada.

A pequena cidade é uma espécie de “barreira” para a geografia, que se limita a categorizar o amplo e vasto. A geografia não consegue “enxergar” o micro, tal como a física newtoniana, que não consegue adentrar a barreira dos *quarks* e dos *glúons*. É nesse ponto que a geografia volta-se para dentro das formas-conteúdo do macroespaço, relegando o microespaço da pequena cidade a abstrações, negando-lhe existência própria. O mais próximo da realidade das pequenas cidades (que existem, mas são “inexistentes”) alcançado pela geografia acadêmica é quando são incorporadas às categorias do local, do lugar e do território.

Entende-se que as discussões que envolvem o fato de a localidade ser ou não urbana e se “pode” ser conceituada como cidade⁵ não apresentam a real e necessária consistência analítica. Assim, as localidades que apresentam população inferior a 10.000 habitantes são consideradas cidades por uma questão de coerência, relacionada à Constituição Federal de 1988 e ao pacto federativo proposto por ela. Deste modo, a definição da categoria cidade, no Brasil, como todas as sedes administrativas de município, segue uma lógica que se explica na maneira *sui generis* como a Constituição Federal de 1988 provocou, no âmbito do federalismo nacional, e de como esta mesma constituição propôs o municipalismo no Brasil. A ótica inovadora do texto constitucional brasileiro, ao criar uma equalização de poderes e de obrigações calcada na forma tripartite (união, estados e municípios), não tem similar no mundo. Isto porque fomenta uma descentralização de poderes e objetiva uma federação única, em que as esferas dos entes federados não sejam mais calcados na lógica dual exógena (observada especialmente na lógica estado-unidense entre união e estados), e sim na maneira, agora estabelecida constitucionalmente, em que os entes federados têm papéis explicitados e o município possui uma razão de existência definida.

Como sede administrativa do município, fica clara a função de cidade dessas localidades, mesmo com tamanho reduzido, seguindo, assim, uma característica de descentralização e municipalismo atuante e de coerência com o proposto na carta constitucional brasileira. Sendo assim, as localidades com número inferior a 10.000 habitantes são, consoante este entendimento, cidades. Assim, a coerência é o recorte, segundo a experiência constitucional, que confere poderes excepcionais aos municípios brasileiros. Como sedes municipais, são-lhes exigidas funções administrativas e de organização espacial para o todo municipal, sendo de pequeno ou grande porte populacional. Como tal, essas localidades possuem funções político-administrativas claras e de cunho cidadão e, acima de tudo, responsabilidades de gerir, por intermédio de seus agentes públicos e da sociedade civil, verbas; recursos humanos, educacionais, técnicos e assistenciais; a saúde pública e outros mais que garantem a existência de sua população, de pessoas com anseios, expectativas, dilemas e não apenas “habitantes” ou “população”, ou seja, números estatísticos e demográficos.

Portanto, conceitua-se as cidades com menos de 10.000 habitantes como pequenas cidades segundo os critérios aqui propostos e adotados: relação direta do poder público e a trajetória produtiva (econômica e empregatícia) e social no todo municipal; vinculação estreita

⁵ Como observado em Bremaeker (1996, 1997), Carlos (1994, 1997), Maia (2004), Santos (1996), Santos e Silveira (2001), Souza (1996) e, especialmente, em Veiga (2001, 2002), entre outros.

da sede municipal com seu entorno rural, derivando, assim, uma forte “simbiose” municipal; forte apego da população com o todo do território municipal; e, especialmente, *a atuação marcante de um Estado-Município social em nível municipal*.

Reforça esse argumento o critério populacional estabelecido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2000), que categoriza as pequenas cidades em grupos que variam segundo suas populações: o primeiro, para cidades até 10.000 habitantes; o segundo, de 10.000 a 20.000 habitantes; e o terceiro, de 20.000 a 50.000 habitantes. Deste modo, pequenas cidades sublimam os aspectos de categorização para pequena cidade aqui proposto e enquadram-se no primeiro segmento da classificação estabelecida pelo citado instituto.

Além do mais, esta maneira de encarar o complexo mosaico de situações de uma pequena cidade é mais próxima da realidade cotidiana dessas localidades. A afirmação de que tais localidades são, de fato, cidades confere à geografia um novo desafio: o de entendê-las do ponto de vista do político e da esfera político-administrativa. A maneira como o Estado-Município social articula e é articulado nessas localidades, bem como a relação da população com esse espaço subnacional, reflete uma preocupação com o seu cotidiano, diferente das articulações metropolizadas. Assim, somente com base no cotidiano e nas relações sociais e culturais inerentes aos seres humanos que residem e transformam o espaço da pequena cidade é que se pode aprofundar a análise desses lugares.

A dificuldade da geografia para tratar do cotidiano da pequena cidade reflete-se em sua característica de observar/analisar a realidade social metropolitana. A realidade da pequena cidade é relegada ao complementar, ao acessório e, na maioria das vezes, às sobras teóricas e postulados emprestados de outras ciências sociais. Assim, a categorização da pequena cidade torna-se uma tarefa que, em muitos casos na geografia, é alocada para noções ora superficiais, ou mesmo sem sentido prático, ora de formulações abstratas que perpassam o mero simbolismo do contrário (pequena cidade como diferente de grande cidade).

Tal fato implica na dificuldade da geografia em analisar realidades que saem do senso comum estabelecido por décadas nos grandes centros acadêmicos, de que a complexidade espacial e social pertence e é exclusiva das médias e das grandes cidades. Esquece-se, no entanto, de que a vida é real. Na pequena cidade, esta vida é baseada em códigos diferentes dos que regem a grande cidade; são códigos relacionais baseados na pessoalidade e na maneira de encarar a política, assim como na atuação do Estado-Município social. O controle da pessoalidade nas pequenas cidades é forte e seu amálgama são as relações políticas que se estruturam e dão estrutura ao Estado-Município social.

PEQUENAS CIDADES NO NOVO MILÊNIO: ADMIRÁVEL MUNDO NOVO?

O critério populacional torna-se importante para a definição da categoria pequena cidade, pois implica motivo de grande preocupação, principalmente por parte do poder executivo desses

municípios, que, como sublinhado, perdem ou têm estagnação de sua população. Quando da perda populacional deriva também a migração, não somente de pessoas como também de “cérebros” e de mão de obra, cria-se um ciclo vicioso em que a perda populacional leva a mais perda de população. Desse modo, o montante de participação arrecadado de repasses federais e estaduais desses municípios fica cada vez menor frente ao todo, no que se refere ao FPM e ICMS. Assim, essas cidades não conseguem assumir um papel de destaque na rede urbana, sendo, por vezes, “devorada” pela hegemonia de cidades mais dinâmicas do ponto de vista econômico. A perda ou o aumento pouco expressivo das populações das pequenas cidades não pode ser encarado como causa, mas sim como efeito de sua estagnação econômica, social e administrativa. Esta é fruto de uma contradição desencadeada pela qualidade da prestação de serviços à população, que é, em verdade, reflexo de sua condição na divisão territorial do trabalho estabelecida nas últimas décadas do século XX.

A perda ou estagnação populacional é uma das características que os municípios com menos de 10.000 habitantes apresentaram nos dois últimos estudos do IBGE, o censo de 2000, e na contagem populacional de 2007. Das 2.616 cidades com menos de 10.000 habitantes, 964 ou 36,85% dessas apresentaram perda populacional em relação a essas duas últimas pesquisas. É necessário ressaltar que não só perderam população, como também a migração apresenta-se cada vez mais seletiva quanto a sexo e faixa etária. Nessas pequenas cidades com menos de 10.000 habitantes, pode-se perceber, quando se analisam esses dados, que as mulheres migram mais. Tal fato pode ser explicado pela necessidade maior do homem em atividades rurais que ainda exigem força física ou até mesmo pela partilha de pequenos sítios, que geralmente ficam com o primogênito masculino, devido à exiguidade de área dessas propriedades rurais. Nas pequenas cidades do Brasil, a população masculina é maioria em 84,06%, ou seja, 2.199 pequenas cidades apresentam mais homens que mulheres, sendo essa porcentagem um número totalmente inverso à realidade apresentada no censo IBGE de 2000 e na contagem populacional de 2007 para o país, onde a população feminina é a maioria.

Além de essa migração ser maior entre as mulheres, outro dado também é importante: os migrantes são, em sua grande maioria, jovens, em pleno ápice da força produtiva. Outro fato interessante visualizado no censo do IBGE de 2000 e na contagem populacional de 2007 é que dessas 2.616 cidades com menos de 10.000 habitantes 52,87%, ou 1.383, são consideradas, nos critérios estabelecidos pelo IBGE, com maioria de população urbana, o que poderia ser explicado levando-se em conta que o campo não atende mais as necessidades e expectativas dessa categoria de população. Tanto em nível de emprego, que estão escasseando devido à modernização agrícola, como também no fato de o mundo urbano oferecer “oportunidades” e um modo de vida facilmente “comprado” por esses jovens.

Como os repasses de verbas públicas são realizados segundo parâmetros técnicos em relação à população total dos municípios, as pequenas cidades, que já recebem poucas verbas, passam a sofrer mais cortes, devido à sua intensa perda populacional. Perda ou estagnação populacional estaciona seu coeficiente de participação ou até, em alguns casos, diminui esse

coeficiente até o mínimo, A ausência de mecanismos eficientes, tanto no campo econômico como político, ao longo de um período dilatado de tempo, provocou uma estrutura precária de inserção na rede urbana que se mostra, a partir do período técnico-informacional, eficiente do ponto de vista capitalista. Esta rede urbana que se cria e é criada molda a estrutura econômica e política das regiões, com novas exigências de um capitalismo cada vez mais tecnológico no urbano e, em especial, no campo.

Enquanto isso, o Estado-Município social fortalece-se. A ruína financeiro-produtiva e econômica do município estabelece aberturas para o patrimonialismo e o assistencialismo do Estado-Município social. Assim, o fator arrecadação municipal é diminuído para dar lugar a preocupações mais relacionadas aos problemas socioadministrativos e de relacionamento entre a população e o poder público e, também, entre a prefeitura e as novas regras da modernidade administrativa imposta desde a Constituição Federal de 1988, o que, de fato, demonstra claramente a relação dúbia entre o moderno e o modo tradicional de se administrar o bem público. O arcabouço patrimonialista fica evidente.

Fica patente que as contradições realizam-se no espaço da administração pública da pequena cidade, porém tem-se de ressaltar que o olhar sobre as dificuldades da administração pública, nessas cidades, é diferente. Como visto, a prestação de serviços à população é substituída por práticas patrimonialistas e de um assistencialismo rasteiro que advém dos empregos públicos. A ausência de políticas mais eficazes de cunho social é substituída por empregos públicos e o salário advindo do Estado-Município social “tapa” esta lacuna. Assim, as possíveis alocações dos recursos ficam ao sabor político e não técnico, induzindo um ciclo vicioso em que a população total é penalizada e fica refém da situação política do momento municipal.

Depois de todas essas análises, entende-se que as pequenas cidades não têm como carência estrutural ou problema fundamental apenas o aspecto econômico-financeiro. O grande desafio da pequena cidade reside no campo político-administrativo, pois, com base na evolução desse campo nas cidades brasileiras, pode-se estabelecer uma conexão entre a formação histórica dos municípios, calcados na figura do estabelecimento de relações de arranjo espacial e administrativo português, com a dificuldade de adequação aos ditames da globalização calcada na ordem anglo-saxã.

Os arranjos políticos e administrativos da pequena cidade ainda carregam, cultural e ideologicamente, as formas e maneiras das cidades concebidas pelo raciocínio do fazer política e administração pública arraigado nas práticas coloniais, fruto de uma intervenção marcante do ideário lusitano (e por que não ibérico), mesmo após a independência e ainda na República, até mesmo nos dias de hoje. Todo esse arcabouço ideológico e psicológico do fazer política e administração pública (e assim a regulação e também a transformação espacial) das pequenas cidades é, reafirma-se, um refúgio de uma ordem lusitana de se fazer o urbano, pela via da administração municipal e pelas relações entre o poder público e os cidadãos.

Assim, mesmo sabendo que os assuntos merecem maior reflexão, pode-se concluir que o processo de urbanização e as cidades, por conseguinte (e sua expressão maior que é o modo de vida urbano), são onipresentes na atualidade, mesmo quando países ou regiões não são urbanos, em número populacional, mas o são em essência. A forma alcançada e mesmo projetada do processo de globalização no mundo faz da urbanização maior que o número de pessoas residentes em cidades.

Todavia, a modernidade chega pontualmente na pequena cidade e de forma impositiva pelo mundo global. Essa transição faz-se mais traumática na pequena cidade. Se nem mesmo a modernidade, pós-modernidade ou qualquer que seja a nomenclatura coerente para esse tempo de maiores incertezas, apresentou-se, de fato, em sua totalidade, ela já é “questionada” pelos valores culturais e sociais que apresenta. A transição “mal resolvida” entre o tradicional e o moderno questiona a existência de um mundo pós-moderno e escancara os problemas internos da pequena cidade. Com a globalização, a modernidade destrói fronteiras e limites, porém enseja novos e mais complicados questionamentos sociais, políticos e culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernidade como ordem é progresso, última instância da evolução humana. Progresso muito mais que valores. Funda-se nos aspectos ideológico e psicológico para ordenar o econômico e político e materializa-se no espaço construído. Paralelepípedos por asfalto, casarões centenários por construção de concreto e gesso, mercearias por supermercados, as praças e os jardins pelas *lan houses*. A ideia da transição modernidade/pós-modernidade faz-se ruidosa e viril, rápida e “sangrenta”, provoca ressentimentos e anacronismos. Na pequena cidade, a transição inacabada do tradicional pela “modernidade” repercute no modo de se fazer a administração pública encapsulada por leis da modernidade.

Ocorre, então, uma refinada separação tempo-espaço crucial para a modernidade, que estabelece a dinâmica da sua influência nos lugares. O alcance objetivo da modernidade nos lugares pode, assim, ser definido como mensuração dos “impactos” da modernidade nos lugares⁶. A separação inconclusa nas pequenas cidades é sinal de uma modernidade incompleta. Isto reforça ainda mais o papel do Estado-Município social como fonte máxima dessa mediação ou até mesmo amálgama desta quase cisão do tecido social da pequena cidade. Tal fato o faz cada vez mais importante e seu papel deve ser rediscutido e, ainda mais, redesenhado, para que os desvios possam ser corrigidos.

As políticas públicas internas aos municípios com pequenas cidades são de maneira a racionalizar o que de fato imputa as formas direcionadas pela Constituição Federal de 1988, ou seja,

⁶ A pequena cidade não vai resolver as contradições do mundo moderno e nem mesmo outras categorias de cidades o farão. Contudo, vai vivenciá-las. O que é diferente é a maneira como o Estado-Município social age e intermedia essas contradições na pequena cidade, diferentemente de outras categorias de cidades, devido a sua especificidade.

a descentralização de poderes e deveres e a municipalização das políticas públicas de cunho social em âmbito municipal denotam uma situação exemplar de ingerência do Estado-Município social com fortes resquícios de uma política “keynesiana” de cunho microlocal. Assim, é um arranjo de um Estado do Bem-Estar Social, mistura de práticas herdadas de um patrimonialismo ibérico com políticas assistencialistas, rascunho do *Welfare State* tupiniquim e microlocal.

Neste caso, a contradição entre o “Estado do Bem-Estar Social” e a política neoliberal reinante nas últimas décadas no Brasil tem sua marca na realidade da pequena cidade. A maior concentração de recursos financeiros e tributários no ente federado União fica evidenciada nessa política concentradora de renda e recursos e descentralizadora nas funções. Com isso, a contradição entre ser uma cidade que atrai investimentos (a cidade empresa) *versus* o novo clientelismo e ajuda à população é mais sentido no município, especialmente mais palpável na pequena cidade.

As pequenas cidades potencializam o “Estado do Bem-Estar Social” de maneira mais direta e visível via clientelismo e personalismo, pois, nelas, as relações sociopolíticas entre a população e o poder público, a administração pública e seus agentes são estabelecidas de maneira mais conclusiva e sem abstrações. São diretas e em certa medida revigoradas e “financiadas” por um *status quo* federativo confuso e impregnado de regras modernizantes, conflituosas, permeadas de um passado ainda muito presente de práticas herdadas historicamente.

Assim, o clientelismo, o personalismo e o patrimonialismo derivam da postura de práticas político-administrativas herdadas historicamente e promovem anacronismos e falta de perspectiva para a parcela da população da pequena cidade. As lacunas deixadas por essa situação são preenchidas por um Estado-Município social que, em vários momentos, desvia ou dribla suas próprias fraquezas com a instauração ou amplificação de festas e festejos no município, a fim de criar a ilusão da felicidade.

Portanto, a carência de recursos para novos investimentos aliada à falta de perspectivas de parcela da população produzem situações em que a pequena cidade é vivida como um eterno “momento feliz”, em que as festas são seu principal calendário. Não mais o calendário agrícola rege essa pequena cidade, e sim o calendário do *show* que é a cidade pequena; dentro deste *show* eterno, o momento eleitoral é um dos mais esperados por parcela significativa da população. É quase uma fundamentação aristotélica, em que a felicidade é, em si mesma, um fim.

Do estrangulamento produtivo-econômico, resta o Estado-Município social como empregador e financiador de políticas culturais e sociais de baixo impacto populacional. Do estrangulamento técnico, resta o Estado-Município social “cabide de empregos”, doador de benesses e “produtor de moeda corrente”, mediante a doação de combustíveis com “notas” no posto de gasolina. Do estrangulamento social, resta o papel assistencialista e também de fomentador do comércio farmacêutico com seus vários momentos de “aviação” de receitas. O que se percebe é que o Estado-Município social articulado na pequena cidade provê, em parte,

as necessidades sociais e econômicas da população, fazendo-a “refém” de suas próprias angústias e do desespero inerte e propício para o próprio *modus vivendi* articulado pela tangencialidade da modernidade e da ausência de mecanismos eficazes de autossustentação, ou mesmo sustentabilidade da população.

O “cabide de empregos”, a total dependência de parte da população para com os veículos da prefeitura, a necessidade de aviamento para as receitas médicas, e a própria articulação da esfera de serviços federais e estaduais nos ombros da prefeitura representam estrangulamentos socioprodutivos e socioestruturais que alimentam o Estado-Município social. Esses vários estrangulamentos (econômico, técnico e social) produzem um Estado-Município social resistente às novas maneiras de governar a sociedade, muito mais pela necessidade que por resistência política/ideológica. O que se faz então é a produção de um anacronismo, em que as poucas receitas do município são, em sua grande maioria, “distribuídas” no circo armado de relações internas a um grupo de pessoas ligadas de maneira direta e indireta ao poder público do momento. Tais constatações servem como um dos melhores parâmetros para determinar e classificar uma cidade como “pequena”.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 31 p. (Texto para discussão n. 702).
- BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. *Os mitos do “sertão” e do Triângulo Mineiro: as cidades de Estrela do Sul e de Uberlândia nas teias da modernidade*. Uberlândia, MG: Compooser, 2003. 211 p.
- BREMAEKER, François E. J. de. Causas da situação de crise financeira dos municípios brasileiros. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, n. 219, p. 8-21, abr./dez. 1996.
- _____. As dificuldades enfrentadas pelos prefeitos de pequenos municípios. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, n. 221, p. 98-108, abr./dez. 1997.
- CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 23 p. (Texto para discussão n. 621). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2008.
- CAMARANO, Ana Amélia; BELTRÃO, Kaizô Iwakami. *Distribuição espacial da população brasileira: mudanças na segunda metade deste século*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 21 p. (Texto para discussão n. 766). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2008.
- CARLOS, Ana Fani A. *Espaço e indústria. A cidade. O homem e a cidade: a cidade e o cidadão; de quem é o solo urbano*. São Paulo: Contexto, 1994. 98 p.
- _____. *Trajétorias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 302 p.
- CORRALO, Giovani da Silva. *Município: autonomia na federação brasileira*. Curitiba: Juruá, 2006. 233 p.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Hinterlândia, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 113-137, 1966.
- DINIZ, Francisco et al. *O papel das pequenas e médias cidades no contexto do modelo de desenvolvimento rural: uma primeira abordagem*. Vila Real, Portugal: UTAD, 2001. 15 p.

- DOMINGUES, José Maurício. A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 459-482, 2002.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2. ed. revista e aumentada. Porto Alegre; São Paulo: Globo; Universidade de São Paulo, 1975.
- FERREIRA, Yoshiya Nakagawara; AGUILERA, Vanderci; CARVALHO, Márcia Siqueira de Carvalho. Pequenas cidades e redes de relações na estruturação ou desestruturação. *Scientific Journal*, Bauru, SP, v. 5, n. 1, p. 267-268, 2001.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 220 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Home Page. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- MAIA, Doralice Sátiyro. *Cidades pequenas: como defini-las? Apontamentos para os estudos sobre as cidades pequenas*. João Pessoa, 2004. 20 p. Mimeo.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Home Page. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2008.
- OLIVEIRA, Bianca Simoneli; SOARES, Beatriz Ribeiro. *O papel das cidades locais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba/MG no contexto regional*. Uberlândia, MG, 2000. 28 p. Disponível em: <<http://www.geografiaememoria.ig.ufu.br/downloads>>. Acesso em: 20 out. 2008.
- PAULA, Ana Paula Paes de. *Por uma nova gestão pública*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. 201 p.
- SANCHES, Rodrigo Ruiz. *A questão da democracia em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. [S.l.], [1995]. Disponível em: <<http://www.siarq.unicamp.br/sbh/artigoraizes.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- _____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1996. 157 p.
- _____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005. 170 p.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil, território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 249-278.
- SILVA, Joseli Maria. Cultura e territorialidades urbanas: uma abordagem da pequena cidade. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, 2000.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual*. São Paulo: Ática, 1996.
- TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. *Estado, democracia e administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004. 224 p.
- VEIGA, José Eli. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília: Nead, 2001. (Textos para discussão n. 1). Disponível em: <<http://www.nead.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2008.
- _____. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. 212 p.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (Org.). *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro*. Campinas, SP: Polis, 2004. 243 p.

PARTE II

**REDISCUTINDO AS
CIDADES MÉDIAS NO/DO
TERRITÓRIO BAIANO**

SEF

94

Série Estudos e Pesquisas

FRAGMENTAÇÃO MUNICIPAL DA MESORREGIÃO DO EXTREMO OESTE DA BAHIA E EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE BARREIRAS

*Liliane Matos Góes**
*Ednice de Oliveira Fontes***
*Heibe Santana da Silva****

INTRODUÇÃO

A produção do território do Extremo Oeste da Bahia ocorre desde o século XVI e, atualmente, está vinculada à agricultura científica, que faz uso e apropriação da tríade: técnica, ciência e informação. A introdução de técnicas e incentivos teve apoio político e econômico do Estado, a fim de reduzir o problema da conexão com a capital, especificamente de comunicação e circulação, assim como de integração da região ao circuito superior da economia urbana. Segundo Cataia (2005), as técnicas carregam em si um panorama de recortes espaço-tempo distintos, que imprimem rugosidades e permitem considerar o território como “memória da história”. Dias (1995, p. 141) ratifica que “[...] toda a história das redes técnicas é a história de inovações que, umas após as outras, surgiram em resposta a uma demanda social antes localizada do que uniformemente distribuída”.

Compreender as novas organizações espaciais dos municípios do agronegócio da soja e do algodão remete-nos à segmentação do tempo em dois recortes: o primeiro período compreende desde 1501 até os anos 1980, quando as relações espaciais prevaletentes obedeceram ao componente horizontal. Nesse período, o uso do território era comandado pela pecuária extensiva, agricultura mercantil e extrativismo vegetal, dinamizado por técnicas rudimentares. O segundo recorte inicia em 1990 e está marcado pela agricultura científica, atualmente gerida pelos complexos agroindustriais da soja e do algodão. O cenário de uso e ocupação das terras calca-se nos circuitos de relações que o subsistema agricultura promove, de maneira que o componente vertical atua e dinamiza o território por meio das redes geográficas. “A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornando território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o ‘instrumento’ por excelência do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 204). A dinâ-

* Mestra em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); especialista em Ensino em Geografia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). lili_goes@hotmail.com

** Pós-doutora pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professora titular da Universidade Estadual de Santa Catarina (UESC). Pesquisadora da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). ednice@uesc.br

*** Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); graduado em Geografia. heibe.santana@ufba.br

mica, a estrutura e o funcionamento da nova organização espacial é resultado de decisões dos subsistemas população e política, devido à introdução de projetos de desenvolvimento. Essas ações permitiram que os municípios do território do Extremo Oeste da Bahia fossem reconhecidos como do agronegócio, especificamente da soja e do algodão.

Este artigo tem como objetivos: analisar o processo de reestruturação dos limites territoriais com base na atuação dos componentes horizontais e verticais, assim como elaborar representações cartográficas da fragmentação municipal da mesorregião do Extremo Oeste da Bahia, para o período de 1911 a 2007; e analisar a rede de circulação com o intuito de perceber os vetores que promoveram/promovem a fluidez da produção, organização e distribuição, tomando como componente principal o histórico de uso e ocupação do território, em particular na dinâmica do município de Barreiras.

MATERIAIS E METODOLOGIA

A metodologia aplicada para a obtenção dos dados pertinentes à pesquisa foi a técnica de documentação indireta, relevante para a construção de um banco de dados georreferenciado, por meio do *software* ArcGIS 10.0, necessário para elaboração de representação gráfica em mapa. *A priori*, realizou-se coleta de dados secundários e organização dos procedimentos metodológicos; *a posteriori*, tratamento dos parâmetros quantitativos, a fim de compreender a hodierna organização espacial.

A reconstituição territorial da área de estudo fundamentou-se no histórico da fragmentação municipal publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acerca da divisão territorial dos municípios onde constam informações dos municípios originários e originados de desmembramentos municipais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007). A delimitação histórica foi elaborada por meio do *software* ArcGIS 10.0; as extensões utilizadas para edição e construção da base de dados em formato *shapefiles* (*.shp), foram: extração, junção e dissolução.

Para entender o subsistema população foram extraídas informações do Censo Demográfico de 1940-2010. O parâmetro utilizado foi de população residente segundo domicílio: urbana e rural (CERQUEIRA; GIVISIEZ, 2011; WONG, 1998). Em virtude dos fluxos migratórios que convergem para o município de Barreiras, realizou-se cálculo da taxa de crescimento populacional. Este consiste numa formulação geométrica cuja equação foi aplicada nas pesquisas de Góes (2011) e Góes, Fontes e Moreau (2010).

$$R = \left[\left(\sqrt[n]{\frac{Pt}{Po}} \right) - 1 \right] \times 100$$

Para obtenção da taxa de crescimento (R), subtraiu-se 1 da raiz enésima do quociente entre a população final (P_f) e a população no começo do período considerado (P_o), multiplicando-se o resultado por 100, sendo "n" igual ao número de anos no período. O *software* utilizado foi o *Microsoft Mathematics 4.0*.

Para obter a evolução da mancha urbana foram utilizados dados existentes no Plano Diretor Urbano de Barreiras (BAHIA, 2003). A adaptação da figura de evolução urbana do Plano, trabalhada com o auxílio do *software Google Earth*, possibilitou a delimitação dos polígonos que caracterizavam a evolução da mancha urbana, dividindo-os em períodos de 10 anos, começando em 1970 e terminando no ano de 2010.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de uso e ocupação do território Extremo Oeste da Bahia foi emblemático devido à distância e às limitações técnicas inerentes ao recorte espacial. Esses condicionantes limitavam a comunicação do Além São Francisco (Sertão do São Francisco) e as Gerais com a Capital. A denominação do fragmento retratava nitidamente "[...] um território que estava além de um limite, onde a administração do Estado pouco se fazia presente" (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2000, p. 28).

Foi a partir de 4 de outubro de 1501, com a "[...] descoberta da foz do Rio São Francisco por André Gonçalves e Américo Vespúcio" (BRANDÃO, 2009, p. 49), que foram estabelecidos os *sistemas de ações e objetos* (SANTOS, 2008) com o propósito de povoar, proteger e obter conhecimento dos recursos naturais do território para fins de exploração. A normatização do uso do território entrou em vigor "[...] por carta regia assignada por D. João III, datada de Evora, em 10 de Março de 1534, foi feita a Duarte Coelho Pereira a doação da Capitania de Pernambuco, entrando na dita terra e demarcação d'ella todo o Rio de S. Francisco" (MONTENEGRO, 1875, p. 15).

A princípio, os vetores de expansão obedeceram ao modelado da bacia hidrográfica do rio São Francisco, por possibilitar sustentação das necessidades, distribuição espacial da população e das mercadorias, assim como para fins de localização. Na realidade, os caminhos visavam atender "[...] a estratégias e geopolíticas de ocupação do território" (TEIXEIRA NETO, 2001, p. 51).

Essa ocupação teve início com as entradas, que desbravaram e apropriaram-se de novos territórios em busca de ouro e pedras preciosas, tendo como consequência o extermínio do gentil bárbaro, política adotada pelo governo de Duarte da Costa e Mem de Sá nos séculos XVII e XVIII (TAVARES, 2001, p. 25). Essa prática era "[...] recompensada com a concessão de sesmarias, que uma vez partilhadas, dão origem a fazendas de gado" (SANTOS FILHO, 1989, p. 25). Nesse contexto, os sesmeiros, favorecidos com a doação do território pelo sistema de sesmarias (1530 a 1822), isto é, compartimentação para apropriação e gestão do território, pertenciam às famílias da Casa da Torre (os Dias de Ávila, depois associadas aos Pires de

Carvalho e Albuquerque) e da Casa de Nizza (os Guedes de Brito e os Saldanha da Gama). (TAVARES, 2001).

No século XVI, atividades econômicas de cunho agropecuário, em especial a pecuária extensiva, foram introduzidas nessas terras com o intuito de facilitar e assegurar a fixação dos habitantes nos povoados, e a ampliação do território. Por tratar-se de mercadoria autotransportável, os vetores dessa movimentação advinham das províncias de Pernambuco (sentido NE-SO) e da Bahia (E-W). Assim, a criação e as fazendas de gado são características fundamentais da ocupação. Em menor escala, destaca-se o cultivo da cana-de-açúcar, atividade próspera do primeiro ciclo econômico colonial (SANTOS FILHO, 1989; SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2000).

A Bacia do rio São Francisco, enquanto rede de comunicação e circulação fluvial, contribuiu para o desbravamento das terras do Além São Francisco e as Gerais. Por conta de sua navegabilidade, tornou-se possível a articulação do interior que se consolidou desde Pirapora, em Minas Gerais, a Juazeiro, na Bahia. Por esta razão, esse é considerado um rio de integração regional. Entretanto, em 1701, Carta Régia determinou a cisão do tráfego entre esses estados (SANTOS; PINHO, 2003). No século XVII, o rio São Francisco adquiriu o pseudônimo de rio dos currais em virtude do estabelecimento de povoados que se originaram nas suas proximidades, tendo em vista os currais do efetivo bovino (MACEDO, 1952).

Os *sistemas de ações e objetos* implementados no território materializaram-se em 1752, ao ser estabelecido o primeiro entreposto comercial, a Vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul (atual Barra), por Resolução Régia (BAHIA, 1936 apud BRANDÃO, 2009). O território são franciscano foi elevado à condição de Comarca do Sertão de Pernambuco pelos decretos de 15 de janeiro de 1810 e de 3 de junho de 1820. A Comarca foi segmentada em “[...] Rio de S. Francisco da qual deviam fazer parte as Vilas da Barra de Rio Grande e de Pilão Arcado e as Povoações de Campo Largo e Carunhanha, ficando o restante pertencendo à Comarca do Sertão Pernambuco” (MONTENEGRO, 1875, p. 16). O município de Barra é considerado originário, o que significa que “[...] não há qualquer tipo de documento ou análise que estabeleça ou evidencie relação de cunho territorial ou administrativo entre o município criado e qualquer outro” (SÃO PAULO, 1995, p. 59 apud BRANDÃO, 2009, p. 59).

O fragmento do Além São Francisco e as Gerais foi palco de disputas territoriais entre os atuais estados da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais, sob a justificativa da dificuldade de comunicação com a capital baiana. Desta forma, a primeira medida foi sancionada pelo decreto de 28 de maio de 1817, que concedeu a anexação da Comarca do Rio São Francisco à Província de Minas Gerais, revogado pelo decreto de 22 de julho de 1817 (MONTENEGRO, 1875). A anexação foi reintegrada a Minas Gerais pelo decreto de 7 de julho de 1824. Segundo Tavares (2001), a justificativa calcava-se no envolvimento da Província de Pernambuco na Confederação do Equador e o distanciamento da sua capital, que impossibilitava a comunicação. Não diferente de Pernambuco, a Província de Minas Gerais também possuía capital

longínqua, o que motivou a anexação do território ao atual estado da Bahia, pelo decreto de 15 de outubro de 1827 (MONTENEGRO, 1875). Atualmente, as discussões permeiam o cenário que propõe a criação do estado do São Francisco, desmembrando-o do território do estado da Bahia (HAESBAERT, 1996).

No século XVIII, a (re)organização espacial ocorreu com o evento das atividades mineradoras de ouro e diamante nos estados de Minas Gerais, Goiás e Bahia. Na Bahia, a atividade econômica foi expressiva nos municípios de Jacobina, Rio de Contas, Araçuaí e Tucumbira, nos quais ocorreu modificação da estrutura territorial, especializando-os enquanto entrepostos comerciais, devido à fluidez de pessoas e mercadorias provenientes de outras localidades, que exigiram da forma espacial a introdução de fixos, nos termos de Santos (2008), para suporte da demanda (BRANDÃO, 2009; SANTOS, 2008; SANTOS FILHO, 1989; SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2000; TAVARES, 2001). Entretanto, a atividade foi interrompida em 1717 pela Coroa, pois os esforços deveriam ser direcionados e empregados na Província de Minas Gerais (TAVARES, 2001).

A despeito das limitações técnicas, o fluxo de pessoas e de mercadorias pela rede hidrográfica permitiu a simples intersecção entre os povoados do Além São Francisco e as Gerais, tendo o município de Barra como importante entreposto comercial, por estar vinculado ao município de Juazeiro, que possuía estruturada rede de transporte que propiciava a ligação com a Capital.

De acordo com Teixeira Neto (2001, p. 62), “[...] os caminhos pioneiros de ontem são as rodovias modernas de hoje”, ou seja, o escoamento da produção aurífera dava-se pelo antigo caminho colonial, atual BR-242, que conectava Salvador a Goiás.

[...] em direção ao vale do rio Tocantins, o caminho passava por Feira de Santana (que desde o século XVIII já era importante feira de gado do nordeste brasileiro), Ipirá, Mundo Novo, Morro do Chapéu, rio São Francisco, à altura de Ibotirama, Barreiras, Mimoso do Oeste (atualmente Luís Eduardo Magalhães), Serra Geral, e, daqui aos arraiais do Duro (Dianópolis) e Natividade [...]

Pelo sudeste da Capitania [Natividade] ia-se de Couros (Formosa) ao noroeste de Minas Gerais, em direção à cidade de Salvador, por antigos caminhos de tropas e boiadas, passando por Januária, Carinhanha, Caetité, Jequié e Nazaré (TEIXEIRA NETO, 2001, p. 60).

O Além São Francisco foi cenário de grandes eventos atrelados à mineração que, de certa forma, impulsionaram o povoamento do sertão. Entretanto, as intervenções da Coroa resultaram na redução do fluxo de pessoas, assim como dos processos imigratórios e implicaram na constituição de “povoados fantasmas”. Salienta-se que, nesse momento, as rotas de circulação e comunicação já haviam sido estabelecidas. O sertão do São Francisco, no século XIX, passava por momento de estagnação econômica, porém a região das Gerais destacava-se na extração

do látex da mangabeira. O município de Barreiras teve relevância devido à produtividade e por ter, no Rio Corrente, um significativo meio de escoamento da produção (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1958; SANTOS FILHO, 1989; SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2000).

Outro aspecto apontado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2000) concerne aos sistemas de ações efetivadas pelo Estado por meio da construção de redes geográficas de circulação fluvial e férrea. Primeiro foi implantado o transporte fluvial a vapor, em 1865, com a criação da Primeira Companhia de Navegação do São Francisco. O estado de Minas Gerais também aderiu à iniciativa. Em 1896, concretizou-se a Estrada de Ferro Bahia-São Francisco, permitindo a comunicação entre Juazeiro e Salvador. Novamente, o Estado de Minas Gerais adotou o empreendimento como modelo e implantou a Estrada de Ferro Central do Brasil, proporcionando a conexão entre Pirapora e o Rio de Janeiro. As ações conjuntas convergiram para a integração do local ao nacional e foram efetivadas desde o rio São Francisco, prosseguindo pela rede ferroviária.

A partir da metade do século XX, o antigo território denominado “Além São Francisco e as Gerais” reorganizou-se espacialmente em virtude das intencionalidades introduzidas por meio dos *componentes verticais e horizontais no território* (CATAIA, 2005). Os reflexos são corroborados pela fragmentação do território, complexidade da rede geográfica, ampliação das fronteiras agrícolas, migrações inter e intrarregionais, modernização agrícola, especialização produtiva e logística. Portanto, o século XX caracterizou-se pela integração estadual, nacional e internacional proporcionada pelas intencionalidades do Estado e pelos Complexos Agroindustriais da soja e do algodão. Assim, o meio técnico-científico-informacional afirma o atual território Extremo Oeste da Bahia no contexto do circuito superior da economia urbana por meio das *commodities* dos grãos, em particular a soja.

A variável inicial que impulsionou a (re)organização espacial do território Extremo Oeste da Bahia esteve atrelada à transferência do Distrito Federal do Brasil para o estado de Goiás em 1960, com a fundação de Brasília. Nesse período, o Extremo Oeste da Bahia relacionava-se intensamente com os estados limítrofes; em contrapartida, o relacionamento com a Capital, Salvador, era mínimo. Neste sentido, a estratégia usada pelo Estado foi a construção da BR-242 sentido Oeste-Leste, a fim de originar a conexão Barreiras-Salvador, empreendimento que ocorreu mediante a “[...] instalação em Barreiras do IV Batalhão de Engenharia e Construção do Ministério do Exército no ano de 1969 [...] – principal estrada que atravessa a região” (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2000, p. 28).

O processo de (re)organização espacial do território Extremo Oeste da Bahia permitiu constatar modificações da condição de ponto opaco no espaço para um ponto luminoso no cenário internacional (SANTOS; SILVEIRA, 2004). As iniciativas começaram com a implantação de projetos, como esclarece a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2000, p. 28):

Nos anos 70, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf implantou projetos de colonização e irrigação na região, destacando-se os perímetros irrigados de Barreiras e São Desidério. Incentivos ao crédito como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - Prodecer, do governo federal, garantiam os recursos necessários para os investimentos públicos e privados na região. Destacou-se ainda, nesse período, a construção da hidrelétrica de Correntina, que passou a fornecer energia elétrica para o Oeste.

Com o intuito de colonizar a região, o Governo Federal criou, nas décadas de 1970 e 1980, programas de desenvolvimento agrícola, fundamentados em estudos científicos que comprovaram as principais potencialidades físicas da região. Observaram-se, então, mudanças na dinâmica, na estrutura e no funcionamento da organização espacial. Esses programas foram importantes para que a agricultura científica alcançasse a superioridade que se verifica na atualidade. Em 1985, a Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia da Bahia criou, em parceria com a iniciativa privada, o programa Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer II) cujo objetivo era o desenvolvimento do cerrado baiano, de maneira que o *input* inicial para alcançar a atual especialização produtiva regional ocorreu mediante os cultivos de grãos de soja, embora este produto já fosse plantado desde o início dos anos 1980. Além da criação do Prodecer II, foi criada, no então distrito de Mimoso do Oeste (hoje, Luís Eduardo Magalhães), a Estação Experimental Agrícola da Cooperativa de Cotia, onde foram plantados os primeiros grãos de soja para exportação.

Fragmentação dos municípios integrantes do território Oeste da Bahia

Compreender as novas organizações espaciais dos municípios do agronegócio da soja e do algodão remete à segmentação do tempo, que contemplou o período de 1911 a 2007 (Quadro 1). Em 1911, a região do Extremo Oeste da Bahia compreendia 8 municípios: Angical, Barreiras, Carinhanha, Correntina, Cotegipe (ex-Campo Largo), Santa Maria da Vitória (ex-Santa Maria), Santa Rita de Cássia (ex-Santa Rita do Rio Preto) e Santana (ex-Santana dos Brejos). A hodierna configuração territorial abarca 23 fragmentos: Angical, Baianópolis, Barreiras, Canápolis, Catolândia, Cocos, Coribe, Correntina, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Jaborandi, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, Santana, São Desidério, São Félix do Coribe, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho e Wanderley.

Conforme o contexto histórico, o Extremo Oeste da Bahia não fugiu à regra das decisões legislativas adotadas no Brasil. Assim, no período de 1960 a 1963, verificou-se o *boom* no processo de fragmentação do território com a criação de 11 limites horizontais. Em seguida, iniciou-se um período de estagnação da municipalização devido à ditadura militar (1964-1985). A compartimentação do território foi retomada após o regime militar e, em 1985, aconteceu a emancipação de Jaborandi, Mansidão e Wanderley; em 1989, foi criado o município de São

Município de origem	Município criado	Data	Lei estadual
Angical (ex-Santana do Angical)	Barreiras	19.05.1902	449
	Cotegipe	31.05.1933	8.452
	Cristópolis (ex-Buritizinho)	19.07.1962	1.733
	Tábocas do Brejo Velho (ex-Brejo Velho)	13.04.1962	1.676
Barra (ex-Barra do Rio Grande)	Cotegipe	03.03.1820	
	Santa Rita de Cássia	26.03.1840	119
Barreiras	Baianópolis (ex-Tapiracanga)	30.07.1962	1.776
	Catolândia (ex-Catão)	27.07.1962	1.758
	Luís Eduardo Magalhães (ex-Mimoso do Oeste)	30.03.2000	7.619
	São Desidério	22.02.1962	1.621
Carinhanha	Cocos	14.08.1958	1.025
	Correntina	05.05.1891	319
	Santa Maria da Vitória	08.06.1880	1.960
Cotegipe (ex-Campo Largo)	Angical	05.07.1980	Ato Estadual
	Riachão das Neves	19.07.1962	1.731
	Wanderley (ex-Vanderlei)	25.02.1985	4.403
Correntina	Jaborandi	09.05.1985	4.438
Santana	Canápolis (ex-ibiguai)	19.07.1962	1.734
	Serra Dourada (ex-São Gonçalo)	12.07.1962	1.666
Santa Maria da Vitória (ex-Santa Maria)	Coribe (ex-Rio Alegre)	14.08.1958	1.023
	Santana (ex-Santana dos Brejos)	02.05.1868	1.018
Santa Maria da Vitória e Coribe	São Félix do Coribe	13.06.1989	5.011
Santa Rita de Cássia (ex-Ibipetuba)	Formosa do Rio Preto (ex-Itaguí)	22.12.1961	1.590
	Mansidão	25.02.1985	4.408

Quadro 1
Desmembramento dos municípios da mesorregião do Extremo Oeste da Bahia

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007); Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2008).
Elaboração própria.

Félix do Coribe; e, em 2000, foi desmembrado Luís Eduardo Magalhães, ação que infringiu os requisitos estabelecidos na Emenda Constitucional n. 15, de 12 de setembro de 1996.

A discussão iniciada acerca do histórico da fragmentação municipal fundamenta-se na base de dados publicada pelo IBGE sobre a divisão territorial dos municípios da nação. Aqui, o recorte espacial, em específico, abordará os municípios da atual mesorregião do Extremo Oeste da Bahia (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007). Neste sentido, conforme a divisão municipal de 1911, a atual mesorregião compreendia nove municípios, a saber: Santa Rita do Rio Preto, Campo Largo, Angical, Barreiras, Santana dos Brejos, Santa Maria, Correntina e Carinhanha.

A Figura 1 destaca a forte interação entre os municípios de Angical e Cotegipe, pois, historicamente, os processos de reestruturação dos limites municipais foram ativados, extinguindo e anexando

ambos os territórios, dinâmica ocorrida em três recortes temporais. Inicialmente, a vila de Santana do Angical foi emancipada do município de Campo Largo por meio do ato de 5 de julho de 1890. Após 41 anos de emancipação, o Decreto n. 7.455, de 23 de junho de 1931, e o Decreto n. 7.479, de 8 de julho de 1931, instituíram que o município de Barão de Cotegipe (ex-Campo Largo) fosse extinto e anexado ao município de Angical, conseqüentemente o rebaixado à categoria de distrito. Todavia, o Decreto estadual n. 8.452, de 31 de maio de 1933, estabeleceu que o distrito de Barão do Cotegipe fosse desmembrado do município de Angical, originando, assim, o município de Cotegipe. Os processos de extinção estiveram relacionados ao enfraquecimento político e transferência da sede municipal, passando do distrito de Campo Largo para Barão de Cotegipe em 1925. Após a extinção, o distrito de Barão de Cotegipe reestabeleceu a expressão política e foi elevado à categoria de município. Nesse contexto, a representação em mapa pontua o deslocamento da sede do município, assim como a extinção e o desmembramento do município.

A Figura 2 retrata a dinâmica do limite territorial do município de Carinhanha, ao ceder área para o município de Santa Maria da Vitória. Na realidade, ocorreu extinção da subprefeitura do distrito de Rio Alegre (atual município de Coribe), que se configurava em Carinhanha. Este fragmento territorial foi anexado a Santa Maria da Vitória por meio do Decreto-Lei n. 11.089, de 30 de novembro de 1938. Ressalta-se também que o próprio município de Santa Maria da Vitória pertencia ao território de Carinhanha, cujo processo emancipatório ocorreu em 1880.

Salienta-se que o distrito de Rio Alegre passou a denominar-se Coribe pelo Decreto estadual n. 141, de 31 de dezembro de 1943. Assim permaneceu até 1958, quando o distrito de Coribe foi elevado à categoria de município. A fragmentação municipal de Santa Maria da Vitória foi legitimada pela Lei estadual n. 1.023, de 14 de agosto de 1958.

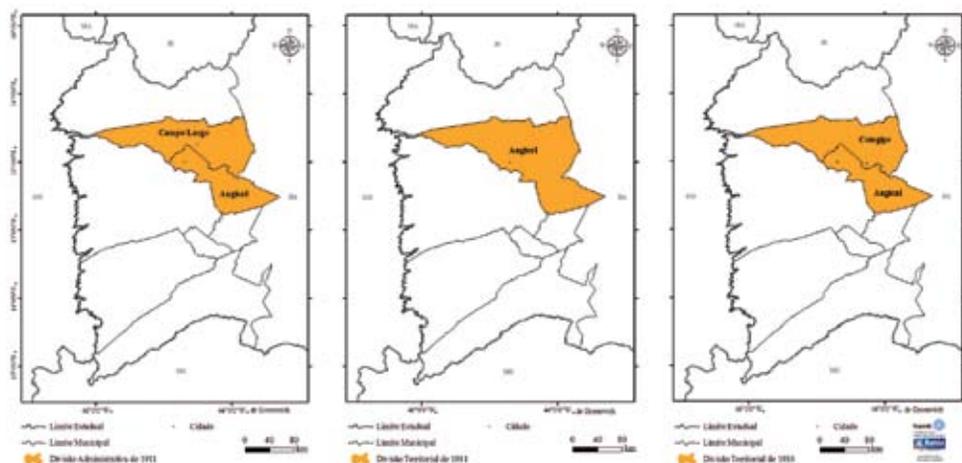


Figura 1
Reestruturação dos limites municipais de Angical e Cotegipe – Extremo Oeste da Bahia
1911, 1931 e 1933

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007).
Elaboração própria.

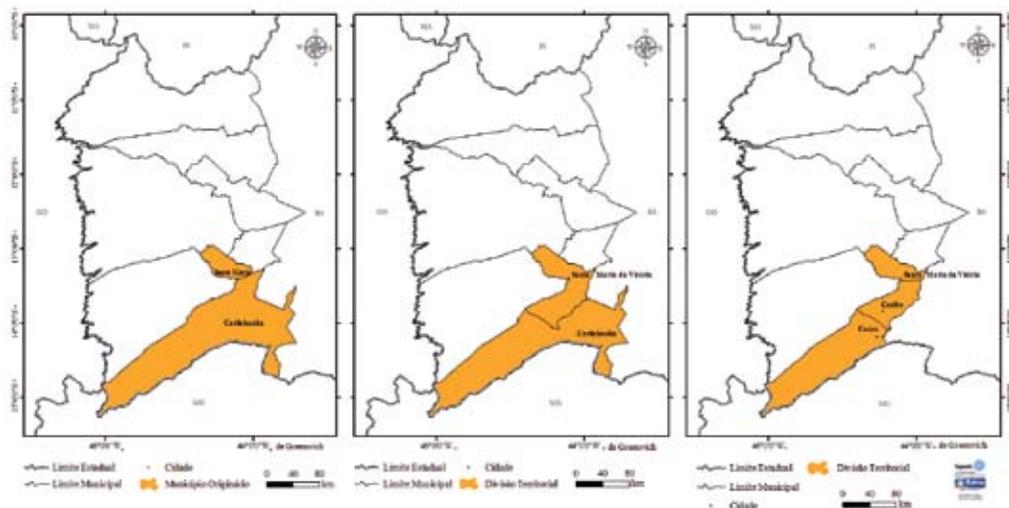


Figura 2
Reestruturação dos limites municipais de Carinhanha, Cocos e Santa Maria da Vitória,
normalizado em 1938 e 1958 – Extremo Oeste da Bahia

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007).
Elaboração própria.

Outro aspecto identificado foi o desmembramento do município de Cocos que, anteriormente, pertencia ao domínio de Carinhanha. Com base nessa fragmentação municipal, normatizada pela Lei estadual n. 1.025, de 14 de agosto de 1958, a mesorregião do Extremo Oeste Baiano estabeleceu a atual delimitação.

A Figura 3 retrata a reestruturação do limite municipal de Ibipetuba (atual Santa Rita de Cássia) pelo Decreto-Lei n. 1.590, de 22 de dezembro de 1961. Salienta-se que o município de Santa Rita de Cássia teve vários decretos que modificaram sua denominação: em 1931, passou de Santa Rita do Rio Preto para Rio Preto; em 1943, para Ibipetuba; e, em 1972, para Santa Rita de Cássia.

A Figura 4 retrata o intenso processo emancipatório de 1962, de maneira que o município de Barreiras, ao fragmentar-se, originou São Desidério, Catolândia e Baianópolis. O município de Cotegipe originou Riachão das Neves e Angical teve seu território recortado para a constituição de Cristópolis, Tabocas do Brejo Velho e Brelolândia. Por fim, o município de Santana, após a fragmentação, propiciou a constituição dos municípios de Carnápolis e Serra Dourada.

Em 1985, foram reativados os processos de fragmentação municipal. Assim, originaram-se mais três municípios na mesorregião. O município de Correntina originou o município de Jaborandi. Novamente, o município de Santa Rita de Cássia e Cotegipe perderam território e originaram, respectivamente, os municípios de Mansidão e Wanderley (Figura 5). A fragmentação do território tem por finalidade, também, ressaltar a dinâmica populacional. Por vezes, a redução da população no campo está associada aos processos de fragmentação do território e não aos processos migratórios.

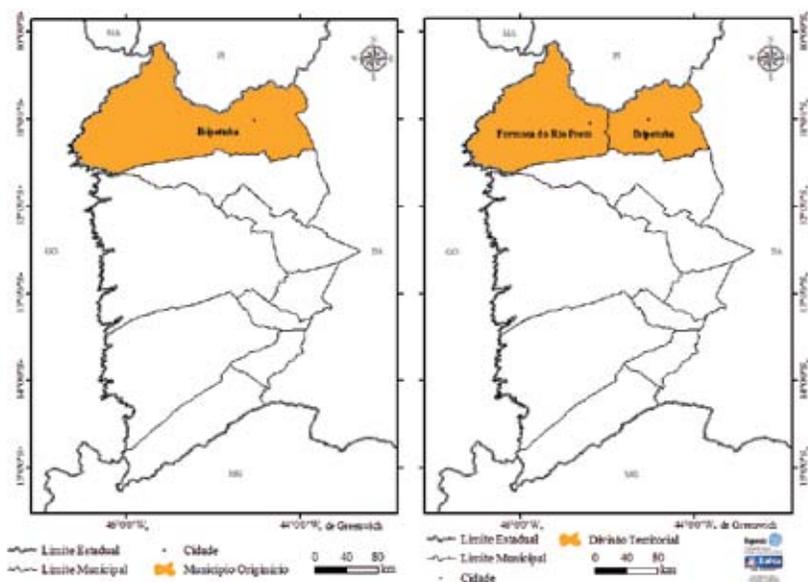


Figura 3
 Reestruturação dos limites municipais de Formosa do Rio Preto e Ibipetuba, normatizado em 1961 – Extremo Oeste da Bahia

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007).
 Elaboração própria.

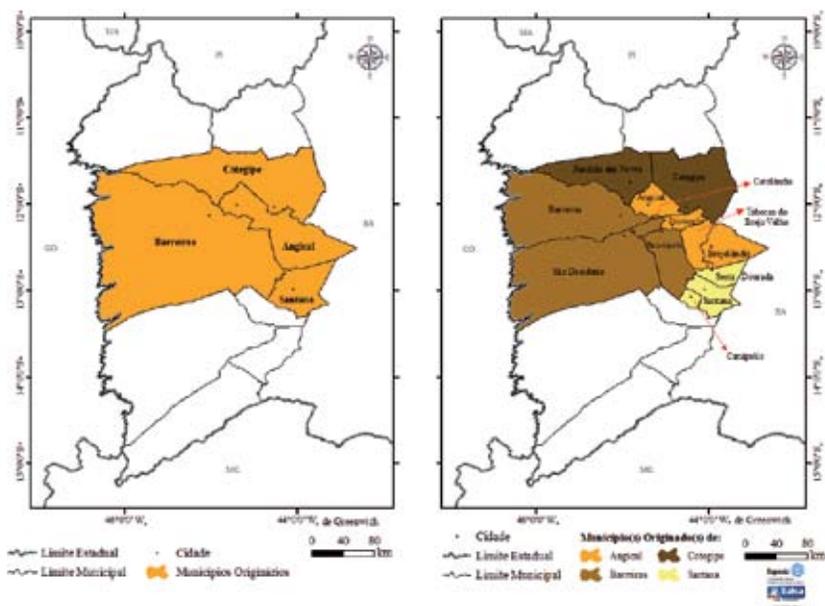


Figura 4
 Reestruturação dos limites municipais, normatizado em 1962 – Extremo Oeste da Bahia

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007).
 Elaboração própria.

O município de Santa Maria da Vitória teve seu limite municipal modificado e, do mesmo modo que o município de Coribe, perdeu território para a criação do município de São Félix do Coribe, em 13 de junho de 1989, pela Lei estadual n. 5.011 (Figura 6).

Por fim, a última reestruturação dos limites territoriais da mesorregião do Extremo Oeste da Bahia ocorreu em 30 de março de 2000, por meio da Lei estadual n. 7.619. Os argumentos apresentados pela deputada Jusmari Oliveira, para justificar a fragmentação municipal de Barreiras, fundamentavam-se na

[...] presença [...] de uma forte economia centrada, basicamente, numa agricultura moderna, onde predominavam a produção de grãos [...] e além de a região ser ainda grande produtora de frutas, bem como contar com uma pecuária relativamente desenvolvida e grandes projetos de irrigação (SANTOS; SILVA, 2003, p. 169).

O município de Luís Eduardo Magalhães é peculiar, pois é originado dos componentes verticais inseridos no território em virtude do potencial agrícola. Portanto, considera-se que foi criado pelo agronegócio, especificamente da soja (Figura 7).

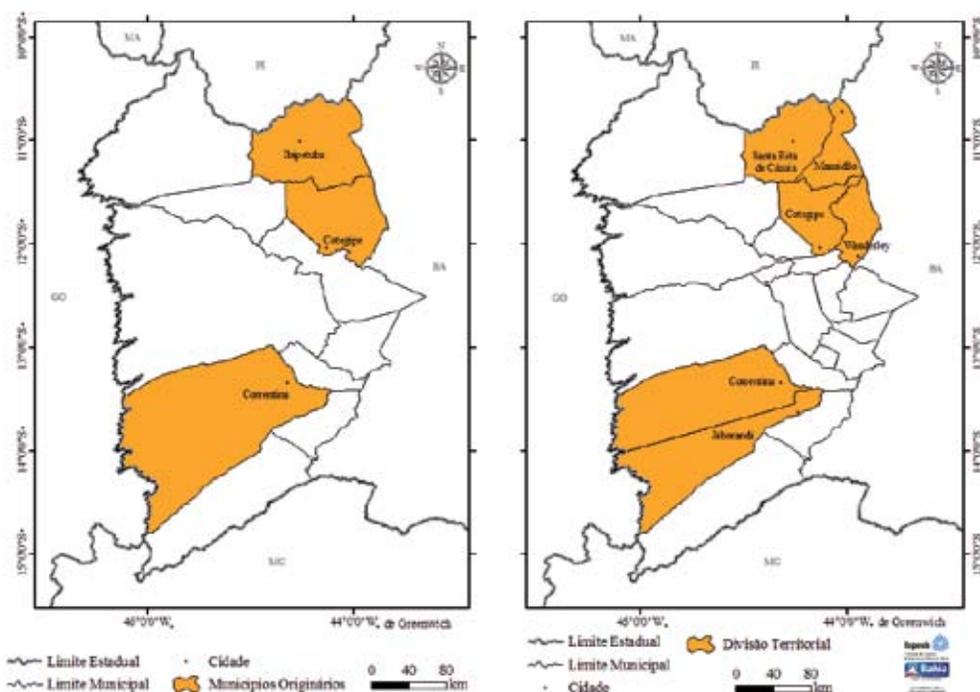


Figura 5
Reestruturação dos limites municipais, normatizado em 1985 – Extremo Oeste da Bahia

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007).
Elaboração própria.

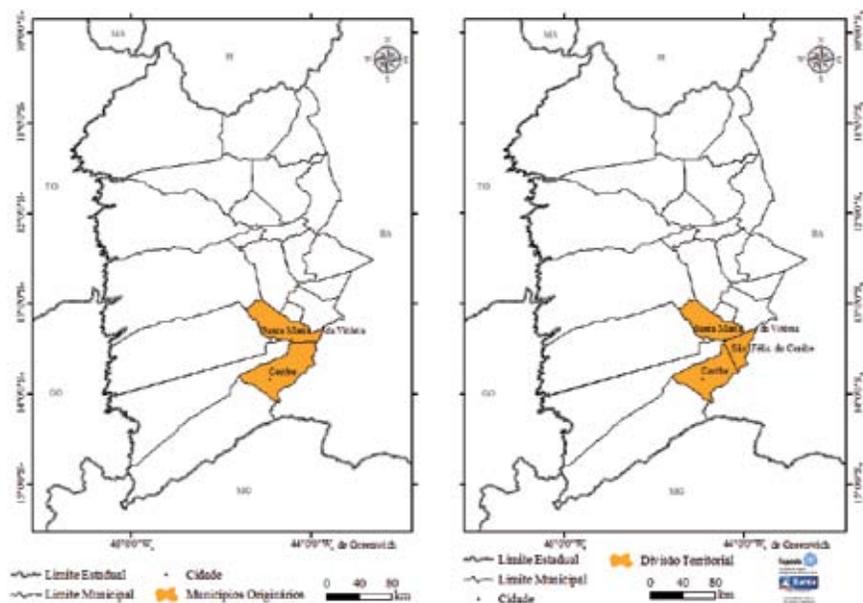


Figura 6
Reestruturação dos limites municipais, normatizado em 1989 – Extremo Oeste da Bahia

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007).
Elaboração própria.

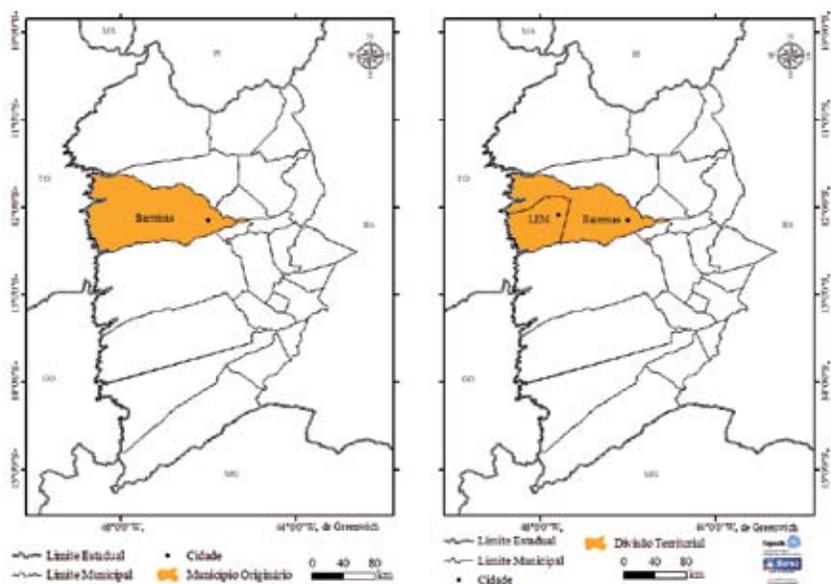


Figura 7
Reestruturação dos limites municipais, normatizado em 2000 – Extremo Oeste da Bahia

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007); Góes (2011).
Elaboração própria.

Os municípios do agronegócio da soja e do algodão apresentam intensa dinâmica no sistema antrópico, ocasionada pelo subsistema antecedente população, assim como pelo sistema agricultura, tendo, na variável grãos de soja, o vetor que modificou e inseriu a região no cenário estadual, nacional e global.

Barreiras: inserção regional e expansão urbana

Com o processo crescente de urbanização do município de Barreiras, ocorreram transformações socioespaciais que acarretaram uma crescente procura, por parte dos moradores vindos de diversas localidades da Bahia e também do Brasil, pelas terras sem dono que existiam. A principal corrida migratória ocorreu em 1980, com a chegada dos sulistas, a fim de implantar a cultura de soja no município, transformando-o em uma nova fronteira agrícola nacional (SANTOS; SILVA, 2003). Esse processo migratório é identificado por Elias (2006) como migração descendente, pois se trata de uma mobilidade populacional, em particular de gaúchos, especializados no agronegócio da soja. Góes (2011) acrescenta que esta migração descendente, a princípio, foi de “famílias do agronegócio”. Segundo informações da Companhia de Desenvolvimento e Ações Regionais (CAR) do Governo da Bahia (1993), a construção das estradas interestaduais (Figura 8) possibilitou às vastas áreas de terras desocupadas do Extremo Oeste baiano maior

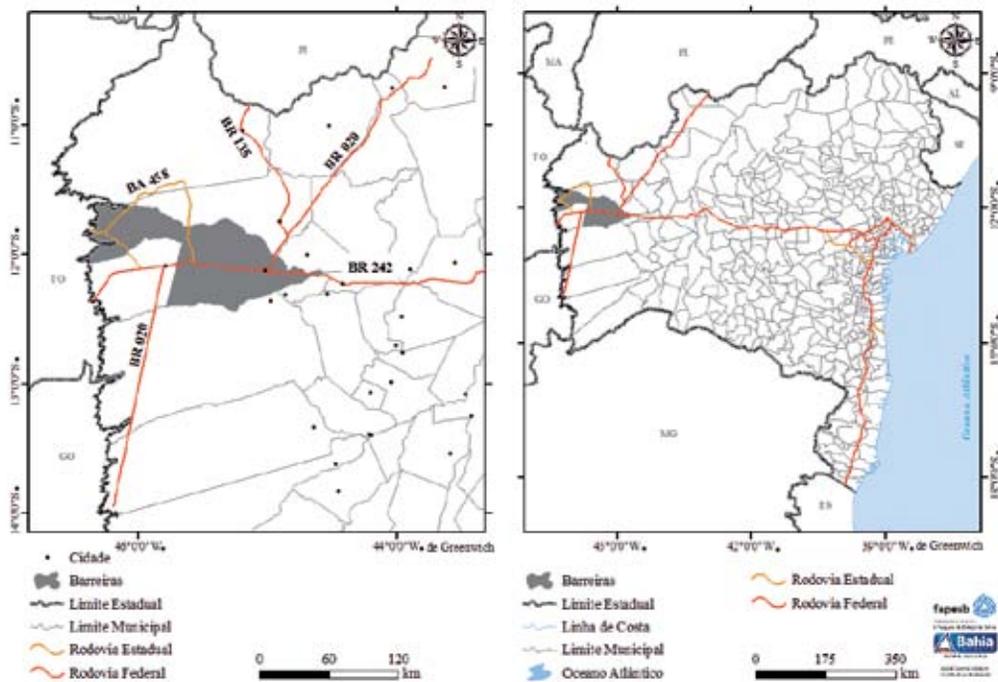


Figura 8
Representação em mapa da rede de circulação do município de Barreiras – Bahia

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007).
Elaboração própria.

procura por parte de empresários provenientes não só da Zona Cacaueira da Bahia, como também de Minas Gerais, Pernambuco e dos estados do Sul do Brasil.

Todo o processo de modernização do campo é resultado do que Santos (2008) denomina de meio técnico-científico-informacional. No caso de Barreiras, a afirmação adéqua-se à crescente mecanização da região, o que leva esse município a manter-se como o principal polo de atração populacional proveniente de outras localidades. Ressalta-se que o objetivo da migração descendente é a busca por melhor qualidade de vida. Outro elemento fundamental para a transformação do município de Barreiras em um expoente foi a construção das rodovias federais BR-020 e BR-242 (HAESBAERT, 1996), que proporcionaram nova dinâmica à região e também ao próprio município, transformando-o em passagem obrigatória para quem sai do Centro Oeste brasileiro com destino aos municípios do Nordeste. Neste sentido, Arroyo (2006, p. 71) ressalta “[...] a importância da circulação no processo de formação e integração dos territórios”, como também a implantação das redes técnicas, compreendendo-as como “[...] linhas de poder estratégico que produzem o território dos Estados” (ARROYO, 2006, p. 72).

Em meados do século passado, o Brasil passou por um processo de urbanização, em que muitos moradores que residiam nas zonas rurais dos municípios da região migraram para as cidades médias e pequenas em busca de melhores condições de vida. Santos (2008, p. 32) diz:

[...] somente entre 1970 e 1980, incorpora-se ao contingente demográfico urbano uma massa de gente comparável ao que era a população total urbana em 1960. Já entre 1980 e 1990, enquanto a população total terá crescido 26%, a população urbana deve ter aumentado em mais de 40%, isto é, perto de trinta milhões de pessoas.

O município de Barreiras, nesse momento, apresentou um *boom* populacional. A partir da década de 1970, o aumento da população esteve atrelado à chegada de órgãos governamentais, como, por exemplo, o exército, que trouxe, de uma vez só ao município, uma leva de 5.000 pessoas; depois, a ligação de Brasília com o Nordeste pela BR-020, BR-030 e BR-242 foi responsável por nova expansão populacional. Na década de 1980, o incremento populacional teve relação com a plantação de grãos de soja. A posse da terra passou a ser ameaçada, devido às diversas lutas entre grileiros e pequenos proprietários. Estes, em muitos casos, ao perderem suas terras, viram-se obrigados a morar na cidade.

De acordo com Alves (2006, p. 86):

[...] aproveitando-se das ações governamentais e do baixo preço das terras, os sulistas lideram a corrente migratória para os cerrados baianos e tornam-se os principais responsáveis pela produção de grão desta área. [...] Os primeiros grupos chegaram na área no final da década de 1970, mas esse movimento se consolidou mesmo nos anos de 1980.

Haesbaert (1996, p. 390) corrobora a citação supra, ao mencionar que os sulistas, isto é, a rede regional gaúcha foi atraída

[...] pelas terras baratas em sua expansão capitalista (especialmente através do plantio da soja, viabilizando nos cerrados graças ao endividamento externo e aos investimentos biotecnológicos do Estado via Embrapa), esses novos pioneiros aproveitaram os incentivos fiscais da Sudene e, com a queda dos subsídios na área da Sudeco, atingiram em cheio os cerrados nordestinos a partir do início dos anos 80.

No que concerne à dinâmica populacional, na década de 1980, ocorreu inversão da população rural para a urbana; também foi possível verificar crescimento da população. Atualmente, segundo dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), o município de Barreiras possui cerca de 138.000 habitantes, de maneira que 90% da população é urbana (Gráfico 1). Elias (2006, p. 289) menciona que “[...] é comum que, nas áreas que se transformam em pontos importantes da rede de produção agropecuária globalizada, o crescimento populacional, total e urbano, seja intenso”.

O município configura-se como uma cidade média ou intermédia, pois apresenta características que o definem com um centro ou nó articulador junto à escala geográfica local,

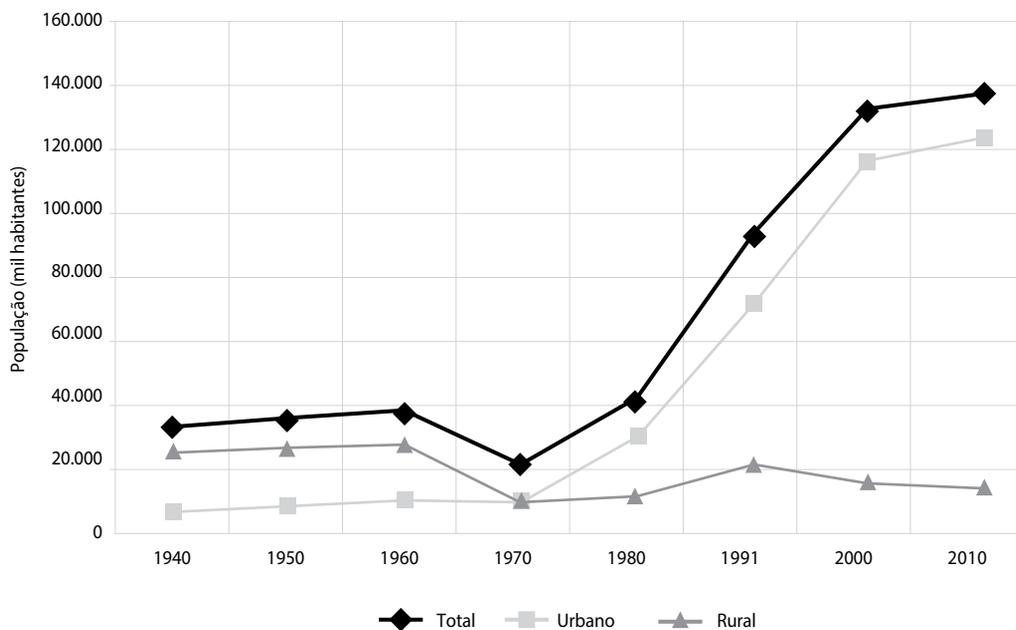


Gráfico 1
Dinâmica da população – Barreiras, Bahia – 1940-2010

Fonte: Censo Demográfico (1940-2010).

regional, nacional e global. Portanto, além do tamanho demográfico, outros aspectos são relevantes, como “[...] tamanho econômico, o grau de urbanização, a centralidade e a qualidade de vida” (BRANCO, 2006, p. 247), pois se caracterizam como variáveis que permitem compreender a complexidade da dinâmica e seu grau de influência na rede urbana. No tocante a essa questão, Pontes (2006, p. 334) assinala que “[...] a cidade média seria um centro urbano com condições de atuar como suporte às atividades econômicas de sua hiterlândia, bem como atualmente ela pode manter relações com o mundo globalizado”. Elias (2006, p. 297), por sua vez, ressalta a relevância de Barreiras como “[...] principal centro urbano dos cerrados nordestinos”.

Constatou-se, conforme a Tabela 1, que a implantação da agricultura científica globalizada e a dinâmica do crescimento da população nas décadas antecedentes não ultrapassaram 1%. A mensuração do censo demográfico de 1970 evidenciou taxa de crescimento negativo, fato que se fundamenta nos processos de reestruturação dos limites municipais, de maneira que o município de Barreiras, após a fragmentação de 1962, originou os municípios de São Desidério, Catolândia e Baianópolis (Figura 4). As décadas de 1980 e 1990 constituem-se em períodos mais intensos, cujas taxas de crescimento da população são expressivas, acima de 7%. A população urbana, nos censos de 1980, 1991 e 2000, apresentaram crescimento populacional abrupto, refletindo a dinâmica introduzida pelo circuito de produção da soja. Outra informação interessante e que corrobora a força de atração populacional da nova fronteira da agricultura científica é expressa no censo demográfico de 2010, pois o município, após a reestruturação do limite municipal, não reduziu a população; ao contrário, apresentou um acréscimo populacional em torno de 5.000 habitantes.

Tabela 1
População residente por situação de domicílio e taxa média de crescimento geométrico
Barreiras, Bahia – 1940-2010

Censo Demográfico	Data de referência	População residente					
		Total	Taxa de crescimento ao ano (%)	Urbana	Taxa de crescimento ao ano (%)	Rural	Taxa de crescimento ao ano (%)
1940	1º/9/1940	32.183	-	6.321	-	25.862	-
1950	1º/7/1950	35.199	0,92	8.466	3,02	26.733	0,34
1960	1º/9/1960	37.378	0,6	10.174	1,82	27.204	0,17
1970	1º/9/1970	20.864	- 5,66	9.760	- 0,42	11.104	- 8,57
1980	1º/9/1980	41.454	7,11	30.055	11,90	11.399	0,26
1991	1º/9/1991	92.640	7,58	70.870	8,11	21.770	6,06
2000	1º/8/2000	131.849	4,04	115.784	5,66	16.065	- 3,35
2010	1º/8/2010	137.427	0,42	123.741	0,67	13.686	- 1,60
Taxa média de crescimento anual de 1940 a 2010			2,10		4,40		-0,91

Fonte: Censo Demográfico (1940-2010).
 Elaboração própria.

No tocante aos investimentos exógenos e endógenos, que provocam a concentração e o crescimento da população em virtude das possibilidades de vínculo empregatício, esse novo *front* agrícola tornou-se “objeto de investimento” do Estado (PONTES, 2006), assim como dos agentes hegemônicos. A ação conjunta desses agentes provocou modificações na dinâmica, na estrutura e no funcionamento da organização espacial (CHRISTOFOLETTI, 1999). Silva (2000, p.147 apud ARROYO, 2006, p. 80-81) argumenta que “[...] o capital não possui território. Mas, o valor (a riqueza e a mercadoria), criados pelo trabalho e pelo investimento, não se realizam independentemente do espaço, quer como capital variável ou capital constante”. Na realidade, há uma conexão entre a escala geográfica local, lócus da produção das *commodities* soja e algodão, e a escala geográfica mundial, lócus de consumo das *commodities*.

A Figura 9 ratifica a afirmação de Alves (2006), quando discute os fluxos migratórios, em particular o fluxo de sulistas. Neste sentido, o censo demográfico de 2000 informa que, no município de Barreiras, residem 6.613 habitantes da região sul, sendo os estados do Rio Grande do Sul e Paraná os mais expressivos. O direcionamento do contingente populacional da região centro-oeste foi de 4.468 habitantes; destes, 3.901 pessoas são provenientes do estado de Goiás. Oriundos da região sudeste são 2.703 habitantes, e em menor expressão a região norte, com 658 habitantes, dos quais 426 procedem do estado do Tocantins. Além do fluxo de pessoas da própria nação, também foram constatados 132 emigrantes.

Além do fluxo de pessoas, também se assinala o fluxo de capital. Neste sentido, o município de Barreiras apresentou, no ano de 2010, Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 1,4 bilhão e PIB per capita de R\$ 11.000,00. Comparado ao PIB de outros municípios no mesmo ano, como, por exemplo, Ilhéus, Itabuna e até Salvador, o PIB de Barreiras é extremamente maior, mostrando a força da economia proporcionada, principalmente, pela agricultura.

No tocante ao histórico da plantação agrícola na região, é possível analisar, por meio de dados da Associação de Agricultores e Irrigadores da Bahia (Aiba), que, desde a safra de 1993/1994, a soja é o principal responsável pela produção agrícola. Sua produção concentra-se, principalmente, em Barreiras e Mimoso do Oeste, hoje Luís Eduardo Magalhães. Nesse período, a soja teve uma produção de 590 mil toneladas, alcançando, cinco anos depois (1998/1999), a casa de 1.150.000 toneladas. No primeiro caso (1993/1994), do total, 460 mil toneladas de soja foram destinadas à produção de farelo, 106 mil toneladas foram para a produção de óleo de soja e 25 mil toneladas foram ensacadas. Com um forte processo de urbanização atrelado ainda a conflitos de terras, o município de Barreiras destaca-se, na mesorregião do Extremo Oeste da Bahia, devido à sua ligação com as estradas federais e o agronegócio, isto é, devido à circulação de pessoas e mercadorias.

Na década de 1980, o projeto do Governo Federal “Cidade de Porte Médio” foi de extrema importância para a melhoria da qualidade de vida da população que residia nas cidades de porte médio (FRANÇA; SOARES, 2009), a exemplo de Barreiras. Esse projeto propiciava à população o acesso à casa própria, água encanada, rede de esgoto adequada e energia elétrica. Pereira e Leite (2004) ratificam tal informação e ainda ressaltam que 70% do capital

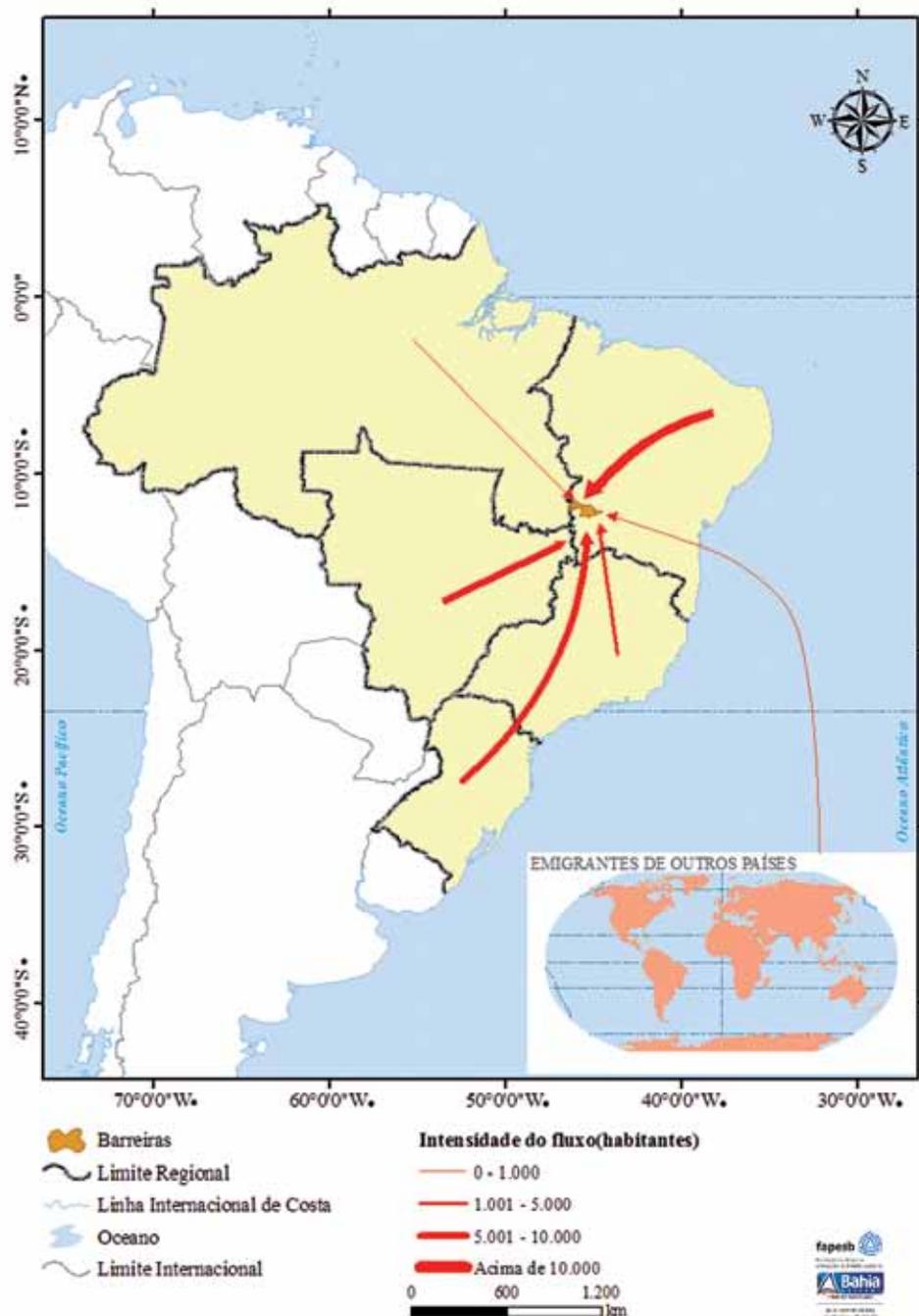


Figura 10
Dinâmica da população residente da área de estudo, conforme lugar de nascimento

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico (2000).
Elaboração própria.

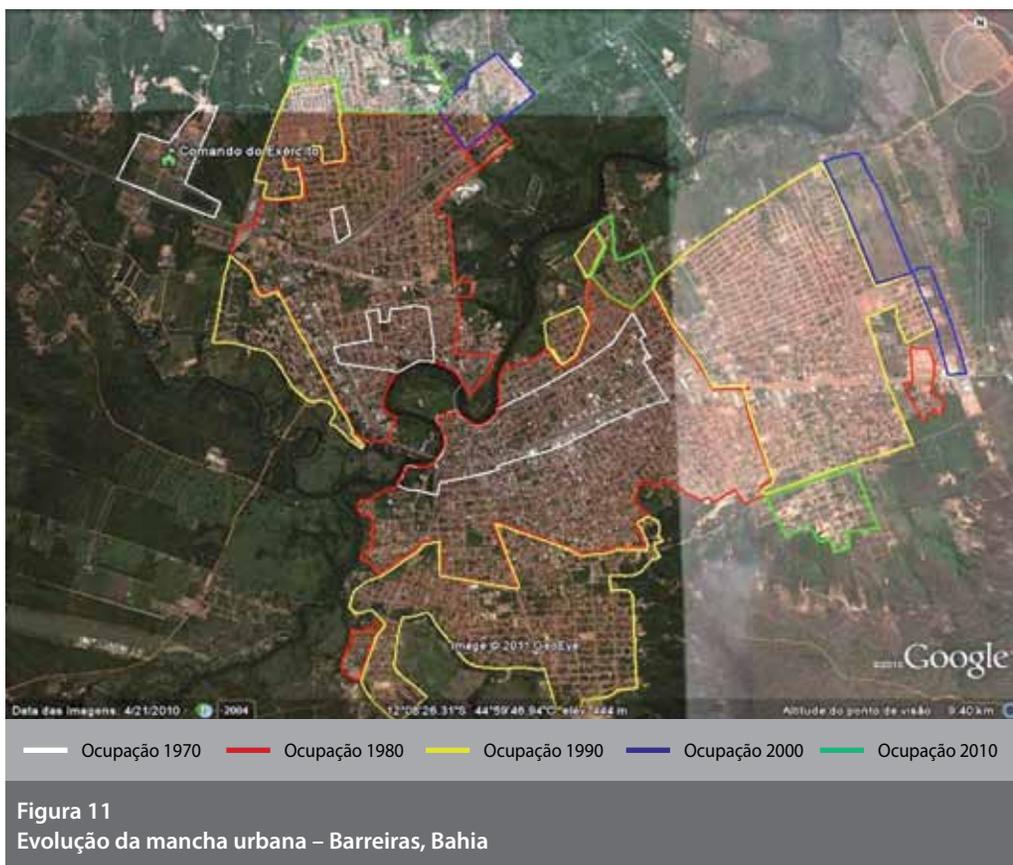
investido proveio do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Então, com o desenvolvimento desses projetos voltados para o crescimento regional, o município de Barreiras ganhou em infraestrutura.

Analisando a evolução da mancha urbana de Barreiras (Figura 10), nota-se que é justamente na década de 1980, no auge do projeto “Cidade de Porte Médio”, que a cidade tem seu maior índice de crescimento populacional, atingindo 7,58%, conforme dados do Censo de 1991 (vide Tabela 1). Essa expansão da cidade resulta da reestruturação produtiva do campo (ELIAS, 2006).

Verificou-se também que, nas cinco últimas décadas, o perímetro urbano de Barreiras teve uma expansão muito rápida e estreitamente ligada com o desenvolvimento do agronegócio, em particular da soja e do algodão. Na década de 1970, por exemplo, esse perímetro estava delimitado a uma parte da cidade, hoje considerada histórica. Dez anos mais tarde, na década de 1980, o crescimento verificou-se ao redor do centro histórico, nos quatro sentidos cardeais (norte, sul, leste e oeste). A comparação desse período da expansão urbana com os dados de população evidencia que foi também nessa década que ocorreu não só o maior crescimento em números populacionais, mas também da área ocupada da sede de Barreiras (taxa de crescimento de 11,9%). Adentrando a década de 1990, pode-se considerar o perímetro urbano dividido entre a direita e a esquerda do rio Grande. Por fim, nas décadas de 2000 a 2010, o que se nota é a expansão da cidade nas áreas periféricas.

Ao contrário do que poderia acontecer com a migração da população que vinha de outras localidades para o campo, isso em um município em que existe um aumento da qualidade da agricultura, os dados do Ministério das Cidades mostram que, desde 1970, existe um aumento significativo na taxa de urbanização do município de Barreiras. Em 1970, ainda sem a implantação da soja na região, mas com Barreiras sendo o principal polo regional, a taxa de urbanização era de 0,47, ou seja, menos da metade do município era urbanizado, haja vista que, quanto mais próximo este índice esteja de 1, mais urbanizado será o município. Este índice aumentou nas três décadas seguintes, quando, finalmente, no ano de 2000, alcançou o número absoluto de 0,88. Ou seja, 88% dos moradores do município já residiam na área urbana. Segundo dados do ano de 2010 do IBGE, a taxa de urbanização de Barreiras é de 0,90.

Até a década de 1970, o perímetro urbano estava resumido às margens do Rio de Ondas. Após esse período, as margens das rodovias BR-242 e BR-020 começaram a ser ocupadas pela área urbana de Barreiras. A corrida para a ocupação das margens das rodovias que cortam a cidade decorreu da facilidade que ofereciam para a população de baixa renda, em função das suas necessidades. No caso de Barreiras, essas rodovias são tão importantes que o centro da cidade, antes localizado na área histórica, desloca-se para as margens da BR-242. Contudo, segundo Guedes e Portela (2010), existe um projeto para a criação de um anel viário que desvie o intenso fluxo do tráfego pesado, em especial no período de escoamento da produção agrícola, responsável, muitas vezes, por acidentes, atropelos e mortes.



Fonte: Bahia (2003).
Elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se a presença do Estado como agente ativo no processo de transformação e fragmentação dos municípios do Oeste da Bahia, haja vista as implantações de estradas e pesquisas desenvolvidas por empresas estatais, que visam difundir a região como a grande produtora de soja do país. Atualmente, Barreiras é o centro regional e econômico da região e possui uma grande concentração de atividades do terceiro setor. Contudo, os dados ora apresentados permitem afirmar que o processo de expansão urbana do município ainda não chegou ao fim, pois o agronegócio, motor impulsionador da economia e da evolução populacional do município, está longe de chegar ao seu limite de produção. Em atividade de campo realizada no município de Barreiras e Luis Eduardo Magalhães, notou-se a existência de um sofisticado sistema de pesquisa que tem como objetivo evitar prejuízos para as culturas agrícolas que existem não só em Barreiras, mas também em todo o oeste. Desta forma, é inadmissível a defesa de argumento que afirme a possibilidade de as cidades médias e pequenas da região do Oeste Baiano estarem perto de uma pausa em seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ALVES, V. E. L. *Mobilização e modernização nos cerrados piauienses: formação territorial no império do agronegócio*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- ARROYO, M. M. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org.). *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 71-85.
- BAHIA. *Plano Diretor Urbano de Barreiras: Programa de Desenvolvimento Municipal e Infra-estrutura Urbana*. Legislação. Coletânea de leis e decretos. Salvador: CONDER, 2003.
- BRANCO, M. L. C. Cidades médias no Brasil. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org.). *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 245-278.
- BRANDÃO, P. R. B. Um território indiferenciado dos Sertões: a geografia pretérita do Oeste Baiano (1501-1827). *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 29, p. 47-56, 2009.
- CATAIA, Márcio. Território usado e criação de novos municípios: considerações sobre a crise da federação brasileira. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 6., 2005, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza, 2005. v. 1
- CERQUEIRA, C. A.; GIVISIEZ, G. H. N. Conceitos básicos em demografia e dinâmica demográfica brasileira. São Paulo: ABEP, 2011. 32 p.
- CHRISTOFOLETTI, A. *Modelagem de sistemas ambientais*. São Paulo: Edgar Blücher, 1999. 256 p.
- DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORREA, R. L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 141-162.
- ELIAS, D. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org.). *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 279-304.
- FRANÇA, I. S.; SOARES, B. R. A cidade média e suas centralidades: o exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 17., 2009, Montevidéu. [Anais...] Montevidéu, 2009.
- GÓES, L. M.; FONTES, E. MOREAU, A. M. S. dos S. Análise temporal da expansão horizontal urbana de Ilhéus, Bahia: uso de imagem multiespectral do satélite landsat. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., 2010, Caxambu, MG. *Anais...* Caxambu, MG: ABEP, 2010.
- GÓES, L. M. *Abordagem sistêmica aplicada aos complexos agroindustriais da soja e do algodão no território do Extremo Oeste da Bahia*. 2011. 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2011.
- GUEDES, Juliana Freitas de C; PORTELLA, Roberto Bagattini. Cidade média e centralidade: o exemplo de Barreiras-Ba. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA DO CERRADO, 1., 2010, Barreiras. [Anais...] Barreiras: UFBA, 2010.
- HAESBAERT, R. "Gaúchos" e baianos no "novo" nordeste entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORREA, R. L. *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 367-415.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Documentação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 19 set. 2011.
- _____. *Sidra: censo demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=CD&z=t&o=25%3e>>. Acesso em: 19 set. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sidra: censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=CD&z=t&o=25%22o=25>>. Acesso em: 19 set. 2011.

_____. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 20.

MACEDO, N. J. *Fazendas de gado no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1952. 70 p. (Documentário da Vida Rural, 3).

MONTENEGRO, T. G. P. *A província e a navegação do rio São Francisco*. Bahia: Imprensa Econômica, 1875. 240 p.

PEREIRA, A. M.; LEITE, M. E. A expansão urbana de Montes Claros e a questão da centralidade: notas para reflexão. In: ENCONTRO REGIONAL DE GEOGRAFIA: REGIÃO E LUGARES: NOVOS TEMPOS, OUTROS DESAFIOS. 5., 2004, Montes Claros, MG. *Anais...*, Montes Claros, MG, out. 2004. CD-ROM.

PONTES, B. M. S. As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org.). *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 327-346.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, C. R.; PINHO, S. A. de. Breve histórico de ocupação da Bahia em três grandes áreas. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000*. Salvador: SEI, 2003. p. 69-79. (Série estudos e pesquisas, 60).

SANTOS, I. M. dos; SILVA, B. C. N. A cidade de Luís Eduardo Magalhães e sua relação com a agricultura moderna. In: SILVA, S. B. M. E.; SILVA, B. C. M. N. *Estudos sobre globalização, território e Bahia*. Salvador: UFBA, 2003. p. 165-178.

SANTOS FILHO, M. (Coord.). *O processo de urbanização no Oeste baiano*. Recife: SUDENE, 1989. 281 p. (Série de estudos urbanos).

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. 473 p.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Mudanças sociodemográficas recentes: Região Oeste*. Salvador: SEI, 2000. 124 p.

_____. *Mapas digitalizados do estado da Bahia: base de dados*. Salvador: SEI, 2008. CD-ROM.

TAVARES, L. H. D. *História da Bahia*. 10. ed. São Paulo: Unesp; Salvador: Edufba, 2001. 542 p.

TEIXEIRA NETO, A. Os caminhos de ontem e de hoje em direção a Goiás-

Tocantins. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 1, n. 21, p. 51-68, 2001.

WONG, L. L. R. Apontamentos sobre a tendência da fecundidade no médio prazo considerando as preferências reprodutivas – Brasil, 1996. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., Caxambu, MG, 1998. *Anais...* Caxambu, MG: ABEP, 1998.

AÇÕES DO ESTADO E O PAPEL DAS CIDADES MÉDIAS BAIANAS NOS PLANOS DA URBANIZAÇÃO CAPITALISTA¹

Janio Santos*

INTRODUÇÃO

Observou-se, nas últimas quatro décadas, que profundas transformações ocorreram no processo de produção das cidades médias baianas como consequência de alterações desdobradas em diversas escalas (SANTOS, J., 2009a, 2009b). Por um lado, no estado da Bahia, consolidou-se a prevalência da lógica urbana no processo de reprodução da sociedade, como produto de novas relações de trabalho e de produção que foram engendradas durante todo o século XX; por outro, novos componentes e elementos foram integrados à dinâmica tanto das áreas urbanas quanto das rurais. Entende-se que, dialeticamente, isso foi implicado por (e implica numa) ordem peremptória, que é marcada por um novo contexto da urbanização contemporânea. Dentre vários aspectos, a leitura sobre essa realidade demonstra que, no âmbito brasileiro, simultaneamente à legitimação do papel das grandes metrópoles na rede urbana, nas três últimas décadas, um fenômeno importante ocorreu: o crescimento das médias cidades (SANTOS, M., 1993, 1994).

É verossímil perceber que as cidades médias desempenham papéis importantes na rede urbana, porque possuem a capacidade de articular os centros do capital e de comando (metrópoles globais, nacionais e regionais) aos menores núcleos urbanos, como as cidades pequenas, as vilas² e os povoados. Todavia, como se entende que a cidade é um produto histórico, é fundamental compreender que nem sempre essa lógica ocorreu, o que alude à necessidade de explicar as alterações pelas quais o processo de urbanização brasileiro passou, que favoreceram a constituição dessa nova dinâmica.

* Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp); mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e Coordenador do Grupo de Pesquisa Urbanização e Produção de Cidades na Bahia. janiosantos@yahoo.com.br

¹ Este texto tem como base as pesquisas desenvolvidas entre 2006 e 2010, no seio do Grupo de Pesquisa Urbanização e Produção de Cidades na Bahia.

² Oficialmente, no Brasil, toda sede de um distrito é uma vila, segundo o Decreto-Lei n.º 311, de 2 de março de 1938, que, em seu Art. 4.º, sinaliza: “O distrito se designará pelo nome da respectiva sede, a qual, enquanto não for erigida em cidade, terá, a categoria de *vila*” (BRASIL, 1938, grifo nosso). Também é essencial destacar o parágrafo único desse mesmo artigo: “No mesmo distrito não haverá mais de uma *vila*” (BRASIL, 1938, grifo nosso). Todavia, como já apontou Carlos (2003), a definição político-administrativa é um aspecto superado há décadas na Geografia brasileira e, portanto, não é o interesse das pesquisas do grupo citado, nem o elemento balizador desta análise sobre as cidades.

Com base nessa problemática, argumenta-se que o propósito deste texto é pensar o(a) fatores/dinâmicas que, aliado(a) às alterações na lógica da urbanização capitalista, fizeram com que as cidades médias se constituíssem enquanto tais. Isso, se as características e importância que essas adquiriram nas últimas duas décadas, no contexto da urbanização baiana, puderem ser pensadas. Com tais discussões, torna-se possível avançar na compreensão sobre as transformações que vêm ocorrendo na urbanização e contribuir para a reflexão sobre a forma como o avanço das relações capitalistas no Brasil alterou a vida e a dinâmica dessas cidades médias, argumentos que são desenvolvidos no final deste texto.

Parte-se do pressuposto de que as transformações engendradas pelas ações do poder público, tanto na esfera estadual quanto federal, principalmente entre as décadas de 1960 e 1970, com o alicerce de planejadores voltados às políticas urbanas municipais, foram determinantes para que essas cidades baianas fortalecessem sua capacidade de articular fluxos de pessoas, atividades econômicas, decisões políticas e, principalmente, investimentos, o que, por sua vez, criou condições para que a alocação do capital imobiliário e terciário coadunasse com a redefinição/consolidação de seus papéis na rede urbana.

CIDADES MÉDIAS NO CONTEXTO DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

Como o desenvolvimento atual do processo de urbanização envolve um complexo sistema de relações, no qual os componentes técnicos e as ações dos sujeitos desempenham papel seminal, e uma miríade de atos cotidianos compõe um movimento de transformação, o que alimenta o *ser* e o *vir a ser*, explicar esse fenômeno é um desafio para a ciência, em geral, e para a Geografia, em particular. Destarte, algumas proposições vêm sendo desenvolvidas e contribuem para enriquecer as reflexões teóricas sobre a essência daquilo que se pesquisa: as áreas urbanas.

Com base nas ideias de Sposito (2004), salienta-se a necessidade de evitar, na Geografia, dentre outras expressões, a adoção do termo *urbanização* de forma reducionista, seja como sinônimo de dotação de infraestrutura urbana, cujas propagandas das políticas públicas governamentais, em qualquer área urbana, dão lastro ao que o senso comum apreende; seja, como sinônimo de crescimento da população urbana associada, de forma simplificada, ao aumento da Taxa de Urbanização. Logo, com base no pensamento do Lefebvre (2004, 2008), que sustenta as análises de Sposito (2004), adota-se a ideia da urbanização como um processo. Isto implica num movimento que se desdobra num interregno de tempo, em que a cidade, dialeticamente, influencia a própria materialidade da urbanização, algo já abordado alhures (SANTOS, J., 2008a). São exatamente as transformações no processo de urbanização que deram novo escopo à leitura sobre as cidades médias.

Nesse sentido, a discussão sobre a importância dessas tipologias de cidades na rede urbana ganhou expressiva contribuição de vários pesquisadores. É uma preocupação que possui

uma trajetória vinculada, em âmbito global, ao planejamento territorial. Mesmo sabendo que a prática do planejamento urbano já existia desde o final do século XIX, foi na França pós-guerra, em 1954, com base nos princípios do ordenamento territorial, que a reflexão sobre o papel dos centros regionais na rede urbana nacional emergiu e passou a nortear as políticas de planejamento (AMORIM FILHO; SERRA, 2001).

No Brasil, a década de 1970 foi um período marcante, na medida em que foram enfatizadas as perspectivas de planejamento territorial, tendo como ponto de partida o papel das cidades médias na rede urbana, principalmente por meio dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) I e II, na vigência do Governo Militar (PONTES, 2001). As experiências acumuladas do modelo francês foram, dentre outros pressupostos, suportes para a implementação de tais práticas e políticas de “reordenamento” do espaço.

Essa proposta de planejamento econômico nacional ganhou discussão em todas as Unidades da Federação e apresentou perspectivas diversificadas. Na maior parte dessas, entretanto, a Teoria dos Polos de Crescimento, que enfatizava o papel das indústrias na economia regional, e a Teoria das Localidades Centrais, centrada nos princípios da distribuição de serviços, tiveram papel relevante nesse alicerce teórico. Steinberger e Bruna (2001), aliás, fazem uma análise sobre a trajetória de todas essas políticas e destacam o Programa de Cidades de Porte Médio, financiado pelo Banco Mundial até 1986, como um caso relevante no contexto das políticas brasileiras. Essa é uma perspectiva importante, que não pode ser perdida na análise sobre as cidades médias: o papel das políticas estatais em sua consolidação.

Tanto no exemplo brasileiro quanto no francês, os princípios da desconcentração e descentralização das atividades nortearam as estratégias. Vale ressaltar que, enquanto, na França, a preocupação era com o papel centralizador e macrocéfalo de Paris, no Brasil, essa preocupação expressava a necessidade de equacionar as disparidades regionais, face à intensificação dos desequilíbrios provocados pela política industrial.

Nas últimas décadas, o papel das cidades médias na rede urbana brasileira ganhou novos significados. Os problemas decorrentes da concentração de atividades diversas nas metrópoles e os questionamentos, com base nesse pressuposto, sobre os indicadores ideais de qualidade de vida resignificaram a discussão sobre essas, também enquanto focos de interesses de diversas fontes de capital. Todavia, primeiramente, uma das questões mais complexas talvez seja a precisão de seu conceito. De modo salutar, estabelecer parâmetros e variáveis para definir o que seria uma cidade média não é, como outrora não fora, algo consensual, mesmo que as divergências sejam um tanto quanto sutis. *A priori*, com base em Soares (2005) e Sposito (2007), destaca-se que é fundamental distinguir o que é uma *cidade média*, foco das reflexões neste artigo, do entendimento do que seja uma *cidade de porte médio*. Enquanto a primeira concepção refere-se a questões mais amplas, que serão abordadas *a posteriori*, a segunda ideia limita-se a classificar as áreas urbanas em função de parâmetros meramente demográficos, algo comum feito pelos órgãos governamentais no intuito de planejar suas atividades.

M. Santos (1994), na década de 1990, já sinalizava que as cidades médias mudaram de conteúdo e, portanto, de qualidade. Quer dizer, além de argumentar que essas cresceram demográfica e economicamente, qualitativamente elas também foram alteradas, porque constituíram-se como focos da (re)centralização de políticas e capitais oriundos das metrópoles. Por isso, para Santos e Silveira (2001), é fundamental perceber que essas cidades também atraíram um trabalho intelectual, novas fontes/formas de tecnologias etc., posicionando-se como intérpretes de técnicas; entende-se que tudo isso substancia hodiernas relações tempo-espaço.

Ao sinalizar a posição que tais cidades possuem como polos regionais, Sposito (2001) evidencia a importância do consumo para a dinâmica dos fluxos das cidades pequenas para as médias, o que fortalece o comércio das últimas. Nessa ordem de ideias, para autora, verifica-se que tais cidades exercem “[...] papel de polos para os quais moradores de cidades menores e de áreas rurais estão dispostos a se deslocar para realizar o consumo de bens e serviços mais sofisticados” (SPOSITO, 2001, p. 636).

Para Corrêa (2007), há três tipos de cidades médias: *como lugar central*, concentra oferta dos bens e serviços para uma hinterlândia regional, tratando-se, nesse caso, do que se convencionou denominar capital regional, foco do comércio varejista e de serviços diversificados, dotados de amplo alcance espacial máximo; *como centro de drenagem e consumo da renda fundiária*, localizada em tradicional área pastoril, caracteriza-se pela grande propriedade rural e pelo absenteísmo de seus proprietários, que residem na cidade, e pelas áreas onde foi implantado um complexo agroindustrial; *como centro de atividades especializadas* concentra setores que geram interações espaciais a longas distâncias, pois se tratam de atividades destinadas aos mercados nacional ou internacional.

Por meio dessas breves análises, pode-se abrir uma discussão sobre a definição e classificação das cidades médias. Ressalta-se, *a priori*, que muitos pensadores contribuem para o esclarecimento dessa questão, como Amorim Filho e Serra (2001), Andrade e Serra (2001), Pontes (2001), Soares (2005) e Sposito (2007, 2001); ou seja, apontam os limites das propostas e direcionam as perspectivas a serem traçadas para constituir-se num debate profícuo.

Oliveira (2008), aliás, faz uma observação importante, quando sinaliza que o melhor caminho é ter a discussão sobre essas cidades como um ponto de chegada, não necessariamente como um ponto de partida. Também os levantamentos feitos nos últimos anos pelo Grupo de Pesquisa Urbanização e Produção de Cidades na Bahia são suficientes para avançar no caso desse estado. Portanto, as reflexões trazidas neste momento terão como preocupação muito mais deixar claras as iniciais concepções do autor deste trabalho sobre o tema, que, necessariamente, enveredar pelo embate sobre a relevância ou não de determinadas proposições.

Assim, é consenso para os autores preocupados com a discussão sobre as cidades médias, como Soares (2005) e Sposito (2007), que *o fator demográfico* é uma variável relevante para a definição; ou seja, são aquelas que apresentam uma dimensão populacional intermediária entre uma metrópole ou uma grande cidade e as menores áreas urbanas. Tais parâmetros,

porém, devem ser claramente definidos segundo o espaço e o tempo. Na década de 1970, por exemplo, a maioria das pesquisas indicava que as cidades de porte médio possuíam entre 50 e 250 mil habitantes (ANDRADE; LODDER, 1979). Atualmente, ainda que não se constitua como uma regra, delimita-se como parâmetro as que estão entre 100 e 500 mil habitantes (ANDRADE; SERRA, 2001), o que pode ser ampliado até 1 milhão ou reduzido até 50 mil habitantes. A demografia é um indicativo norteador, mas não pode ser a única variável a se adotar para a constituição de um conceito mais amplo. Sposito (2001, p. 671) contribui ao argumentar:

Análises que queiram ultrapassar o limiar dos parâmetros demográficos que apoiam classificações, no âmbito das quais se encontra o nível das cidades médias têm que trabalhar com a compreensão das relações que se desenvolvem entre as cidades e entre essas e as áreas rurais, pela identidade ou pela diversidade de seus papéis urbanos.

Além do parâmetro demográfico, as relações desenvolvidas pela cidade no contexto regional constituem-se em uma variável significativa. Vários princípios podem nortear a compreensão dessas relações; dentre esses é fecunda a detecção da sua *situação geográfica*. Esse indicador não está relacionado ao modo tradicional de articular uma cidade à disponibilidade de recursos naturais, mas à sua inserção estratégica na rede urbana de uma dada região ou de uma unidade político-administrativa. Assim, a distância das cidades médias em relação a aglomerados urbanos que apresentam níveis hierárquicos superiores tem importância, na medida em que legitima [ou não] o seu papel como centro regional. É por isso que cidades localizadas próximas às áreas metropolitanas, por exemplo, tendem a ter minimizadas as suas funções como centros regionais, como denotam os casos de Camaçari, Simões Filho e Lauro de Freitas, na Bahia. Salienta-se, contudo, que apenas a distância em relação às áreas metropolitanas e a localização num ponto da rede urbana não definem a condição de uma cidade exercer ou não o papel de centro regional. Outras variáveis devem fazer parte dos critérios de classificação e definição.

Para entender as relações de um centro regional com as cidades circunvizinhas, além da situação, o *raio máximo de ação* é outra variável relevante, na medida em que indica a sua capacidade de atração. Esta variável está diretamente associada à disponibilidade de serviços e às atividades de produção e não pode ser analisada individualmente, pois depende da investigação dos equipamentos econômicos e de serviços “consumíveis”. Assim sendo, esse *raio* é função direta do *nível de especialização* desses serviços e das atividades produtivas; ou seja, quanto mais especializados forem, maior será a capacidade de uma cidade exercer o papel de centro regional, mediante a correlação das demais variáveis.

Esse debate sobre o papel de uma cidade na rede urbana, fundamentado no seu raio de ação e na especialização dos serviços, tem expressão na Teoria das Localidades Centrais, de 1933, proposta por Christaller (1966). Seus postulados buscavam explicar a influência que os centros urbanos com uma oferta de produtos e serviços maior exerciam sobre outros centros menores. A despeito da

importância das reflexões propostas por esse autor, difundidas em vasta bibliografia e objeto de aplicação metodológica em inúmeras pesquisas, a compreensão dessa ordem hierárquica entre as cidades deve ser investigada cuidadosamente, na atualidade, em função das rupturas e descontinuidades que as transformações tecnológicas vêm ocasionando. Cidades de pequeno porte podem estabelecer relações diretas de consumo e de serviços com grandes centros mundiais, sem, necessariamente, dependerem de centros com ordem hierárquica imediatamente superior; da mesma forma que uma cidade média pode atrair consumidores de uma metrópole regional ou nacional. Por outro lado, isso não quer dizer que a ordem hierárquica simplesmente deixou de existir, mas que outras lógicas a essa estão superpostas, o que conferiu novas complexidades às articulações que ocorrem na rede urbana.

Com base nas argumentações supracitadas, podem-se estabelecer critérios mínimos iniciais para pesquisar uma cidade média. De qualquer modo, os parâmetros não são únicos. Eles representam apenas uma proposta, até porque a própria nomenclatura do termo cidade média não apresentou consenso na sua aplicação: cidades ou centros regionais e cidades intermediárias (SANTOS, M., 2005), por exemplo, são outras formas de denominá-las.

Na análise ora posta, portanto, parte-se do entendimento inicial de que as cidades médias são aquelas que exercem a função de um centro regional numa determinada dinâmica da rede urbana, de acordo com o potencial demográfico, a situação, o raio de ação e o nível de especialização dos serviços e das atividades produtivas. Além disso, têm a capacidade de articular-se aos centros de decisões sem, necessariamente, depender das cidades dentro da sua unidade político-administrativa cuja ordem hierárquica seja superior, como as grandes e as metrópoles.

LIMITES DOS DADOS E CIDADES MÉDIAS BAIANAS NO CONTEXTO DA URBANIZAÇÃO

A partir dos anos de 1940, verifica-se que o processo de urbanização, em função da própria industrialização brasileira, passou a desdobrar-se nas cidades médias baianas e já mostrava as faces dos primeiros “avanços” contemporâneos do capitalismo no estado. Segundo M. Santos (1994), após esse interregno, as necessidades do capitalismo nos países subdesenvolvidos, para implantar novas empresas, redefiniram as relações tempo-espço e refletiram na produção de novas formas que articulassem a região produtora industrial, no caso, a região Sudeste, às demais áreas do Brasil, como a região Nordeste, o que recriou a divisão territorial, técnica e social do trabalho. Uma análise dos dados demográficos da Bahia³, entre 1940 e 2010, por exemplo, proporciona uma dimensão das influências desse movimento histórico (Tabela 1).

³ Recorte adotado pelo Grupo de Pesquisa para avaliar os papéis que determinadas cidades exercem na rede urbana, bem como alterações em suas estruturas internas. Não significa que, *a posteriori*, todas serão avaliadas como médias, mas que essas são as que, atualmente e como ponto de partida, podem ser estudadas como tais, porque estão mais consolidadas no que tange à capacidade de intermediação. Outras, porém, com porte demográfico menor, também poderiam ser consideradas. Contudo, optou-se por não incluí-las, porque são estudadas, em outra perspectiva, como “pequenas cidades com capacidade de articulação regional”.

Tabela 1
Dados absolutos das populações das cidades (1) médias – Bahia – 1940-2010

Cidades médias	Dados absolutos							
	2010	2000	1991	1980	1970	1960 (2)	1950	1940
Feira de Santana	495.965	419.816	340.621	227.004	126.972	61.612	26.559	14.131
Vitória da Conquista	260.260	215.182	180.063	125.516	82.230	46.778	17.503	7.682
Itabuna	199.643	191.184	170.539	130.163	89.500	54.268	25.351	15.712
Juazeiro	151.336	125.286	95.738	60.811	36.242	21.196	15.896	10.831
Ilhéus	148.577	154.624	135.275	71.376	58.572	45.712	22.593	15.566
Jequié	136.470	126.906	114.733	84.708	62.147	10.158	20.652	13.268
Teixeira de Freitas	128.482	97.928	73.396	19.680				
Barreiras	123.741	100.085	70.870	30.555	9.831	7.175	5.802	4.144
Alagoinhas	122.281	110.751	97.933	76.331	53.617	38.246	21.283	13.317
Eunápolis	93.413	79.161	63.540	4.688	1.090	767	303	
Paulo Afonso	93.404	82.584	74.355	61.978	38.265	19.499		
Porto Seguro	80.267	64.295	16.594	5.000	3.232	2.697	1.888	2.117
Santo Antônio de Jesus	79.299	66.245	52.855	33.741	21.032	1.402	11.417	8.518
Itapetinga	61.403	51.453	46.020	36.809	30.393	17.646	7.897	1.188
Valença	59.476	51.816	41.937	29.902	20.782	17.137	11.492	9.636
Irecê	58.350	49.628	40.069	28.255	10.386	3.855	1.455	837
Guanambi	58.111	50.784	42.647	23.857	10.442	5.268	2.077	1.501
Luís Eduardo Magalhães	54.881	15.699	2.385					
Senhor do Bonfim	49.975	44.648	43.239	33.804	21.317	13.958	10.113	7.913
Itamaraju	49.785	48.037	44.449	31.947	10.674	2.526	756	375
Itaberaba	48.485	44.517	36.934	27.561	16.019	8.555	5.896	2.740
Jacobina	47.587	43.434	42.103	26.674	18.814	12.373	7.224	4.389
Serrinha	47.188	41.587	34.437	23.914	15.925	10.284	6.602	2.765
Brumado	43.955	39.459	34.875	24.647	15.289	7.051	3.012	1.045
Bom Jesus da Lapa	41.555	37.726	32.390	19.861	12.223	6.107	4.740	2.321
Ipiaú	40.384	37.924	36.408	27.346	18.227	13.164	6.981	3.806

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (1940, 1950, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010) e Sinopse Preliminar do Censo Demográfico (1960).

(1) Apenas os dados da população urbana do distrito-sede.

(2) São utilizados os dados da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, porque o documento final não apresentou os dados detalhados dos distritos.

Ou seja, ainda que tenha ocorrido um decréscimo na taxa de crescimento geométrico anual, em termos absolutos, essas cidades ainda aumentaram significativamente suas populações. Esses dados também apontam dois períodos distintos no processo de ocupação e no fortalecimento do papel das cidades médias baianas, principalmente se forem relacionados à própria lógica da urbanização do Brasil. No contexto que se iniciou em 1940 e foi até o final da década de 1960, superou-se a fase que pode ser denominada como *urbanização pretérita* da Bahia; ou seja, deixam de ter prevalência os marcos anteriores que fundaram essas cidades e instituíram sua *estruturação*⁴, que era fortemente marcada pela força das atividades agropecuárias.

Para ter-se uma ideia do papel que tais cidades desempenhavam no início desse período para o contexto baiano, bem como as mudanças posteriores ocorridas – em 1940 –, das 20 maiores cidades do estado, que poderiam exercer algum papel de intermediação,⁵ o que permite excluir Salvador, a articulação com o Recôncavo Baiano era um fator importante e destacava,

⁴ Estruturação urbana e da cidade: conjunto de modificações no processo de urbanização que determina uma expressão momentânea do/no mosaico de usos do solo: a estrutura urbana (SANTOS, J., 2008b).

⁵ No contexto histórico, a lógica era distinta da atual; portanto, a ideia da intermediação precisa ser ressignificada.

por exemplo, Nazaré, Santo Amaro, Cachoeira, Maragogipe e São Félix. Outro fator importante era a capacidade de escoamento da produção desenvolvida no litoral ou na hinterlândia, o que ressaltava, além das supramencionadas, Belmonte e Canavieiras (Figura 1).

Como dito, entre 1960 e 1980, a tendência foi o aumento nas taxas, com índices mais altos que os anos anteriores em várias cidades (Tabela 2). Com exceção de Ilhéus e Valença, em todos os demais casos investigados, a população dessas cidades mais que dobrou em vinte anos; algumas, inclusive, com índices exorbitantes, como os casos de Barreiras, Paulo Afonso, Santo Antônio de Jesus e Irecê. Entende-se que, no âmbito de uma análise demográfica inicial, foi nesse período que essas cidades começaram a ganhar os primeiros contornos na direção de assumir papéis enquanto médias, por mais que tal consolidação só tenha sido dada, com maior visibilidade, a partir da década de 1980. Esse aspecto permite retomar os argumentos de Sposito (2004), quando aponta que as mudanças na urbanização só ganham notoriedade quando uma lógica passa a prevalecer sobre as anteriores.

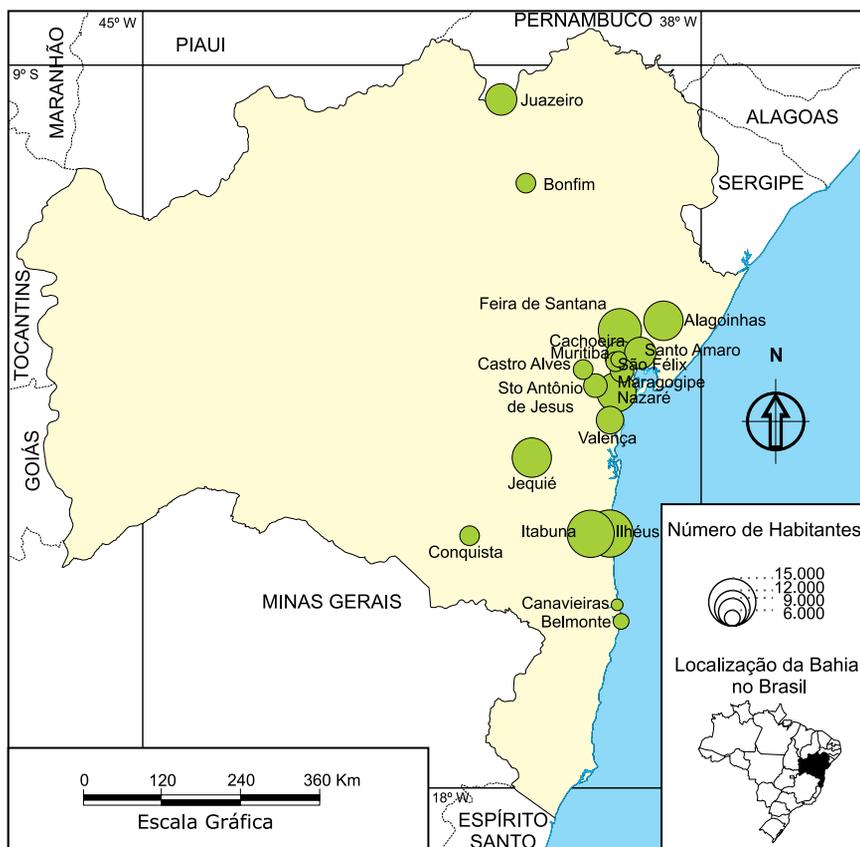


Figura 1
População da cidade, por cidades que desempenhavam papéis de intermediação – Bahia – 1940

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1940. Base Cartográfica: Dinit, Mapa Rodoviário da Bahia, 2001. Escala: 1:1.700.000
Elaboração: Janio Santos.
Apoio: Fapesb, Uesb.

Tabela 2
Taxa de crescimento geométrico anual das populações das cidades⁽¹⁾ médias – Bahia – 1940-2010

Cidades médias	Dados relativos (%)						
	1940-1950	1950-1960 ⁽²⁾	1960 ² -1970	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Feira de Santana	6,51	8,78	7,50	5,98	3,76	2,35	1,68
Vitória da Conquista	8,58	10,33	5,80	4,32	3,34	2,00	1,92
Itabuna	4,90	7,91	5,13	3,82	2,49	1,28	0,43
Juazeiro	3,91	2,92	5,51	5,31	4,21	3,03	1,91
Ilhéus	3,80	7,30	2,51	2,00	5,98	1,50	-0,40
Jequié	4,52	6,88	4,46	3,15	2,80	1,13	0,73
Teixeira de Freitas					12,71	3,26	2,75
Barreiras	3,42	2,15	3,20	12,01	7,95	3,91	2,14
Alagoinhas	4,80	6,04	3,44	3,60	2,29	1,38	1,00
Simões Filho			11,94	15,71	5,14	6,29	2,14
Eunápolis		9,73	3,58	15,71	26,74	2,47	1,67
Paulo Afonso			6,97	4,94	1,67	1,17	1,24
Porto Seguro	-1,14	3,63	1,83	4,46	11,52	16,24	2,24
Santo Antônio de Jesus	2,97	2,70	3,51	4,84	4,16	2,54	1,81
Itapetinga	20,85	8,37	5,59	1,93	2,05	1,25	1,78
Valença	1,78	4,08	1,95	3,71	3,12	2,38	1,39
Irecê	5,69	10,23	10,42	10,53	3,23	2,41	1,63
Guanambi	3,30	9,75	7,08	8,61	5,42	1,96	1,36
Luís Eduardo Magalhães						23,29	13,33
Senhor do Bonfim	2,48	3,27	4,33	4,72	2,26	0,36	1,13
Cruz das Almas	4,63	6,08	3,55	3,57	2,11	2,79	2,33
Itamaraju	7,26	12,82	15,50	11,59	3,05	0,87	0,36
Itaberaba	7,96	3,79	6,47	5,58	2,70	2,10	0,86
Jacobina	5,11	5,53	4,28	3,55	4,24	0,35	0,92
Serrinha	9,09	4,53	4,47	4,15	3,37	2,12	1,27
Brumado	11,17	8,88	8,05	4,89	3,21	1,38	1,08
Bom Jesus da Lapa	7,40	2,57	7,19	4,97	4,55	1,71	0,97
Ipiaú	6,25	6,55	3,31	4,14	2,64	0,45	0,63

LEGENDA

□	Até 4,99
■	Entre 5,00 e 9,99
■	Entre 10,00 e 19,99
■	Acima de 20

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (1940, 1950, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010) e Sinopse Preliminar do Censo Demográfico (1960).

(1) Apenas os dados da população urbana do distrito-sede.

(2) São utilizados os dados da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, porque o documento final não apresentou os dados detalhados dos distritos.

A partir de 1980, ao mesmo tempo em que as taxas de crescimento geométrico anual tenderam a diminuir, paradoxalmente, em números absolutos, o volume de pessoas que passou a morar na cidade cresceu exponencialmente, mormente até 2000 (Tabela 3). Isso sinaliza que, de modo definitivo, foi superado um período anterior, encerrado na década de 1960, em que as dinâmicas dessas cidades eram marcadas, profundamente, pela relevância da atividade agrícola, o que sinaliza os rumos que a urbanização baiana assumiu, pois o setor terciário tornou-se o condutor da dinâmica econômica municipal.

Tabela 3
Crescimento absoluto das populações das cidades (1) médias – Bahia – 1940-2010

Cidades médias	Dados absolutos						
	1940-1950	1950-1960 (2)	1960 (2)-1970	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Feira de Santana	12.428	35.053	65.360	100.032	113.617	79.195	76.149
Vitória da Conquista	9.821	29.275	35.452	43.286	54.547	35.119	45.078
Itabuna	9.639	28.917	35.232	40.663	40.376	20.645	8.459
Juazeiro	5.065	5.300	15.046	24.569	34.927	29.548	26.050
Ilhéus	7.027	23.119	12.860	12.804	63.899	19.349	-6.047
Jequié	7.384	19.506	21.989	22.561	30.025	12.173	9.564
Teixeira de Freitas	0	0	0	19.680	53.716	24.532	30.554
Barreiras	1.658	1.373	2.656	20.724	40.315	29.215	23.656
Alagoinhas	7.966	16.963	15.371	22.714	21.602	12.818	11.530
Eunápolis	303	464	323	3.598	58.852	15.621	14.252
Paulo Afonso	0	19.499	18.766	23.713	12.377	8.229	10.820
Porto Seguro	-229	809	535	1.768	11.594	47.701	15.972
Santo Antônio de Jesus	2.899	3.485	6.130	12.709	19.114	13.390	13.054
Itapetinga	6.709	9.749	12.747	6.416	9.211	5.433	9.950
Valença	1.856	5.645	3.645	9.120	12.035	9.879	7.660
Irecê	618	2.400	6.531	17.869	11.814	9.559	8.722
Guanambi	576	3.191	5.174	13.415	18.790	8.137	7.327
Luís Eduardo Magalhães	0	.0	0	0	2.385	13.314	39.182
Senhor do Bonfim	2.200	3.845	7.359	12.487	9.435	1.409	5.327
Cruz das Almas	2.459	5.432	5.095	7.270	6.353	8.696	10.281
Itamaraju	381	1.770	8.148	21.273	12.502	3.588	1.748
Itaberaba	3.156	2.659	7.464	11.542	9.373	7.583	3.968
Jacobina	2.835	5.149	6.441	7.860	15.429	1.331	4.153
Serrinha	3.837	3.682	5.641	7.989	10.523	7.150	5.601
Brumado	1.967	4.039	8.238	9.358	10.228	4.584	4.496
Bom Jesus da Lapa	2.419	1.367	6.116	7.638	12.529	5.336	3.829
Ipiaú	3.175	6.183	5.063	9.119	9.062	1.516	2.460

LEGENDA

Até 9.999
Entre 10.000 e 19.999
Entre 20.000 e 39.999
Acima de 40.000

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (1940, 1950, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010) e Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1960.

(1) Apenas os dados da população urbana do distrito-sede.

(2) São utilizados os dados da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, porque o documento final não apresentou os dados detalhados dos distritos.

Observou-se, até a década de 1950, que a atividade primária constituía-se como o principal “motor” da dinâmica desses municípios. Para ter-se uma ideia, segundo Ferreira (1958a, 1958b), ao citar informações do Censo Demográfico de 1950, esse tipo de atividade ocupava 78% da população em idade ativa em Vitória da Conquista e 70% em Itabuna; 30,04% em Ilhéus e 30% em Feira de Santana, nesses últimos casos, superada pelas “atividades domésticas”. Em 1970, por mais que a atividade primária tenha adquirido impulso em alguns municípios – como em Vitória da Conquista, com a cafeicultura; Eunápolis, com a silvicultura; e, anos após, Barreiras e Luiz Eduardo Magalhães, com a agricultura mecanizada –, foi o setor terciário aquele que

teve o maior impacto em suas dinâmicas, sobretudo as atividades associadas ao comércio, aos serviços e ao setor imobiliário, porque tais cidades passaram a drenar a renda gerada regionalmente, inclusive das áreas produtoras que, muitas vezes, estavam localizadas fora dos municípios polos, como os casos de Barra do Choça e Itambé, para Vitória da Conquista; e Camacã, para Itabuna e Ilhéus.

Os dados sobre as mudanças verificadas, a partir da década de 1970, no quadro do Produto Interno Bruto, segundo os principais setores das atividades, também contribuem para confirmar esse nexos (Tabela 4). Primeiro, porque confirmam o peso que o terciário já exercia em 1970, para controlar a produção e ocupar a população residente ou que migrou para as principais cidades médias, e confirmam a tendência do capitalismo contemporâneo, que é centrar a maior parte da mão de obra nos setores articulados ao comércio e aos serviços.

Tabela 4
Produto Interno Bruto, por setor de atividade, segundo os municípios cujas sedes são cidades médias – Bahia – 1970/2009

(%)

Municípios	2009			1999			1985			1970		
	Agr.	Ind.	Ter.									
Feira de Santana	0,91	20,19	78,90	0,92	16,69	82,39	3,47	42,55	53,98	7,63	26,48	65,89
Vitória da Conquista	3,42	12,71	83,87	3,72	13,47	82,81	18,61	20,26	61,13	8,07	12,54	79,39
Itabuna	0,63	16,80	82,57	0,65	16,79	82,57	15,28	24,40	60,32	12,80	13,54	73,65
Juazeiro	13,60	12,87	73,52	11,43	17,88	70,69	17,67	42,61	39,72	9,80	23,23	66,97
Ilhéus	3,24	28,16	68,60	3,67	29,15	67,18	17,89	44,96	37,14	19,88	15,84	64,28
Jequié	1,30	11,92	86,78	2,76	14,00	83,23	13,97	22,65	63,38	15,89	19,19	64,93
Teixeira de Freitas	5,53	15,05	79,42	12,74	13,26	74,01						
Barreiras	19,75	15,69	64,56	19,03	21,15	59,83	1,34	20,18	81,16	29,84	14,26	55,90
Alagoinhas	1,80	26,18	72,02	1,87	21,11	77,02	8,42	35,88	55,70	16,04	18,19	65,77
Eunápolis	4,63	32,90	62,46	8,68	12,74	78,58						
Paulo Afonso	0,57	68,54	30,89	0,44	77,38	22,18	6,25	36,04	57,72	1,09	30,16	68,75
Porto Seguro	8,85	10,61	80,54	6,96	13,72	79,33	38,02	16,66	45,32	53,00	8,14	38,86
Santo Antônio de Jesus	1,47	12,24	86,29	1,81	13,28	84,92	22,30	24,27	53,43	40,53	10,54	48,94
Itapetinga	2,48	37,25	60,26	2,40	26,93	70,67	22,75	26,24	51,02	27,17	16,17	56,66
Valença	7,85	11,61	80,54	12,74	13,26	74,00	36,16	25,27	38,57	35,65	32,25	32,10
Irecê	3,06	8,95	87,99	24,40	9,99	65,62	35,07	18,84	46,09	69,82	2,10	28,08
Guanambi	3,25	10,82	85,93	3,30	12,31	84,38	12,04	41,44	46,52	28,94	17,89	53,17
Luís Eduardo Magalhães	13,86	22,24	63,90									
Senhor do Bonfim	1,89	13,17	84,94	1,96	10,31	87,73	12,53	35,67	51,80	10,51	21,32	68,17
Cruz das Almas	4,38	11,77	83,85	4,38	12,67	82,95	11,44	29,12	59,44	31,00	22,45	46,55
Itamaraju	30,14	9,05	60,80	17,89	10,24	71,87	50,21	13,96	35,84	40,23	6,54	53,22
Itaberaba	15,44	9,07	75,49	10,82	12,04	77,15	20,08	21,21	58,71	13,00	15,90	71,10
Jacobina	5,60	22,11	72,29	5,62	9,91	84,47	23,93	25,95	50,12	42,09	7,25	50,66
Serrinha	3,00	17,21	79,79	3,32	20,42	76,26	16,12	35,62	48,25	25,04	14,08	60,88
Brumado	2,78	32,27	64,95	2,43	27,71	69,85	6,93	47,63	45,45	11,54	52,93	35,53
Bom Jesus da Lapa	19,07	9,02	71,91	18,75	10,53	70,72	30,76	15,35	53,90	31,79	16,44	51,77
Ipiaú	4,61	21,63	73,76	5,72	11,21	83,07	51,79	8,60	39,61	44,09	8,81	47,10

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012b); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2012).

Nos últimos dez anos, enquanto difusoras e controladoras das atividades terciárias mais importantes dos seus territórios de identidade⁶ ou de seus contextos microrregionais, as cidades médias, principalmente as maiores, passaram a atrair novas fontes de capital, sobretudo comercial e financeiro, que deram uma nova conjuntura às suas dinâmicas econômicas.

Todos esses dados sobre aspectos demográficos e da produção econômica, contudo, não representarão muito, no plano analítico, se não for considerado que a própria política de articulação do território brasileiro fez com que houvesse uma nova fluidez nas relações entre os espaços e decorreu na maior circulação de mercadorias, capital e, sobremaneira, trabalhadores. Portanto, na região de influência dessas cidades médias verificou-se que a mobilidade do trabalho foi notória e não restrita aos deslocamentos para os grandes centros urbanos brasileiros, sendo a região Sudeste o principal foco, ainda que, em determinados casos, o fluxo também tenha se deslocado para Salvador.

Ou seja, mesmo para algumas cidades médias, milhares de camponeses passaram a migrar, mormente a partir de 1960, inicialmente, porque foram expropriados de suas terras, o que explica, parcialmente, os dados mencionados na Tabela 3. Isso ocorreu em função de três processos apontados alhures (SANTOS, J., 2009b): ausência de políticas que garantissem a permanência do homem no campo; mecanização/modernização da agricultura; e períodos de crise na atividade agrícola. Esses elementos criaram as possibilidades para a sua expansão urbana, pois, enquanto centros regionais de comando, as condições ideais foram designadas para sustentar e reproduzir o modo de produção capitalista – mão de obra barata e disponível –, em avanço para o espaço nordestino, particularmente o baiano.

A partir da década de 1970, com a criação de vários distritos, a atividade industrial também se intensificou em algumas dessas cidades e teve influência na dinâmica demográfica, ainda que tenha sido menor que os setores terciários e agrários, na maior parte delas. Todavia, em casos pontuais, como Itapetinga, o impacto foi representativo e significou mudanças profundas, sempre associadas ao fortalecimento do comércio e dos serviços.

Nessa mesma década, porém, houve a implantação de novas atividades econômicas associadas ao setor primário, bem como vultosos recursos financeiros para que esse setor se expandisse, como nos casos de Barreiras, Vitória da Conquista e Juazeiro. Esses recursos, entretanto, trouxeram profundas transformações no modo como se produzia nesses municípios, sobretudo nas áreas rurais circunvizinhas. O êxodo rural abordado acima aponta a falta de políticas de permanência do camponês por parte do governo, que, ao invés de contribuir para que o pequeno produtor permanecesse no campo, criou políticas que, em verdade, os expulsaram dos seus lugares de origem e tiraram-lhes as condições

⁶ Delimitação adotada pelo Governo do estado da Bahia, a partir de 2007, cuja discussão teórica não faz parte dos interesses deste texto. Foi usado apenas como recurso de localização territorial. Contudo, é fundamental lembrar que a delimitação anterior, denominada região econômica, também foi imposta pelo Estado e, portanto, não é natural, nem está isenta de críticas; afinal, qualquer recorte regional implica o empreendimento de poder.

concretas de vida na zona rural, a posse da terra. Como decorrência, vários tornaram-se mão de obra assalariada, um aspecto bastante discutido por S. Souza (2008), para o caso de Vitória da Conquista.

Se, entre 1960 e 1980, houve um intenso processo de migração da região Nordeste para a região Sudeste, nas últimas décadas isso não é mais prevalente. Concomitantemente à migração de pessoas para a última região, há um movimento de retorno, pois, como as condições de vida tornam-se mais agudas, mesmo em antigas áreas produtoras, como São Paulo, face à própria crise estrutural do capitalismo, muitos não conseguem trabalho e ficam desempregados. Por esta razão, deslocam-se, constantemente, em busca de sua sobrevivência, seja nas áreas imediatas a suas regiões de origem, sobretudo as cidades médias polarizadoras, seja para os centros produtivos, principalmente das regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Finalmente, qualquer leitura sobre o processo de urbanização e sua relação com a produção das cidades médias precisa ter como ressalva algo que já foi salientado, que é a necessidade de superar uma visão mecanicista que insiste em explicar a produção dos espaços urbanos por meio de elementos meramente técnicos. Além de configurar o que Gottdiener (1997) definiu como determinismo tecnológico, entende-se que isso também produz um fetichismo da técnica, que, problematicamente, inverte toda a ordem da explicação e do fenômeno urbano (SANTOS, J., 2010). Portanto, as rodovias, por si mesmas, não podem explicar o crescimento dessas cidades, porque, caso contrário, serão desconsiderados os elementos muito mais relevantes para a discussão e que são a própria essência da existência de tais rodovias, na qualidade de materialidade puramente técnica. Por mais que seja importante e se considere que, enquanto produto dessa nova dinâmica econômica, a implantação das rodovias federais e estaduais alterou as relações tecidas no âmbito intraurbano, longe de panaceias explicativas, essas só podem ser consideradas enquanto resultantes de uma ordem social mais ampla que influenciou a urbanização no estado.

Nesses termos, entender a produção do espaço nas cidades médias baianas, o que inclui as suas próprias expansões territoriais urbanas, implica desvendar os nexos do próprio avanço e amadurecimento das relações capitalista no Brasil, como já dito, articulados ao movimento do mundo contemporâneo. Dentre várias outras nuances, compreende-se que isso ocorreu pelos seguintes fatores: necessidade de articulação do território brasileiro, que materializou as rodovias federais e estaduais na Bahia e constituiu uma nova lógica urbana no estado; as ações do Estado, agente que se ausentou na promoção de políticas para garantir a permanência do homem no campo, de modo digno, o que fortaleceu o êxodo rural e urbano, ao lado, concomitantemente, de suas políticas que também promoveram a centralização de atividades terciárias nessas cidades e atraíram os migrantes; o financiamento habitacional promovido pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e pelo Sistema Financeiro Habitacional (SFH), que concedeu capital necessário para “alimentar”

o setor imobiliário; a paulatina valorização das terras urbanas, que, em sentidos diversos, tanto orientou o crescimento desigual das cidades e a conversão de terra rural em urbana como dificultou o acesso dos pobres à moradia, favoreceu o processo de ocupação de diversos “espaços vazios” e a formação de áreas periféricas populares; e a expansão do capital “terciário” (comercial e ligado aos serviços), financeiro e imobiliário, que, nos últimos anos, fortaleceram as suas dinâmicas.

Atualmente, o conteúdo da urbanização foi profundamente modificado, como foram transformadas as próprias estruturas e relações das/nas cidades médias baianas. Não obstante, as suas articulações com outras cidades são engendradas, justamente, por relações em rede que vão além do âmbito físico-territorial (no sentido de superar), sem que, necessariamente, o elimine, pois as relações urbanas ainda são fortemente constituídas por relações territoriais contíguas. Portanto, pondera-se que é preciso desvendar o cerne da relação entre capital e trabalho no debate sobre a produção das cidades médias da Bahia, pensando no que Mészáros (2009) pontua como seminal no debate sobre o capitalismo contemporâneo: a dialética entre produção e consumo, produção e circulação, e produção e distribuição.

ESTADO E CONSTITUIÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS BAIANAS

Para analisar os fatores que foram determinantes e fizeram com que algumas áreas urbanas se consolidassem como cidades médias, nestas reflexões será sustentada uma tese: a de que as ações do Estado, no âmbito das suas três esferas de poder, concomitante às políticas de descentralização encampadas pelos seus planejadores, tiveram papel crucial nessa questão. Isso não quer dizer que outros elementos não estão sendo considerados; o que se quer é dar o destaque devido a esse agente, porque, em geral, suas ações não são consideradas adequadamente por alguns pesquisadores na análise da consolidação das cidades médias, particularmente as baianas. Nesse sentido, é fundamental destacar que duas ações do governo federal foram seminais para que fossem fincadas as bases para a edificação do processo de constituição dos seus papéis de intermediação, ainda que, no contexto de seus surgimentos, tais questões não fossem discutidas. Assim, deve-se lembrar da criação do SFH e do BNH, no que tange às políticas de habitação; e das propostas vinculadas aos PNDs I e II.

Sobre os primeiros, destaca-se que a criação desses instrumentos foi um fato observável em âmbito nacional, como consequência da política nacional de habitação, decretada pela lei federal que instituiu a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, e criou o BNH, as Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (BRASIL, 1964).

Segundo Szubert (1979), o SFH tinha como objetivo básico promover a construção e a aquisição da casa própria, especialmente para as faixas de menores rendas. No entanto, ficou explicita-

mente estabelecido que a promoção e a execução de projetos de construção de habitações seriam reservadas ao setor privado, cabendo ao setor público atuar apenas na elaboração dos projetos e na alocação dos recursos. Ao BNH, órgão central e de controle do SFH, caberiam funções de natureza predominantemente normativa e financeira.

Dessa forma, institucionalizou-se a conversão da habitação, juntamente com a moradia para as classes populares, em uma mercadoria de interessante valor comercial a ser apropriada pela iniciativa privada, com o propósito de ser convertida em capital. Ao Estado coube, então, o papel de elaborar os projetos de habitação popular. A moradia, portanto, principalmente para essas camadas populares, que não dispunham de renda satisfatória, foi inserida nessa lógica e deixou de ser pensada como uma necessidade básica para tornar-se fomento à iniciativa privada, cuja perspectiva era, primeiramente, a obtenção de lucros, mesmo que os resultados não tenham sido sempre os esperados no tocante ao retorno do investimento para a população pobre; ou seja, em várias outras cidades baianas não haveria expansão urbana, decorrente de programas habitacionais ou políticas de construção imobiliária, sem a criação desses dois instrumentos: o BNH e o SFH.

É essencial compreender que o fortalecimento das cidades médias, no Brasil, também não se deu alheio a uma outra política estatal, pois está explícito, nos PNDs I e II e na Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, a necessidade de criar estratégias de planejamento que viabilizem programas de descentralização das funções e dos papéis metropolitanos, mormente das atividades públicas, para cidades de menores portes (BRASIL, 1971, 1974a, 1975); ou seja, tratou-se de um projeto político bem arquitetado, que influenciou quase todos os estados brasileiros, inclusive com alto financiamento do Banco Mundial, como analisam Steinberger e Bruna (2001).

No caso baiano, as repercussões dessas ações do governo federal tiveram profundos “rebatimentos”. Em 1972, o Governo do estado solicitou do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) um projeto, que foi coordenado pelos professores Sylvio Bandeira de Melo e Silva e Douracy Soares (BAHIA, 1973b), cujos resultados culminaram, inicialmente, em uma nova proposta de regionalização para o estado (BAHIA, 1973a). Todavia, além disso, os resultados também convergiam para a descentralização de alguns serviços públicos, que estavam assaz concentrados em Salvador, e fizeram com que fossem transferidos setores como a Diretoria Regional de Saúde (Dires), Diretoria Regional de Educação (Direc) e o Departamento Estadual de Trânsito (Detran) para algumas cidades localizadas fora da capital. Isso é posto, por mais que, em 1966, o Governo do estado já tivesse promulgado uma lei que criou algumas regiões administrativas (BAHIA, 1966).

Nesse bojo, várias cidades que hoje são consideradas médias no estado da Bahia, em função de critérios fundamentados na Teoria das Localidades Centrais, proposta por Walter Christaller, que são a base dos estudos desenvolvidos pelos supramencionados professores, passaram a receber, a partir da metade da década de 1970, poderes executivos de órgãos administrativos do estado, como a Dires (BAHIA, 1973b), Direc (BAHIA, 1972) e o Detran (BAHIA, 1978).

Entretanto, nas décadas de 1970 e 1980, outras importantes ações do Governo do estado criaram as universidades estaduais (BAHIA, 1980, 1983, 1991; BRASIL, 1974b). Essas, somadas às anteriores estratégias de descentralização promovidas por esse agente, impulsionaram a centralidade exercida por essas cidades e, paulatinamente, consolidaram-nas enquanto médias. Com o passar dos anos, principalmente após a década de 1990, outros órgãos, tanto da esfera estadual quanto federal, como Fóruns, Diretorias Regionais de Trabalho, novas universidades federais, os antigos Centro Federais de Educação Tecnológica (Cefet) – os atuais Institutos Federais da Bahia (IFBA) e Institutos Federais Baianos (IFBaiano) –, Receita Federal, Tribunal Regional Eleitoral e Tribunal Regional do Trabalho, também influenciaram nesse papel.

Finalmente, no que tange ao setor terciário, não podem ser esquecidas as demais atividades ligadas à saúde e à educação, sejam elas públicas ou privadas, que, em função, respectivamente, das políticas federais de descentralização dos serviços de saúde⁷ e das mudanças provocadas pela Lei de Diretrizes e Bases⁸, fortaleceram as cidades médias brasileiras com verbas públicas, que, por sua vez, promoveram a ampliação dessas atividades. Isso é argumentado, embora tenha ocorrido em concomitância a questionamentos sobre a qualidade dos serviços oferecidos, sobretudo, à população mais pobre, bem como à injeção de verbas do Estado à iniciativa privada, em detrimento dos estabelecimentos públicos. Ainda nesse âmbito, também devem ser ressaltadas instituições privadas de ensino superior, pois essas, mesmo em menor expressão, se comparadas às públicas, são equipamentos que estruturaram o papel dessas cidades médias baianas na rede urbana, mormente, em suas perspectivas regionais.

Portanto, qualquer análise que preze pela discussão sobre as cidades médias, no sentido de pensar seus papéis na rede urbana, não pode desconsiderar que foram as ações do Estado, em função de diversos interesses e alicerçadas por políticas adotadas pelos planejadores, que deram uma forte sustentação para que essa lógica fosse erigida. Ademais, foi com base nesses pressupostos e nas decorrências dessas ações que, durante toda a década de 2000, novos componentes passaram a influenciar a dinâmica de sua urbanização e criaram condições e estratégias para atrair novos fluxos de capitais e investimentos para a cidade, ao passo que possibilitaram a implantação de empresas, cujas escalas do capital não se limitam às barreiras do município, do estado ou mesmo do país, aspectos que serão discutidos na próxima seção.

Todas essas ações governamentais, aliadas a outros aspectos mencionados neste texto, constituíram uma nova configuração na rede urbana baiana e redefiniram a produção das cidades médias, o que fez com que tais espaços se tornassem os atuais focos da alocação de capital imobiliário, terciário, agrário, industrial e financeiro no estado, sem que, necessariamente, os interesses capitalistas deixassem de atuar também em Salvador, como apontado por J. Santos (2008a). É nesse bojo que, *pari passu* à consolidação dos centros intermediários constituídos ainda entre os anos de 1960 e 1970, como Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna e Juazeiro, nas duas últimas décadas, novas cidades fortaleceram-se para desempenhar papéis

⁷ Artigo 7º, Parágrafo IX e alínea “a” da Lei federal n.º 8.080 (BRASIL, 1990).

⁸ Artigo 11º da Lei n.º 9.394 (BRASIL, 1996).

de intermediação (Figura 2). Entretanto, só com base no desenvolvimento de novas pesquisas é que se poderá chegar, no futuro, a uma conclusão mais concreta e clara sobre a veracidade do fato de essas novas áreas urbanas poderem ser pensadas como médias ou, adotando o termo usado por M. Santos (2005), como “cidades regionais”.

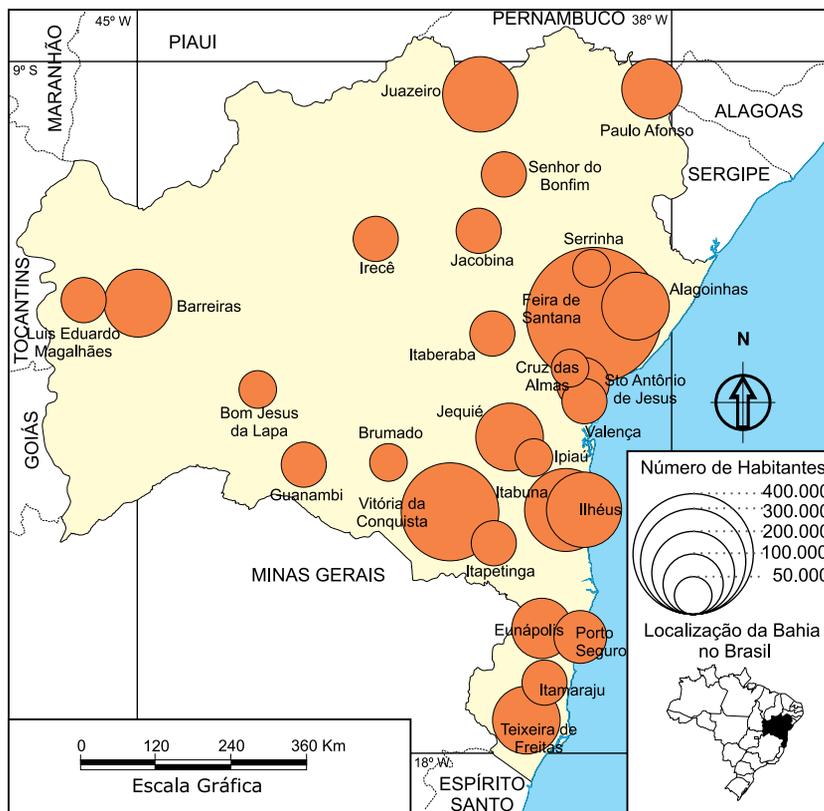


Figura 2
População da cidade, por cidades médias – Bahia – 2010

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010. Base Cartográfica: Dinit, Mapa Rodoviário da Bahia, 2001. Escala: 1:1.700.000.
 Elaboração: Janio Santos.
 Apoio: Fapesb, Uesb.

CIDADES MÉDIAS BAIANAS NOS PLANOS DA URBANIZAÇÃO CAPITALISTA

A partir da década de 2000, sobremaneira, observou-se, nas cidades médias baianas, a instalação de novos estabelecimentos comerciais e de serviços, bem como de empresas associadas a outros ramos da economia e vinculadas a um capital que não está mais restrito à escala local. Esta questão exige uma reflexão mais consubstanciada, porque se trata de uma composição hodierna da/na urbanização, que influencia seus papéis na rede urbana, para atrair grupos capitalistas contemporâneos para espaços fora da capital baiana. No que tange à composição

do capital que sustenta tais grupos, mesmo que, em prevalência, não estejam amalgamados ao capital financeiro, paulatinamente, tal vínculo passa a ser fortalecido e constitui dinâmicas diferenciadas nesses espaços urbanos.

Conforme salientado alhures (SANTOS, J., 2008a), a internacionalização do capital relacionado ao setor terciário foi produto de alianças feitas entre esse e o capital financeiro. A partir da década de 1990, verificou-se um aumento desse processo no Brasil, pois um número maior de empresas, que comercializaram suas ações nas bolsas de valores, passou a ser adquirido e controlado por corporações internacionais, como os grupos Walmart e Carrefour. As dinâmicas observadas em cidades como Vitória da Conquista, Feira de Santana, Itabuna, dentre outras, indicam que se experimenta um período marcado pela *oligopolização do capital comercial*, pois alguns grupos, atualmente, controlam boa parte do mercado.

Ao se instalar em diferentes espaços dessas cidades médias, tais empresas modificam o valor agregado à terra urbana e alteram a lógica da sua centralidade no âmbito regional. Concomitantemente, tendem a levar à bancarrota uma miríade de pequenos empresários, seja porque as maiores empresas dispõem de sistemas de concessão de crédito a longo prazo, quase sempre vinculados a elevadas taxas de juros, seja porque reproduzem não só o capital comercial, mas, igualmente, o capital financeiro, já que a esses estão articuladas tanto no controle acionário quanto nas próprias transações comerciais.

É por isso que, em função do próprio amadurecimento das relações capitalistas em certas áreas da Bahia, bem como dos interesses das empresas em abrir novas frentes que visem ampliar a margem e a esfera dos seus lucros, haja vista as condições fiscais que o estado vem fornecendo e a ampla mão de obra barata, nas últimas décadas, tais cidades médias passaram a ser focos da atração de um capital comercial, industrial, imobiliário e financeiro que, como mencionado, é exterior às esferas local e estadual.

Além dos supramencionados e destacados serviços públicos e privados, surgiram importantes empresas comerciais nessas cidades, que também contribuem para a redefinição do seu papel de intermediação, que se diferenciam assaz daquela lógica que imperou até a década de 1980 e consolidou as bases necessárias para que esse processo ocorresse. Pode-se destacar, dentre essas, a implantação de novos *shoppings centers*, todos inaugurados a partir da metade da década de 1990, com base nos dados de J. Santos (2008a, 2009b). Esse autor aponta as implicações de tais empreendimentos para a dinâmica dessas cidades e revela o fortalecimento das suas centralidades urbanas, mormente nos contextos regionais em que estão inseridos, pois um grande número de pessoas sai, não só dessas cidades, mas também dos municípios circunvizinhos, para consumir nesses verdadeiros “templos” (Figura 3). Por outro lado, no âmbito da estruturação interna desses equipamentos, franquias como Bob’s, Mac Donald, Lojas Americanas, Subway etc., também materializam essa nova fase da urbanização baiana.

Na esfera das grandes empresas de autosserviços, os estudos realizados também corroboram essa lógica atual, ao sinalizar que a implantação de novas lojas do Hiper Bom Preço e do Maxxi

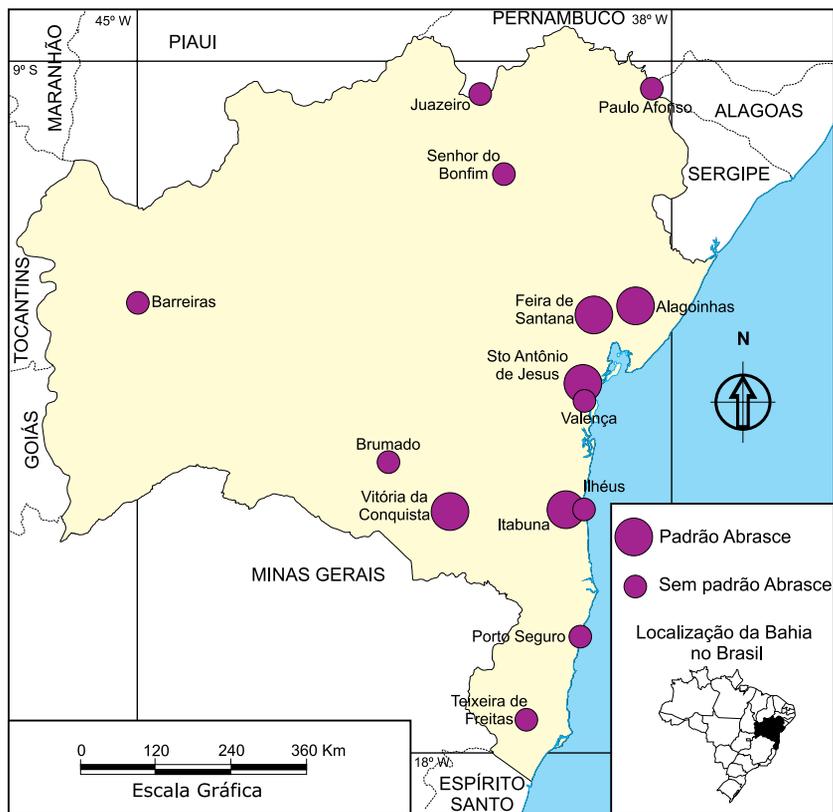


Figura 3
Presença de *shopping center*, segundo o padrão Abrasce, por cidades médias – Bahia – 2012

Fonte: Sites das empresas, 2012. Base Cartográfica: Dinit, Mapa Rodoviário da Bahia, 2001. Escala: 1:1.700.000.
 Elaboração: Janio Santos.
 Apoio: Fapesb, Uesb.

Atacados, que fazem parte do Walmart; do Atacadão, pertencente ao Grupo Carrefour; e do GBarbosa, hoje pertencente ao Grupo Chileno Cencosud⁹, alteraram as dinâmicas internas e externas das cidades médias (Figura 4).

Várias cadeias de lojas varejistas, hoje, estão instaladas nessas cidades. Por exemplo, as que dominam o setor de eletrodomésticos, como Lojas Insinuante, Ricardo Eletro, Casas Bahia, Eletrosom e Lojas Maias¹⁰, adotam a estratégia de implantar as suas filiais em áreas terciárias consolidadas e tornam seminal a busca por espaços que apresentem altos fluxos (Figura 5). Por outro lado, dialeticamente, essas cadeias lojistas também reforçam a centralidade exercida e alteram a dinâmica interna das cidades, respectivamente, seja porque criam uma configuração diferenciada na disposição dos antigos e novos espaços centrais, seja porque aumentam o preço da terra urbana e dos aluguéis pagos pelos espaços terciários.

⁹ Informações coletadas junto ao banco de dados do Grupo de Pesquisa Urbanização e Produção de Cidades na Bahia.

¹⁰ Idem.

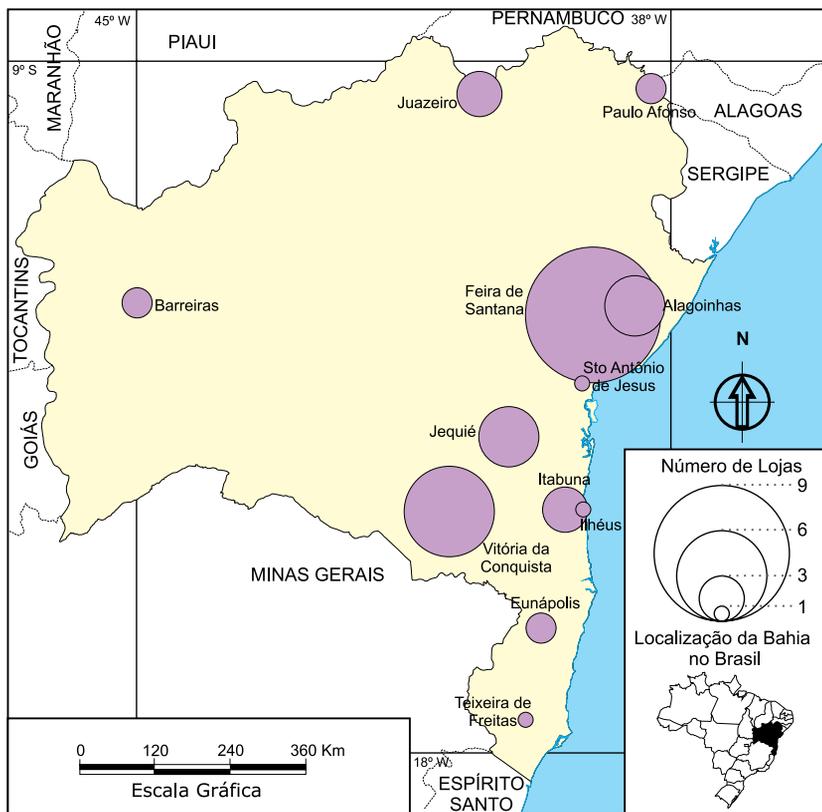


Figura 4
Lojas de autoserviços pertencentes às redes de capital suprarregional por cidades médias
Bahia – 2012

Fonte: Sites das empresas, 2012. Base Cartográfica: Dinit, Mapa Rodoviário da Bahia, 2001. Escala: 1:1.700.000.
Elaboração: Janio Santos.
Apoio: Fapesb, Uesb.

Nessa perspectiva, tais grupos, que não podem ser reduzidos exclusivamente aos que foram supracitados, relacionam-se com os agentes amalgamados ao setor imobiliário e esses, cada vez mais, investem de modo maciço na construção civil; aliás, trata-se de um setor cujo componente do capital, paulatinamente, está sendo controlado por grupos financeiros que não se vinculam, necessariamente, à esfera local ou estadual, sobretudo, se for analisada a origem dos financiamentos que sustentam seus empreendimentos. Por mais que não se tenha interesse de discutir a estruturação interna dessas cidades neste texto, observa-se que o acesso à moradia, de modo crescente, passa a não ser franqueado para as camadas mais pobres, porque foi criado um incomensurável e intangível processo de valorização, sob a batuta do controle/monopólio das terras urbanas, que nutre as expectativas dos grupos gerenciadores dos empreendimentos imobiliários.

De qualquer forma, todos os apontamentos mencionados até o momento conduzem-nos ao foco dessas reflexões, que é desvelar o que procuram as empresas que, nas últimas décadas,

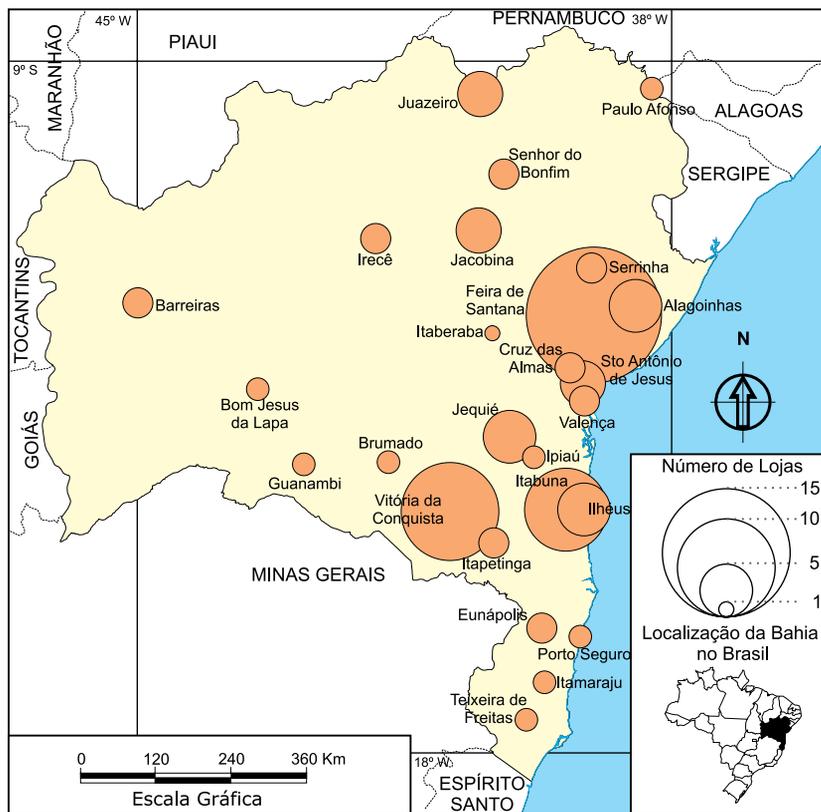


Figura 5
Lojas de eletrodomésticos pertencentes às redes de capital suprarregional, por cidades médias Bahia – 2012

Fonte: Sites das empresas, 2012. Base Cartográfica: Dinit, Mapa Rodoviário da Bahia, 2001. Escala: 1:1.700.000.
Elaboração: Janio Santos.
Apoio: Fapesb, Uesb.

instalaram-se nas cidades médias e alteraram suas dinâmicas. Logo de início, há que se considerar que essa lógica não é específica, tão pouco exclusiva de uma ou de outra, pois ocorrem fenômenos similares em quase todas as cidades de médio porte na Bahia, o que indica um processo mais amplo e que não se explica, exclusivamente, pelo que ocorre no âmbito intraurbano.

A princípio, um questionamento pode ajudar nas reflexões: se, desde a década de 1980, essas cidades, principalmente as maiores, já apresentavam padrões demográficos e demandas solváveis próximos às verificadas em cidades médias das regiões Sul e Sudeste do país, ainda que reservadas as devidas proporções, por que essa dinâmica não ocorreu em períodos anteriores? Ou seja, por que esse interesse só ocorreu, essencialmente, a partir dos últimos 20 anos? Adverte-se que, em prevalência, tais transformações não foram e nem são decorrentes da “vontade”, dos “interesses” ou das “ações” de alguns grupos locais, ainda que esses devam ser considerados no plano analítico.

As alterações no capitalismo e as estratégias adotadas para aumentar a extração dos lucros precisavam incorporar às suas esferas de domínio (áreas colonizadas) novos espaços que viabilizassem a circulação e, mormente, o consumo das mercadorias produzidas por essa nova fase do sistema (a ideia de mercadoria deve envolver diversos produtos, materiais e não materiais). Foi nesse bojo que as cidades médias nordestinas, como outras localizadas em áreas que outrora não interessavam à implantação de tais empresas, constituíram-se como os novos focos de seus estratagemas locais. Tudo isso significou, concomitantemente, a ampliação dos espaços destinados à realização da mais-valia, ou seja, a intensificação de novos campos para a distribuição e a circulação, bem como a garantia do consumo, cuja base é a reprodução ampliada dos produtos gerados pela obsolescência, seja essa *imane*nte, vinculada à superação técnica de um produto; *urdida*, planejada ou programada para acontecer num determinado interregno de tempo; ou *ilusória*, que simula o fim da vida útil de um produto, mesmo que ainda seja perfeitamente funcional.

Nesse sentido, ao pensar o contexto da urbanização contemporânea, no qual cidades médias baianas estão inseridas, as ideias de Santos e Silveira (2001, p. 264) sobre os espaços que mandam e os espaços que obedecem corroboram o que se entende, ao sugerirem que “[...] as decisões, as ordens etc. são seletivamente instaladas, e todas as etapas do processo produtivo, na maior parte do espaço nacional, dependem desses insumos técnicos e políticos”. Os autores ainda argumentam que o lugar (nesse termo, pode-se pensar nas cidades médias) “[...] em si mesmo, não possui força nenhuma de comando”, todavia, não deixam de considerar que “[...] o exercício do poder regulatório por empresas e pelo poder público não é independente do sistema de engenharias e do sistema normativo presentes em cada lugar” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 265).

Ou seja, a lógica que está presente, hodiernamente, na cidade é um produto direto de interesses, comandos e desmandos que estão vinculados a outras escalas do capital, ainda que, no âmbito do lugar, seja fundamental haver a aquiescência de alguns agentes, principalmente, os que são privilegiados/beneficiados com tal engrenagem, para produzir e reproduzir os estratagemas arquitetados e urdidos pelo capitalismo contemporâneo. Se assim não fosse, tais mudanças não teriam ocorrido, apenas, nas últimas duas décadas e já seriam visíveis desde a década de 1980 nas principais cidades médias baianas. Todavia, mesmo que não possuam esse comando do capital global, que foi instalado nas últimas décadas em seu espaço intraurbano, isso não é um requisito para negar a capacidade que as cidades médias baianas adquiriram em articular-se a outros centros de controle e exercer uma forte centralidade, por vezes, sem estarem vinculadas ou dependentes dos ditames oriundos de Salvador; ou seja, é algo que extrapola o âmbito de suas regiões mais imediatas. Aliás, a presença dessas empresas é um indicador importante para analisar, no caso da Bahia, as novas áreas urbanas que exercem ou não papéis de intermediação.

Articulado ao interesse daqueles que comandam a esfera da produção, distribuição, circulação e consumo das mercadorias (materiais e não materiais) tinha que haver o empenho, por

parte do poder público, nos planos municipal, estadual e federal, para garantir infraestrutura, financiamento e *marketing* adequados nessas cidades médias, para que a atração de tais investimentos fosse não só estimulada, mas efetivada. Por isso, observa-se que qualquer pensamento que estivesse fundamentado em propostas de planejamento a longo prazo teve que ser superado e passou a prevalecer, no âmbito da administração pública, a lógica da gestão reducionista, que reverbera a ideia de que a cidade precisa “dar lucro”.

É exatamente por isso que, nessas cidades médias, tornam-se visíveis alguns aspectos: *na órbita do poder municipal*, não há mecanismos que controlem as ações inescrupulosas dos grupos imobiliários, ao contrário, essas, em geral, possuem a aquiescência do poder público e, em maioria, os investimentos das prefeituras foram direcionados para garantir a infraestrutura mínima necessária à fluidez do capital; *nas órbitas dos governos estadual e federal* também foram imprescindíveis investimentos em infraestrutura, bem como subsídios (muitas vezes sob a forma de isenções de impostos, que se converteram em verdadeiras guerras fiscais) e recursos financeiros para atingir tais objetivos; ou seja, o dinheiro público foi diretamente injetado em iniciativas privadas, com o Estado tornando-se o alicerce seminal para a reprodução do capital.

Pari passu à instauração dessa nova ordem em tais cidades, os discursos reverberados pelos “arautos do desenvolvimento” passam a ser incorporados às falas extraídas do senso comum, mesmo daqueles que são mais pobres e que, de um modo ou de outro, não usufruem do “progresso”. Nesse sentido, diferente do que propõe M. Souza (2001), esse projeto de desenvolvimento não gera *justiça social e qualidade de vida*, até porque não se reforça a *autonomia individual e coletiva*, nem se constrói um projeto político em que todos estejam efetiva e realmente inclusos.

Por outro lado, nessas cidades médias, perdem-se de vista as preocupações e os cuidados: com o crescimento urbano exacerbado, como se o fato de uma cidade crescer demograficamente fosse sinônimo de positividade, de desenvolvimento; com os entraves decorrentes da falta de infraestrutura urbana, mormente para a população mais pobre; e, sobremaneira, com as iniquidades sociais, já que, nas últimas décadas, ao passo que os indicadores econômicos publicizados pelo poder público municipal revelam certas “melhoras” e “conquistas”, as disparidades entre as classes também passaram a ser bem mais visíveis, ainda que não sejam objetos da mesma publicidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar, ainda que de forma breve e sob um novo olhar, o processo de constituição e de consolidação das cidades médias baianas, reflexão que deve ser remetida para além dos aspectos meramente demográficos e funcionais, questões foram levantadas, para provocar o leitor a repensar a trajetória das suas produções, bem como da articulação que tais cidades engendram com outros espaços (urbanos ou não) e que exercem nexos diferenciados na rede

urbana. O ponto de partida é deixar claro que, do mesmo modo que a produção do espaço empreende história/processo, só uma discussão sobre a história pode desvelar as nuances que favoreceram o estabelecimento desse papel.

No que tange às políticas de planejamento para as cidades médias brasileiras, ao menos como chamariz político, reforça-se que essas tiveram papel crucial para a consolidação de tal lógica. Isso implica que é categórica a necessidade de, ao considerar as alterações que ocorrem nos espaços, articular isso, como ponderado alhures (SANTOS, J., 2010), às distintas escalas de relações. Uma leitura do PND I e II, bem como das propostas e políticas de planejamento, nessa mesma direção, colaboram assaz para uma apreensão mais ampla sobre o tema.

Por mais que seja um componente importante, a tese de que foi o “desenvolvimento” das atividades primárias, na maioria dos casos, o grande propulsor da função que tais cidades exercem contemporaneamente não se sustenta, até porque os dados provam que, desde a década de 1970, tanto a maior parte da produção dos municipais já estava ligada ao setor terciário, como grande parcela dos trabalhadores a esse setor também se atrelava. Isso não quer dizer que a produção primária não possui a devida relevância no processo – isso seria uma visão tacanha –, mas que, por si só, essa não reflete, ao menos diretamente, no exercício da centralidade de uma cidade média.

Outra ideia que precisa ser superada é o fato de depositar nas rodovias um peso maciço no “desenvolvimento” das cidades médias. Afirmar isso é incorrer no determinismo tecnológico e perder de vista dimensões muito mais amplas e que explicam as mudanças que ocorreram nas últimas décadas, como a necessidade de articulação do território brasileiro, as ações do Estado, a criação do BNH e do SFH, os interesses do setor imobiliário e valorização das terras, os limites no acesso dos pobres à moradia e, em contextos diferentes, os mandos e desmandos do capital “terciário”, agrário, industrial e financeiro.

No que tange a sopesar as ações do Estado, apoia-se a tese de que foi esse agente aquele de maior influência na configuração do papel exercido pelas cidades médias baianas. Assim, sem compreender as políticas federais, sobretudo as vinculadas ao PND I e II, e à criação do BNH e do SFH, os planos de descentralização propostos pelo governo estadual, que tiveram o apoio de vários planejadores, e a efetivação desses por meio de leis e decretos, fica abstruso escrutinar toda essa engrenagem. Entretanto, é fundamental salientar que não se pode isolar ou esquecer as ações engendradas pelo poder público municipal, que, no âmbito da cidade, em geral, gerencia e/ou materializa boa parte desse planejamento.

Outrossim, seria incongruente desconsiderar os interesses dos grupos imobiliários, do capital vinculado aos setores agrícola e industrial, bem como aos ditames do capital comercial nesse contexto. Desse modo, ainda que tenha sido dado destaque para o Estado no bojo da consolidação de seus papéis de intermediação, sem refletir sobre os empenhos desenvolvidos por esses sujeitos/grupos/agentes, que compõem o que Corrêa (2007) denominou de elite empreendedora, certamente, qualquer reflexão tornar-se-á incompleta e desconexa.

O debate sobre o contexto da urbanização contemporânea e, nessa lógica, o papel que as cidades médias exercem, reforça a ideia de que é um parâmetro a concepção de que essas exercem funções como centros regionais na rede urbana, o que incorpora aspectos demográficos, situação, raio de ação e grau de especialização dos serviços e atividades produtivas, além de ter a capacidade de articular-se aos centros de decisões sem, necessariamente, depender de Salvador – metrópole regional –, cuja ordem “hierárquica” é superior, o que avança consideravelmente no debate proposto por Christaller (1966).

Todavia, outros elementos podem ser considerados e tornam-se variáveis representativas para a discussão sobre o tema. Mesmo que a cidade não se apresente como um dos lócus de decisões e do comando do capital global, que são elementos relevantes a serem pensados e melhor investigados, a presença e o paulatino aumento do número de empresas, cuja origem do capital está relacionada às escalas nacional e global, são importantes indicadores para identificar aquelas que, no caso da Bahia, exercem essa função de intermediação.

Aliado a essa questão, e que também evidencia mudanças no conteúdo da urbanização, outro aspecto a se pensar é o processo de reestruturação urbana e da cidade. Mesmo não tendo sido abordado, a nosso ver, a leitura sobre os impactos das lógicas discutidas neste texto torna-se um fator que pode denunciar tanto a presença de novos conteúdos no processo de produção das cidades médias baianas, quanto, efetivamente, que ocorrem reais mudanças na estrutura urbana, sendo essa última condição *sine qua non* para que a reestruturação seja engendrada.

Finalmente, todas essas argumentações apontam que o cerne da análise sobre a problemática das cidades médias, como pontos nodais de intermediação na rede, é a relação entre o capital e o trabalho, seja no âmbito da leitura sobre a materialidade das ações, seja no que diz respeito aos fatos não materiais, porque, com isso, novas perspectivas para o debate sobre a construção de outro urbano e de outra urbanização podem ser abertas. Além de repensar os problemas decorrentes do crescimento urbano exacerbado, da apropriação privada da cidade e da ausência de propostas concretas de superação das desigualdades, a sociedade pode concretizar ações e estratégias que constituam e sinalizem os reais caminhos para a edificação de um urbano, cujo direito à cidade e à justiça social sejam, efetivamente, a tônica para todos.

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, O.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Org.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 1-34.

ANDRADE, T.; LODDER, C. A. *Sistema urbano e cidades médias no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 1979.

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. O desempenho das cidades médias no crescimento populacional brasileiro no período 1970/2000. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Org.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 129-170.

BAHIA. Decreto n.º 23.731, de 9 de outubro de 1973b. Dispõe sobre a criação dos Centros Regionais Integrados - CERIN e dá outras providências. *Jusbrasil*, [S.l.], [2000?]. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/70131/lei-3247-73-bahia-ba>>. Acesso em: 5 maio 2012.

BAHIA. Lei n.º 3.104, de 28 de maio de 1973c. Reorganiza a Secretaria da Saúde Pública, institui a Fundação de Saúde do Estado da Bahia e dá outras providências. *Jusbrasil*, [S.l.], [2000?]. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/86228/lei-3104-73-bahia-ba>>. Acesso em: 5 maio 2012.

_____. Lei n.º 3.095, de 26 de dezembro de 1972. Reorganiza a Secretaria Educação e Cultura e dá outras providências. *Jusbrasil*, [S.l.], [2000?]. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/70141/lei-3095-72-bahia-ba>>. Acesso em: 5 maio 2012.

_____. Lei n.º 2.321, de 11 de abril de 1966. Dispõe sobre a organização da administração estadual, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. *Jusbrasil*, [S.l.], [2000?]. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/70118/lei-2321-66-bahia-ba>>. Acesso em: 5 maio 2012.

_____. Lei n.º 3.650, de 19 de maio de 1978. Transforma o Departamento Estadual de Trânsito em autarquia e dá outras providências. *Jusbrasil*, [S.l.], [2000?]. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/85835/lei-3650-78-bahia-ba>>. Acesso em: 5 maio 2012.

_____. Lei n.º 6.344, de 5 de dezembro de 1991. Institui a Universidade Estadual de Santa Cruz e dá outras providências. *Jusbrasil*, [S.l.], [2000?]. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/86166/lei-6344-91-bahia-ba>>. Acesso em: 5 maio 2012.

_____. Lei Delegada n.º 12, de 30 de dezembro de 1980. Extingue e cria entidades de Administração Descentralizada e dá outras providências. *Jusbrasil*, [S.l.], [2000?]. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/70013/lei-delegada-12-80-bahia-ba>>. Acesso em: 5 mai. 2012.

_____. Lei Delegada n.º 66, de 1 de junho de 1983. Cria a Universidade do Estado da Bahia - UNEB e dá outras providências. *Jusbrasil*, [S.l.], [2000?]. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/70067/lei-delegada-66-83-bahia-ba>>. Acesso em: 5 maio 2012.

_____. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Projeto de regionalização administrativa para o Estado da Bahia*. Salvador: SEPLANTEC, 1973a.

BRASIL. Conselho Federal de Educação (CFE). Parecer n.º 1.637, de 5 de abril de 1974. Credencia o funcionamento da Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna (FESPI). *Lex*, Brasília, DF, 1974b. p. 49.

_____. Decreto-Lei de 2 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país, e dá outras. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, [2000?]. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

_____. Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964. Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 11 set. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4380.htm>. Acesso em: 19 mar. 2012.

_____. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Jusbrasil*, [S.l.], [2000?]. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109386/lei-8080-90>>. Acesso em: 5 maio 2012.

_____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Jusbrasil*, [S.l.], [2000?]. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>>. Acesso em: 5 maio 2012.

BAHIA. República Federativa. *I Plano Nacional de Desenvolvimento – 1972/74*. Brasília, DF: Presidência da República, 1971.

_____. República Federativa. *II Plano Nacional de Desenvolvimento 1975/79*. Brasília, DF: Presidência da República, 1974a.

BRASIL. Ministério do Interior. *Programa de Ação do Governo na Área do Desenvolvimento urbano: II Plano Nacional de Desenvolvimento – 1975-79*. Brasília, DF: MINTER, 1975.

CARLOS, Ana Fani. Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula?”. *Revista Geosp*, São Paulo, n. 13, 2003.

CENSO DEMOGRÁFICO: população e habitação, 1940. Rio de Janeiro: IBGE, v. 12, n. 1, 1950. (Série regional).

CENSO DEMOGRÁFICO: Estado da Bahia, 1950. Rio de Janeiro: IBGE, v. 20, n. 1, 1955.

CENSO DEMOGRÁFICO BAHIA: recenseamento geral, 1970. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 13, 1973.

CENSO DEMOGRÁFICO 1980: dados distritais-Bahia. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 13, 1983,

CENSO DEMOGRÁFICO 1991: resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios, Bahia. Rio de Janeiro: IBGE, n. 17, 1991.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/censo2010/>>. Acesso: 5 maio 2012.

CHRISTALLER, W. *Central places in Southern Germany*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.

CORRÊA, Roberto L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-34.

FERREIRA, J. P. (Org.). *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958a. v. 20.

_____. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958b. v. 21.

GOTTDINIER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sidra: censo demográfico, 2000*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso: 5 maio 2012a.

_____. *Sidra: Produto Interno Bruto 1999 e 2009*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso: 5 maio 2012b.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. *Banco de dados Ipeadata*. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso: 5 maio 2012.

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: URMG, 2004.

_____. *Espaço e política*. Belo Horizonte: URMG, 2008.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

OLIVEIRA, Helio C. M. *Em busca de uma proposição metodológica para os estudos das cidades médias: reflexões a partir de Uberlândia (MG)*. 2008. 269 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

PONTES, B. As cidades médias brasileiras: os desafios e a complexidade do seu papel na organização do espaço regional (década de 70). In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: UNESP/GAsPERR, 2001. p. 569-607.

SANTOS, Janio. *A cidade poli(multi)nucleada: a reestruturação do espaço urbano em Salvador*. 2008. 402 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2008a.

SANTOS, Janio. A natureza contraditória da urbanização em um contexto de maior complexidade na produção das cidades baianas. In: HENRIQUE, Wendel; LOPES, Diva F. *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010. p. 50-76.

_____. Estrutura e estruturação urbana: reflexões para a análise geográfica. *Revista Terra Livre*, São Paulo, n. 30, p. 59-82, 2008b.

_____. Urbanização e reestruturação produtiva: as alterações do papel de Salvador no contexto baiano. *Revista Desenbahia*, Salvador, v. 10, p. 23-40, 2009a.

_____. Urbanização e produção de cidades na Bahia: reflexões sobre os processos de estruturação e reestruturação urbana. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 19, n. 2, p. 499-509, jul./set. 2009b.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. Tendências da urbanização brasileira no fim do século XX. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.). *Caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Edusp, 1994. p. 117-126.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO DEMOGRÁFICO: Brasil 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

SOARES, B. R. Cidades médias: uma revisão bibliográfica. In: ALVES, A. F.; FLÁVIO, L. C.; SANTOS, R. A. dos (Org.). *Espaço e território: interpretações e perspectivas do desenvolvimento*. Francisco Beltrão, PR: Unioeste, 2005. p. 273-286.

SOUZA, Marcelo L. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SOUZA, Suzane T. *Da negação ao discurso "hegemônico" do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro: camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia*. 2008. 744 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2008.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: UNESP/GAsPERR, 2001. p. 509-643.

_____. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 233- 255.

_____. *O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo*, 2004. 504 f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2004.

STEINBERGER, M.; BRUNA, G. C. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público e privado. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Org.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 35-78.

SZUBERT, E. B. Política habitacional no Brasil. In: FUNDAÇÃO DE PESQUISA (BA). *Habitação e urbanismo em Salvador*. Salvador: CPE, 1979. p. 27-50.

CIDADES MÉDIAS BAIANAS: DINÂMICAS, TENDÊNCIAS E SIGNIFICADOS

*Patricia Chame Dias**
*Francisco Baqueiro Vidal***

INTRODUÇÃO

Uma revisão da literatura sobre o tema cidades médias revela que não existe consenso conceitual sobre essa categoria. Tal situação, contudo, não implica afirmar que as cidades médias não sejam reconhecidas como tais, uma vez que é justamente a função que elas exercem em relação às demais o que faz com que sejam classificadas como médias ou intermediárias, quase sempre com base em um determinado contexto. Noutras palavras, simplificada, o que lhes dá identidade é o fato de se constituírem em nós da rede urbana, atuando como pontos de prestação de serviços à sua área de influência e possibilitando, assim, a articulação entre centros urbanos maiores e menores (BRANCO, 2007; CORRÊA, 2007). Conforme Sposito (2007), a compreensão das cidades médias enquanto um fenômeno requer a reflexão sobre dinâmicas e processos nos quais se encontram envolvidas, o que remete à sua própria condição relativa, por vezes transitória.

Apesar da inexistência de um conceito mais preciso e da evidência do caráter circunstancial das cidades médias, duas ideias sobre elas vêm sendo bastante difundidas, seja na mídia, seja na academia. Uma delas faz menção ao expressivo crescimento da participação dessas cidades na população e economia nacionais (ANDRADE; SERRA, 1999; MOTTA; MATA 2008; RIBEIRO; RODRIGUES, 2011). A outra se refere à ampliação e transformação de seus papéis e funções, bem como às mudanças nas formas de articulação com as cidades que lhes são tributárias (SPOSITO, 2007; SPOSITO et al., 2007).

Em relação à primeira dessas proposições, revisita-se o trabalho de Andrade e Serra (1999), no qual, por intermédio do estudo da dinâmica demográfica dos centros urbanos do país entre 1950 e 1991, chega-se à conclusão de que, no subperíodo compreendido entre 1970 e 1991, ocorreu substancial reversão do processo de polarização da população urbana brasileira, a qual convergia, até 1970, na direção das metrópoles; e também de que, para a viabilização de

* Doutoranda e mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Estado da Bahia; pesquisadora da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). patriciadias@sei.ba.gov.br

** Doutorando em Ciências Sociais e mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Estado da Bahia; pesquisador da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). fbvidal@sei.ba.gov.br

tal reversão, foi decisivo o papel desempenhado pelas cidades médias. Por meio da análise dos dados censitários, os autores verificaram que essas cidades, consideradas como aquelas com populações urbanas compreendidas entre 50 mil e 500 mil habitantes¹, contavam, em 1970, com 19,1% do total urbano brasileiro; e, em 1991, com significativos 33,0% desse mesmo total. Observaram ainda, em relação ao último subperíodo mencionado, que essas cidades foram responsáveis por 49,0% do incremento do contingente urbano nacional, enquanto que, para o subperíodo inicial, compreendido entre 1950 e 1970, esse mesmo tipo de incremento foi consideravelmente menor, da ordem de 19,0%. Entretanto, os próprios autores já advertiam que boa parte daquele crescimento mais expressivo devia-se às cidades médias pertencentes às regiões metropolitanas de então, o que revela que a noção de cidade média por eles empregada adota como critério de seleção, prioritariamente, o porte populacional.

Referendando tais avaliações, Motta e Mata (2008) – para quem as cidades médias seriam aquelas pertencentes a municípios cujas populações totais estivessem compreendidas entre 100 mil e 500 mil habitantes² –, após realizarem análises de uma série de indicadores, afirmam que, desde os anos 1970, essa categoria de cidade vem ampliando sua relevância na economia e dinâmica demográfica brasileiras³. Tal fenômeno teria sido reforçado, mais recentemente, pelos processos de desconcentração da produção e da população nacionais. Afinal, para os autores,

[...] nos últimos anos, as cidades médias foram aquelas que apresentaram tanto maior crescimento do PIB quanto crescimento populacional mais acentuado. [...] sem embargo, as cidades de porte médio também apresentaram um crescimento do PIB per capita, ou seja, o crescimento do PIB foi num ritmo superior ao crescimento da população (MOTTA; MATA, 2008, p. 37).

Por outro lado, Ribeiro e Rodrigues (2011, p. 1) chamam a atenção para que, antes de se proferir tamanho crescimento, é preciso definir conceitual e operacionalmente as categorias *cidade média* e *metrópole*, uma vez que “No bojo desta visão, vem junto a interpretação das cidades médias como paraíso da nova etapa do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, pois de tão dinâmico e virtuoso que é até se ressentir da escassez de força de trabalho”. Para esses autores, a realçada elevação da importância das cidades médias termina por revelar imprecisões quanto a sua definição. Assim, para estudar a dinâmica dessas cidades no Brasil, os autores adotam como critério para identificá-las, além do tamanho populacional – rela-

¹ A notável amplitude desse recorte levou os autores à seguinte e cautelosa afirmação: “Certamente o referido estrato [...] reúne centros urbanos com distintos níveis de complexidade em suas estruturas produtivas, requerendo assim que substratos fossem construídos em respeito a esta diversidade” (ANDRADE; SERRA, 1999, p. 19).

² Motta e Mata (2008), optando pela proposição de políticas públicas, afirmam que podem ser adotados como critérios, além do tamanho populacional, a localização e a relevância de sua função na rede urbana.

³ As conclusões dos autores baseiam-se na comparação das tendências de crescimento e de participação das cidades por eles definidas como médias com as tendências daquelas outras com mais de 500 mil habitantes. Os resultados obtidos pelas primeiras encontram-se num patamar acima dos colhidos pelas últimas.

tivo a sedes municipais com populações de 100 mil a 500 mil moradores –, sua posição na rede urbana. Desse modo, tais cidades não podem pertencer aos espaços metropolitanos. Enfim, o uso desse recorte metodológico os conduziu a conclusões muito distintas daquelas aduzidas tanto por Andrade e Serra (1999) quanto por Motta e Mata (2008). Nesse sentido, postulam que “Ao contrário do que se vem propagando na imprensa, as cidades médias não vêm apresentando crescimento demográfico muito superior em comparação com as metrópoles” (RIBEIRO; RODRIGUES, 2011, p. 3).

De todo modo, note-se que o fundamental é o conceito. Em cada um desses trabalhos foram adotados critérios diferenciados para seleção das cidades médias, porém o porte demográfico seguiu sendo o elemento comum a cada um deles, ora referido à população total, ora ao urbano, ora às sedes municipais. Tal situação remete a duas questões centrais. A primeira, de caráter crucial, refere-se ao fato de que, se o porte da população é mesmo basilar para entender as funções e a centralidade de um determinado núcleo urbano, há também a necessidade de uma busca por outros critérios, a fim de que se possa estabelecer um conceito operacional mais refinado de cidade média. Entende-se que isso é perfeitamente possível, tendo em vista a existência de vários estudos nos quais se levantam, no atual contexto, as especificidades das cidades médias. Já a segunda diz respeito aos níveis de crescimento dessas cidades quando comparados aos das cidades maiores, as quais são, ao menos no caso brasileiro, tradicionalmente concentradoras de pessoas e riquezas.

Ademais, correntemente, relaciona-se essa dinâmica mais intensa das cidades médias às novas formas de reprodução do capital, com destaque para as possibilidades ensejadas pelo desenvolvimento das técnicas de desconcentração da produção. Contudo, é preciso lembrar que, fundamentalmente, o que ocorre é a dispersão das estruturas produtivas e formas de trabalho intelectual relacionadas ao processo direto de produção e à circulação, ao passo que o lugar da tomada de decisões permanece nas metrópoles (SANTOS, 2009). Desse modo, evidencia-se “[...] a dissociação territorial entre o lugar das decisões (cada vez mais as metrópoles e, sobretudo, aquelas que participam da rede de cidades globais) e o lugar da produção industrial” (SPOSITO et al., 2007, p. 43). Assim, é nesses termos que as cidades médias brasileiras experimentam mudanças na sua organização sócio-espacial e produtiva, de modo geral com alteração e ampliação de funções pretéritas e, sobretudo, com aquisição de novas funções na rede urbana. Dito isso, pode-se também questionar em que medida esses novos eventos têm repercutido em melhorias efetivas nas condições de vida de seus moradores.

A ideia, aqui, é buscar responder a essa e outras questões tendo como referência o estado da Bahia. Deste modo, o propósito deste trabalho é refletir sobre alguns importantes aspectos relacionados ao crescimento demográfico e econômico das cidades médias baianas, tendo em vista, inclusive, as contradições presentes nesses processos, vale dizer, as desigualdades sociais e econômicas que, nesses espaços, são engendradas ou reforçadas. Nesse sentido, torna-se preciso, inicialmente, identificar quais cidades desse estado possuem papéis de

intermediação, o que se fará por meio da definição de critérios escolhidos com base em levantamentos teóricos e estatísticos. Segue-se uma avaliação das tendências de crescimento e participação dessas cidades, tanto do ponto de vista demográfico quanto econômico, em relação aos anos de 1991, 2000 e 2010, grosso modo com base nos dados dos censos demográficos e do Produto Interno Bruto (PIB). Discutem-se, ainda, possíveis imbricações entre as referidas tendências e as efetivas condições de vida da população, considerando-se, para efeito dessa análise específica, os dados do mercado de trabalho formal. Por fim, realizam-se algumas ponderações gerais sobre os dados, da perspectiva dos significados por eles evidenciados.

IDENTIFICAÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS BAIANAS⁴

A adoção do critério demográfico como elemento fundamental – quando não o único – para a identificação de cidades médias pode resultar em equívocos conceituais e, igualmente, de avaliação da sua dinâmica. Um deles, destacado por Sposito (2007), refere-se ao uso indistinto, e relativamente comum, das expressões *cidade média* e *cidade de porte médio*. Note-se, porém, o distinto significado apresentado por cada uma delas: cidade média faz referência à função de *intermediação*, enquanto cidade de porte médio aponta para uma de suas características, qual seja, o tamanho da população, possibilitando o estabelecimento de hierarquias e classificações de base demográfica. No entanto, tal observação não equivale a afirmar que o porte populacional não tenha importância na avaliação do papel, inclusive de intermediação, de uma cidade em relação às demais. Afinal, se esse indicador é mesmo basilar para a definição das cidades médias, de nenhuma maneira pode ser tratado isoladamente, como salientam Ribeiro e Rodrigues (2011), entre outros. Corrêa (2007), por exemplo, argumenta que o porte demográfico e as funções urbanas e de organização do espaço intraurbano são características que, combinadas, permitem apreender a especificidade de cada cidade. Com perspectiva similar, Amorim Filho (2007, p. 73) pondera que “[...] aspectos ligados às funções de intermediação dentro de redes urbanas, assim como à posição geográfica da aglomeração são tão ou mais importantes do que o tamanho demográfico na caracterização das cidades médias”. Por fim, Amorim Filho e Rigotti (2002, p. 5) acrescentam, de forma ainda mais taxativa: “[...] nem toda cidade de porte médio possui as qualidades que podem fazer dela uma cidade funcionalmente média”.

Tratando-se do Brasil, para os anos mais recentes, revela-se como razoavelmente consensual uma classificação das cidades médias como aquelas com porte populacional variando entre 100 mil e 500 mil habitantes, corroborando, em boa medida, as asserções de Corrêa (2007) e Amorim Filho (2007) de que o tamanho populacional tem sido tomado como o principal parâmetro para a definição de cidades médias, algumas vezes sem a devida consideração das suas funções efetivas na rede urbana. Particularmente

⁴ Nesta seção, apresentam-se alguns dos argumentos já levantados por Dias e Araújo (2010).

os trabalhos desse último autor revelam que, não obstante as naturais dificuldades para o tratamento de especificidades funcionais em escalas de maior amplitude, é possível tornar mais apurada a definição de cidades médias. Em sua avaliação, para identificá-las é preciso considerar o porte de cada uma em relação à média da rede urbana em análise, bem como verificar a localização e a relevância de cada centro em relação à referida rede (AMORIM FILHO, 2007). Portanto, não se pode adotar o mesmo corte populacional para identificar as cidades médias de diferentes regiões brasileiras, tendo em vista que as peculiaridades de cada uma dessas regiões em seu processo de formação socioeconômica implicam diferentes dinâmicas de urbanização, assim como distintas formas de distribuição e articulação dos centros urbanos.

Esse entendimento é também compartilhado por outros autores, a exemplo de Santos (2005) e Souza (2003) que, embora com perspectivas distintas, apontam para a compreensão da urbanização e do papel das cidades em determinada escala geográfica não apenas sob a perspectiva de como se apresentam, como também levando em consideração o histórico da sua formação social e econômica, as atividades que em seus espaços são realizadas e os objetos de que estas dependem para se efetivar. Como assevera Souza (2003, p. 24),

[...] o singular e o particular devem ser entendidos à luz do que é geral (o que não significa, absolutamente, que apenas o que é geral interessa: é necessário, sempre, analisar as variações, as especificidades e as suas causas, e inclusive considerar os fenômenos singulares).

Portanto, a adoção do tamanho populacional como um dos critérios para a definição de cidades médias não pode deixar de estar referenciada nos processos histórico-sociais que levaram à consolidação da estrutura da rede urbana em foco, bem como seu perfil atual. Assim, ainda que existam empecilhos para que se dê conta de todas as variáveis e dinâmicas necessárias à especificação daquelas cidades, a teoria e as análises sobre a realidade permitem a elaboração de conceitos, em boa medida operacionais, para o estudo da categoria cidade média. O que se propõe aqui é exatamente isto: com base na literatura sobre o tema e em levantamentos sobre o processo de urbanização da Bahia, proceder a um apontamento de critérios que leve à identificação de suas cidades médias.

Entre as principais características históricas da rede urbana baiana, uma delas diz respeito ao fato de que a ocupação do território estadual foi marcada pela grande predominância de cidades com tamanho populacional bastante reduzido, de um lado, e por somente uma de grandes proporções, a capital, de outro (SILVA; SILVA, 1989). Nesse sentido, qualquer análise mais recente, mesmo que superficial, dos últimos censos demográficos basta para revelar que tal situação mantém-se ao longo de décadas, pois, ainda que exista certa propensão à diminuição da participação do grupo de pequenas cidades frente ao conjunto estadual, ela é ainda bastante expressiva. Em 2010, por exemplo, as

idades com menos de 20 mil habitantes representavam 84,9% do total estadual. Além disso, relativamente aos anos censitários anteriores, ainda que a quantidade de sedes municipais com maiores contingentes demográficos tenha experimentado crescimento, apenas Salvador continuou a registrar mais de 500 mil residentes – a rigor, assim como ocorre desde 1960 – e, de um total de 417 sedes municipais, somente 32 contavam com portes oscilando entre 40 mil e 500 mil habitantes. Nesses termos, o significativo incremento desse grupo nos últimos anos não foi suficiente para que sua participação se tornasse altamente expressiva, dado que se situava na ordem de 7,7% do total das cidades baianas (DIAS; ARAÚJO, 2010).

Também para o ano de 2010, a apuração dos dados revelou que as cidades que contavam com populações variando entre 100 mil e 500 mil moradores – o que as colocaria na condição de médias, com base exclusivamente nesse critério – eram tão só 11, ou 2,6% do total estadual; e duas delas, Camaçari e Lauro de Freitas, situavam-se na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Nessa mesma faixa demográfica, porém situadas em outras porções do estado, encontravam-se Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna, Juazeiro, Ilhéus, Jequié, Alagoinhas, Teixeira de Freitas e Barreiras. Cabe chamar a atenção para a situação de Feira de Santana que, em 2011, por força de lei estadual, tornou-se o núcleo da Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS), ou seja, no âmbito político-administrativo, para efeito de planejamento e execução de políticas públicas, passou a ser colocada na condição de uma metrópole. No entanto, entende-se aqui que seu perfil intraurbano e seu papel na rede de cidades do estado não autorizam sua inserção nessa categoria, ao menos por enquanto. Desse modo, e considerando-se, ainda, a necessidade do levantamento de mais elementos que permitam uma análise mais aprofundada das características de Feira de Santana, optou-se, neste estudo, por considerá-la uma típica cidade média, decerto uma das principais no contexto estadual.

Aceitando-se que os centros localizados nas regiões metropolitanas estão, de forma geral, integrados à dinâmica da metrópole e, por isso mesmo, não apresentam as características típicas de uma cidade média (BRANCO, 2007; RIBEIRO; RODRIGUES, 2011), entende-se que Feira de Santana, bem como as sedes municipais não metropolitanas mencionadas, possuem, efetivamente, centralidades, papéis e estruturas que lhes conferem a condição de cidades médias, nos moldes da discussão anteriormente realizada e conforme apontado por vários estudos que versam sobre essa temática aplicada ao espaço baiano, exclusivamente ou não (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008; PORTO, 2003; SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1997). Essas breves considerações são suficientes para fornecer os elementos que subsidiam a definição de critérios⁵ para identificar as cidades médias baianas. De passagem, diga-se que tais ele-

⁵ Ressalte-se que tais critérios, embora aqui apresentados numa determinada ordem, foram analisados de forma combinada.

mentos foram mais amplamente discutidos em outros trabalhos sobre o estado (DIAS; ARAÚJO, 2010; DIAS; ARAÚJO; VIDAL, 2011; SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2010).

O primeiro desses critérios, seguindo a tendência dominante nas pesquisas sobre o tema, foi o porte populacional. Tendo como base que, nas últimas décadas, a população média das cidades da Bahia tem oscilado em torno de 23 mil habitantes, adotou-se como referência para a classificação das cidades médias baianas uma faixa cujos limites inferior e superior seriam, respectivamente, para o ano de 2010, acima de 40 mil habitantes e abaixo de 500 mil habitantes, excluídas desse conjunto, pelo exposto, aquelas cidades situadas na RMS. Acrescente-se que o referido limite inferior, muito embora esteja acima da média estadual, já citada, foi definido numa combinação com a análise do nível de centralidade, segundo critério aqui adotado.

Uma vez que as centralidades das cidades médias devem extrapolar seus entornos imediatos, utilizou-se, para identificá-las, o conhecido estudo *Regiões de Influência das Cidades*, comumente conhecido pela sigla Regic, para o ano de 2007 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008). A opção por esse trabalho pautou-se na convergência de seus achados com os resultados e tendências apontados em pesquisas anteriores sobre a dinâmica urbana da Bahia, realizadas entre os anos 1980 e início dos 1990. Desse modo, para esse estado, devem-se considerar como cidades médias, grosso modo, as classificadas, naquele mesmo estudo, como *capitais regionais* ou *centros sub-regionais*. Ademais, a concomitante análise da localização desses centros, levando-se em conta sua posição geográfica em relação às maiores cidades e às principais vias de circulação no estado, bem como em qual das grandes áreas do território baiano – litoral, semiárido e cerrado – estão situadas, levou à conclusão de que outras cidades, que não possuíam, então, população condizente com a de uma típica cidade média, ou que não pertenciam àquelas categorias do Regic 2007 elencadas, ou que não preenchiam ambas as condições, poderiam deter, inclusive nos termos da formação econômica e sócio-espacial baiana, razoável importância na articulação entre centros maiores e menores (DIAS; ARAÚJO, 2010).

Como resposta ao conjunto de aspectos listados e discutidos, encontraram-se 21 cidades: Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna, Juazeiro, Ilhéus e Barreiras, como capitais regionais; Jequié, Teixeira de Freitas, Alagoinhas, Eunápolis, Paulo Afonso, Santo Antônio de Jesus, Valença, Irecê, Guanambi, Senhor do Bonfim, Cruz das Almas, Itaberaba, Jacobina, Brumado e Bom Jesus da Lapa, classificadas como centros sub-regionais. Além delas, e particularmente pelo perfil e pela posição geográfica, destacaram-se ainda Seabra, situada na porção central do semiárido estadual, com cerca de 20 mil moradores na sede municipal, na categoria centro de zona; e também Ribeira do Pombal, no nordeste baiano, com 29.756 residentes na cidade, na qualidade de um centro sub-regional. Desse modo, para efeito deste estudo e conforme se pode observar na Tabela 1 e no Cartograma 1, são 23 as cidades médias da Bahia.

Tabela 1
População absoluta em 2010, classificação segundo Regic 2007 e localização das cidades médias por município - Bahia – 2007/2010

Município	População absoluta 2010				Regic 2007	Localização
	Total	Urbana	Sede municipal	Rural		
Capital Regional						
Feira de Santana (1)	556.642	510.635	495.965	46.007	Capital Regional B	Semiárido
Vitória da Conquista	306.866	274.739	260.260	32.127	Capital Regional B	Semiárido e fronteiroço
Itabuna	204.667	199.643	199.643	5.024	Capital Regional B	Litoral
Juazeiro	197.965	160.775	151.336	37.190	Capital Regional C	Semiárido e fronteiroço
Ilhéus	184.236	155.281	148.577	28.955	Capital Regional B	Litoral
Barreiras (2)	137.427	123.741	123.741	13.686	Capital Regional C	Oeste e fronteiroço
Centro Sub-regional						
Jequié	151.895	139.426	136.470	12.469	Centro Sub-regional A	Semiárido
Teixeira de Freitas (3)	138.341	129.263	128.482	9.078	Centro Sub-regional A	Litoral
Alagoinhas	141.949	124.042	122.281	17.907	Centro Sub-regional B	Litoral
Eunápolis	100.196	93.413	93.413	6.783	Centro Sub-regional B	Litoral
Paulo Afonso (4)	108.396	93.404	93.404	14.992	Centro Sub-regional A	Semiárido e fronteiroço
Santo Antônio de Jesus	90.985	79.299	79.299	11.686	Centro Sub-regional A	Litoral
Valença	88.673	64.368	59.476	24.305	Centro Sub-regional B	Litoral
Irecê	66.181	61.019	58.350	5.162	Centro Sub-regional A	Semiárido
Guanambi	78.833	62.565	58.111	16.268	Centro Sub-regional A	Semiárido
Senhor do Bonfim	74.419	57.566	49.975	16.853	Centro Sub-regional B	Semiárido
Cruz das Almas	58.606	49.885	49.885	8.721	Centro Sub-regional B	Litoral
Itaberaba	61.631	48.485	48.485	13.146	Centro Sub-regional B	Semiárido
Jacobina	79.247	55.868	47.587	23.379	Centro Sub-regional A	Semiárido
Brumado	64.602	45.131	43.955	19.471	Centro Sub-regional B	Semiárido
Bom Jesus da Lapa	63.480	43.099	41.555	20.381	Centro Sub-regional B	Semiárido
Ribeira do Pombal	47.518	29.756	29.756	17.762	Centro Sub-regional B	Semiárido
Centro de Zona						
Seabra	41.798	20.277	19.535	21.521	Centro de Zona A	Semiárido

Fontes: Censo Demográfico de 2010; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008).

Notas:

- (1) Em 6 de julho de 2011, foi instituída a Região Metropolitana de Feira de Santana, sendo este seu município-sede.
- (2) De acordo com os resultados do Regic 2007, esse município, e aqueles que são por ele polarizados, integram tanto a rede de Salvador (Metrópole) quanto a de Brasília (Metrópole Nacional).
- (3) Conforme os resultados do Regic 2007, esse município, assim como aqueles por ele polarizados, integram a rede comandada por Vitória, capital do Espírito Santo, classificada como Capital Regional A.
- (4) Segundo o Regic 2007, esse município, e os demais por ele polarizados, compõem a rede de Aracaju, capital de Sergipe. Esta, por sua vez, classificada como Capital Regional A, integra a rede de influência de Salvador.



Cartograma 1
 Localização das cidades médias da Bahia e classificação segundo Regic 2007

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010, Regic 2007 e SEI, Sistema de Dados Estatísticos, 2011. Dados Sistematizados pela SEI/Dipeq/Copesp.
 Elaboração: SEI/Digeo/Cartgeo.

VERIFICAÇÃO DOS NÍVEIS DE CRESCIMENTO

Para entender as estatísticas que informam sobre as dinâmicas demográfica e econômica cabe realçar alguns aspectos. O primeiro refere-se ao fato de que as tendências de concentração e desconcentração populacionais decorrem de um conjunto de dinâmicas, entre elas as de natureza social e econômica. Subjacente a essa ideia está o fato de que a sobreposição e articulação de tais dinâmicas incidem sobre as condições de vida dos homens, influenciando-os ora mais, ora menos intensamente, para permanecerem em determinado local ou deslocarem-se para outro.

Assim, conforme Santos (2002), independentemente das capacidades e habilidades dos indivíduos, seu *status* e suas possibilidades variam em função dos lugares em que vivem, bem como das características intrínsecas a tais espaços – com destaque para a proximidade ou acessibilidade ao mercado de trabalho, aos serviços, às estruturas de poder e aos direitos da cidadania.

Como, indubitavelmente, de modo geral para o Brasil e em particular para o Nordeste, as atividades produtivas mais qualificadas e as redes de serviços estão concentradas em determinados pontos do território, são exatamente neles que se encontram os maiores contingentes demográficos. Desnecessário ressaltar que a verificação e a correlação dessa dupla localização (de pessoas e estruturas) devem estar informadas por uma perspectiva histórica. Nesses termos, tomando-se de empréstimo Oliveira (2003), cabe lembrar que ocorreu, como consequência da inserção da Bahia no processo nacional de expansão do capitalismo industrial, fundamentalmente entre os anos 1950 e 1980, uma notável concentração de novas estruturas produtivas no entorno de Salvador, mais especificamente naquela área que viria a ser, oficialmente a partir de 1973, a região metropolitana por ela presidida, representando reforço a uma tendência histórica⁶.

Outro aspecto está vinculado à reestruturação produtiva. Nos anos mais recentes, quando da emergência desse processo, viu-se, ao lado das novas formas de organização do trabalho, uma alteração na organização das estruturas de produção. Ainda que as grandes plantas

⁶ Desde o período colonial, a capital baiana e seu *hinterland*, o denominado Recôncavo, estabeleceram entre si uma forte ligação. Enquanto o último, especialmente na sua porção de fundo da Baía de Todos-os-Santos, foi um espaço por excelência da produção açucareira, primordialmente, e da fumageira, complementarmente, a primeira, dispondo de um porto privilegiado para o escoamento dessas produções, tornou-se um importante *locus* para a mediação dos interesses dos grupos oligárquicos que comandavam as estruturas produtivas locais, por um lado, e os interesses mais diretamente vinculados à metrópole portuguesa e ao capital mercantil internacional, por outro. Desse modo, ainda que nos marcos de uma inserção tipicamente periférica no capitalismo mercantil, não representa exagero afirmar que Salvador logrou constituir alguns núcleos do capital comercial e mesmo do capital bancário, mais ou menos expressivos. Tais núcleos, assim como outros presentes nas demais regiões brasileiras, adquiriram maior proeminência com a independência nacional e, desse modo, quanto mais se aprofundava a *débâcle* da economia canavieira, puderam executar com maior autonomia relativa a reinversão e diversificação de capitais – na direção da indústria têxtil, por exemplo –, reforçando suas posições no comando da produção e na estrutura social de então, sucumbindo, porém, já na primeira metade do século XX, diante da concorrência que lhes foi imposta pelas formas mais avançadas do capitalismo industrial, presentes no Centro-Sul do país, São Paulo à frente. O típico fenômeno do subdesenvolvimento nordestino ganhava, assim, como especificidade local, a curiosa alcunha de “enigma baiano” (OLIVEIRA, 2003). Na segunda metade do século passado, a descoberta de petróleo e a instalação de uma refinaria no Recôncavo provocaram importantes alterações, sem que essa região, contudo, readquirisse a pujança econômica de outrora. A natureza de quase-enclave desse empreendimento, capitaneado pela estatal Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), não obstante a expressiva massa salarial gerada – mais pela criação de empregos administrativos e técnicos, diretos e indiretos, do que pela criação de empregos operários propriamente ditos – e o incremento da receita fiscal auferida pelo governo estadual, não representou transformação profunda das estruturas econômicas e sociais da capital baiana e da sua área de influência, pois as atividades da Petrobras não lograram estabelecer fortes vínculos com as atividades produtivas do estado, mesmo as industriais. Noutras palavras, gerou poucos efeitos “para frente e para trás”. Entrementes, o processo de integração da Bahia à expansão capitalista industrial que então se verificava no país, ganhando intensidade de ritmo – de que são provas as inversões patrocinadas pelos incentivos fiscais, financeiros e creditícios sob a égide da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), principalmente, e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), subsidiariamente, fazendo crer que o enigma seria, enfim, decifrado, sem, contudo, representar a superação estrutural do subdesenvolvimento –, provocou um significativo deslocamento territorial, com a instalação de estruturas produtivas como o Centro Industrial de Aratu (CIA), nos anos 1960, e do Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec), nos anos 1970, justamente naquela porção mais ao norte do velho Recôncavo que, conforme a noção ampliada de Santos (1997) para essa região, e igualmente de acordo com a visão de complementaridade intrarregional de Brandão (1997), era a responsável, em passado remoto, tão somente pelo abastecimento dos espaços eminentemente produtores, fornecendo-lhes energia, seja em forma de animais de tração seja em forma de lenha, bem como proteína animal e produtos extraídos das policulturas alimentares.

industriais permaneçam pontuando o espaço, é possível perceber a tendência à dispersão espacial das várias etapas da realização produtiva; graças ao avanço das técnicas, esse processo é passível de ser efetivado, de forma articulada, em distintos pontos do globo, o que implica a formação de redes que permitem a articulação de múltiplas escalas. Ao estudar a situação do Brasil, Santos (2009) argumentou que essa descentralização tornou-se “irresistível” e a “fábrica dispersa” ou “fazenda dispersa” passou a ser visível em diferentes zonas do território nacional, dependentes dos interesses e dos nexos da modernização capitalista.

Analisando esse mesmo contexto, Sposito (2007) considerou que tais mudanças resultaram no aumento da desigualdade entre os lugares e na alteração dos papéis das cidades médias. De acordo com essa autora, ao se analisar a formação de novos centros, possível pelo desenvolvimento das técnicas e desejável pelos agentes capitalistas,

[...] há que se lembrar que não se trata do fim das relações de dependência e exploração, mas sim de reforço delas, porque as lógicas de desconcentração das atividades de produção e dos pontos de comercialização acompanham-se de dinâmicas de centralização, da criação e da inovação, elementos essenciais no período atual para a reprodução ampliada do capital (SPOSITO, 2007, p. 243).

Além disso, como pontuou a autora, os reflexos da desconcentração da produção nessas cidades foram variáveis, dependentes, entre outros, da sua posição geográfica e dos papéis que exercem em âmbito regional, das iniciativas dos atores locais ou regionais e da maior ou menor possibilidade de integração a outras escalas. No entendimento dessa autora,

Para captar movimentos que se realizam e/ou se expressam na escala local – a das cidades médias – mas, tomando-se como referência relações que se estabeleçam com as escalas regional, nacional e internacional, de um lado, e, de outro, verificando-se decisões e escolhas locais que se realizam por atores econômicos e políticos que não vivem nessas cidades, temos que fazer movimentos em espiral, de ida, mas também de volta (SPOSITO, 2007, p. 245).

Considerando essas proposições, neste ponto trabalha-se com informações indicativas das dinâmicas populacionais e econômicas dos municípios estudados, sempre comparativamente ao que se verifica em Salvador e na RMS⁷. Para isso, nesta seção encontra-se o desenvolvimento de três pontos principais. No primeiro, apresentam-se alguns dados populacionais extraídos

⁷ Trabalha-se aqui com a atual composição da RMS que, desde 2008, passou a contar com os municípios de São Sebastião do Passé e Mata de São João; e, desde 2009, com o de Pojuca, por meio de leis complementares estaduais, somando-os aos municípios de Salvador, Lauro de Freitas, Simões Filho, Camaçari, Dias D’Ávila, Candeias, Madre de Deus, São Francisco do Conde, Itaparica e Vera Cruz. Desse modo, foram ajustadas as informações referentes ao total obtido por essa região nos anos de 1980, 1991 e 2000, bem como suas taxas de crescimento relativas a esses períodos. Note-se que, sem esses três municípios, as populações na RMS foram, respectivamente aos anos citados, de 1.766.582, 2.496.521 e 3.021.572 habitantes. A taxa de crescimento para 1980-1991 foi de 3,19% a.a., e a de 1991-2000 correspondeu a 2,14% a.a. Em relação ao PIB e à RAIS, foram igualmente ajustadas as informações da RMS para sua atual composição.

dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010. No segundo, descrevem-se alterações na participação da produção de riquezas com base na análise do PIB entre 1999 e 2009. Seguem-se observações sobre o mercado de trabalho formal em 2000 e 2010⁸.

É oportuno observar que se optou por trabalhar com os indicadores mais comumente utilizados para investigar as questões assinaladas, a fim de possibilitar a comparação com outros estudos. Além disso, chama-se a atenção para o fato de que se considerou mais adequado, nesta seção, tratar os dados dos municípios ao invés daqueles relativos às sedes municipais, posto que parte destas pode ter experimentado alterações de perímetros no decorrer dos anos em estudo, o que, por si só, implica alteração do contingente demográfico tão somente por conta de decisões político-administrativas. Ademais, os outros indicadores trabalhados – o PIB e os obtidos na RAIS – têm o município como menor nível de desagregação. Além disso, todas as populações urbanas e de sedes municipais das unidades aqui selecionadas apresentaram ritmos de crescimento elevados, fundamentais para a definição do crescimento dos próprios municípios (DIAS; ARAÚJO; VIDAL, 2011). Acrescente-se que, por conta dos objetivos deste artigo, todas as informações foram comparadas às registradas em Salvador e sua região metropolitana.

Ritmos de crescimento e participação na população

Tendo em vista o exposto na introdução, tratou-se de verificar os ritmos de crescimento das populações totais dos municípios selecionados. Os 23 municípios em pauta expressaram um incremento próximo a 585 mil habitantes entre 1991 e 2010. Somavam 2.460.104 pessoas no primeiro desses anos, ampliando essa população para 3.044.553 habitantes, em 2010. O maior aumento absoluto desse grupo ocorreu em Feira de Santana, cujo contingente passou de 406.447 para 556.642 moradores, nesse mesmo período. (Tabela 2). Desse modo, verificou-se um incremento superior a 150 mil residentes no período. Com isso, tal município permaneceu como o maior desse grupo e o segundo da Bahia.

Ainda quanto ao porte demográfico, seguia-se o município de Vitória da Conquista. Este, em 1991, possuía 225.091 habitantes e, no ano de 2010, registrava 306.866 moradores. Assim, nesse período, sua população observou um acréscimo aproximado de 82 mil pessoas.

Cabe ressaltar que a maioria dos municípios que comportavam as cidades médias revelou um ritmo de crescimento demográfico mais intenso em 1991-2000 do que o ocorrido em 2000-2010. Apenas Bom Jesus da Lapa, Irecê, Jacobina, Jequié, Seabra e Senhor do Bonfim elevaram suas taxas nesse período. Note-se, além disso, que Ilhéus e Senhor do Bonfim verificaram perdas absolutas de população em 1991-2000, o que se repetiu em 2000-2010, apenas para Ilhéus. Ainda em relação a tal indicador, observa-se que, em 1991-2000, as maiores taxas foram as de Barreiras e Juazeiro. No período seguinte, essa condição coube a Teixeira de Freitas e Eunápolis (Tabela 2).

⁸ Ressalte-se que os dados relativos ao PIB e ao mercado de trabalho formal, estes últimos extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), possuem como menor escala de desagregação de informações a municipal. Especificamente quanto ao PIB municipal, vale frisar que a série histórica que permite comparação com as estatísticas atuais inicia-se no ano de 1999. Já os dados demográficos censitários podem ser trabalhados tanto em relação aos municípios quanto às suas sedes municipais.

Tabela 2
População total e taxa de crescimento dos municípios selecionados, da RMS e do estado Bahia – 1991/2000/2010

Município	População total			Taxa média geométrica de crescimento anual (%)	
	1991	2000	2010	1991-2000	2000-2010
Alagoinhas	116.894	130.095	141.949	1,20	0,88
Barreiras	92.640	131.849	137.427	4,00	0,42
Bom Jesus da Lapa	48.910	54.421	63.480	1,19	1,55
Brumado	57.176	61.670	64.602	0,84	0,47
Cruz das Almas	45.858	53.049	58.606	1,63	1,00
Eunápolis	70.545	84.120	100.196	1,97	1,76
Feira de Santana (1)	406.447	480.949	556.642	1,89	1,47
Guanambi	65.592	71.728	78.833	1,00	0,95
Ilhéus	223.750	222.127	184.236	-0,08	-1,85
Itaberaba	53.742	58.943	61.631	1,03	0,45
Itabuna	185.277	196.675	204.667	0,67	0,40
Irecê	50.908	57.436	66.181	1,35	1,43
Jacobina	76.518	76.492	79.247	0,00	0,35
Jequié	144.772	147.202	151.895	0,19	0,31
Juazeiro	128.767	174.567	197.965	3,44	1,27
Paulo Afonso	86.619	96.499	108.396	1,21	1,17
Ribeira do Pombal	42.509	46.270	47.518	0,95	0,27
Santo Antônio de Jesus	64.331	77.368	90.985	2,07	1,63
Seabra	37.859	39.422	41.798	0,45	0,59
Senhor do Bonfim	83.421	67.723	74.419	-2,29	0,95
Teixeira de Freitas	85.547	107.486	138.341	2,57	2,56
Valença	66.931	77.509	88.673	1,64	1,35
Vitória da Conquista	225.091	262.494	306.866	1,72	1,57
Total geral	2.460.104	2.776.094	3.044.553	1,35	0,93
Salvador	2.075.273	2.443.107	2.675.656	1,83	0,91
RMS (2)	2.586.366	3.120.303	3.573.973	2,11	1,37
Bahia	11.867.991	13.070.250	14.016.906	1,08	0,70

Fontes: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Notas:

(1) Em 6 de julho de 2011, foi instituída a Região Metropolitana de Feira de Santana, sendo este seu município-sede.

(2) Populações e taxas de crescimento da RMS foram ajustadas em conformidade com sua atual composição.

No cômputo geral, os 23 municípios cresceram a 1,35% ao ano (a.a), em 1991-2000, e a 0,93% a.a., em 2000-2010, indicando uma tendência de declínio dessas taxas. Este fato coaduna-se ao que foi visto para o conjunto do estado da Bahia, bem como para Salvador e sua região metropolitana. De forma geral, os valores obtidos por esses dois últimos espaços revelaram-se superiores aos da média dos 23 municípios selecionados (Tabela 2). Importa ainda registrar que a população desse grupo de municípios permaneceu, nos três anos em pauta, aquém do total obtido pelas 13 unidades que integram a RMS.

Outro ponto a verificar refere-se ao valor relativo da população do conjunto de municípios selecionados no total geral. Em 1991, equivalia a 21,26% do contingente baiano, passando a 22,04%, em 2000, e a 22,98%, no ano de 2010. Essa tendência de participação ascendente foi partilhada pela maioria deles, com destaque para Feira de Santana, Juazeiro e Vitória da Conquista.

No entanto, considerando 1991 e 2010, oito municípios – Brumado, Ilhéus, Itaberaba, Itabuna, Jacobina, Jequié, Ribeira do Pombal, e Seabra – diminuíram sua relevância no estado. Entre esses, o declínio mais expressivo foi registrado em Ilhéus: em 1991, contava com 1,89% da população baiana; no ano de 2010, esse percentual passou para 1,31% (Tabela 3).

Tabela 3
Participação da população dos municípios selecionados e da RMS no total estadual
Bahia – 1991/2000/2010

Município	Participação (%)		
	1991	2000	2010
Alagoinhas	0,98	1,00	1,01
Barreiras	0,78	1,01	0,98
Bom Jesus da Lapa	0,41	0,42	0,45
Brumado	0,48	0,47	0,46
Cruz das Almas	0,39	0,41	0,42
Eunápolis	0,59	0,64	0,71
Feira de Santana (1)	3,42	3,68	3,97
Guanambi	0,55	0,55	0,56
Ilhéus	1,89	1,70	1,31
Irecê	0,43	0,44	0,47
Itaberaba	0,45	0,45	0,44
Itabuna	1,56	1,50	1,46
Jacobina	0,64	0,59	0,57
Jequié	1,22	1,13	1,08
Juazeiro	1,08	1,34	1,41
Paulo Afonso	0,73	0,74	0,77
Ribeira do Pombal	0,36	0,35	0,34
Santo Antônio de Jesus	0,54	0,59	0,65
Seabra	0,32	0,30	0,30
Senhor do Bonfim	0,70	0,52	0,53
Teixeira de Freitas	0,72	0,82	0,99
Valença	0,56	0,59	0,63
Vitória da Conquista	1,90	2,01	2,19
Total geral	21,26	22,04	22,98
Salvador	17,49	18,69	19,09
RMS (2)	21,79	23,90	25,50
Bahia	100,0	100,0	100,0

Fontes: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Notas:

(1) Em 6 de julho de 2011, foi instituída a Região Metropolitana de Feira de Santana, sendo este seu município-sede.

(2) Populações e taxas de crescimento da RMS foram ajustadas em conformidade com sua atual composição.

Cabe realçar que Salvador detinha 17,49% e 19,09% dos moradores do estado, em 1991 e 2010, respectivamente. Na RMS, por sua vez, encontravam-se 21,79% e 25,50% desse contingente nos mesmos anos citados (Tabela 3). Nesses termos, embora a importância relativa da capital baiana esteja abaixo da auferida pelos 23 municípios em questão, sua região revelou um crescimento na participação relativa que superou o obtido por esse grupo.

Esse conjunto de dados denota que se fazem simultâneas, na Bahia, duas tendências no que tange à distribuição da população. Uma que aponta para a propensão à dispersão demográfica, na medida em que parte dos municípios que sediam cidades médias apresenta níveis de crescimento que superam a capital – principal centro de atração e retenção de pessoas do estado ao longo de sua história. Outra que revela, igualmente, processos que incidem na permanência da concentração demográfica na RMS. Assim, ampliam-se tanto a importância relativa dos contingentes dessa região quanto a dos municípios selecionados.

Participação na produção de riquezas

Ao acompanhar o que vem sendo discutido em diferentes trabalhos que visam tratar da dinâmica ou do desempenho econômico de um determinado espaço, observou-se a variação da participação do conjunto de municípios selecionados na composição do PIB baiano.

No discurso governamental, vem sendo recorrente apontar-se para a implementação de políticas que têm como meta alterar a distribuição espacial das estruturas produtivas do estado. Em tese, trata-se de uma tentativa de reverter, ou amenizar, a histórica tendência de concentração da produção de riquezas do estado na RMS, como meio, inclusive, de diminuir as desigualdades sociais. Buscando investigar a efetivação dessa ideia, tendo em vista tão somente os dados do PIB e como objeto os municípios que comportam cidades médias, verifica-se que, em 1999, esses respondiam por 20,79% do total estadual. Dez anos depois, esse valor equivalia a 21,38%. Dessa forma, em 2009, esse grupo observou uma ampliação de 0,59 pontos percentuais no que tange à participação na composição do montante de riquezas da Bahia (Tabela 4).

Pode-se pensar que, para a amplitude desse período, tal crescimento seja reduzido. Entretanto, em princípio, poderia ser entendido como um anúncio de um processo de dispersão da produção. Isso, inclusive, está em acordo com as teses defendidas por Santos (2009) e Sposito (2007), quando apontam para novas possibilidades de localização espacial das estruturas produtivas, algo que é condizente com os novos interesses da reprodução do capital mais do que com qualquer ideia de política de redução de desigualdades sócio-espaciais.

Desagregando essas informações e tendo por referência o PIB total apurado para a Bahia, viu-se que, no ano de 1999, em sete dos municípios selecionados – Feira de Santana, Ilhéus, Barreiras, Paulo Afonso, Itabuna, Vitória da Conquista e Juazeiro – encontraram-se participações iguais ou superiores a 1%. Em 2009, oito deles revelaram essa mesma condição. Aos sete mencionados, agregou-se Jequié, com 1,13% das riquezas produzidas nesse estado

(Tabela 4). Acrescente-se que a comparação dos valores obtidos por essas oito unidades nos dois anos em pauta evidencia que apenas Feira de Santana, Vitória da Conquista, Barreiras e Jequié elevaram seus percentuais.

Tabela 4
Produto Interno Bruto dos municípios selecionados, da RMS e do estado e participação no total estadual, e variação na participação – Bahia – 1999/2009

Município	PIB				Variação na participação (%)
	Valores correntes (R\$ milhões)		Participação (%)		
	1999	2009	1999	2009	
Alagoinhas	363,61	1.298,22	0,87	0,95	0,08
Barreiras	843,57	1.693,25	2,01	1,24	-0,78
Bom Jesus da Lapa	100,60	351,41	0,24	0,26	0,02
Brumado	141,42	480,99	0,34	0,35	0,01
Cruz das Almas	130,67	387,27	0,31	0,28	-0,03
Eunápolis	226,97	1.228,96	0,54	0,90	0,35
Feira de Santana (1)	1.521,23	6.358,14	3,63	4,64	1,01
Guanambi	164,64	491,44	0,39	0,36	-0,03
Ilhéus	846,56	1.925,64	2,02	1,40	-0,62
Irecê	109,75	415,90	0,26	0,30	0,04
Itaberaba	94,90	338,61	0,23	0,25	0,02
Itabuna	717,39	2.280,73	1,71	1,66	-0,05
Jacobina	159,74	523,24	0,38	0,38	0,00
Jequié	414,96	1.552,45	0,99	1,13	0,14
Juazeiro	539,91	1.745,98	1,29	1,27	-0,02
Paulo Afonso	728,42	1.743,77	1,74	1,27	-0,47
Ribeira do Pombal	60,94	244,96	0,15	0,18	0,03
Santo Antônio de Jesus	237,32	835,16	0,57	0,61	0,04
Seabra	53,67	213,67	0,13	0,16	0,03
Senhor do Bonfim	132,64	441,11	0,32	0,32	0,01
Teixeira de Freitas	246,75	1.051,44	0,59	0,77	0,18
Valença	162,60	555,57	0,39	0,41	0,02
Vitória da Conquista	708,89	3.142,68	1,69	2,29	0,60
Total geral	8.707,19	29.300,60	20,79	21,38	0,59
Salvador	12.126,33	32.824,23	28,95	23,95	-5,01
RMS (2)	24.279,37	74.174,87	57,97	54,11	-3,86
Bahia	41.883,13	137.074,67	100,00	100,00	0,00

Fonte: SEI/IBGE.

Notas:

(1) Em 6 de julho de 2011, foi instituída a Região Metropolitana de Feira de Santana, sendo este seu município-sede.

(2) Populações e taxas de crescimento da RMS foram ajustadas em conformidade com sua atual composição.

Salvador e a RMS, numa tendência distinta ao do grupo formado pelos 23 municípios em pauta, retraíram sua relevância na composição do PIB baiano. A participação da capital declinou de 28,95% para 23,95% e a da RMS, de 57,97% para 54,11%, entre 1999 e 2009. Todavia, Salvador seguiu sendo o município de maior importância na economia estadual, muito à frente do segundo colocado⁹. E a RMS, mesmo com uma perda de 3,86 pontos percentuais, entre 1999 e 2009, continuou apurando mais da metade do PIB estadual.

Pelo exposto, a comparação dos resultados do grupo dos 23 municípios identificados aos das 13 unidades municipais que compõem a RMS revela tendências opostas. Entretanto, os percentuais registrados autorizam a falar que, se há uma propensão à desconcentração da produção de riquezas, ela se faz acompanhar por processos que levam à permanência de condições que fazem com que grande parte do PIB persista no entorno da metrópole baiana.

Observações sobre o mercado de trabalho formal

Nesta seção, pretende-se levantar elementos que possibilitem averiguar as possíveis repercussões dos mencionados níveis de crescimento econômico na vida dos indivíduos que residem nos municípios que se constituem em objeto desta análise. Para isso, no intuito de iniciar essa discussão, apresentam-se sucintas informações sobre seu mercado de trabalho formal. Como os dados sobre essa temática obtidos pelo Censo de 2010, no momento de realização deste texto, ainda não estavam disponíveis, optou-se por usar aquelas divulgadas pela RAIS. Esta é a mais expressiva fonte de informações sobre o mercado de trabalho formal do país, por sua abrangência tanto dos vínculos – na medida em que trata dos estatutários, temporários, avulsos e celetistas – quanto da declaração – pois retrata a situação da totalidade das empresas formalizadas do país, já que é um registro administrativo de caráter obrigatório (SOUZA, 2010).

Pode-se indagar sobre a validade de se utilizar essa pesquisa para entender a realidade baiana, visto que boa parte de sua população insere-se no circuito produtivo por meio da informalidade e, desse modo, características que lhe dizem respeito não são captadas pela RAIS. A defesa da adoção dessa base de dados pauta-se no fato de que, nas últimas décadas, houve crescimento da geração de postos de trabalho formais no Brasil e, destaque-se, na Bahia. Conforme argumentou Souza (2010), entre 2000 e 2008, nesse estado, observou-se uma expansão da atividade econômica que superou a média nacional. Tal situação repercutiu na ampliação relativa do seu estoque de empregos formais da ordem de 58,1%, superando a observada para o conjunto nacional, de 50,4%. Ademais, pelo entendimento de que as tendências observadas no setor formal refletem os processos mais gerais que experimenta o mercado de trabalho num dado espaço e contexto, pode-se supor que os resultados da RAIS possibilitam uma aproximação da dinâmica do mercado de trabalho ocorrida nos últimos anos.

⁹ O segundo maior PIB do estado da Bahia era registrado pelo município de Camaçari, com 8,87%, seguido por São Francisco do Conde, com 8,84%. Ambos integram a RMS.

Dito isso, não causa estranheza que o estoque de empregos dos municípios selecionados tenha experimentado elevação entre 2000 e 2010. Frente a um contexto de crescimento econômico que envolveu as maiores cidades baianas, bem como ao caráter estratégico de certos espaços do território estadual (considerando-se perspectivas e possibilidades de fluidez), esses municípios revelaram-se como locais capazes de participar do processo de desconcentração produtiva ensejado pelos governos e pelas empresas. Deve-se entender, porém, que, de forma geral, eles estavam na condição de receptores de empreendimentos industriais, comerciais e de serviços, visto que, no mais das vezes, nesses locais não se verificam atividades de controle e comando desses processos, menos ainda as decisões de implantação de tais empreendimentos, os quais, ainda que representem determinados interesses locais e disponham de articulações diversas, são tomados com base em estratégias elaboradas em outras escalas.

O fato é que, em 2000, os 23 municípios em pauta registraram 242.218 empregos formais¹⁰. Em 2010, eles respondiam por 480.223 postos de trabalho (Tabela 5). Entre o primeiro e o último ano, o estoque de empregos aumentou em 238.005 postos. Isso significou uma ampliação de sua representatividade no estado da ordem de 1,88 pontos percentuais. Nesses termos, sua importância relativa frente ao total baiano – no qual o número de empregos formais passou de 1.177.343, em 2000, para 2.139.232, em 2010 –, elevou-se de 20,57% para 22,48%, nesses mesmos anos (Tabela 5)¹¹.

A análise das informações por município revelou que, em 2000, os mais significativos eram Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna, Ilhéus, Juazeiro e Barreiras, com participações específicas variando entre 1,01% e 4,41% dos postos de trabalho da Bahia. Em 2010, além deles, Teixeira de Freitas e Jequié participavam com mais de 1% desse montante (Tabela 5). A avaliação dos resultados de 2010 mostra que essas sete unidades significavam 72,69% do estoque apurado pelas 23 unidades municipais selecionadas, mas tão somente 15,35% dos empregos formais baianos. Cabe verificar, ainda, que Salvador e a RMS diminuíram sua relevância no âmbito estadual no que tange ao estoque de postos de trabalho. Entretanto, nessa região, em ambos os anos, localizava-se mais da metade dos empregos formais baianos: 60,40% e 50,97%, para 2000 e 2010, respectivamente. Já para Salvador, nesses mesmos anos, os valores foram de 49,15% e 37,24%. Esse conjunto de dados autoriza a afirmar que as perdas de participação da capital e da RMS foram muito mais acentuadas que os ganhos verificados nos municípios onde estão as cidades médias. Essa situação denota, assim como o que se verificou em relação ao PIB, alguma distribuição relativa do volume de postos de trabalho formais.

¹⁰ Os autores agradecem a colaboração de Carlos Marlon Lopes Costa pela sistematização dos dados que subsidiaram a elaboração das tabelas sobre a RAIS.

¹¹ Cabe assinalar que, embora a RAIS seja um registro obrigatório e possua uma longa série histórica, apenas a partir de 1997 o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) aperfeiçoou a captação e sistematização das informações disponíveis nessa base de dados (BRASIL, 2000). Sendo assim, a recomendação daqueles que a utilizam é de que se trabalhe a década mais recente. Por isso, ainda que as informações para 1991 – outro recorte temporal adotado na elaboração deste texto – estejam disponíveis, não são aqui trabalhadas.

Tabela 5
Estoque de empregos formais dos municípios selecionados, da RMS e da Bahia e participação no total estadual, e variação na participação – Bahia – 1991/2000/2010

Município	Estoque de empregos formais		Participação na Bahia		Incremento 2000-2010	
	2000	2010	2000	2010	Absoluto	Relativo
Alagoinhas	9.649	20.817	0,82	0,97	11.168	0,15
Barreiras	11.918	24.708	1,01	1,15	12.790	0,14
Bom Jesus da Lapa	2.674	5.824	0,23	0,27	3.150	0,05
Brumado	4.886	8.899	0,42	0,42	4.013	0,00
Cruz das Almas	5.517	10.576	0,47	0,49	5.059	0,03
Eunápolis	7.197	19.479	0,61	0,91	12.282	0,30
Feira de Santana (1)	51.907	103.904	4,41	4,86	51.997	0,45
Guanambi	4.047	8.503	0,34	0,40	4.456	0,05
Ilhéus	18.086	30.809	1,54	1,44	12.723	-0,10
Irecê	3.136	7.669	0,27	0,36	4.533	0,09
Itaberaba	3.270	6.777	0,28	0,32	3.507	0,04
Itabuna	22.496	38.661	1,91	1,81	16.165	-0,10
Jacobina	2.803	8.818	0,24	0,41	6.015	0,17
Jequié	11.177	22.076	0,95	1,03	10.899	0,08
Juazeiro	18.990	28.695	1,61	1,34	9.705	-0,27
Paulo Afonso	7.901	13.522	0,67	0,63	5.621	-0,04
Ribeira do Pombal	1.261	3.776	0,11	0,18	2.515	0,07
Santo Antônio de Jesus	8.153	17.165	0,69	0,80	9.012	0,11
Seabra	1.051	2.632	0,09	0,12	1.581	0,03
Senhor do Bonfim	3.111	7.744	0,26	0,36	4.633	0,10
Teixeira de Freitas	10.200	22.985	0,87	1,07	12.785	0,21
Valença	5.510	9.741	0,47	0,46	4.231	-0,01
Vitória da Conquista	27.278	56.443	2,32	2,64	29.165	0,32
Total	242.218	480.223	20,57	22,45	238.005	1,88
Salvador	578.657	796.556	49,15	37,24	217.899	-11,91
RMS (2)	711.058	1.090.392	60,40	50,97	379.334	-9,42
Bahia	1.177.343	2.139.232	100,00	100,00	961.889	-

Fonte: Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego (2011).

Notas:

(1) Em 6 de julho de 2011, foi instituída a Região Metropolitana de Feira de Santana, sendo este seu município-sede.

(2) Os valores da RMS foram ajustados em conformidade com sua atual composição.

A questão colocada neste momento do trabalho é a seguinte: pode-se dizer que as tendências de crescimento econômico e de dinamização do mercado de trabalho acima mencionadas refletiram-se em melhorias para os trabalhadores? A proposta é pensar sobre essa indagação, inicialmente, na perspectiva da análise dos rendimentos, tendo como referência o número médio de salários mínimos.

Na Tabela 6, evidencia-se que, em 2000, nos 23 municípios selecionados se recebia, em média, 2,69 salários mínimos. Comparando esse resultado ao de 2010, tem-se que, apesar do aumento do estoque de postos de trabalho, tal valor declinou para 2,02 salários mínimos. Desse modo, entre 2000 e 2010, houve uma variação negativa desses totais da ordem de 21,40%. Essa modificação, deve-se realçar, foi menos significativa do que as registradas em Salvador, na RMS, e mesmo no conjunto estadual. Em relação à capital baiana, a média de salários mínimos recebidos passou de 4,94 para 3,43 (ainda assim, a maior média entre todos os municípios aqui estudados); para sua região, os valores foram de 4,86 e 3,33 salários mínimos; quanto à Bahia, esta passou de 3,78 para 2,61 salários mínimos, para os anos de 2000 e 2010, respectivamente (Tabela 6).

Tabela 6
Número de salários mínimos e variação do emprego formal, segundo os municípios selecionados Bahia – 2000/2010

Município	Número médio de salários mínimos		Varição (%)
	2000	2010	2000/2010
Alagoinhas	2,80	1,87	-33,32
Barreiras	2,94	2,07	-29,60
Bom Jesus da Lapa	2,17	2,01	-7,35
Brumado	2,77	1,75	-36,75
Cruz das Almas	2,08	2,45	17,71
Eunápolis	2,35	2,18	-7,21
Feira de Santana (1)	2,91	1,95	-33,24
Guanambi	2,24	1,74	-22,09
Ilhéus	3,02	2,71	-10,03
Irecê	2,44	1,73	-29,30
Itaberaba	2,15	1,55	-28,10
Itabuna	2,65	1,98	-25,08
Jacobina	2,61	1,95	-25,28
Jequié	2,06	1,74	-15,47
Juazeiro	2,49	2,09	-16,07
Paulo Afonso	3,76	2,46	-34,54
Pojuca	3,69	2,99	-19,06
Ribeira do Pombal	2,51	1,72	-31,55
Santo Antônio de Jesus	2,18	1,58	-27,77
Seabra	2,26	1,97	-12,46
Senhor do Bonfim	2,15	1,75	-18,56
Teixeira de Freitas	2,23	1,85	-16,69
Valença	1,94	1,63	-15,99
Vitória da Conquista	2,87	1,97	-31,31
Total	2,69	2,02	-21,40
Salvador	4,94	3,43	-30,50
RMS (2)	4,86	3,33	-31,50
Bahia	3,87	2,61	-35,60

Fonte: Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego (2011).

Notas:

(1) Em 6 de julho de 2011, foi instituída a Região Metropolitana de Feira de Santana, sendo este seu município-sede.

(2) Os valores da RMS foram ajustados em conformidade com sua atual composição.

A observação dos dados de cada município mostrou que, entre os 23 selecionados, aquele com os melhores níveis de rendimento no mercado de trabalho formal, em 2000, foi Paulo Afonso, com 3,76 salários mínimos. Seguiram-se a esse, por ordem decrescente, Pojuca e Ilhéus, com ganhos equivalentes a 3,69 e 3,02 salários mínimos, respectivamente. Em 2010, embora mantidos esses mesmos três municípios como aqueles com as maiores médias salariais, a hierarquia entre eles alterou-se: Pojuca passou a ter a média mais alta (2,99 salários mínimos); Ilhéus, a segunda (2,71 salários mínimos); e Paulo Afonso, a terceira (2,46 salários mínimos). A média de Salvador, cabe assinalar, foi a mais elevada dentre todos os municípios avaliados, superando, inclusive, a obtida na RMS: em 2000, correspondeu a 4,94; em 2010, a 3,43 salários mínimos. A Bahia, como era de se supor, apresentou médias salariais abaixo daquelas obtidas na capital e sua região metropolitana, porém mais elevadas do que as de todos os demais municípios em questão.

Apesar de ser comum ouvir-se que o poder de compra do salário mínimo aumentou ao longo da última década, chama a atenção o fato de ter ocorrido uma diminuição generalizada da média salarial nos municípios avaliados, incluindo, como já se disse, a própria capital e sua região (Tabela 5). Desse rol de unidades espaciais, além de Salvador, mais seis municípios apresentaram variações percentuais negativas em 2000-2010, acima de 30 pontos: Brumado, Paulo Afonso, Alagoinhas, Feira de Santana, Ribeira do Pombal e Vitória da Conquista. A única exceção, nesse grupo, foi Cruz das Almas, com uma variação percentual positiva, nesse contexto, elevadíssima: 17,7, em 2000-2010. No mesmo período, a tendência apurada para essa unidade foi observada em 140 ou 33,73% dos municípios baianos, mas em apenas quatro deles a média salarial, em 2000, estava acima de dois salários mínimos¹². Todavia, entre esses, apenas Cruz das Almas apresentava uma população considerável para os padrões estaduais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção deste artigo foi presidida pela seguinte e fundamental questão: será que, à semelhança do que se argumenta para a realidade nacional, é possível afirmar que as cidades médias baianas vêm crescendo em patamares superiores àqueles verificados para Salvador, reconhecida metrópole do estado? O ponto de partida para fornecer respostas a essa e outras questões dela decorrentes é, antes de tudo, o reconhecimento de que não se pode pensar nas dinâmicas verificadas nessas cidades desconsiderando seus contextos, as redes em que se inserem, o histórico de suas formações e as articulações que estabelecem em múltiplas escalas, bem como suas consequências para a organização intraurbana. No caso da Bahia que, historicamente, possui larga concentração demográfica e econômica num reduzido

¹² Entre 2000 e 2010, do grupo que apresentou variação percentual positiva do número médio de salários mínimos, Madre de Deus, Entre Rios, Cruz das Almas e Iraquara registraram médias de, respectivamente, 3,48; 3,35; 2,08; e 2,00 salários mínimos. Ainda nesse grupo, também para o ano de 2010, Heliópolis e Buritirama apresentaram médias inferiores a 1,00 salário mínimo, as mais baixas médias entre todos os municípios baianos; e, em 2010, com número médio de salários mínimos de 1,04, Buritirama encontrava-se na condição de município com os menores rendimentos do estado, conforme apontado pela RAIS.

número de municípios e, também por conta disso, uma rede urbana pouco densa, optou-se, inicialmente, pela apresentação dos critérios por intermédio dos quais foram identificadas 23 cidades médias para esse estado. Em seguida, analisaram-se suas dinâmicas demográficas e econômicas, cotejando-as sempre com suas congêneres verificadas para Salvador e a RMS.

Desse modo, apurou-se que a tendência demográfica do conjunto de municípios estudados converge com a identificada para Salvador e sua região. Em relação ao fato de, no último período, seu ritmo de crescimento ter sido equivalente ou mesmo levemente superior ao de Salvador – algo a ser observado –, pode, todavia, ser interpretado como decorrência do já elevado contingente que reside na capital mais do que por um generalizado e acelerado avanço do crescimento populacional das cidades médias. Igual atenção deve ser dispensada à avaliação da sua participação no contingente baiano. Embora o grupo de municípios em relevo venha mantendo patamares acima dos observados para a capital, os processos ocorridos nessas 23 unidades ainda não se mostraram suficientes para que elas agreguem um quantitativo de habitantes que supere o da RMS.

Em relação aos resultados do PIB municipal, as propensões observadas para Salvador e a região metropolitana por ela comandada, de um lado, e aquele grupo de 23 municípios, de outro, seguiram direções distintas: enquanto a participação deste último ampliou-se, as participações de Salvador e da própria RMS retraíram-se. Entretanto, o percentual obtido pelo referido grupo sequer alcançava, ainda, o patamar registrado pela capital baiana. Desse modo, mesmo que se deva realçar que, em termos econômicos, aqueles municípios vêm ganhando importância na Bahia, é preciso analisar esse crescimento com prudência. Isso porque, se é possível argumentar que um efeito positivo desse crescimento refere-se à expansão local do estoque de empregos formais e mesmo à ampliação desse volume em relação ao total de empregos do estado, de igual maneira se pode indicar que isso não repercutiu em incrementos salariais efetivos para seus trabalhadores, ao menos por enquanto, situação compartilhada, aliás, por aqueles que vivem na grande maioria dos municípios baianos, inclusive na capital. Ademais, os resultados pertinentes à esfera econômica *stricto sensu* sofreram forte influência dos números obtidos por Feira de Santana, segunda maior população do estado, possuidora de um dos mais significativos PIBs municipais e, oficialmente, agora também alçada à condição de metrópole.

Nesses termos, os resultados aqui mencionados são equivalentes aos obtidos por Ribeiro e Rodrigues (2011) para o estudo do Brasil. Sem desconhecer os limites inerentes aos dados estatísticos que, por seu próprio caráter, possuem tão somente a capacidade de informar hierarquias e desigualdades, contribuindo, assim, subsidiariamente, para uma compreensão mais global da realidade, pode-se argumentar que, para os 23 municípios que abarcam as cidades consideradas neste estudo, não se verificaram níveis de crescimento que permitam atestar qualquer supremacia em relação à típica metrópole estadual. Afinal, se é possível vislumbrar uma propensão de ampliação da importância dessas cidades na rede urbana do estado, não se pode afirmar que ela seja altamente significativa ou que denote, de imediato, melhoria efetiva nas condições de vida de seus habitantes.

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Origens, evolução e perspectivas dos estudos sobre cidades médias. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 69-87.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; RIGOTTI, José Irineu Rangel. Os limiares demográficos na caracterização das cidades médias. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 2002, Ouro Preto, MG. *Anais...* Ouro Preto, MG: ABEP, 2002. p. 1-22. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST25_Amorim_texto.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2008.

ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente. O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Campinas, SP, v. 6, n. 1/2, p. 12-49, jan./dez. 1999.

BRANCO, Maria Luisa Gomes Castello. Algumas considerações sobre a identificação de cidades médias. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 89-111.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Cidade e Recôncavo da Bahia. In: _____ (Org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: ALB; UFBA, 1997. p. 27-57.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Registros administrativos: RAIS e CAGED*. Brasília: MTE, 2000.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Departamento de Emprego e Salário. Coordenação Geral de Estatística do Trabalho. *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS): estabelecimento*. [S. l.; s. n.], 2011. 1 CD ROOM.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Disponível em <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=772&Itemid=334>. Acesso em: 4 out. 2011.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000. Disponível em <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=772&Itemid=334>. Acesso em: 4 out. 2011.

CENSO DEMOGRÁFICO 1991. Disponível em <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=772&Itemid=334>. Acesso em: 4 out. 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-33.

DIAS, Patricia Chame; ARAÚJO, Mayara Mychella Sena. Notas sobre cidades médias: uma proposta para a Bahia. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 119, p. 185-208, jul./dez. 2010.

DIAS, Patricia Chame; ARAÚJO, Mayara Mychella Sena; VIDAL, Francisco Baqueiro. Principais municípios da Bahia: considerações sobre sua dinâmica populacional. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 21, n. 2, p. 351-370, jan./abr. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões de influência das cidades: 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

MOTTA, Diana; MATA, Daniel. Crescimento das cidades médias. *Boletim Regional Urbano*, Brasília, n. 1, p. 33-38, dez. 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bru/bru_01.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTO, Edgard. *Desenvolvimento e território na Bahia*. Salvador: SEI, 2003. 111 p. (Série estudos e pesquisas, 61).

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; RODRIGUES, Juciano Martins. *Decadência das metrópoles e paraíso das cidades médias?* 2011. Disponível em <http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/artigo_23_07_08.pdf> Acesso em: 10 jan 2012.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2009 (Estudos urbanos, 5).

_____. *O espaço do cidadão*. 6. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2002.

_____. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: ALB; UFBA, 1997. p. 59-100.

_____. A divisão social do trabalho como uma nova pista para o estudo da organização espacial e da urbanização nos países subdesenvolvidos. In: _____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP, 2005. p. 55-75.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. Dinâmica recente do processo de urbanização/metropolização 1931-1985. In: SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; LEÃO, Sônia de Oliveira; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. *Urbanização e metropolização no estado da Bahia: evolução e dinâmica*. Salvador: UFBA, 1989. p. 187-262.

SOUZA, Laumar Neves de. *Evolução do emprego formal na Bahia nos anos 2000: aproximações do trabalho decente?* *Bahia Análise & Dados*. Salvador, v. 20, n. 2/3, p. 403-421, jul./set. 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: _____. (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 233-253.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão et al. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 35-67.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Referenciais para a análise da dinâmica urbana do estado da Bahia 1998-2008: relatório II*. Salvador: SEI, 2010. 122 p. Projeto Rede Urbana do Brasil e da América do Sul. Pesquisa Dinâmica Urbana dos Estados.

_____. *Cidades da Bahia*. Salvador: SEI, 1997 (Série estudos e pesquisas, 35).

PARTE III

REDE URBANA E DINÂMICA REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA: NOVOS ENFOQUES

94

Série Estudos e Pesquisas

SESP

BARREIRAS E LUÍS EDUARDO MAGALHÃES: UMA AGLOMERAÇÃO URBANA EMBRIONÁRIA NO OESTE BAIANO?

*Paulo Roberto Baqueiro Brandão**

INTRODUÇÃO

As possibilidades de análise da rede urbana brasileira são muitas, principalmente quando se leva em conta a atual dinâmica reticular do território nacional, tornada mais complexa pelo surgimento de novas estruturas produtivas em diversas regiões do país. A ampliação e diversificação da economia em todos os setores e a presença crescente de atividades e agentes ligados a uma ordem global têm sido fatores cruciais para a reconfiguração da trama que articula as cidades brasileiras. Nesse contexto, em diversas parcelas do território brasileiro, antigas cidades adquirem nova importância, ao passo que outras tantas surgem para legitimar o vigor da economia que passa a presidir a vida e as finanças de uma região.

Assim, naquelas regiões do país onde tais processos estão presentes, há uma reconfiguração das funções exercidas pelas cidades que resulta no surgimento de outra articulação de caráter urbano-regional. Em muitos dos casos, isto se dá pela formação de aglomerações urbanas, aqui consideradas como um minissistema urbano de caráter não metropolitano.

No que tange ao Oeste Baiano, ao menos naqueles espaços onde a agricultura de alto rendimento contribuiu para a ascensão do meio técnico-científico-informacional, há indícios que apontam para a formação de uma aglomeração urbana que agrega, principalmente, as cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. No caso das demais urbes próximas, há uma relação um tanto mais hierarquizada com a primeira dentre as citadas.

Neste sentido, o escrito que segue visa tecer prolegômenos acerca de um arranjo espacial que, como os indícios apontam, está ainda em estágio embrionário, buscando lançar foco sobre questões que levem a interpretar um futuro possível para as duas mais importantes cidades do Oeste Baiano.

O futuro, como se sabe, é um fragmento do tempo que o geógrafo costuma evitar, como se à ciência com a qual labuta não fosse dado o direito de discutir perspectivas e tendências. Desta forma, concordando com Santos (2005), para quem escapar à tarefa de debater o devir da urbanização brasileira é deserção, o presente texto pretende, de forma complementar,

* Doutorando em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor assistente II da UFBA, *Campus* de Barreiras. paulobaq@ufba.br

estabelecer as bases para uma discussão sobre a tendência de formação, no Oeste Baiano, de uma aglomeração urbana entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, ainda que se tomem os devidos cuidados para não apresentar tal perspectiva como algo inexorável.

Para tanto, além da análise conceitual, enquadrando-a às constatações empíricas observáveis na realidade brasileira e baiana, este escrito é composto por uma seção dedicada ao exame geográfico-histórico da formação e dinâmica territorial hodierna das cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães e outra que visa expor os elementos da realidade urbano-regional que se configuram como indícios da constituição embrionária de uma aglomeração urbana no Oeste Baiano.

Bases conceituais e constatações empíricas para o debate sobre aglomerações urbanas na Bahia

Historicamente, o debate sobre as redes urbanas busca privilegiar as relações entre as cidades desde o ponto de vista da hierarquização resultante da capacidade que uma urbe possa ter de influenciar e dominar funcionalmente as demais com as quais estabelece vínculos. As imbricações reticulares que acentuam características de complementaridade entre centros urbanos, ao contrário, são pouco estudadas.

Discorrer sobre a formação de uma aglomeração urbana é uma das maneiras pelas quais o investigador pode buscar compreender a dinâmica territorial que dá sentido à rede da qual determinadas cidades fazem parte, posto que, como afirmado por George (1983, p. 229), ainda que a formação de uma lógica reticular se dê com base na existência de relações funcionais de dominação e subordinação entre as cidades, as “[...] relações de caráter complementar também não são excluídas”.

Como afirma Corrêa (1997, p. 93), reforçando as palavras do ilustre geógrafo francês, “[...] a rede urbana constitui-se no conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si”. Além disso, cada centro participa simultaneamente de uma rede constituída por diferentes graus de centralidade e de uma outra, “[...] na qual [...] desempenha um papel singular e/ou complementar a outros centros” (CORRÊA, 1997, p. 100). Este autor aborda ainda as intensidades dos atributos das redes urbanas:

Qualquer rede urbana tem entre os seus atributos necessários alguma integração interna e externa que, em razão da desigual espaço-temporalidade dos processos sociais, vai se traduzir, segundo as diversas redes urbanas, em tipos e intensidades distintos (CORRÊA, 1997, p. 101).

Assim, a aglomeração urbana surge justamente do forte grau de complementaridade de papéis e como parte de uma integração interna existente entre cidades que partilham a mesma rede urbana e estejam relativamente próximas entre si. Necessário advertir, portanto, que, ao propor um exame da aglomeração urbana como um componente da rede urbana, não se deve ceder ao risco de isolar, do ponto de vista analítico, o ente geográfico em foco.

Ao contrário, a investigação deve exaltar o seu caráter específico dentro de uma articulação mais ampla, que transborda a mera escala regional.

Uma aglomeração urbana é formada, segundo Souza (2005, p. 32), “[...] quando duas ou mais cidades passam a funcionar como um ‘minissistema urbano’ em escala local, ou seja, seus vínculos se tornam muitíssimo fortes [...]”. Dito de outra forma, essas urbes passam a colher benefícios e vivenciar problemas comuns, graças à complementaridade das funções e à proximidade geográfica. Para Moura e Ultramarini (1994, apud REOLON, 2007, p. 42), as cidades formadoras de uma aglomeração passam a compor um “fenômeno único”, tal é o seu grau de comutação diária.

Esses minissistemas urbanos são formados, tipicamente, por um conjunto que agrega duas ou mais cidades médias e pequenas e, à diferença das regiões metropolitanas, não possui nenhuma das urbes que a compõem em condições de “satelitizar” (SOUZA, 2005) as demais.

Quanto às formas que assumem, segundo Davidovich e Lima (1975), as concentrações urbanas, em geral, são caracterizadas pela formação de uma mancha urbana contínua – sendo mais comum em regiões metropolitanas – ou apenas pela coalescência espacial, sem que, necessariamente, se forme um espaço conurbado – situação típica das aglomerações urbanas não metropolitanas. Desta maneira, se as regiões formadas pela metrópole e demais cidades por esta comandadas costumam (mas não é condição necessária) adquirir a forma de uma grande mancha contínua, no caso das aglomerações urbanas, o mais comum é que, a despeito da forte integração entre dois ou mais núcleos de municípios próximos, haja entre elas a manutenção de espaços intersticiais.

Mas quais elementos/processos/fenômenos são indicativos da formação ou da existência já madura de uma aglomeração urbana? Antes de mais nada, como assinalado, uma aglomeração urbana possui um alto nível de integração nas suas esferas social e econômica, principalmente pela complementaridade de funções das cidades que compõem o ente geográfico em tela. Isto implica, em última instância, a identificação de funções públicas de interesse comum, cujo objetivo é “[...] integrar [...] tornar inteiro, completar, integralizar as partes de um todo, caracterizado pelo interesse comum. Trata-se de recompor um todo que está segmentado em municípios pela divisão político-administrativa” (DE AMBROSIO, 2001, p. 166), possibilitando a gestão integrada de funções públicas de interesse dos municípios.

Outro componente fundamental para o exame de tal comutação é a intensidade dos movimentos pendulares, “[...] pois sua natureza contempla o transbordamento ou projeção da população, especialmente, e atividades de uma cidade ou município sobre outros” (REOLON, 2007, p. 44). A intensa mobilidade populacional é acompanhada por outra, de bens e informações. O intercâmbio que se forma, principalmente pela realização de afazeres típicos do secundário e do terciário, acaba por influenciar a conformação de feixes de fluxos informacionais diversos.

Contudo, para que uma aglomeração urbana tenha uma existência plena, não basta a sua simples constatação empírica. Mais que isto, é necessário que o ente de caráter urbano-regional

seja criado por força de lei estadual, o que implicaria na formalização de bases conceituais e no estabelecimento de competências legais claras.

No que concerne à base jurídico-institucional, a criação de aglomerações urbanas está prevista na Constituição Federal, assim como nas cartas magnas de alguns dos estados brasileiros, inclusive na da Bahia. Em ambos os casos, porém, não há detalhes que permitam melhor compreender a formação de tal unidade regional.

A Constituição Federal, no parágrafo 3º do Artigo 25 (Capítulo III, Dos Estados Federados), reza que é de competência dos estados a implantação das aglomerações urbanas, assim como as demais unidades regionais possíveis de serem criadas por lei, tais como as regiões metropolitanas e as microrregiões (BRASIL, 1988).

Segundo De Ambrosio (2001, p. 165), porém, “[...] a Constituição diferencia essas figuras, mas as trata da mesma forma como agrupamento de municípios limítrofes, criado por lei complementar estadual para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”, não definindo e tampouco aprofundando nenhum desses conceitos.

No que concerne à ação governamental, atualmente, apenas no estado do Rio Grande do Sul houve formalização de aglomerações urbanas por força de lei. Há, no âmbito gaúcho, as aglomerações urbanas do Sul (criada em 1990), com cinco municípios, do Nordeste (instituída em 1994), contendo dez municípios, e do Litoral Norte (fundada em 2004), agregando outros vinte municípios.

No plano baiano, o governo estadual assumiu a responsabilidade pela criação de aglomerações urbanas, ao estabelecer, no inciso XVI do Artigo 11, Seção II da Constituição da Bahia, que compete ao estado “[...] dispor sobre criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, limites do território estadual e fixação dos municípios” (BAHIA, 2005, p. 12). Isto, porém, sem apontar os mecanismos que definem em quais condições é pertinente a criação de qualquer um desses entes geográficos.

Por outro lado, ao aprovar o Decreto n. 12.021, de 23 de março de 2010 (BAHIA, 2010), que discorre sobre o Regimento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur), o governo estadual lançou as bases para um debate mais consistente sobre a criação de aglomerações urbanas em território baiano, embora tenha seguido sem apresentar os critérios para tal.

Nesse decreto, são estabelecidas as competências da secretaria e a formalização de órgãos da pasta, entre os quais a Superintendência de Planejamento e Gestão Territorial (SGT), que tem, entre as suas incumbências, a prerrogativa de coordenar o planejamento e a gestão metropolitana e de aglomerações urbanas, promovendo a articulação entre os municípios constituintes de tais entes geográficos. Além disso, cabe à secretaria promover ações que permitam a gestão compartilhada e integrada de políticas públicas de interesse comum dos municípios, tais como abastecimento e saneamento, entre outras.

Ainda versando sobre a escala baiana, segundo Motta e Ajara (2001), que empregam a publicação Regiões de Influência das Cidades (Regic) como base do seu estudo, além do caso interestadual, que integra Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), apenas em Ilhéus e Itabuna seria possível identificar a existência já consolidada de uma aglomeração urbana não metropolitana.

Contudo, em estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que visa caracterizar a rede urbana regional do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país com base na conformação urbano-regional das décadas de 1980 e 1990, admite-se a existência, na Bahia, além das mencionadas, das aglomerações urbanas não metropolitanas de Feira de Santana, Teixeira de Freitas/Eunápolis/Porto Seguro e Santo Antonio de Jesus (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 2002).

Importante observar que, à exceção de Feira de Santana, cuja aglomeração foi recentemente transformada em região metropolitana (Lei Complementar Estadual n. 35/2011), em nenhum dos demais casos, as aglomerações urbanas foram oficialmente constituídas por força de lei. Tais menções foram feitas com base, tão somente, em constatações empíricas.

Barreiras e Luís Eduardo Magalhães: breve exame geográfico-histórico

As cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães possuem uma dinâmica territorial convergente com a de outras tantas urbes dos cerrados brasileiros cuja formação recente de uma zona agroexportadora moderna teve papel decisivo no incremento demográfico, bem como na constituição de uma complexidade funcional até então inéditos.

Naqueles espaços escolhidos como *locus* de intensificação das relações capitalistas, mediante a criação de sistemas agroindustriais altamente tecnicizados, formam-se arranjos territoriais de produção agrícola (ELIAS, 2006) cujos agentes passam a impor uma lógica de organização que acaba por acelerar o processo de urbanização, incluindo-se aí a reestruturação e/ou surgimento de cidades.

Segundo Elias (2006, p. 234), como resultado do aumento da terciarização nas urbes vizinhas às áreas da agricultura modernizada, há

[...] uma grande metamorfose e crescimento da economia urbana das cidades próximas das produções agropecuárias modernas, paralelamente ao desenvolvimento de um novo patamar das relações entre cidade e campo, vislumbrável nos diferentes circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação estabelecidos entre esses dois espaços. O crescimento da produção não-material se deve ainda ao crescimento populacional e à revolução do consumo, esta última erigida sob os auspícios do consumo de massa, que impõe numerosas necessidades associadas à existência individual e familiar.

Há que salientar, porém, que, a despeito de o expressivo crescimento demográfico experimentado por Barreiras e Luís Eduardo Magalhães ter ocorrido com base em uma mesma lógica de implantação de novos sistemas agroindustriais no Oeste Baiano, os processos geográfico-históricos de formação das cidades mencionadas possuem temporalidades distintas.

O sítio urbano de Barreiras remonta à primeira metade do século XIX, tendo surgido por conta da implantação de um pequeno cais na margem direita do Rio Grande, distante alguns poucos quilômetros a jusante do trecho onde o curso d'água deixa de ser navegável (ALMEIDA, 2005) e por onde passavam alguns dos antigos caminhos de tropa do interior do Brasil.

Ainda que tenha surgido no contexto de expansão das zonas de pastoreio do gado bovino no Oeste Baiano no século XIX (BRANDÃO, 2010), desde os primeiros anos, Barreiras teve o seu crescimento ligado aos afazeres do terciário, posto que a função principal do cais originário e, em seguida, do porto fluvial, fosse a comercialização de produtos vindos de outras regiões do país pelo rio São Francisco e por seu afluente, já mencionado, para daí seguir em tropas que abasteciam algumas das zonas mais povoadas de Goiás.

O crescimento pretérito experimentado por Barreiras foi motivado, principalmente, pela consolidação da atividade comercial e pelas práticas agropecuárias que se desenvolviam no seu entorno, conferindo à urbe uma centralidade regional que, até então, era exercida por Barra, cidade localizada no encontro dos rios Grande e São Francisco e primeiro assentamento fixo do Oeste Baiano, datado das últimas décadas do século XVII (BRANDÃO, 2009).

A cidade de Luís Eduardo Magalhães, por sua vez, é de fundação bem mais recente. O núcleo inicial surgiu com a implantação, em 1974, de uma pensão para caminhoneiros no entroncamento das BR 020 e 242 e, posteriormente, em 1982, de um posto de combustíveis, tendo se transformado em povoado do município de Barreiras, em 1986, com a denominação de Mimoso do Oeste (FONSECA; SILVA; VIEIRA, 2010).

Dois surtos migratórios explicam o rápido crescimento da então pequena nucleação localizada do extremo oeste do município de Barreiras: um primeiro, menos intenso e de caráter espontâneo, iniciado em finais da década de 1970, com a chegada dos chamados pioneiros (JUNGES, 2004), ou seja, os primeiros imigrantes sulistas em busca de terras agricultáveis; e um segundo, mais vigoroso e induzido pelo Governo Federal, iniciado em meados da década de 1980 e estabelecido por novas levas de populações advindas do Sul do país para promoverem a expansão da agricultura de alto rendimento nos cerrados baianos.

Por força dos interesses corporativos emanados das elites agroindustriais que se instalaram no antigo Mimoso do Oeste nos períodos acima mencionados, representadas pela Comissão Pró-Distritamento e Emancipação (JUNGES, 2004), o povoado foi desmembrado do município de Barreiras e, assumindo o topônimo de Luís Eduardo Magalhães, passou a ser, a partir de 30 de março de 2000, a 417ª unidade político-administrativa da Bahia.

Como aventado, em ambos os casos, o período mais expressivo de crescimento demográfico teve início nas décadas finais do século XX (Tabela 1), com a consolidação do plantio de grãos no Oeste Baiano, atividade que contribuiu decisivamente para o incremento dos fluxos de migração do próprio estado, bem como daqueles que partiam das três unidades federativas mais meridionais do país.

Tabela 1
População urbana de Barreiras (1970-2010) e Luís Eduardo Magalhães (1991-2010)

População urbana	Ano censitário				
	1970	1980	1991	2000	2010
Barreiras	9.760	30.055	70.701	99.842	123.741
Luís Eduardo Magalhães	2.385 (1)	18.757	54.881

Fonte: Censos Demográficos (1970, 1980, 1991, 2000, 2010).

(1) População do então povoado de Mimoso do Oeste, município de Barreiras, segundo Motta (2012).

Há que se observar, porém, que, enquanto em Barreiras o ritmo de crescimento apresentado pelos últimos dois censos denota uma tendência à estabilização da população urbana, em Luís Eduardo Magalhães, ao contrário, é possível perceber, através dos números fornecidos pelas mesmas contagens populacionais, a manutenção do ritmo ascendente de crescimento, superior aos 20% a.a., conforme indicado por Santos Filho e Rios Filho (2009).

Cidades que devem seu crescimento populacional recente e o incremento da complexidade funcional à agricultura de alto rendimento, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães consolidam, hoje, diferentes papéis na rede urbana nacional. A primeira desponta como principal centro do terciário e de gestão do território em escala regional e até interestadual, ao passo que à segunda cabe exercer, com proeminência, o papel de “cidade do agronegócio” (ELIAS, 2006, p. 221), com a grande maioria dos afazeres subordinada à dinâmica do setor primário tecnificado, condição que a primeira já superou.

A cidade de Barreiras concentra hoje os principais estabelecimentos comerciais e financeiros do Oeste Baiano, alguns compondo redes com atuação em escala nacional e internacional, as maiores instituições de ensino superior da região, sendo três delas a Universidade do Estado da Bahia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia e a Universidade Federal da Bahia, as sedes regionais de órgãos públicos estaduais e federais, além de exercer considerável centralidade quanto aos serviços médico-hospitalares.

Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2010), o Produto Interno Bruto (PIB) de Barreiras é o 14º mais expressivo do estado, com valores em torno de 1,2 bilhão de reais, o que representa 1,2% do total produzido na unidade federativa. Em relação aos setores produtivos, o município em tela detém o segundo maior PIB agropecuário da

Bahia, com 274 milhões de reais (4,2% do total do estado), o 22º produto industrial, com 147 milhões de reais (0,6%) e o 12º posicionamento no que se refere à produção terciária, com 646 milhões de reais (1,5%). Os dados são relativos ao ano de 2006.

A cidade de Luís Eduardo Magalhães, por sua vez, abriga um parque agroindustrial cada vez mais vigoroso, que gera forte demanda por mão de obra qualificada, instituições que prestam serviços técnicos voltados ao setor agrícola, tais como empresas de consultoria agrônômica, jurídica, ambiental e geotecnológica, além de sedes dos centros de pesquisa mantidos por entidades e organizações associativistas criadas pelos agentes econômicos ligados ao agronegócio.

De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2010), o município de Luís Eduardo Magalhães possui um PIB de 842 milhões de reais, o que o posiciona como 19º mais importante do estado, com 0,9% de tudo o que a unidade federativa produz. Quanto aos valores setoriais, a produção agropecuária é a 4ª maior da Bahia, com 168 milhões (2,6% de participação relativa no estado), o PIB industrial é o 20º, com 186 milhões de reais (0,7%), e a produção terciária posiciona o município na 19ª colocação, com 378 milhões de reais (0,8%). Assim como no caso de Barreiras, os dados são de 2006.

Como se verá adiante, as diferenças acima relatadas e os dados apresentados acabam por denotar uma complementaridade de funções e, como consequência direta, um considerável grau de comutação diária entre os centros urbanos em tela. É justamente esta integração que gera os indícios que tornam legítimo o debate sobre a formação iminente de uma aglomeração urbana entre as cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães.

Indícios da formação da aglomeração urbana Barreiras–Luís Eduardo Magalhães

A dinâmica territorial existente nos dias de hoje no Oeste Baiano confere às cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães protagonismo absoluto como centros de um “espaço luminoso” (SANTOS, 2003) oestino forjado pela reestruturação territorial produtiva da agricultura de grãos e que está composto ainda por São Desidério, Formosa do Rio Preto e Riachão das Neves, municípios com considerável participação no PIB do setor primário baiano (DIAS; ARAÚJO, 2011). Tudo isto se reflete, por sua vez, nas relações estabelecidas principalmente entre as duas primeiras dentre as cidades citadas.

Dois são os aspectos mais relevantes que devem ser considerados quando da busca por elementos empíricos que possam confirmar a formação de uma aglomeração urbana, ainda que em seu momento inicial, quais sejam: a complementaridade de funções e a comutação diária entre as cidades analisadas. Neste sentido, alguns sinais, resultantes da complementaridade de funções e da comutação diária existentes entre os centros urbanos em exame e espacialmente verificáveis já nos dias de hoje, constituem-se em indícios que, se investigados de modo adequado, podem confirmar a formação, em estágio embrionário, de uma aglomeração urbana no Oeste Baiano.

Quanto à complementaridade de funções, não há dúvidas de que Barreiras, pela maior complexidade das atividades do terciário, com destaque para o comércio e a oferta de serviços educacionais, médico-hospitalares, além de outros mais especializados, é o principal centro urbano do Oeste Baiano, com influência incidindo, inclusive, sobre Luís Eduardo Magalhães. Ocorre, porém, que desde finais da década passada, essa última cidade vem passando por um duplo processo, que se caracteriza pela crescente profusão e especialização do terciário naquelas tarefas que fornecem mão de obra, insumos e técnicas ao agronegócio e pelo surgimento de novos empreendimentos comerciais que visam atender à alta demanda da parcela mais abonada da população local.

Isto tem sido fundamental não só para o aumento da participação do setor terciário no PIB local – 59,20%, em 2009, contra 43,52%, em 2001, segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2010) –, como também na definição de fluxos de pessoas e capital, ainda tímidos, mas crescentes, cujos feixes tomam sentido oposto àquele tradicionalmente constituído, ou seja, há uma nova dinâmica de mobilidade direcionada de Barreiras à cidade de Luís Eduardo Magalhães.

Há, por outro lado, uma série de projeções baseadas em dados demográficos e econômicos produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que apontam as tendências de crescimento para ambas as cidades aqui analisadas, segundo as quais, a médio prazo, haverá um cenário de maior paridade entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães no que concerne ao quantitativo populacional e aos números da economia, com forte repercussão na relação de centralidade existente entre os centros.

De acordo com Penido (2011), as projeções realizadas pela empresa de consultoria Urban System entre os anos de 2009 e 2010, sob encomenda da Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães, apontam considerável crescimento demográfico, nos números de empregos formais e empresas em funcionamento, bem como em relação ao PIB setorial. Para efeito de comparação, o estudo destaca que, se os níveis de crescimento de ambas as urbes mantiverem a tendência atualmente verificada, Luís Eduardo Magalhães “ultrapassará” Barreiras entre 2018 e 2020, tornando-se, conseqüentemente, a principal cidade do Oeste Baiano.

Independente das querelas ufanistas que tais discursos acabam incitando entre os habitantes e gestores públicos de ambas as cidades, o fato é que, em se confirmando o prognóstico sugerido pelo estudo, Luís Eduardo Magalhães tornar-se-á um centro funcionalmente mais complexo, conformando, assim, um processo novo, no qual as relações com Barreiras, atualmente hierarquizadas, irão adquirir um caráter mais complementar.

Quanto à comutação diária, tal processo decorre, em especial, do fato anteriormente exposto e fica evidente quando se observa o intenso fluxo populacional que se estabelece diariamente entre as duas cidades, em ambos os sentidos. Tal mobilidade é verificável pela intensidade do tráfego na BR 242, rodovia que liga Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, bem como pelos números de venda de passagens nas estações rodoviárias das urbes analisadas.

Ao examinarem a relação rede-território no Oeste da Bahia com base nos fluxos que se estabelecem desde Luís Eduardo Magalhães, Delgado e Alves (2010) apontam a existência de fortes vínculos espaciais entre as sedes municipais que capitaneiam o processo de reestruturação produtiva da região. Os autores tomam como base para o estudo citado os deslocamentos diários de veículos de carga de grãos em caminhões e de passageiros em ônibus intermunicipais que partem de Luís Eduardo Magalhães com destino a outras nucleações urbanas, entre as quais Barreiras.

Para Delgado e Alves (2010, p. 111), a fluidez territorial que se estabelece de modo mais significativo entre essas principais cidades do espaço luminoso formado pelo processo de modernização agrícola nos cerrados baianos resulta “[...] das estratégias dos atores hegemônicos construindo a sua territorialidade”. Em outras palavras, tais agentes, por meio da sua ação empreendedora, provocam mobilidades humana e de capital (na forma de *commodities*, principalmente). Por sua vez, tais deslocamentos conformam feixes de fluxos mais intensos e duradouros entre as cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães.

Ainda tendo o fluxo diário de passageiros como objeto de análise, pesquisas diretas realizadas nas estações rodoviárias de ambas as cidades em exame revelam que a venda de passagens de Barreiras para Luís Eduardo Magalhães corresponde a quase 59% do total de bilhetes comercializados na primeira cidade citada com destino às demais do Oeste Baiano que estão localizadas em um raio igual ou inferior a cem quilômetros de distância¹. No sentido inverso, as passagens vendidas atingem um percentual de 56% do total, levando-se em conta as mesmas características anteriormente apontadas.

Há que se considerar ainda que outras cidades oestinas, possivelmente, estariam aptas a compor uma futura aglomeração urbana que tenha, no binômio Barreiras-Luís Eduardo Magalhães, o seu núcleo principal. Cidades como Angical, Catolândia, Cristópolis, Riachão das Neves e São Desidério possuem estreitas relações com as primeiras citadas, notadamente com Barreiras. Por outro lado, dada a pouca distância a ser percorrida diariamente, Barreiras é cidade-dormitório para um considerável quantitativo de profissionais que atuam em serviços especializados ou no funcionalismo público nessas cidades onde o principal centro urbano do Oeste Baiano exerce maior centralidade.

Por outro lado, é importante salientar que, se pelo atual estágio de complexidade funcional atingido e com uma economia cada vez menos dependente do setor primário, Barreiras já não pode ser considerada uma típica cidade do agronegócio, Luís Eduardo Magalhães, ao contrário, comporta resultados econômicos que são amparados, em grande medida, pela produção e comércio de *commodities*, um elemento do mercado de capitais caracterizado pela grande oscilação de preços.

¹ Essa é a distância máxima, em números arredondados, entre a cidade de Barreiras e as demais para as quais as empresas viárias deslocam de três a mais ônibus por dia. São elas: Angical, Baianópolis, Cristópolis, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério, além de Salvador e Brasília, que, por motivos óbvios, não foram aqui consideradas.

Neste sentido, é preciso advertir que a manutenção e ampliação dos expressivos resultados econômicos de Luís Eduardo Magalhães estão ligadas de modo seminal aos ditames da política e economia internacionais. Isto afetará as condições futuras do mercado interno da cidade, repercutindo, por sua vez, nas possíveis transformações da sua centralidade. Assim, por força das incertezas que são próprias do mercado internacional de *commodities*, o cenário aqui apontado como tendência pode não se confirmar.

Para (não) concluir, uma agenda de pesquisa

Como afirmado alhures, este escrito não manifesta a constatação de um fato geográfico consolidado. Ao contrário, busca traçar os prolegômenos do possível cenário de formação de uma aglomeração urbana na rede constituída pelas cidades da Bahia, em especial de um fragmento dessa trama localizado no Oeste Baiano que tem em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães os núcleos irradiadores desse processo.

Por ser esta uma análise especulativa, há que buscar os meios para monitorar as tendências aqui apontadas (além de outras tantas que podem ser reveladas). Para tanto, é fundamental promover o desenvolvimento de uma metodologia que permita oferecer subsídios ao exame da tendência aqui esboçada, bem como analisar os processos de formação e consolidação do ente geográfico em tela. Tal metodologia deve levar em conta a possibilidade da sua replicação a outros casos da realidade estadual e nacional.

Assim, algumas propostas de estudo devem figurar como partes constituintes de uma ampla agenda de pesquisa que permita, por meio da análise integral das constatações daí advindas, confirmar ou refutar as especulações aqui esboçadas. Desta forma, é crucial considerar:

- a. a análise da gênese da atual rede urbana regional e as vinculações que esta possui em uma lógica multiescalar;
- b. a identificação dos diversos circuitos espaciais de produção e de círculos de cooperação em escala interurbana;
- c. o exame da intensidade dos fluxos populacionais diários entre as cidades, considerando a quantidade de deslocamento, mas, principalmente, as motivações para tal;
- d. do mesmo modo, a realização de um exame da intensidade dos fluxos informacionais existentes entre os centros urbanos, tais como transações bancárias e ligações telefônicas, por exemplo;
- e. a análise do papel que as demais cidades, próximas e articuladas às urbes em exame, desempenhariam nesse fragmento de rede urbana, levando-se em conta as possibilidades de rompimento da relação fortemente hierarquizada que atualmente mantém, principalmente, com Barreiras.

Assim, por meio da análise sistemática dos indícios aqui apontados, que revelará as características da comutação diária entre as cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, forjada pela crescente relação de complementaridade das funções exercidas pelas urbes em tela, é

plenamente possível a constatação, em um futuro próximo, da existência de um processo dinâmico que resultará no surgimento de uma aglomeração urbana no Oeste Baiano, que contará ainda com a inclusão dos municípios de São Desidério, Angical, Riachão das Neves, Cristópolis, Baianópolis e Catolândia.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ignez Pitta. *Barreiras, uma história de sucesso*. Barreiras: Cangraf, 2005.
- BAHIA. Constituição (1989). *Constituição do Estado da Bahia*. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 2005.
- BAHIA. Decreto nº 12.021, de 23 de março de 2010. Aprova o Regimento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR. *Diário Oficial do Estado*, Salvador, 2010.
- BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. Um território indiferenciado dos sertões: a geografia pretérita do Oeste Baiano (1501-1827). *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 29, n. 1, p. 47-56, 2009.
- _____. A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do “Além São Francisco” (1827-1985). *GeoTextos*, Salvador, v. 6, n. 1, p. 35-50, 2010.
- BRASIL. Constituição 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- CENSO DEMOGRÁFICO 1970: Bahia. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.
- CENSO DEMOGRÁFICO 1980: Bahia. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.
- CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL 1991: Bahia. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2000: Bahia. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- DAVIDOVICH, Fany Rachel; LIMA, Olga Maria Buarque de. Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 37, n. 1, p. 50-84, 1975.
- DE AMBROSIS, Clementina. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. In: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIAS LIMA (SP) *Estatuto da cidade*. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima, 2001. p. 163-174.
- DELGADO, Juan Pedro Moreno; ALVES, Rodrigo Almeida. Relações rede-território na região Oeste do estado da Bahia. In: FONSECA, Antônio A. M da; BRITO, Cristóvão; LÉDA, Renato L. M. (Org.). *Dinâmica da reestruturação do espaço local e regional no estado da Bahia*. Salvador: JM Editora, 2010. p. 89-118.
- DIAS, Patrícia Chame; ARAÚJO, Mayara Mychella Sena. Bahia: Antigos processos, novas dinâmicas e a consolidação de centros tradicionais. In: PEREIRA, Rafael Henrique Moraes; FURTADO, Bernardo Alves (Org.). *Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces*. Brasília: IPEA, 2011. p. 183-223.
- ELIAS, Denise. Redes agroindustriais e produção do espaço urbano no Brasil agrícola. In: SILVA, José Borzachiello; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise (Org.). *Panorama da geografia brasileira 1*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 221-238.
- FONSECA, Antônio A. M. da; SILVA, Ozana R.; VIEIRA, Vanessa da S. Gênese e dinâmica do município de Luís Eduardo Magalhães/BA. In: FONSECA, Antonio A. M da; BRITO, Cristóvão; LÉDA, Renato L. M. (Org.). *Dinâmica da reestruturação do espaço local e regional no estado da Bahia*. Salvador: JM Editora, 2010. p. 121-154.

GEORGE, Pierre. *Geografia urbana*. São Paulo: Difel, 1983.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. *Redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste*. Brasília: IPEA, 2002. 263 p. (Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, v. 4).

JUNGES, Maria Dania. *O município e a saga dos pioneiros*. Luís Eduardo Magalhães: Prefeitura Municipal, 2004.

MOTTA, Diana Meirelles da; AJARA, Cesar. Configuração da rede urbana do Brasil. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 100, p. 7-25, 2001.

MOTTA, Margarida Cunha de Miranda. *Agglomerados da Bahia de 1980 a 2000*. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/bahia_sintese/xls/povoados_bahia/tab_povoadosba_02.xls>. Acesso em: 21 fev. 2012.

PENIDO, João. Luís Eduardo corre para ultrapassar Barreiras. *Diário do Oeste*, Luís Eduardo Magalhães, n. 16, p. 3-4, 30 mar. 2011.

REOLON, Cleverson Alexander. *A aglomeração urbana da soja: Cascavel e Toledo no contexto da metropolização na região oeste paranaense*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio)- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, PR, 2007.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS FILHO, Antonio Muniz dos Santos; RIOS FILHO, Jorge Ney Valois. Segregação residencial no oeste baiano: o planejamento urbano no município Luís Eduardo Magalhães. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 19, n. 3, p. 747-758, 2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Referenciais para a análise da dinâmica urbana do estado da Bahia 1998-2008: relatório II*. Salvador: SEI, 2010. 122 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CENTRALIDADE URBANA, CONFIGURAÇÃO REGIONAL E NEXOS ENTRE DETERMINAÇÕES ECONÔMICAS E CONTINGÊNCIAS POLÍTICAS

*Renato Leone Miranda Léda**

INTRODUÇÃO

Como interpretar as relações entre cidades, sobretudo pequenas e médias, rede urbana e região, no período atual, nesta segunda década do século XXI, nas condições particulares do Brasil, e ainda mais da Bahia, para além dos modelos de análise ancorados nos princípios de centralidade, de funcionalidade e de mercado?

Não se trata de retomar os questionamentos das teorias de localização de inspiração neoclássica, nem de simplesmente resgatá-las em suas relativas utilidade e atualidade para dar conta de certos processos de organização do espaço, esforço já empreendido e bem desenvolvido na literatura geográfica brasileira, sob diferentes matizes (CORRÊA, 1982, 1997, 1999; SANTOS, 1979, 1999; SILVA, 2010; SPOSITO, 2007).

A discussão tem início com a busca dos nexos entre elementos, processos e contradições inerentes à dinâmica das relações cidade–rede–região e questionamentos sobre o que essas relações revelam a respeito das espacialidades contemporâneas, considerando, para isso, a retomada, muito breve, de alguns princípios que embasam a sua interpretação geográfica, sob um viés crítico. Em seguida, a discussão direciona-se à tentativa de interlocução com contribuições teóricas que, a despeito de distintas, convergem para o embasamento de uma leitura que enfatiza o sentido político da relação cidade–região.

O pressuposto básico dessas reflexões refere-se ao entendimento das redes urbanas e de suas dinâmicas como uma das expressões mais significativas dos arranjos espaciais do capitalismo contemporâneo e de suas reestruturações na história recente e que, portanto, devem ser interpretadas como parte de uma totalidade social complexa e contraditória. Tais dinâmicas e arranjos seguem determinações gerais emanadas da lógica de acumulação de capital e obedecem a comandos oriundos de centros de decisão situados em esferas superiores das hierarquias de poder do mundo globalizado (CORRÊA, 1999; SANTOS; SILVEIRA, 2008), mas, por outro lado, assumem formas e conteúdos particulares no contexto histórico

* Pós-doutor pela Universidade Federal Fluminense (UFF); doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). renatoleda@uol.com.br

e geográfico específico em determinadas áreas ou recortes do território, considerando ainda o decisivo papel do Estado nacional como escala de mediação entre os diferentes níveis de ordenamento espacial.

Assim, o texto está organizado de modo que a discussão se inicia com a retomada de alguns aspectos teóricos considerados essenciais a respeito do tema em foco, passando pela tentativa de explorar determinadas conexões analíticas retiradas de contribuições de autores que se propõem a refletir sobre a espacialidade do capitalismo no Brasil em sua dimensão urbana e regional, convergindo, ao final, para uma leitura que enfatiza as relações entre espaço, poder e recortes territoriais e, mais especificamente, as propostas de instituição de regiões metropolitanas em torno de cidades porte médio, com base nos conceitos de “projeto regional de poder” e “arena política”.

CENTRALIDADE, REDES E REGIÕES: DETERMINAÇÕES SISTÊMICAS

Para estabelecer um ponto de partida pertinente para tratar a questão, julga-se apropriado retomar o que Milton Santos, já em 1979, apresentava como uma proposição inovadora no contexto da geografia brasileira da época, sobre os parâmetros a serem considerados na análise concomitante dos processos de urbanização e organização espacial nos países sub-desenvolvidos, e apontava como fatores decisivos para a explicação da urbanização, destacando aqueles que envolvem a dinâmica social da produção e as formas geográficas que tal dinâmica assume a cada momento nas relações entre cidade, rede e região, sob o prisma da divisão do trabalho. Entre tais fatores cabe enfatizar aqui

[...] a criação e retenção local do valor adicionado, a capacidade local para guardar uma maior ou menor parcela da mais-valia gerada, o grau de redistribuição da renda entre os produtores, os efeitos diretos ou indiretos da modernização sobre a política, a sociedade, a cultura e a ideologia. (SANTOS, 1979, p. 38).

Em outras palavras, poder-se-ia definir que a espacialidade do modo de produção capitalista, as formas materiais que cria e os fluxos que promove perfazem uma dinâmica de concentração e dispersão num constante e instável processo de produção de espaços desigualmente dotados de infraestruturas e outros atributos socioeconômicos. No âmbito de um modelo urbano-industrial correspondente ao paradigma fordista dominante na segunda metade do século XX, a espacialidade capitalista assumiu uma forma que combinava tendências opostas e complementares de concentração metropolitana, de um lado, e de relativa dispersão ou desconcentração (concentrada) de outro, que marcaram a formação e o desenvolvimento das redes urbanas hierarquizadas no período. Os nexos mais gerais entre divisão do trabalho, espacialidade capitalista, redes urbanas e diferenciação regional derivam, essencialmente, do fato de que as trocas representam

[...] não apenas vínculos estabelecidos entre produtores de mercadorias dispostos geograficamente em diferentes lugares, mas, antes de tudo, a fixação de laços entre trabalhadores assalariados sob a iniciativa de diferentes capitais em espaços distintos [e que as] [...] trocas de mercadorias – bens e serviços, incluindo a força de trabalho –, estão quase sempre vinculadas às transformações de localização, criando com isso, um conjunto de interações de movimentos espaciais atrelados a uma geografia peculiar das relações humanas, (BALANCO; PINTO; BUSATO, 2006, p. 14).

Nesse contexto de produção de configurações espaciais, no qual as esferas da produção e da circulação encontram-se reunidas, o papel intermediário e de intermediação das cidades médias é uma característica forte de seu perfil na rede urbana brasileira (sediar empresas comerciais atacadistas e varejistas com a específica função de distribuição da produção industrial para uma área de mercado regional). Numa economia em processo de reestruturação e mundialização, o desenvolvimento das redes urbanas (por seu conteúdo social e técnico) e o papel de intermediação das transações nos setores de comércio e serviços que, de modo geral, as cidades médias cumprem no atual contexto, estão estreitamente associados à expansão dos horizontes geográficos da acumulação, sobretudo em razão “[...] da força que as grandes corporações possuem para viabilizar o alargamento dos contextos” (TREVISAN, 2007). Esse processo de desenvolvimento mobiliza uma série de outros agentes econômicos, como o caso de firmas pequenas e médias a elas associadas/subordinadas, numa estratégia de atuação em rede que permite a capilarização dos negócios e as operações das grandes firmas em mercados regionais ou sub-regionais.

Do ponto de vista da relação entre rede urbana e divisão territorial do trabalho, a tendência é a dissociação entre o lugar de decisão e comando e o lugar da produção industrial como afirma Sposito (2007). Fazendo um paralelo, guardadas as devidas especificidades, a presença cada vez mais ostensiva das grandes redes nacionais ou transnacionais de lojas e hipermercados nas cidades médias denuncia também um possível reordenamento do papel das elites ou burguesias mercantis locais – em referência à proposta de Corrêa (2007) de que um dos elementos para o quadro teórico de análise das cidades médias é a origem e a natureza da elite empreendedora e de sua possível expressão política em caráter regional.

Para além da estruturação de uma rede urbana perfeitamente hierarquizada e “equilibrada”, como corolário do pressuposto clássico ou neoclássico da liberdade de mercado e da concorrência perfeita (CAVALCANTE, 2002), as possibilidades de conexão em rede entre cidades de diversos estratos de porte demográfico tendem a crescer exponencialmente nas condições técnicas da globalização que permitem “[...] uma simultaneidade de comunicação ou uma rede intrincada de relacionamentos, rompendo as estritas hierarquias” (DAMIANI, 2006 p. 136). Isto se verifica, sobretudo, na esfera das relações comandadas pelos agentes financeiros em sua miríade de transações eletrônicas.

Assim, para além das interpretações que ressaltam a importância da distância (proximidade, contiguidade) e dos custos de transporte na relação entre cidade e região de influência, na qual as infraestruturas viárias e os fluxos de pessoas e mercadorias projetam um arranjo geográfico convencionalmente zonal, há de se considerar, cada vez mais, que o uso sistemático dos aparatos eletrônicos da informática e telemática relativiza a importância da proximidade e da contiguidade e redefine as relações mais pelo princípio da conectividade, caracterizando “[...] formas contemporâneas de organização espacial das atividades econômicas ligadas ao comércio de bens e serviços como parte de um processo de concentração econômica que se acompanha de desconcentração espacial” (SPOSITO et al., 2007, p. 45).

As redes são estruturadas e mobilizadas visando atender os objetivos dos agentes econômicos, que modificam certos atributos do espaço conforme as constroem e/ou as utilizam para realizar suas atividades. Por outro lado, as redes geográficas são constituídas de pontos ou nós, lugares distribuídos sobre o território, conectados através de linhas e fluxos variados. A integração funcional entre os lugares é a razão de ser das redes. Quanto maior sua densidade e grau de organização, maior será sua eficiência do ponto de vista da redução relativa das distâncias no que se refere a tempo de circulação das mercadorias, das informações, dos comandos no gerenciamento dos negócios e, sobretudo, da redução do tempo de “giro do capital”. Este último é considerado um dos princípios que guia as trocas e a circulação de bens e serviços, bem como a produção de estruturas espaciais que exigem, contraditoriamente, mais vultosas somas de capital fixo “arraigado à terra” e concentrado geograficamente (HARVEY, 2007) para que os fluxos econômicos sejam viabilizados. Essa busca incessante do tempo mais curto para a realização das transações mercantis, seja sob a forma de deslocamento de mercadorias (bens tangíveis), da circulação financeira ou de informação, é um fato crucial do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo e se evidencia pela crescente importância das redes de transportes e de comunicação para a concretização das relações comerciais. Por outro lado, essa “necessidade” de fluidez deve ser relativizada e contextualizada, pois, tal como se apresenta no mundo contemporâneo, a exacerbação da fluidez e da velocidade da circulação de informações, mercadorias e do dinheiro impõe-se como uma “necessidade” muito mais premente para os agentes econômicos que lidam diretamente com a lógica da valorização do capital e do lucro, do que para a população em geral, e os trabalhadores em particular, cujas condições de reprodução social estão submetidas a uma desigual capacidade de acesso às redes, o que redefine o próprio significado da fluidez para uns e outros, como Milton Santos (1996) alerta ao contrapor tempos/homens rápidos e lentos, na *Geografia das Redes*.

Essas indicações teóricas sugerem um princípio de análise da relação das pequenas cidades nas redes urbano-regionais comandadas por centros médios do ponto de vista da articulação desigual das economias locais como uma situação geográfica (SILVEIRA, 1999) que pode ser definida como um encontro ou combinação contraditória de formas de apropriação e valorização dos lugares. Ou seja, um recurso de método que permite abordar um conjunto de lugares articulados em rede numa escala regional como recorte espaço-temporal, um

“momento” provisório, com um determinado conjunto de atributos sociais, econômicos, técnicos, passíveis de descrição e análise, mas cuja interpretação e verdadeira significação somente podem ser alcançadas se devidamente inserido no fluxo de eventos históricos e de processos socioespaciais de maior abrangência do qual faz parte. Essas indicações abrem caminho para uma aproximação ao contexto empírico da análise da atuação das forças econômicas hegemônicas, como a das grandes firmas, em mercados regionais ou sub-regionais, mesmo naqueles espaços periféricos que se caracterizam por limitações quanto ao pequeno volume da demanda, menor densidade técnica e de capital incorporado nas infraestruturas de transportes e comunicações e níveis relativamente baixos de poder aquisitivo da população, como de modo geral ocorre no interior da Bahia e em particular na região de influência de cidades como Vitória da Conquista. Esta cidade, nesse caso, representa o espaço – lócus – onde diversas empresas de variados portes e origens buscam estabelecer estruturas de suporte para suas operações e acessar um mercado regional extenso, mesmo que limitado por aquelas condições econômicas restritivas mencionadas. Assim, como polo comercial e de prestação de serviços, a cidade é identificada como um centro urbano regional de “ordem 1” segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2001) ou como “Capital Regional B” na classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008), sede de um número significativo de estabelecimentos que atuam para atender a demanda dessa região de influência urbana. Cabe ressaltar, com base nos dados da REGIC 2007 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008), que essa é a maior região em população e número de cidades articuladas (97) e também a que possui maior Produto Interno Bruto (PIB) total (embora menor PIB per capita) entre as regiões polarizadas pelas cidades de hierarquia equivalente no estado da Bahia, respectivamente Feira de Santana e Ilhéus–Itabuna (CALDAS; SOUZA, 2009).

Há de se considerar que a “produção da regionalidade”, como define Harvey (2005, p. 89) em relação à lógica territorial do poder, é derivada dos “[...] processos moleculares de acumulação de capital no tempo e no espaço”, daí se desdobrando “[...] a competição e a especialização inter-regionais”, configurando uma “coerência estruturada” que está condicionada também aos modos de consumo “[...] geograficamente diferenciados de acordo às concentrações de riqueza e poder [...] O mundo diferenciado do poder do consumidor e as preferências de consumo surge aqui como um importante determinante do desenvolvimento geográfico desigual” (HARVEY, 2007, p. 42, tradução nossa).¹

Em suma, o ponto de vista adotado é o de que as redes urbanas e as particulares configurações regionais que assumem no contexto concreto das economias capitalistas periféricas associam-se, por um lado, aos processos de *homogeneização* – que correspondem à tendência à “igualização” das condições de reprodução do valor, conformando um espaço unificado, nesse sentido, e, por outro, aos encadeamentos de relações mercantis que levam à progressiva integração das economias regionais num espaço unificado do mercado nacional, processo

¹ “[...] geograficamente diferenciados de acuerdo a concentraciones de riqueza y poder [...] El mundo diferenciado del poder del consumidor y las preferencias de consumo entra aquí como un importante determinante del desarrollo geográfico desigual.”

que implica uma integração assimétrica e a subordinação das áreas periféricas aos comandos oriundos dos núcleos dinâmicos hegemônicos. Em face da “contínua oscilação entre a fixação do valor de uso” (diferenciação, regionalização) “e fluidez do valor de troca” (homogeneização, mundialização), como define Smith (1988, p. 217), a rede urbana representa uma “topologia” dos circuitos espaciais da economia² e da divisão territorial do trabalho e esboça um “desenho” das desigualdades espaciais como expressão contraditória das referidas dinâmicas de igualização e diferenciação socioespacial, como indica Miotto (2011) em seu estudo sobre integração econômica e rede urbana.

A adoção dessa perspectiva remete à apreciação das possibilidades de apreensão do encaideamento de nexos entre os determinantes econômicos sistêmicos e as ações políticas contingenciais que decorrem daqueles e, simultaneamente, modificam substancialmente as condições materiais e imateriais de sua efetivação e de sua “geografização” sob a forma de um determinado padrão de distribuição das cidades e configuração de uma rede urbana. Então, o princípio e o entendimento de que a divisão do trabalho é uma “pista” fundamental para o estudo da organização espacial e da urbanização, isto é, um enfoque que “[...] permite incluir na análise todas as variáveis em jogo” tal como expõe Santos (1979, p. 39), coaduna-se com outras perspectivas de interpretação mais recentes, em particular a que o economista Brandão (2007, p. 39) apresenta como “[...] proposta de análise da dimensão espacial do desenvolvimento capitalista”, e que será discutida a seguir.

O referido autor coloca ênfase em abordagens contrapostas às que negligenciam a escala nacional, em favor do binômio global-local e reafirma a necessidade de trabalhar as determinações provenientes das relações de classe, “[...] pesquisadas sob a ótica que revela que a divisão social do trabalho vem se aprofundando recorrentemente em todas as escalas” (BRANDÃO, 2007, p. 53). Cabe então apresentar alguns dos apontamentos mais significativos da sua proposta.

As premissas do autor referem-se a dois aspectos essenciais: “[...] impossibilidade de uma teoria geral do desenvolvimento regional e urbano” (BRANDÃO, 2007, p. 68) decorrente do entendimento de que “[...] as leis de movimento e reprodução [do capital] só podem ser apreendidas em sua realidade histórico-concreta” (BRANDÃO, 2007, p. 68), pois englobam “[...] estruturas, dinâmicas, relações e processos historicamente determinados” (BRANDÃO, 2007, p. 68); e que a divisão social do trabalho deva ser a categoria explicativa da investigação da dimensão espacial do desenvolvimento, uma “categoria mediadora” que “permeia todos os seus processos, em todas as escalas” e permite compreender as heterogeneidades, hierarquias, especializações, “intra e interescalas”.

² Um circuito espacial envolve diversas empresas e ramos e, também, diversos níveis (local, nacional, internacional). Há uma topologia da empresa, enquanto há uma topologia do circuito – e dos círculos de cooperação. Isso significa que o circuito permite agregar a topologia de várias empresas em um mesmo movimento; mas, ao mesmo tempo, permite captar uma rede de relações que se dão ao longo do processo produtivo, atingindo uma topologia que abrange uma multiplicidade de lugares e de atores. Ou seja, círculo espacial e topologia de uma empresa poucas vezes se superpõem plenamente, poucas vezes se confundem, a menos que se trate de uma única empresa comandando todas as atividades (ARROYO, 2006).

Sugere, então, que a análise do movimento desigual da acumulação de capital no espaço requer a verificação conjunta dos processos de *homogeneização*, *de integração*, *de polarização* e *de hegemonia* nos recortes territoriais. Esses conceitos, adverte, devem ser formulados em planos teóricos distintos, fruto que são de determinações diversas, e sua devida articulação analítica requer atenção, pois a “[...] passagem de um para outro envolve necessariamente inúmeras mediações teóricas que estão por ser construídas” (BRANDÃO, 2007, p. 40). Pode-se resumir a definição dos quatro processos da seguinte forma:

- a. *homogeneização* – movimento universal e unificador do capital no sentido de criar condições básicas para o “[...] valor se valorizar em termos absolutos e universais [...] arrebatando os espaços mais remotos a um único domínio [...]” (BRANDÃO, 2007, p. 72) abrindo horizontes e dispondo espaços para a valorização capitalista mais ampla³;
- b. *integração* – movimento de imposição da dinâmica coercitiva da concorrência que promove o enredamento dos espaços sociais, por meio de fluxos e trocas econômicas, processo contínuo por meio do qual as “[...] regiões aderentes, serão engolfadas em adaptações recíprocas, com intensidades e naturezas diversas” (BRANDÃO, 2007, p. 77) e que implica maior interdependência e concorrência inter-regional sob o comando de formas superiores de capital, alterando as formas de integração dos circuitos produtivos com a articulação de mercado em escala nacional e o aprofundamento da divisão inter-regional do trabalho;
- c. *polarização* – o desenvolvimento das forças produtivas gera polaridades – “campos de forças” – desigualmente distribuídas no espaço, estruturas de dominação fundadas na assimetria e reforçadas pela inércia do capital fixo concentrado espacialmente onde atuam as forças de aglomeração e de economias de escala, de proximidade e de meios de consumo coletivo presentes nos núcleos urbanos centrais; e,
- d. *hegemonia* – âmbito político por meio do qual se põe a equação entre a heterogeneidade e a integração dos diversos recortes geográficos (regionais, locais) perante a correlação de forças numa nação, tendo em vista o direcionamento da ação do Estado; tal processo “forja um bloco histórico” e mobiliza variados arranjos políticos por meio de uma “aliança de classes de longa duração”, com capacitação política de dar coesão e unidade a forças heterogêneas, mitigando/contornando suas contradições.⁴

Mais que uma exposição detalhada da proposta do autor interessa reter alguns de seus significativos desdobramentos para a análise da temática em tela ou, como ele mesmo sugere, encontrar as “pistas para a pesquisa urbano-regional”: mapeamento do complexo de localizações, de movimentos, de redes (direção e sentido), de fluxos (origens e destinos) e de nós

³ “O processo de homogeneização está posto teoricamente a partir das determinações mais simples, do capital em geral, sem que se ponha a pluralidade dos capitais, a concorrência. É o capital impondo suas determinações mais gerais e imanentes, buscando a constituição dos equivalentes gerais, dando unidade à diversidade de relações existentes.” (BRANDÃO, 2007, p. 42).

⁴ A hegemonia cumpre uma função regulatória das contradições entre as frações do bloco no poder e tem de estabelecer uma capacidade de ocultação de conflitos e fissões, de formar determinada “concepção de mundo”, forjando e cristalizando uma relação de forças que determina os limites e condiciona as ações dos subalternos (BRANDÃO, 2007).

(entrelaçamentos) desencadeados/articulados a partir dos centros de decisão hegemônicos (BRANDÃO, 2007). Assim, o principal aspecto a ser retido é o que permite entrever os nexos e encadeamentos de lógicas, processos, estruturas, agentes e estratégias no âmbito de uma “totalidade desigual” na qual se pode inserir e buscar o sentido explicativo das redes urbanas e das formações regionais, simultânea e articuladamente, na confluência de duas dimensões: a da inserção na economia em escalas nacional e global, de um lado, e a das configurações resultantes das ações do Estado e das relações de poder concernentes à gestão do território, de outro, aspecto que será mais detalhado a seguir.

CENTRALIDADE URBANA E SUA PROJEÇÃO REGIONAL COMO TRUNFOS DE PODER? REDE URBANA E REGIÃO CONFORMANDO ARENAS POLÍTICAS

Região e regionalização, configuração e processo estão sempre imbricados ao campo mais geral da dinâmica espacial do capitalismo, mas o pleno significado da questão regional define-se mais precisamente no âmbito do poder político, num plano histórico e geográfico mais específico, que se manifesta, sobretudo, nas “[...] desigualdades territoriais da produção e da renda nacional” (EGLER, 1995, p. 208), o que, inevitavelmente, remete às relações de determinados grupos politicamente organizados na esfera dos subespaços intranacionais em face da centralização político-administrativa do Estado. Nestes termos, as redes urbanas que se conformam em escala regional também se inserem

[...] numa determinada regionalização, enquanto projeção do espaço de atuação do Estado sobre o território, e em diversas formas de regionalismo, enquanto expressão dos ajustes contraditórios [...] desse espaço projetado com a sociedade territorialmente organizada (EGLER, 1995, p. 208).

Nesta perspectiva de análise, deve-se atentar para o papel dos agentes políticos que moldam as regiões enquanto formações socioespaciais, por conta do jogo de interesses que, de alguma forma, sejam referenciados nessas demarcações regionais – classes e frações de classes em suas correlações de forças, que se definem sempre em face às outras esferas e escalas de poder ou, mais amiúde, ao Estado nacional, suas políticas tributárias e de alocação dos gastos públicos.

O recurso à regionalização como estratégia, tanto no sentido mais instrumental de operacionalização das ações governamentais e de descentralização dos aparatos administrativos do Estado, quanto da tentativa de pôr em prática políticas regionais de desenvolvimento e congêneres, representa uma típica forma de mobilização política da dimensão territorial por parte do Estado e que, mormente, implica que a regionalização vincule-se e expresse-se, também, como “reivindicação ou luta” (de caráter territorial) que “[...] encaminha no plano político a influência ou a participação na direção do Estado” (HEIDRICH, 2005, p. 45) de uma classe, coalizão ou grupo social que busca a transformação de seu interesse próprio em inte-

resse público ou geral. Assim, o enfoque político da questão regional quase sempre passa por sua vinculação com o Estado, entrando em jogo suas atribuições político-institucionais de conformar, desfazer e reformular circunscrições e subdivisões espaciais ou ainda alterar-lhes conteúdos sociais e econômicos. Em outras palavras, como resume Becker (2004, p. 15), “[...] as regiões são expressões espaciais e territoriais concretas do Estado-Nação [...]. É nesse processo que se formam as regiões”.

Seguindo as pertinentes indicações de Arrais (2007) em sua investigação intitulada *A Região como Arena Política: um Estudo sobre a Produção da Região Urbana Centro-Goiano*, coloca-se em discussão a possibilidade de estabelecer outros vínculos entre cidade e região que ultrapassem a dimensão da funcionalidade, das infraestruturas, da divisão do trabalho, da circulação dos fatores de produção e dos fluxos, focalizando um possível comprometimento da centralidade urbano-regional como base objetiva e, simultaneamente, pretexto para sustentar e promover um determinado projeto político.

Dessa maneira, para além das bases materiais e dos encadeamentos dos processos socioeconômicos que presidem as relações entre cidades, rede urbana e região, é possível pensar outro conjunto de determinações que, embora vinculadas aos referidos encadeamentos, por outro lado, aproximam a definição de região à de uma *arena política*⁵, um verdadeiro campo de forças que se molda pela injunção dos projetos que representam as forças sociais dominantes, ou ainda no embate de diferentes projetos em disputa, e que tem como objeto e meio de expressão um determinado recorte regional que não é fixo, mas passível de reformulações; uma arena política que também se delinea no confronto de determinadas representações acerca da sociedade e do espaço, em busca de legitimação, assim como de determinadas ações e estratégias que buscam traçar cenários institucionais mais favoráveis à reprodução de determinados grupos no poder.

Essa perspectiva de interpretação assenta-se no entendimento de que, como afirma Arrais (2007, p. 84):

[...] a região reúne condições objetivas que despertam o interesse de diversos atores sociais que se projetam na região, daí sua vinculação direta com o conceito de projeto regional, que é, em outras palavras, a regionalização das relações políticas dos atores hegemônicos na região. O projeto regional é o projeto hegemônico onde os atores não hegemônicos aparecem como homogeneizados. As condições objetivas são dadas pelas particularidades da polarização, centralizando recursos e poder. O palco pode ser ao mesmo tempo onde o conflito ocorre e objeto desse mesmo conflito, isso porque o onde e

⁵ Conforme a feliz definição de Arrais (2007, p. 80), a “[...] palavra arena, despojada dos aspectos ligados à alegoria da violência e do sadismo [como na Roma Antiga], parece atraente, na proporção em que ilustra um jogo de tensões entre atores sociais com poder diferenciado na cena política [...]. O sentido da arena é o de um campo de forças, embates, circunscritos a uma determinada área que qualificamos de região. São as relações sociais entre os atores sociais que qualificam a arena, e não o contrário [...]”

o objeto são componentes inerentes à própria produção da região. É onde se produz e também onde se materializa a história de uma produção de relações de poder polarizadas nas cidades. A polarização, assim entendida, passa a ser um “trunfo de poder”.

É dessa forma que se pode transitar para uma reflexão sobre situações que se esboçam, ao menos conjuntamente, neste início da década de 2010, levando em conta algumas movimentações que assumem caráter eminentemente territorial e regional, e que expressam ou atualizam as premissas apontadas, quais sejam as da região como expressão da problemática relação entre sociedade local e poder central e a região como arena política.

Propostas como as de criação de novos estados, com base na transformação de uma região em uma entidade federativa, com suas prerrogativas constitucionais específicas, implicariam a elevação do grau de poder territorial das forças econômicas aí dominantes. Como afirma Cataia (2007, p. XX), a respeito da importância das fronteiras diante da compartimentação política interna dos territórios nacionais, especialmente em países de organização federativa como o Brasil, “[...] as diferentes legislações (tributárias, fiscais, ambientais etc.) só existem porque as fronteiras internas circunscrevem espaços políticos com poder para legislar”. E esse poder será mobilizado, sempre que possível, para criar ou aprofundar cenários institucionais mais conformes a certas frações do capital e/ou certos sujeitos sociais específicos, como se evidencia na criação dos novos estados em certas regiões que abrigam processos produtivos mais articulados às cadeias globais de valorização do capital e, por essa razão, também mais suscetíveis às oscilações e pressões do mercado internacional, o que engendra motivações ligadas à reprodução de poderes regionais que dariam sustentação institucional às políticas dos subespaços.

Da mesma forma, respeitadas as devidas diferenças de conteúdo jurídico e de escala, pode-se, então, buscar interpretar determinadas propostas de cunho político-institucional que tomam como referência recortes regionais configurados com base na centralidade urbana para expressar mais concretamente a pertinência dos pontos de vista aqui adotados.

PROPOSTAS DE REGIÕES METROPOLITANAS: PROJETOS REGIONAIS DE PODER EM GESTAÇÃO? UMA NOTA CONJUNTURAL EM RELAÇÃO A VITÓRIA DA CONQUISTA

Nesta última seção, busca-se discutir empiricamente a premissa da região como arena política, como uma pista para o entendimento de propostas de instituição de regiões metropolitanas em torno de cidades porte médio, tomando o exemplo do debate sobre a criação da Região Metropolitana de Vitória da Conquista apresentada sob a forma de Projeto de Lei Complementar nº 101/2011 na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia⁶ (BAHIA, 2011). Este será abordado com o estrito propósito de um exercício preliminar de interpretação quanto ao significado geográfico e político de propostas semelhantes que, no entanto, apresentam, em cada caso,

⁶ Projeto de Lei apresentado pelo Deputado Marcelino Gallo em 16 de maio de 2011.

conteúdos e configurações espaciais específicos e estão situadas em contextos regionais muito diferentes, tais como os projetos de criação das regiões metropolitanas de Uberlândia (MINAS GERAIS, 2011), Marabá (PARÁ, 2010) e Ribeirão Preto (SP) (REGIÃO METROPOLITANA DE RIBEIRÃO PRETO, 2012) ou, ainda, a recente aprovação da lei que institui a Região Metropolitana de Feira de Santana (BAHIA, 2012).

De acordo com o Projeto de Lei, a Região Metropolitana de Vitória da Conquista (RMVC) será constituída pelo agrupamento de 39 municípios⁷ referenciados à posição de centralidade urbana da “metrópole” conquistense. Na prática, a delimitação geográfica da RMVC coincide exatamente com a Região Econômica do Sudoeste da Bahia, cujas características espaciais, demográficas e urbanas, à primeira vista, não se enquadrariam exatamente no que se concebe como uma região metropolitana, pois, na área considerada, prevalece a dispersão (e não a concentração) da população urbana, que se encontra distribuída em cidades de médio e pequeno porte separadas entre si por grandes extensões físico-territoriais onde escasseiam ou praticamente inexistem elementos que tipifiquem assentamentos urbanos minimamente adensados e muito menos a identificação de espaços (ou manchas) urbanos contínuos. Entretanto, não é nosso objetivo esmiuçar dados demográficos e geoeconômicos, nem tampouco julgar a validade da proposta com base em tais análises, até porque as definições legais em vigor não estabelecem critérios rigorosos para proceder tal avaliação técnica como condição prévia para a discussão política⁸.

O que se pretende é principiar a discutir o significado de projetos de teor semelhante com base na premissa teórica da região como arena política, considerando essencialmente correto, a princípio, o argumento principal que o sustenta, ou seja, o relevante papel de distribuição regional de bens e serviços e de polarização/centralidade que Vitória da Conquista exerce.

Ora, os argumentos arrolados no projeto formalizado, o destaque dado à iniciativa do atual prefeito de Vitória da Conquista como uma espécie de fiador da proposta, e os insistentes apelos favoráveis de empresários e políticos locais, a despeito das ponderações críticas e advertências de técnicos e pesquisadores, indicam a prevalência dos elementos constitutivos de um possível projeto regional de poder em gestação.

Em artigos publicados em canais de mídia eletrônica, no decorrer do segundo semestre de 2011 (BLOG DO WAL CORDEIRO, 2011a, 2011b), é possível observar que a tônica dos que defendem o projeto é basicamente a mesma: parte-se da constatação de que a cidade de Vitória da Conquista apresenta características de expressivo contingente demográfico e de economia urbana marcada por acelerado dinamismo e concentração comercial e de serviços em face do seu entorno regional, para a inferência de que tais atributos definem uma

⁷ Vitória da Conquista, Anagé, Barra do Choça, Belo Campo, Boa Nova, Bom Jesus da Serra, Caatiba, Caetanos, Cândido Sales, Caraibas, Cravolândia, Encruzilhada, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Irajuba, Itambé, Itapetinga, Itaquara, Itarantim, Itiruçu, Itororó, Jaguaquara, Jequié, Lafayette Coutinho, Lagedo do Tabocal, Macarani, Maiquinique, Manoel Vitorino, Maracás, Mirante, Nova Canaã, Planaltino, Planalto, Poções, Potiraguá, Ribeirão do Largo, Santa Inês e Tremedal.

⁸ Existe uma variedade de parâmetros de análise e classificação espacial a ser considerada/selecionada e, por outro lado, uma problemática insuficiência ou inadequação de definições juridicamente estabelecidas quanto a critérios de definição de “região metropolitana” e de outros conceitos em discussão no âmbito do planejamento urbano-regional, como as chamadas aglomerações urbanas (MATOS, 2000).

“realidade metropolitana” e justificam, quase que por si mesmos, a “necessidade” de criação dessa instância regional. Tal entendimento é reforçado por considerações tais como “[...] a autonomia municipal muitas vezes tem contribuído para cristalizar um modelo de desenvolvimento excludente [...] [e pela expectativa de] grandes vantagens políticas e econômicas” (CORDEIRO, 2011) que a instituição da RMVC trará em razão do acesso a “mais verbas federais para os municípios integrados” em programas específicos em setores como segurança, saneamento, transportes e outros que priorizariam essas unidades territoriais de gestão em detrimento de municípios isolados, sobretudo aqueles com menos de 20 mil habitantes que, nessa condição, têm menor capacidade de captação de verbas.

Nesse sentido, observa-se que o prognóstico de benefícios socioeconômicos atingindo um amplo contingente populacional é recorrente em projetos da mesma natureza apresentados em outros estados da Federação, os quais primam por destacar as virtuais mudanças favoráveis à obtenção e racionalização dos recursos públicos e ao desenvolvimento econômico e social em geral. Apreciações desse tipo constam da justificativa do Projeto de Lei em foco, por exemplo: “[...] com a transformação de Vitória da Conquista e municípios vizinhos em REGIÃO METROPOLITANA DE VITÓRIA DA CONQUISTA – RMVC, mais de 2 milhões de pessoas serão beneficiadas” (BAHIA, 2011, p. 9).

Refletindo, porém, as dissensões inerentes a qualquer debate político, outros parlamentares estaduais eleitos no âmbito da região Sudoeste questionam o projeto, apontando, por exemplo, sua inconsistência técnica e a inadequação do “rótulo” de metrópole ao caso de Vitória da Conquista, sugerindo outras políticas para fortalecimento de sua “vocalização” como “capital regional” (ZÉ RAIMUNDO, 2011). Outros ainda se opõem porque rejeitam cabalmente a inclusão de Jequié na RMVC, por entenderem que isso desrespeitaria a “independência” econômica e política do município, deixando transparecer também que isso implicaria uma conseqüente (e inaceitável) subordinação desta cidade em relação a Vitória da Conquista (CIA DA NOTÍCIA, 2011). Tal manifestação poderia, sem dúvida, ser anotada como um princípio de conflito de caráter territorial, que poderá ou não ter desdobramentos futuros.

Sem entrar nos meandros particulares de tais disputas, a proposição de uma região metropolitana abrangendo tantos municípios e centros urbanos distantes entre si e, especificamente, a inclusão de Jequié na Região Metropolitana de Vitória da Conquista contestada, sobretudo, por políticos que têm sua base geográfica de representação referenciada na primeira, além de demonstrar o potencial de conflito inerente a esta operação de cunho político-territorial, pelo valor dos elementos que mobiliza e pelas implicações dos seus recortes geográficos, remete à necessária consideração de dados mais objetivos registrados numa longa série de estudos de regionalização que apontam Jequié e Vitória da Conquista como centros de sistemas urbano-regionais diferentes e individualizados. Basta lembrar, malgrado as diferenças metodológicas e técnicas das pesquisas, o pioneiro estudo intitulado *Zonas de Influência Comercial no Estado da Bahia*, de 1958, no qual Milton Santos identifica oito “regiões urbanas”, entre elas as de Jequié e a de Vitória da Conquista ou os resultados recentemente atualizados

pelo estudo Regiões de Influência das Cidades (Regic) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008), onde, também, se conclui que as duas cidades constituem regiões de influência distintas, a despeito de a segunda apresentar níveis de centralidade e de hierarquia urbana superiores em comparação à primeira.

Extrapolando o caso específico da RMVC e observando a recorrência de certas formulações presentes em projetos semelhantes já mencionados, julga-se pertinente afirmar que se está diante de iniciativas que, em seu conjunto, podem ser definidas como tentativas, mesmo que embrionárias, de estabelecer uma determinada configuração político-territorial instituída sob a forma de região metropolitana, que resultariam no fortalecimento da centralidade econômica e política da capital regional. Por meio de tal expediente e no decorrer de sua efetivação, os atores sociais hegemônicos, notadamente empresários e líderes políticos estabelecidos na cidade polo e a ela identificados, formuladores dos discursos proferidos “em nome da região” e de seu “desenvolvimento”, ver-se-iam fortalecidos em sua capacidade de “[...] *influenciar, dominar* ou mesmo *controlar* os recursos que singularizam a região” (ARRAIS, 2007, p. 85, grifo do autor), inclusive aqueles recursos públicos adicionais provenientes da União e que viriam em função da nova região metropolitana.

Essa hipótese também se aplica a outras evidências de mobilização política “regional” em gestação e que podem ser observadas, no caso de Vitória da Conquista, entre elas, o chamado “Movimento Conquista pode voar mais alto”, fundado em 2008 e liderado por empresários do setor de viagens e turismo e que tem como foco específico a reivindicação de um novo aeroporto na cidade sob o argumento de que a precariedade do atual prejudica os negócios e o desenvolvimento econômico regional (BLOG DO WAL CORDEIRO, 2012). Da mesma maneira, o argumento de que a cidade cresceu econômica e demograficamente nas últimas décadas e que constitui um importante polo que atende à demanda de uma extensa região de influência é reiteradamente utilizado para fundamentar os propósitos almejados pelo referido movimento.

Para reforçar e aprimorar a perspectiva do encadeamento analítico apresentado ao longo deste ensaio e a sua pertinência para a interpretação de situações geográficas, urbano-regionais, observadas pelo prisma da conjuntura dos eventos e movimentos da política, devem-se buscar associações e nexos mais estruturais que podem estar efetivamente ou potencialmente atuando. Se as propostas comentadas prenunciam um movimento mais profundo e significativo, este deve ser associado à formação de alianças de classe que, segundo Harvey (2007), fundam e se renovam na perspectiva de estabelecer “padrões de governo” em âmbito regional que devem encaminhar politicamente o enfrentamento de questões básicas, a exemplo do desempenho econômico, da oferta de empregos, serviços de saúde e educação, como condição para lastrear e legitimar a defesa de interesses de classe particulares. Num contexto geral de maior fluidez e exacerbação da competitividade, as classes que geralmente tomam a iniciativa de comandar a “crescente máquina política” em âmbito regional estão vinculadas ao capital fundiário e ao “empresariado urbano” (comerciantes, empreendedores imobiliários e outros) para os quais é fundamental promover coalizões regionais e mobilizar estruturas de

governo dedicadas a “melhorar a força competitiva da região” em face de outras regiões. Em tais movimentações políticas, o sucesso das alianças de classe lideradas pela burguesia local depende muito do apoio popular e da classe trabalhadora para projetos que sustentem o pressuposto de que o fortalecimento econômico da região trará benefícios para todos ou a maioria. Esses movimentos de base territorial são instáveis e provisórios diante da mobilidade do capital e da interface entre o dinamismo interno das regiões e de suas relações externas, envolvendo sempre o poder que o Estado dispõe para “[...] orquestrar a diferenciação e a dinâmica regionais” (HARVEY, 2005, p. 91), por meio de instrumentos diversos.

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

A tentativa de estabelecer os nexos entre determinações estruturais e fatos e movimentos políticos de conjuntura para pensar e investigar, sob novos ângulos, as relações entre centralidade urbana e configurações regionais foi essencialmente motivada pela provocação colocada para debater acerca de alternativas de abordagem do clássico tema cidade-região. Longe de qualquer pretensão de ter alcançado êxito nesse desafio, este ensaio errático, de todo modo, indica a possibilidade de estabelecer cruzamentos entre importantes contribuições científicas que, se consideradas em separado, dão conta de aspectos fundamentais de problemáticas da produção e reprodução sociais dos espaços, das redes e das lógicas hegemônicas que presidem tais processos.

A centralidade urbana e a polarização (econômica, social, espacial), como processos atinentes à geografia do desenvolvimento capitalista e como variáveis de análise regional, devem ser repensadas e problematizadas para além do princípio da coesão funcional que articula cidades em sistemas hierarquizados e estáveis de fluxos econômicos e demográficos, para incorporar as tensões e os desequilíbrios sociais que também expressam a distribuição desigual do poder em forma de redes. O uso político da centralidade e da polarização urbano-regional projeta-se sobre o território e pode configurar hinterlândias com base em compromissos, fidelidades e hierarquias de poder que abrangem desde as conhecidas regionalizações para fins administrativos e de planejamento forjadas pelo Estado até as iniciativas, alianças e coalizões que despontam em movimentos políticos por vezes efêmeros, mas que também podem ter desdobramentos mais duradouros, indicando uma possibilidade a mais para a pesquisa nesse amplo campo temático.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Tadeu Alencar. *A região como arena política: um estudo sobre a produção da região urbana Centro-Goiano*. Goiânia: Vieira, 2007.

ARROYO, Maria Mônica. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In: SPOSITO, Eliseu S.; SPOSITO, M. Encarnação B.; SOBARZO, Oscar. *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 71-85.

BAHIA. Assembleia Legislativa. Projeto de Lei Complementar n.º 101, de 16 de maio de 2011. Dispõe sobre a criação da Região Metropolitana de Vitória da Conquista - RMVC e cria o Conselho de Desenvolvimento e Integração da Região Metropolitana de Vitória da Conquista - CRMVC e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, Salvador, 18 maio 2011. Seção 3, p. 9.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Regulamentação da Lei Complementar n.º 35/2011 que criou a Região Metropolitana de Feira de Santana entra em fase decisiva. Salvador: SEDUR, 8 maio 2012. Disponível em: <<http://www.sedur.ba.gov.br/developimento.urbano.htm>>. Acesso em: 17 maio 2012.

BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; BUSATO, Maria Isabel. Acumulação do capital, dimensões espaciais e desigualdades regionais brasileiras. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Desenvolvimento regional: análise do Nordeste e da Bahia*. Salvador: SEI, 2006. p. 9-35. (Série estudos e pesquisas, 73).

BECKER, Bertha Koiffmann. Uma nova regionalização para pensar o Brasil? In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. *Brasil século XXI: por uma nova regionalização?* São Paulo: Max Limonad, 2004. p. 11-27.

BLOG DO WAL CORDEIRO. *Conquista será transformada em Região Metropolitana*. Vitória da Conquista, set. 2011b. Disponível em: <<http://www.walcordeiro.com.br/v1/2011/09/06/conquista-sera-transformada-em-regiao-metropolitana/>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

_____. *Deputados poderão transformar Conquista em Região Metropolitana em setembro*. Vitória da Conquista, set. 2011a. Disponível em: <<http://www.walcordeiro.com.br/v1/2011/09/05/deputados-poderao-transformar-conquista-em-regiao-metropolitana-em-setembro/>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

_____. *Novo aeroporto de Vitória da Conquista depende de desapropriação de terreno*. Vitória da Conquista, abr. 2012. Disponível em: <<http://www.blogdomarcelo.com.br/v2/2012/04/12/novo-aeroporto-em-vitoria-da-conquista-depende-de-desapropriacao-de-terreno/>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

BRANDÃO, Carlos. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

CALDAS, Alcides dos Santos; SOUZA, Fábio Antônio Moura Costa de. A rede urbana da Bahia segundo o Regic 2007. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v.19, n. 2, p. 537-553, jul./set. 2009.

CATAIA, Márcio. A relevância das fronteiras no período atual: unificação técnica e compartimentação política dos territórios. COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9., 2007, Porto Alegre. [*Trabalhos apresentados...*] Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/cataia.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

CAVALCANTE, Luiz R. M. Teixeira. *Produção teórica em economia regional: uma Proposta de sistematização*. Jul. 2002. Disponível em: <http://www.desenbahia.ba.gov.br/uploads/0906201115360781_Producao_Teorica_.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2012.

CIA DA NOTÍCIA. Jequié quer região metropolitana sem Vitória da Conquista. [Jequié], maio, 2011. Disponível em: <<http://www.ciadanoticia.com.br/v1/2011/05/30/jequie-quer-regiao-metropolitana-sem-vitoria-da-conquista/>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

CIONE, Vicente de. Presentación y comentarios. In: HARVEY, David. Notas hacia una teoría del desarrollo geográfico desigual. Traducción Juan Villasante y Lisa Di Cione. *GeoBaires: Cuadernos de Geografía*, Bogotá, Mayo 2007. Disponível em: <<http://www.geobaires.geoamerica.org/doc/78855457/Harvey-Desarrollo-Geografico-Desigual-2006>>. Acesso em: 21 maio 2009.

CORDEIRO, Wal. *12 Motivos para transformar Vitória da Conquista em Região Metropolitana do Sudoeste da Bahia*. Disponível em: <<http://www.blogdopaulonunes.com/v3>>. Acesso em: 30 out. 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidades médias. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-33.

_____. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. *Território*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 43-54, jan./jun. 1999.

_____. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto Lobato. *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. Repensando a teoria das localidades centrais. In: SANTOS, Milton (Org.). *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 50-65.

DAMIANI, Amélia Luisa. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, María Laura (Org.). *América Latina: cidade, campo e turismo*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. p. 135-147. v. 2.

EGLER, Claudio A. G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1995. p. 207-238.

HARVEY, David. Notas hacia una teoría del desarrollo geográfico desigual. Traducción Juan Villasante y Lisa Di Cione. Edición, presentación y comentarios Vicente de Cione. *GeoBaires: Cuadernos de Geografía*, [S. l.], Mayo, 2007. Disponível em: <<http://www.geobaires.geoamerica.org/doc/78855457/Harvey-Desarrollo-Geografico-Desigual-2006>>. Acesso em: 21 maio 2009.

_____. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.

HEIDRICH, Álvaro L. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Murélio A. (Org.). *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. 3. ed. Francisco Beltrão: Unioeste, 2005. p. 37-66.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões de influência das cidades: 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. *Configuração atual e tendências da rede urbana*. Brasília: IPEA, 2001. 396 p.

MATOS, Ralfo. Aglomerações urbanas, rede de cidades e desconcentração demográfica no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Belo Horizonte. *Anais... Belo Horizonte: ABEP; CEDEPLAR*, 2000. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/todos/migt4_3.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2012.

MINAS GERAIS. Projeto de Lei Complementar n.º 15/2011, de 21 de junho de 2011. Institui a Região Metropolitana de Uberlândia. *Informativo on-line*, [Belo Horizonte], 2011. Disponível em: <<http://ws.mp.mg.gov.br/biblio/informa/010715781.htm>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

MIOTO, Beatriz Tamaso. *Integração econômica e rede urbana em Santa Catarina: transformações no período da desconcentração produtiva regional (1970-2005)*. 2011. 153 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2011.

PARÁ. Assembleia Legislativa. *Deputado propõe a criação da Região Metropolitana de Marabá*. [Belém], abr. 2010. Disponível em: <<http://www.alepa.pa.gov.br/alepa/lernoticia.php?idnoticia=3948>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

REGIÃO METROPOLITANA DE RIBEIRÃO PRETO. *Comissão especial de estudos Região Metropolitana*. Disponível em: <<http://regiaometropolitanarp.com.br/index.html>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade (ensaios)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. *Território*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 5-20, jan./jun. 1999.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Zonas de influência comercial no Estado da Bahia. In: TRICART, Jean; SANTOS, Milton. *Estudos de geografia da Bahia: geografia e planejamento*. Salvador: Progresso, 1958. p. 23-50.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Mello. Cidades pequenas e médias: reflexões teóricas e aplicadas. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (Org.). *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010. p. 93-107. (Série estudos e pesquisas, 87).

SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. *Território*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 43-54, jan./jun. 1999.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão et al. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 35-67.

TREVISAN, Leandro. *Os operadores logísticos e o uso do território brasileiro: racionalidade e fluidez aos circuitos espaciais da produção*. 2007. 136 f. Dissertação [Mestrado em Geografia] – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.

TRICART, Jean; SANTOS, Milton. *Estudos de geografia da Bahia: geografia e planejamento*. Salvador: Progresso, 1958. 243 p.

ZÉ RAIMUNDO. *José Raimundo Fontes acredita que projeto da Região Metropolitana de Vitória da Conquista é equivocado*. Vitória da Conquista, jun. 2011. Disponível em: <http://www.zeraimundo.com.br/mandato_imprensa_int.aspx?id=24>. Acesso em: 17 abr. 2012.

REDE URBANA E DINÂMICA REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA: UM OLHAR SOBRE O TERRITÓRIO DO SISAL

*Onildo Araujo da Silva**

INTRODUÇÃO

Uma rede de pequenas cidades, um território marcado pela intensa contradição entre os capitalistas que exploram o sisal (agave sisalana) e os milhares de trabalhadores do campo e da cidade que ainda hoje trabalham em condições precárias; um amplo conjunto de fluxos entre esses pequenos núcleos urbanos e rurais e o porto de Salvador, capital do estado; a ampliação gradativa da articulação das comunidades em associações, sindicatos, confederações e partidos políticos. Eis o pano de fundo para a gestação de uma rede urbana umbilicalmente forjada com a consolidação da cadeia produtiva do sisal.

Nosso argumento central é que o surgimento de núcleos urbanos no território ora estudado esteve historicamente condicionado ao processo produtivo do sisal com suas nuances políticas, culturais e econômicas. Assim, demonstramos a relação existente entre os dois processos que caracterizam o atual Território de Identidade Sisal no estado da Bahia, Brasil: a consolidação de um espaço marcado pelo vínculo com a cadeia produtiva e o surgimento e consolidação de cidades pequenas.

O território do Sisal é, atualmente – 2012 –, constituído por 20 municípios (Mapa 1), a saber: Monte Santo, Itiúba, Cansanção, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Tucano, Araci, Teofilândia, Biritinga, Ichú, Lamarão, Serrinha, Barrocas, Candeal, Conceição do Coité, Retirolândia, Valente, Santa Luz e São Domingos. Todos os municípios estão também inseridos no semiárido baiano e, historicamente, estão envolvidos, de alguma maneira, com a cadeia produtiva do sisal.

* Doutor em Geografia pela Universidade de Santiago de Compostela (USC); mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor Adjunto da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). fssilvafs@hotmail.com

UMA REDE FORJADA NO SEIO DA EXPANSÃO PRODUTIVA DA AGAVE SISALANA

A análise da rede urbana do território do Sisal deve, em nossa concepção, atentar para dois aspectos, entre outros, que consideramos extremamente relevantes:

- a. a constituição de uma rede urbana impulsionada pelo modelo agrário exportador;
- b. o circuito produtivo do sisal e a constituição de novos municípios.

A rede de pequenas cidades surge atrelada à expansão da lavoura sisaleira e ao processo de beneficiamento do sisal cujo resultado foi a constituição de uma elite econômica e política regional capaz de barganhar, no contexto do estado da Bahia, a emancipação dos núcleos rurais que cresceram em função da expansão da economia sisaleira. Nesse sentido, impulsionando o crescimento econômico regional, a lavoura sisaleira estabeleceu-se tendo como base propulsora o mercado externo. Isso acaba definindo uma forma de estruturação e articulação regional que impacta o crescimento das pequenas vilas. Essas cumpriam a função de entreposto – nó – entre a zona rural e as cidades maiores. Esses núcleos articularam-se também com outras redes, de sorte que, em toda a antiga Região Sisaleira, a articulação com o mercado nacional e internacional “[...] foi concretizada com a exploração do sisal através do fornecimento de matéria-prima para a então crescente indústria de fiação do Centro Sul do País e das exportações para os mercados dos EUA e da Europa no pós-guerra” (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL, 1994, p. 8).

Como o foco era, e é ainda, em grande medida, exportar sisal, a ação política e econômica dirige-se para a constituição de uma rede diretamente vinculada ao porto em Salvador, de tal forma que:

O sisal encontrou no Nordeste baiano as condições propícias ao seu desenvolvimento, sendo uma planta resistente às constantes secas que assolam a região, contribuindo para a não desertificação da área, além de representar importante fonte de renda e emprego na região (BAHIA, 1991, p. 10).

O sisal ou agave sisalana é um vegetal originário do México. Na Bahia, a planta foi introduzida aos poucos até tornar-se base da economia de alguns municípios do semiárido, de sorte que podemos demarcar algumas fases importantes:

- a. do início do século XX até o ano de 1940, quando foi instalada a primeira usina de beneficiamento de sisal na cidade de Valente. Esse período marca o início do plantio de sisal com objetivo explicitamente comercial;
- b. nas décadas de 1940 e 1950, consolidam-se as lavouras e o amplo incentivo ao plantio de sisal pelo então governador da Bahia Landolfo Alves;
- c. nas décadas de 1960 e 1970, a lavoura sisaleira conhece o apogeu, quando o sisal passou a ser conhecido como o ouro verde do sertão;

- d. a década de 1980* é um período de forte crise, quando se verificou queima de sisalais e ampla redução da produção;
- e. a partir da década de 1990 até o presente*, tem lugar uma reestruturação do processo de beneficiamento e industrialização da fibra, com destaque para a ação de pequenos proprietários de terra.

Marcada por períodos de apogeu e crise, a lavoura do sisal ainda hoje é a base da economia dos municípios que compõem o território do Sisal. No entanto, o processo de beneficiamento é complexo, caracterizado por diversas etapas que se materializam tanto no espaço urbano quanto no espaço rural. Para um conhecimento mais amplo desse complexo processo produtivo, recorreremos à síntese elaborada por Santos (2010, p. 55-56), que argumenta:

A lavoura de sisal foi explorada durante todo o século XX, sobretudo para o desfibramento do vegetal, com o objetivo de exportação da fibra que é utilizada como matéria-prima nas diversas indústrias. O processo produtivo nessa lavoura [...] se inicia com o plantio de um campo da agave sisalana que após cerca de quatro anos está pronto para começar a ser cortado. Cortam-se as folhas laterais da planta, conhecida regionalmente como palha, deixando as folhas centrais para que a planta produza novas palhas. Depois de cortada, a palha é transportada até um local onde está a máquina de desfibrar conhecida como “paraibana”, localmente chamada simplesmente de motor. Uma vez desfibrada, a fibra resultante é transportada para uma área onde é estendida ao sol, depois de seca, é embalada em fardos e segue para as batedeiras, que são indústrias onde ocorre a seleção e alisamento da fibra. Da batedeira a fibra sai pronta para ser vendida como matéria-prima para outras regiões brasileiras e/ou para o mercado externo. A exportação ainda é o maior destino do sisal beneficiado regionalmente, no entanto, essa fibra pode também ser novamente beneficiada na própria região, resultando na produção de cordas, fios, mantas, tapetes, entre outros. Desse processo, ainda resulta o resíduo, a bucha, o pó e o sumo, que são subprodutos não aproveitados em escala comercial.

Assim, esse processo produtivo forjou uma região que ficou conhecida na Bahia, e no Brasil, como Região Sisaleira. Recentemente – 2007 – com a constituição do primeiro governo do Partido dos Trabalhadores (PT) no estado da Bahia, a equipe de planejamento do governador Jaques Wagner dividiu o estado em 27 territórios de identidade. Esses territórios agrupam municípios com uma “identidade em comum”.

A Figura 1 expõe esse processo esquematicamente.

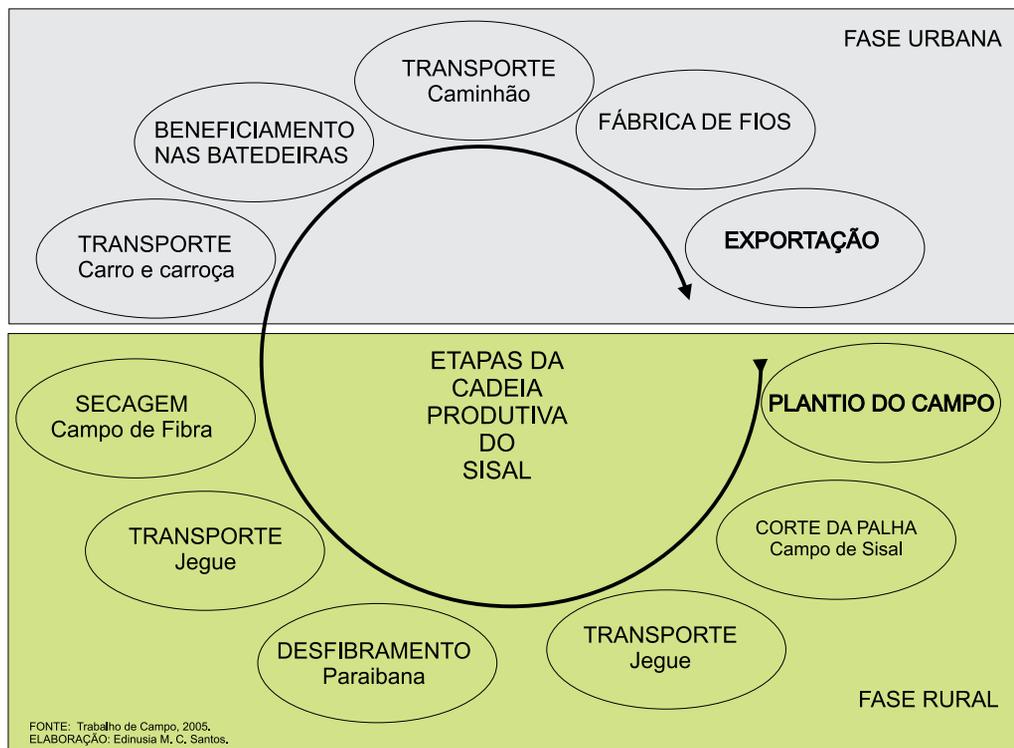


Figura 1
Esquema do processo produtivo da cultura sisaleira

Fonte: Santos (2010, p. 56).

Expansão da cadeia produtiva do sisal e constituição da rede urbana

No território do Sisal (Mapa 1), podemos constatar que a criação de novos municípios está articulada com a expansão da cadeia produtiva da agave sisalana. Os dados do Quadro 1 permitem relacionar a expansão dessa cadeia produtiva com a emancipação das vilas que hoje são as cidades que compõem o território. Esclarecemos que, no século XIX, só existiam dois dos atuais 20 municípios: Serrinha, criado em 1876, e Queimadas, criado em 1887. Depois dessas duas emancipações, somente no período que identificamos como marcado pelo início do plantio de sisal, início do século XX até o ano de 1940, quando ocorreu a expansão gradativa das lavouras e o foco no comércio de sisal para exportação já configurava uma rede de fluxos importantes entre a zona rural e a urbana, é que as pequenas vilas passaram a funcionar como entrepostos. Essas vilas cresceram e tornaram-se as primeiras cidades “produto” desse processo de consolidação do sistema produtivo da agave sisalana. Um levantamento realizado nos dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) permitiu-nos identificar, nesse período, a criação dos seguintes municípios: em 1929, Monte

Santo; em 1933, Conceição do Coité e Tucano; em 1935, Santaluz e Itiúba. No entanto, entre as décadas de 1940 e 1950, período de consolidação das lavouras, apenas mais três municípios foram criados: Cansanção, em 1952; Araci, em 1956; e Valente, em 1958.

Ano	Evento	Desmembramento	Novo município
Século XVII	Concessão de sesmaria a João Peixoto Viegas. Três sesmarias, entre elas a Jacoipê.		
1876	Lei Provincial nº 1.069, de 13 de junho, elevou o Arraial de Serrinha à categoria de Vila e foi criado o município.	Do município de Purificação dos Campos.	1. Serrinha
1887	Criação do município de Queimadas em 1884. A instalação do município ocorreu a 20 de junho de 1887.	Do município de Senhor do Bonfim.	2. Queimadas
1929	Elevado à condição de cidade com a denominação de Monte Santo, pela Lei Estadual nº 2.192, de 25 de julho.	Do município de Itapicuru.	3. Monte Santo
1933	Pelo Decreto estadual nº 8.528, de 7 de julho, o município de Conceição do Coité é constituído.	Do município de Riachão do Jacuípe.	4. Conceição do Coité
1933	Criação do município de Tucano, pelo Decreto estadual nº 8.447, de 27 de maio.	Do município de Cipó.	5. Tucano
1935	Criação do município de Santa Luzia (atual Santaluz) por Decreto estadual de 18 de julho.	Do município de Queimadas.	6. Santaluz
1935	Decreto estadual nº 9.322, de 18 de janeiro, cria o município de Itiúba.	Do município de Queimadas.	7. Itiúba
1952	Pela Lei estadual nº 504, de 28 de novembro, o distrito de Cansanção é elevado à categoria de município.	Do município de Monte Santo.	8. Cansanção
1956	Criação do município de Araci em 14 de novembro, pela Lei estadual nº 863.	Do município de Serrinha.	9. Araci
1958	Pela Lei estadual nº 1.016, de 12 de agosto, o distrito de Valente é elevado à categoria de município.	Do município de Conceição do Coité.	10. Valente
1962	Emancipação política do município de Quijique em 15 de março, pela Lei nº 1.640.	Do município de Tucano.	11. Quijique
1962	Emancipação política do município de Teofilândia em 23 de abril, pela Lei estadual 1.685.	Do município de Serrinha.	12. Teofilândia
1962	Pelo Decreto estadual nº 1.766, de 30 de julho, é criado o município de Ichu.	Do município de Riachão do Jacuípe.	13. Ichu
1962	Criado o município de Candéal, pela Lei nº 1.683, de 23 de abril.	Do município de Riachão do Jacuípe.	14. Candéal
1962	Pela Lei estadual nº 1.752, de 27 de julho, o distrito de Retirolândia é elevado à categoria de município.	Do município de Conceição do Coité.	15. Retirolândia
1962	Emancipação política do município de Lamarão, pela Lei estadual nº 1.737, de 20 de julho.	Do município de Serrinha.	16. Lamarão
1962	Emancipação do município de Biritinga pela Lei nº 1.684, de 23 de abril.	Do município de Serrinha.	17. Biritinga
1985	Lei nº 4.449 cria o município de Nordestina.	Do município de Queimadas.	18. Nordestina
1989	Emancipação política do município de São Domingos, em 13 de junho.	Do município de Valente.	19. São Domingos
2000	Lei estadual nº 7.620, cria o município de Barrocas.	Do município de Serrinha.	20. Barrocas

LEGENDA

	do século XVII ao século XIX
	do início do século XX até o ano de 1940 – início do plantio de sisal
	décadas de 1940 e 1950 – consolidação das lavouras
	décadas de 1960 e 1970 – apogeu da lavoura sisaleira
	década de 1980 – período de forte crise
	da década de 1990 até o presente – período que marca uma reestruturação

Quadro 1

Síntese da evolução político-administrativa dos municípios que compõem o Território de Identidade Sisal e relação com os ciclos da lavoura sisaleira – Bahia, Brasil – Séc. XVII-2000

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012).

As décadas de 1960 e 1970 são nitidamente marcadas pelo apogeu da lavoura sisaleira. O sisal baiano ganhou o mundo e a exportação criou as condições de estruturação de um sistema produtivo que, segundo estimativas da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (Seagri), chegou e empregou 700 a 800 mil trabalhadores (BAHIA, 1991). Nessas décadas, o ouro verde do sertão ajudou a consolidar uma elite econômica com forte peso no contexto político do estado. Não é por acaso que, em apenas um ano – 1962 –, sete novos municípios foram constituídos: Quijique, Teofilândia, Ichu, Candéal, Retirolândia, Lamarão e Biringinga. Ou seja, já no início da década de 1960, o que hoje conhecemos como Território de Identidade Sisal estava praticamente constituído, com exceção dos municípios de Nordestina, São Domingos e Barrocas, somente emancipados já em época de crise do sisal. Os demais municípios configuravam a já historicamente conhecida Região Sisaleira da Bahia. Aqui, cabe uma ressalva para demarcar que a Região Sisaleira contava com 27 municípios, pois incluía todos aqueles onde a área plantada com sisal tinha algum significado econômico.

Se verificarmos o Mapa 1, constataremos que esses municípios são todos fortemente interligados por rodovias estaduais. Essas, por sua vez, interligam-se a duas importantes rodovias federais: a BR 116 e a BR 324. Além disso, uma linha férrea foi construída. Nosso argumento é que a necessidade de exportar sisal via porto de Salvador, mas com a prévia necessidade de fazer os primeiros beneficiamentos da fibra nas cidades próximas às áreas de plantio, forjou uma rede de pequenos núcleos urbanos.

A intensa crise da lavoura sisaleira, na década de 1980, interrompeu o crescimento das cidades, tanto do ponto de vista da população residente quanto de estruturação dos serviços típicos do mundo urbano moderno. Assim, a constituição de novas alternativas produtivas, como a ovinocaprinocultura, por exemplo, associada ao abortamento do crescimento da indústria de beneficiamento de fibra, aliada a outros fatores, como a intensa concentração de renda gerada nos ciclos anteriores de prosperidade, ou mesmo a não criação de uma classe média trabalhadora, transformaram o território do Sisal em um espaço de repulsão de mão de obra, com pequenas cidades intensamente articuladas ao seu espaço rural imediato.

Com a crise da lavoura sisaleira ocorreu um arrefecimento do crescimento dos centros urbanos e as alternativas encontradas foram também focadas em atividades ligadas ao mundo rural. Podemos identificar três frentes principais: o eixo da mineração, o eixo da ovinocaprinocultura e o eixo da criação extensiva de gado bovino. É importante ressaltar que o sisal sempre conviveu, e convive ainda hoje, com o latifúndio da pecuária extensiva, que passou a ser, outra vez, com a crise, uma alternativa para a elite rural.

Gostaríamos, no entanto, de destacar dois aspectos essenciais para uma análise do abortamento do crescimento de várias cidades na década de 1980: a intensa concentração de renda gerada nos ciclos anteriores de prosperidade e a não criação de uma classe média trabalhadora. Ou seja, a atividade sisaleira sempre gerou renda significativa, mas também a concentrou de forma assustadoramente exagerada. Em trabalho anterior, realizamos um levantamento que nos permite visualizar as condições às quais a classe trabalhadora foi, e é ainda hoje, submetida:

Mesmo exposto a esse tipo de trabalho os homens e mulheres trabalhadores e trabalhadores do sisal são remunerados de forma inadequada. [...] a remuneração não é fixa, depende da quantidade de quilo de fibra que se consegue produzir. É preciso considerar que normalmente uma boa equipe de trabalho só consegue produzir entre 800 e 1200 kg de fibra por semana. Assim, um cálculo simples nos permite constatar que um cevador e um resideiro recebem, em média, 220 reais por mês cada um. Eles são os trabalhadores de melhor remuneração. O comum, então, é que todos os membros da família trabalhem para garantir uma renda mínima mensal. [...] Para fazer 2.000 quilos, a equipe precisa trabalhar mais de 10 horas por dia, um número de horas muito acima do aceitável, ou seja, para melhorar um pouco os ganhos, os trabalhadores ficam expostos a condições ainda piores de trabalho (SANTOS; SILVA; ARAUJO, 2010, p. 11).

A Tabela 1 apresenta os dados do levantamento realizado em 2010, no município de São Domingos (BA), que evidenciam a extrema pauperização desse trabalhador e de sua família, gerando um ciclo contínuo de perpetuação de pobreza, associada, via de regra, ao analfabetismo.

Tabela 1
Rendimentos obtidos no processo de desfibramento do sisal, por função exercida
São Domingos – jun. 2010

Função	Rendimento por 1.000 kg (em R\$)
Cevador	55,00
Resideiro	55,00
Cortador	50,00
Botador	50,00
Estendedeira	20,00

Fonte: Santos, Silva e Araujo (2010, p. 12).

A reestruturação da cadeia produtiva, nos anos de 1990, inclusive com a ampliação do associativismo e cooperativismo, bem como a retomada do processo de industrialização, ainda não gera reflexos importantes para o crescimento das cidades. Dessa forma, mesmo as duas cidades mais importantes e dinâmicas – Serrinha e Conceição do Coité – ainda não chegaram à casa dos 50.000 habitantes.

Outro aspecto a destacar, e que contribui para entendermos o porquê de as pequenas cidades não crescerem significativamente, mesmo com a retomada do crescimento da cadeia produtiva do sisal após a reestruturação ocorrida nos anos de 1990, é a questão político-administrativa. Ou seja, a intensa concentração da renda nas mãos de uma pequena “elite do sisal”, aliada à gradativa ampliação da exploração dos trabalhadores relegados à miséria e ao analfabetismo, gestou um processo em que as prefeituras foram colocadas mais a serviço dos interesses dos capitalistas do sisal do que da maioria da população. Em vários municípios, como Valente, São Domingos,

Retirolândia e Conceição do Coité, por exemplo, grupos políticos ligados aos empresários do sisal comandaram as prefeituras por 20 a 30 anos seguidos. Nesses casos, a elite econômica confunde-se com a elite política, e o poder público municipal pouco ou nada fez para induzir processos que resultassem em modernização produtiva ou crescimento econômico.

Logo, temos uma típica rede de pequenas cidades que passamos a caracterizar de forma breve e com o objetivo, em função dos limites deste artigo, de apontar temas importantes para aprofundamento das nossas reflexões e para futuras investigações.

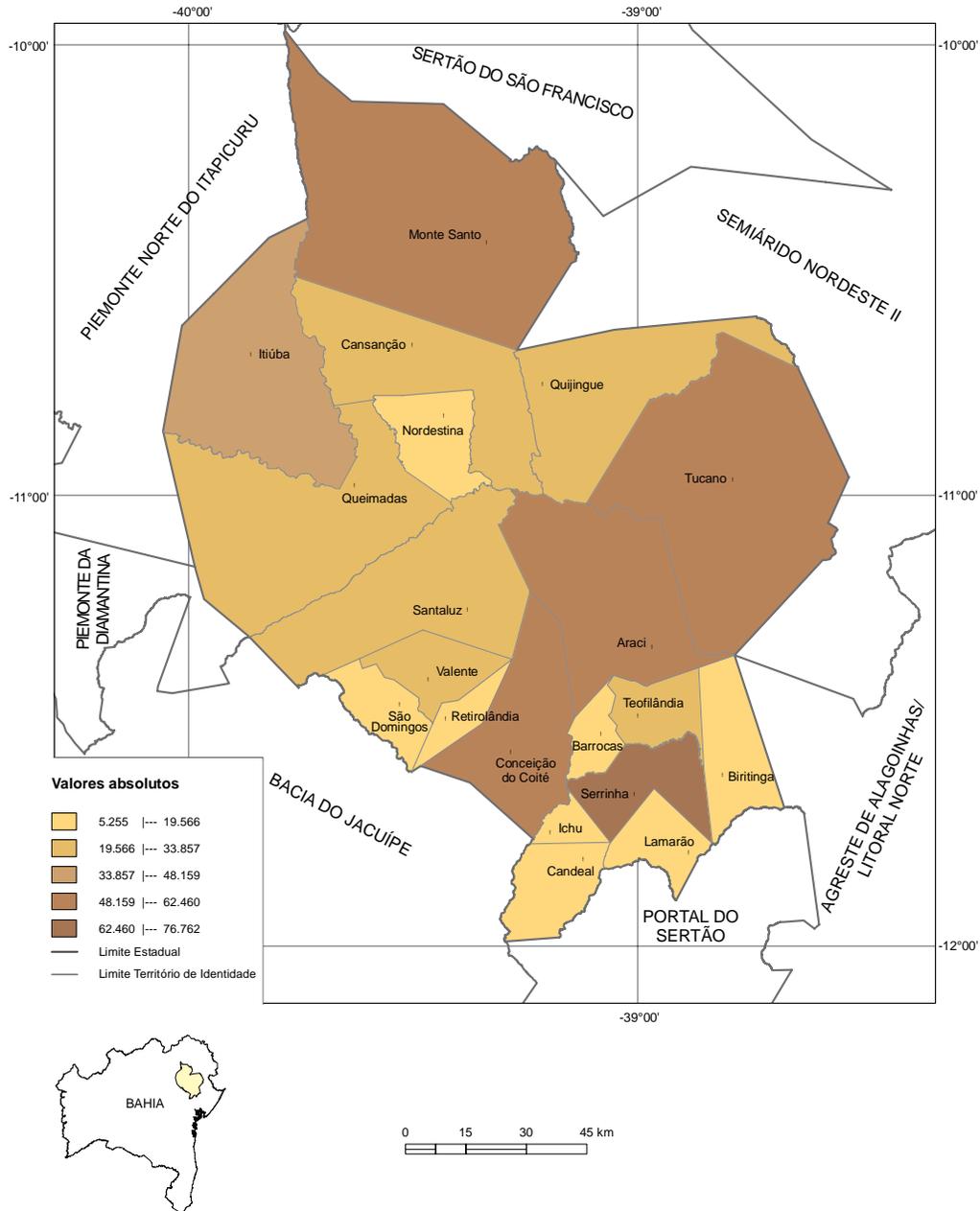
REDE URBANA ATUAL

No território do Sisal, os municípios têm população residente entre 5.000 e 80.000 habitantes (Tabela 2). Podemos notar que, dos 20 municípios, 12 têm população rural maior que a urbana – Tucano, Araci, Cansanção, Itiúba, Monte Santo, Quijingue, Barrocas, Teofilândia, Nordestina, Biritinga, Candeal e Lamarão. É exemplar o caso extremo de Monte Santo, que possui 43.493 dos seus 52.338 residentes vivendo na zona rural; isso significa dizer que 83,1% da população é rural.

Além disso, considerando que, em 16 municípios, a população urbana não ultrapassa 20.000 habitantes, e que, em mais dois deles – Santaluz e Tucano –, a população urbana totaliza 20.795 e apenas 21.953 habitantes, respectivamente, podemos afirmar que, nos municípios do território do Sisal, predominam pequenas cidades (Mapas 2 e 3).

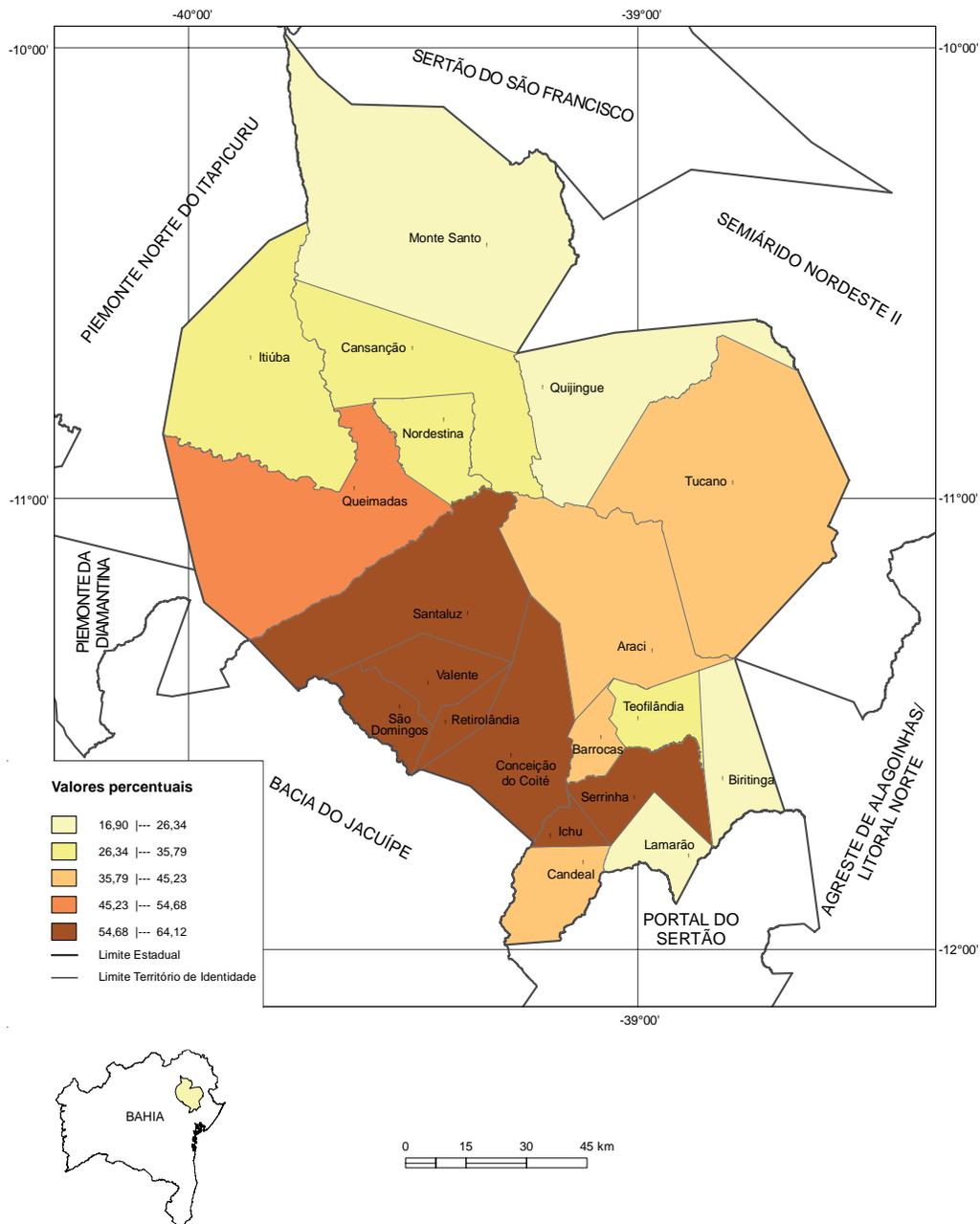
Município	Total	Urbana	Rural
Serrinha	76.762	47.188	29.574
Conceição do Coité	62.040	36.278	25.762
Tucano	52.418	21.953	30.460
Santaluz	33.838	20.795	13.043
Araci	51.651	19.638	32.013
Valente	24.560	13.487	11.073
Queimadas	24.602	12.492	12.110
Cansanção	32.908	11.021	21.887
Itiúba	36.113	9.699	26.414
Monte Santo	52.338	8.845	43.493
Retirolândia	12.055	6.722	5.333
Quijingue	27.228	6.377	20.851
São Domingos	9.226	5.916	3.330
Barrocas	14.191	5.695	8.496
Teofilândia	21.482	5.068	14.790
Nordestina	12.371	3.921	8.450
Biritinga	14.836	3.517	11.319
Candeal	8.895	3.476	5.416
Ichu	5.255	3.365	1.890
Lamarão	9.560	2.085	7.475

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012).



Mapa 2
Distribuição da população total dos municípios do Território de Identidade Sisal por faixas de tamanho de população – Bahia – 2010

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010.
Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copesp.



Mapa 3

Grau de urbanização dos municípios do Território de Identidade Sisal – Bahia – 2010

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010.
 Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copesp.

A rede urbana atual, constituída por pequenas cidades, é fortemente articulada por rodovias com predomínio do transporte “alternativo” não regularizado. Ou seja, existem linhas de ônibus regulares que interligam as pequenas cidades entre si e com Feira de Santana e Salvador. Nesse caso, as empresas São Mateus e Gontijo são predominantes. A primeira, no eixo entre Monte Santo e Salvador, passando por Cansação, Queimadas, Santaluz, Valente, Retirolândia, Conceição do Coité e Serrinha, sendo esse o eixo principal de articulação da cadeia produtiva do sisal; a segunda, no eixo Tucano-Salvador. A disponibilidade reduzida de horários para linhas específicas entre as pequenas cidades abre espaço para o transporte não regularizado. Os núcleos urbanos funcionam como entrepostos no processo de beneficiamento e exportação do sisal e são os nós da rede de circulação de mão de obra, matérias-primas e capital. Nessa rede, têm papel destacado Conceição do Coité e Serrinha, que, no entanto, não se configuram como cidades médias. Verificamos que essa rede urbana de cidades pequenas acaba sendo polarizada por Feira de Santana, segunda maior cidade da Bahia e importante entreposto rodoviário do Norte-Nordeste do Brasil, localizada a aproximadamente 50 a 250 quilômetros das cidades do território do Sisal.

Outra característica da rede urbana é a intensa articulação urbano-rural, com a existência de grande número de povoados e vilas que servem de nós para a articulação das várias etapas da cadeia produtiva do sisal. A maioria das cidades que compõem a rede também conta com incipiente atividade comercial, com exceção de Conceição do Coité e Serrinha. Nos outros municípios, o comércio restringe-se a lojas pequenas e com pouquíssima diversificação setorial. Além disso, as pequenas cidades contam com problemas comuns: falta de rede de esgotamento sanitário adequada, de aterros sanitários para o lixo, transporte de passageiros alternativo não é regulamentado, desemprego, precário atendimento de saúde em casos de média a alta complexidade, incipiente rede de educação superior, entre outros.

Outro aspecto a destacar é que, nesses municípios, excluindo-se Conceição do Coité e Serrinha, verificamos uma baixa densidade da concentração de serviços. Um exemplo é a rede bancária (Tabela 3), pois, de acordo com nosso levantamento, em Conceição do Coité existem apenas quatro agências, em Serrinha, três, e em Tucano, duas; todos os outros municípios contam apenas com uma agência.

Também verificamos que a atividade industrial não se configura como capaz de alavancar o crescimento do emprego e da renda no território do Sisal. A indústria é pouco diversificada e alguns municípios contam com fábricas de calçados, como, por exemplo, Valente, Conceição do Coité e Serrinha. Entretanto, é a atividade industrial ligada à cadeia produtiva do sisal que tem demonstrado sinais de recuperação. Atualmente, o município de Conceição do Coité concentra o maior número de indústrias, seguido pelos municípios de Valente, São Domingos, Retirolândia e Santaluz. Nosso levantamento registrou a existência de indústrias de fios, cordas, tapetes e carpetes.

Tabela 3
Agências bancárias nos municípios do Território de Identidade Sisal – Bahia – 2010

Município	Dependência administrativa		Quantidade (unid.)
	Federal	Privada	
Conceição do Coité	3	1	4
Serrinha	2	1	3
Tucano	1	1	2
Valente	1	-	1
Araci	1	-	1
Biritinga	1	-	1
Candeal	1	-	1
Cansanção	1	-	1
Itiúba	1	-	1
Monte Santo	1	-	1
Queimadas	1	-	1
Quijingue	-	1	1
Santaluz	1	-	1
Total	15	4	19

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2010c).
Elaboração própria.

CIDADES PEQUENAS: PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES

Um olhar atento para essas pequenas cidades que acabamos de caracterizar leva-nos a identificar alguns temas e problemas-chave para um aprofundamento das análises sobre a atual configuração da rede de pequenas cidades, que são fortemente articuladas à atividade rural em seu entorno imediato. Os limites deste artigo não nos permitem aprofundar ponto a ponto, mas passamos a tecer comentários sobre essas questões:

- a. *relação entre um cotidiano tranquilo e a gradativa chegada das drogas e da violência.* Nas pequenas cidades do território do Sisal, ainda é possível viver sem o contato diário com crimes e delitos das mais variadas naturezas; os índices de criminalidade são relativamente baixos, se comparados a cidades médias brasileiras, e o tema da segurança pública ainda não está na ordem do dia. A tranquilidade, a ideia quase poética de lugares pequenos onde se pode “dormir com a porta de casa aberta” é facilmente verificada nas cidades muito pequenas. No entanto, é notório o avanço dos problemas ligados à realidade do tráfico de drogas;
- b. *manutenção das elites tradicionais no poder x ampliação de movimentos sociais de base.* No território do Sisal, se, por um lado, nas pequenas cidades, constatamos que as prefeituras têm sido historicamente administradas por grupos políticos ligados à elite

econômica, com a perpetuação no poder de famílias tradicionais, por outro, temos assistido à ampliação do associativismo e cooperativismo. A intensificação da ação de sindicatos e confederações de trabalhadores, em parceria com outras entidades dos movimentos sociais e com o Estado, é indício de mudanças importantes que precisamos acompanhar;

- c. *a pequena cidade como lócus da permanência.* A tradição, os antigos saberes, o saber fazer preservado de geração a geração, a manutenção de costumes que a modernidade urbano-industrial tende a fazer desaparecer em função da necessidade capitalista de homogeneização, são aspectos que têm sido mais facilmente preservados nas cidades pequenas, que são muito umbilicalmente relacionadas com o entorno rural imediato. A manutenção da festa junina, da festa de vaqueiro, da cavalgada, entre outras, é exemplo de que permanência não é sinônimo de atraso; ao contrário, num mundo que tende à homogeneização, as cidades pequenas têm cumprido papel importante como lugares da fragmentação;
- d. *construção de uma ideia de pertencimento.* Nesse espaço onde o sisal predomina, as pessoas construíram identidades e são capazes de fazer existir um imaginário coletivo que condiciona importantes relações sociais. Desde a década de 1960, as elites regionais formatam a ideia de Região Sisaleira da Bahia; assim, ser da região passou a constituir-se como referência para estar no mundo e ser de algum lugar. Mais recentemente, já na década de 2000, movimentos sociais de base reformatam a ideia de pertencimento e substituem a região pelo território. Hoje, pertencer ao território do Sisal já significa estar no mundo e ser de algum lugar para boa parte da gente que vive seu cotidiano nas pequenas cidades sisaleiras. Isso é extremamente significativo do ponto de vista da ação política e do relacionamento das comunidades com o poder público. Entendemos que é um tema que vale algumas notas, quem sabe, num futuro próximo.

Claro está que outro olhar atento para as pequenas cidades do território do Sisal será capaz de identificar muitos outros temas e problemas bastante relevantes. Nossa intenção, aqui, foi contribuir para ampliar o debate, ainda muito inicial em nossa opinião, e instigar outros colegas a investigarem as pequenas cidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rede urbana no território do Sisal, forjada no contexto da expansão da lavoura sisaleira, ainda hoje é fortemente articulada por fluxos de mercadoria, capital, pessoas, informações etc., que são inerentes ao processo de beneficiamento do sisal. A esses fluxos somam-se outros oriundos de três outras atividades econômicas importantes atualmente: a ovinocaprinocultura, a mineração e a pecuária bovina extensiva; também os fluxos gerados pelas festas de cunho cultural, como as juninas, de vaqueiros e fazendeiros e cavalgadas; e ainda importantes fluxos de informação que animam a vida política. Ou seja, é uma rede bem articulada, inclusive, já

foi gestada a ideia de uma região, a sisaleira, à qual todos pertencem, e agora está sendo gestada a ideia de pertencimento ao território do Sisal.

Registramos que as cidades de Conceição do Coité e Serrinha são as mais dinâmicas e é para onde converge a maior parte dos fluxos regionais. No entanto, é mesmo Feira de Santana a cidade que comanda essa rede urbana do território do Sisal, pois, para essa cidade, aflui todo o fluxo que tem origem em demandas típicas de cidades médias, já que, mesmo em Conceição do Coité e Serrinha, como vimos, há limitação para o atendimento no que se refere a serviços de média e alta complexidade ou, ainda, para acesso a cultura, lazer, saúde e educação, num nível melhor qualificado, como, por exemplo, acesso ao ensino superior, ao teatro, a clínicas especializadas ou mesmo a comércio mais diversificado.

No caso de Conceição do Coité, existe tendência de consolidação como importante cidade média num futuro bem próximo. Temos que considerar que o crescimento da cidade pode ser planejado, para não repetir os problemas históricos das nossas cidades médias, como habitação e transporte público, por exemplo, alertando os poderes públicos e a própria comunidade coiteense para que acompanhem mais de perto tal tendência.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. Secretária da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. *O sisal na Bahia*. Salvador: CER, 1991.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). *Alternativas sócio-econômicas para o desenvolvimento da Região Sisaleira*. Salvador: CAR, 1994.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades@*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: 29 fev. 2012.
- SANTOS, E. M. C.; COELHO NETO, A. S.; SILVA, O. A. *Gente ajudando gente: o tecido associativista no Território do Sisal*. Feira de Santana: UEFS, 2011.
- SANTOS, E. M. C. *Associativismo e desenvolvimento: o caso da Região Sisaleira da Bahia*. Feira de Santana: UEFS, 2010.
- SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. da; ARAUJO, O. A. precarização do trabalho rural no processo produtivo do sisal: a informalidade e o silêncio dos inocentes. In: JORNADA DO TRABALHO, 11, 2010, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: UFPB, 2010.
- SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. da. Agentes sociais de produção do espaço rural no Território do Sisal – Bahia. *Revista Campo-Território: revista de geografia agrária*, v. 5, n. 9, p. 71-88, fev. 2010.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Cartogramas*. Salvador: SEI, 2010a. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/inf_sociopopulacionais/censo_2010/resultados_do_universo/cartogramas/populacao_total/2010/pop_total_sisal.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2012.
- _____. *Cartogramas*. Salvador: SEI, 2010b. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/inf_sociopopulacionais/censo_2010/resultados_do_universo/cartogramas/grau_urbanizacao/2010/grau_urb_sisal.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2012.
- _____. *Sistema de dados estatísticos*. Salvador: SEI, 2010c. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/side/frame_tabela.wsp?tmp.tabela=t33&tmp.volta=*>. Acesso em: 28 fev. 2012.

ENCERRAMENTO

SEF

94

Série Estudos e Pesquisas

CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS E DESENVOLVIMENTO URBANO: ANÁLISE, DESAFIOS E PERSPECTIVAS COM BASE NOS PLANOS DIRETORES

Nathan Belcavello de Oliveira*
Marcel Claudio Sant'Ana**

Considerando dados comparativos entre os Censos de 2000 e de 2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012), percebemos que os municípios com população total entre 100 mil até 500 mil habitantes permanecem em posição de destaque, principalmente em crescimento demográfico, seja de sua população total ou urbana (Tabela 1). Curiosamente, foi a única faixa de municípios cujo crescimento demográfico urbano foi inferior ao total, mesmo que a diferença fosse pouca.

Tabela 1
Síntese de dados demográficos dos Censos por faixa de população total dos municípios Brasil – 2000/2010

Faixa de população total	Quantidade de municípios		Participação na somatória da população (%)				Crescimento demográfico (%)		Média de crescimento anual (%)	
			Total		Urbana		Total	Urbano	Total	Urbana
	2000	2010	2000	2010	2000	2010				
Até 20 mil	4.018	3.915	19,7	17,1	18,8	17,1	-2,3	6,3	0,62	2,24
20 mil – 50 mil	964	1.043	17,0	16,5	11,5	11,8	8,8	19,4	1,32	2,49
50 mil – 100 mil	301	324	12,3	11,7	10,6	10,0	6,4	10,2	1,64	2,43
100 mil – 500 mil	193	245	23,3	25,5	26,1	27,3	22,6	22,1	1,93	4,76
Mais de 500 mil	31	38	27,7	29,3	33,0	33,8	18,9	19,3	1,30	1,33
Brasil	5.507	5.565	100,0	100,0	100,0	100,0	12,3	16,6	0,87	2,40

Fonte: Adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012).

Por sua vez, os municípios com população total de até 20 mil habitantes apresentam dados negativos, sobretudo relacionados ao crescimento da população total. Contudo, mesmo tendo um crescimento demográfico total negativo, esta faixa de municípios obteve um crescimento demográfico urbano positivo, ainda que sua participação na somatória da população urbana tenha diminuído. Também a média da taxa de crescimento demográfico urbano anual ficou pouco abaixo da registrada pelo Brasil, enquanto a faixa de municípios com população superior a 500 mil habitantes registrou porcentagem bem abaixo do mesmo parâmetro. Esses dados demonstram clara tendência de concentração da população dos municípios com até 20 mil habitantes em suas áreas urbanas.

* Mestrando em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB); bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Geógrafo do Ministério das Cidades. nathan.oliveira@cidades.gov.br

** Mestre em Planejamento e Desenho Urbanos pela Universidade de Brasília (UnB). Arquiteto e Urbanista do Ministério das Cidades. marcel.santana@cidades.gov.br

Sem considerar as duas faixas intermediárias às supracitadas, já podemos afirmar que o cenário futuro do desenvolvimento urbano brasileiro passa, necessariamente, por este conjunto de municípios. Ainda, levando em conta a determinação constitucional da obrigatoriedade de elaboração e aprovação de Plano Diretor para os municípios com mais de 20 mil habitantes, podemos confirmar a importância destes municípios com relação à política urbana.

E esse é o conjunto de municípios que contém as cidades médias e pequenas brasileiras, objeto da análise do presente texto. Mas quem são essas cidades médias e pequenas? São todos os municípios com menos de 500 mil habitantes? Quais são os limites para se diferenciar uma cidade média de uma pequena e de uma grande? Como lidar com o desenvolvimento urbano no contexto dessas cidades?

Para realizar a análise e tentar elucidar parte das indagações postas acima, dividimos o texto em três partes principais. A primeira trata do debate e da proposição adotada acerca da (de) limitação dos dois conjuntos focos das análises, as cidades pequenas e médias. Posteriormente, procede a apresentação e análise de dados e informações sobre os Planos Diretores dos municípios selecionados, salientando os desafios relacionados ao desenvolvimento urbano. Por fim, algumas considerações sobre perspectivas.

CIDADES PEQUENAS E MÉDIAS: ESTRANHAS CONHECIDAS

Antes de qualquer análise mais profunda sobre os Planos Diretores desses municípios brasileiros, é necessário dizer o que estamos denominando como cidades pequenas e médias. Quando tratamos de cidades pequenas e médias, estamos trabalhando, quase sempre, com dados e informações dos municípios que as contém; não somente com as áreas urbanas desses municípios, muito menos com aquelas legalmente definidas como cidade¹.

Trabalhar com dados que, *a priori*, não se relacionam com a cidade enquanto território, permite-nos romper com a dicotomia campo-cidade, pois, como nos diz Sposito (2008, p. 14-15):

Se a cidade comporta atividades tipicamente urbanas, isso não significa que apenas em seus espaços se realize o que é “urbano” no mundo atual ou tampouco que haja limites fixos entre a cidade e o campo. Pelo contrário: atualmente, as paisagens da cidade e do campo apresentam-se amalgamadas, difusas, com superposições e imbricações de difícil explicação apenas pela observação.

Contudo, é necessário sublinhar, como o faz Steinberger e Amado (2006, p. 167), a importância do espaço urbano como “[...] um aglutinador de relações de poder porque comanda as decisões de apropriação e uso do território sobre as demais frações do espaço [...]”. Em outras

¹ Considerando o Decreto-Lei n.º 311, de 2 de março de 1938, que diz, em seu artigo 3º: “Art. 3.º A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome.” (BRASIL, 1938).

palavras, o espaço urbano é indissociável das demais frações do espaço e exerce um papel chave perante as mesmas”.

Avançando na (de)limitação das cidades pequenas e médias, Corrêa (2007) aponta como fundamental para este exercício a observação da relação existente entre *tamanho demográfico*, *funções urbanas* (essencialmente direcionadas para fora da cidade) e *configuração territorial intraurbana*². Essas características não devem ser consideradas separadamente, mas combinadas em um contexto espacial específico. Ou seja, a *localização* entra como característica que perpassa as outras três e tem especial significado. Além dessa relação, também é necessário ponderar os dados e informações a serem adotados para cada característica.

Isso pode ser melhor visualizado ao se tomar como exemplo o limiar demográfico inferior das cidades pequenas (Tabelas 2 e 3) e superior das metrópoles (Tabela 4). Considerando a população total dos municípios brasileiros no Censo de 2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012), temos como limite inferior Borá, em São Paulo, com 805 habitantes (população urbana de 627 habitantes). No entanto, se levarmos em conta a população urbana, encontramos cidades ainda menores, como Coronel Pilar, no Rio Grande do Sul, com 174 habitantes (população total de 1.725 habitantes). O mesmo vale para as demais cidades pequenas listadas nas Tabelas 2 e 3, não havendo, sequer, uma coincidência. Isso se dá, exatamente, pela localização dessas cidades na complexa rede urbana brasileira, que influenciará sobremaneira nas funções urbanas e em suas configurações territoriais intraurbanas. Deveríamos, então, adotar um único conjunto de dados para esta (de)limitação? Não, mesmo porque este limite poderia servir, talvez, para o debate acerca da criação de municípios³.

Tabela 2

Dez primeiros municípios brasileiros com menor população total e posição entre aqueles com menor população urbana segundo Censo – Brasil – 2010

UF	Município	População			Posição população urbana
		Total	Urbana	% Urbana	
SP	Borá	805	627	77,9	82º
MG	Serra da Saudade	815	527	64,7	54º
GO	Anhanguera	1.017	955	93,9	225º
TO	Oliveira de Fátima	1.035	815	78,7	155º
MT	Araguainha	1.095	944	86,2	220º
SP	Nova Castilho	1.127	746	66,2	132º
MG	Cedro do Abaeté	1.212	1.033	85,2	273º
RS	André da Rocha	1.216	496	40,8	40º
SP	Uru	1.251	1.081	86,4	292º
PI	Miguel Leão	1.253	862	68,8	176º

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012).

² Soares (1999) ainda acrescenta os *índices de qualidade de vida* como uma das características principais para a identificação das cidades médias.

³ Sobre criação de municípios, ver N. Oliveira (2009).

Tabela 3
Dez primeiros municípios com menor população urbana e posição entre aqueles com menor população total segundo Censo – Brasil – 2010

UF	Município	População			Posição população Total
		Total	Urbana	% Urbana	
RS	Coronel Pilar	1.725	174	10,1	58º
RS	Itati	2.589	212	8,2	321º
PI	Aroeiras de Itaim	2.442	238	9,7	258º
RS	Chувиска	4.944	273	5,5	1280º
SC	Barra Bonita	1.878	279	14,9	93º
RS	União da Serra	1.487	280	18,8	23º
RS	Coqueiro Baixo	1.528	282	18,5	25º
RS	Florianópolis	2.018	292	14,5	124º
SC	Flor do Sertão	1.588	328	20,7	35º
SC	Paial	1.763	336	19,1	67º

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012).

Tabela 4
Os dez primeiros municípios com maior população total e posição entre aqueles com maior população urbana segundo Censo – Brasil – 2010

UF	Município	População			Posição população urbana
		Total	Urbana	% Urbana	
SP	São Paulo	11.244.369	11.125.243	98,9	1º
RJ	Rio de Janeiro	6.323.037	6.323.037	100,0	2º
BA	Salvador	2.676.606	2.675.875	99,9	3º
DF	Brasília	2.562.963	2.476.249	96,6	4º
CE	Fortaleza	2.447.409	2.447.409	100,0	5º
MG	Belo Horizonte	2.375.444	2.375.444	100,0	6º
AM	Manaus	1.802.525	1.793.416	99,5	7º
PR	Curitiba	1.746.896	1.746.896	100,0	8º
PE	Recife	1.536.934	1.536.934	100,0	9º
RS	Porto Alegre	1.409.939	1.409.939	100,0	10º

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012).

A seu tempo, há uma coincidência marcante entre os dez maiores municípios brasileiros em população total e urbana. Além de estarem na mesma posição em ambos os casos são, necessariamente, capitais e metrópoles com conurbação consolidada. Exceção seja feita sobre a conurbação somente a Manaus, no Amazonas, dados os aspectos peculiares de sua localização em plena floresta Amazônica, na margem esquerda do rio Amazonas.

Ambas as ponderações revelam uma relação importante entre população total e urbana ao (de)limitarmos os limiares que devem ser tomados para distinguirmos as cidades pequenas e médias. O mesmo vale para as demais características já salientadas.

Nesta perspectiva, encontramos importantes contribuições de autores que desenvolveram análises com diferentes abordagens, mas baseadas nas relações supracitadas. Santos (2008), ao analisar o aumento do trabalho intelectual e do consumo e seus efeitos sobre a urbanização

brasileira, indica que, no atual período histórico (por ele denominado como meio técnico-científico-informacional), o limiar demográfico entre as cidades pequenas e médias passa a ser o de uma população total de cem mil habitantes⁴.

No tocante às funções urbanas, segundo Santos e Silveira (2002), as cidades médias seriam os centros de atendimento às demandas: de consumo, consumptivo e produtivo; de informações, produzindo-as ou repassando-as, sendo as “[...] intérpretes da técnica e do mundo” (SANTOS; SILVEIRA, 2002, p. 281); e de gestão produtiva, comandando “[...] o essencial dos aspectos técnicos da produção regional, deixando o essencial dos aspectos políticos para aglomerações maiores” (SANTOS; SILVEIRA, 2002, p. 283)⁵, num embate entre interesses locais, nacionais e globais. “As cidades médias constituem, desse modo, verdadeiros fóruns regionais, um lugar de debate entre preocupações mais imediatas e desígnios mais amplos” (SANTOS; SILVEIRA, 2002, p. 284)⁶. Soares (1999, p. 57) corrobora esta caracterização, ao argumentar:

As cidades médias também devem ser definidas pelo lugar que ocupam na rede urbana, no sistema econômico global, ou seja, suas relações são feitas tanto em nível local como em escala nacional ou internacional, tendo em vista as modernidades tecnológicas presentes nesses territórios.

Dialogando com o argumento da autora, Corrêa (2007) propõe três elementos para a construção de um quadro teórico para as cidades médias: uma elite empreendedora; localização relativa; e interações espaciais.

Para as cidades pequenas, Santos (2008), que as denomina como *cidades locais*, identifica a vinculação de suas funções às atividades agrícolas modernas. Essas se tornam especializadas no atendimento imediato das demandas agrícolas de um campo que não pode mais ser entendido dentro da dicotomia campo-cidade⁷. “Tudo isso faz com que a cidade local deixe de ser a cidade no campo e se transforme na cidade do campo” (SANTOS, 2008, p. 140).

Já a configuração territorial intraurbana, materializando, principalmente, essas funções urbanas supracitadas, irá refletir a dinâmica espacial condizente a cada conjunto de cidades que estamos aqui (de)limitando. Sobre isso, Guimarães, Vieira e Nunes (2005, p. 270) apontam que “[...] as cidades médias constituem-se em localidades potenciais de absorção de

⁴ “Há três ou quatro décadas, as cidades médias eram as que tinham cerca de vinte mil habitantes” (SANTOS, 2008, p. 140). Neste interstício entre 20 mil e 100 mil habitantes estariam melhor representadas as cidades pequenas, que Santos (2008) e Santos e Silveira (2002) denominam de cidades locais, que veremos a seguir, especializadas no atendimento imediato das atividades agrícolas modernas.

⁵ “Mas isso constitui uma fonte permanente de indagações, já que a cidade regional [(médica)] relé político subordinado, é também um espelho de contradições entre as preocupações ligadas à produção propriamente dita (seu lado técnico) e as ligadas à realização (seu lado político). [...] Na verdade, o papel das cidades médias no processo político é não apenas limitado e incompleto, mas confusamente percebido” (SANTOS; SILVEIRA, 2002, p. 283).

⁶ “É nessas condições que são gestadas visões do mundo, do país e do lugar elaboradas na colaboração e no conflito” (SANTOS; SILVEIRA, 2002, p. 283).

⁷ “As cidades locais se especializam tanto mais quanto na área respectiva há possibilidades para a divisão do trabalho, tanto do ponto de vista da materialidade quanto do da dinâmica interpessoal. Quanto mais intensa a divisão do trabalho numa área, tanto mais cidades surgem e tanto mais diferentes são umas das outras” (SANTOS, 2008, p. 141).

empreendimentos, principalmente indústrias, pois apresentam algum tipo de economia de aglomeração de potenciais”. Ao mesmo tempo, porém, os autores demonstram que, nessas cidades, surgem conflitos no momento da materialização das ditas potencialidades, promovendo a exclusão social. E ambos os aspectos são assinalados por Amorim Filho (1984) como um dos atributos das cidades médias. Também Oliveira, Chaves e Simoncini (2004) ressaltam tal dialética na (re)configuração territorial das cidades médias em seu processo de inserção na lógica produtiva globalizada com o surgimento, *pari passo*, de condomínios fechados e favelas, por exemplo.

Nas cidades pequenas, por sua vez, irá transparecer a cidade do campo indicada por Santos (2008). Porém, o conflito salientado acima continua existindo de forma qualitativamente diferenciada. Ao invés das dicotomias próprias das cidades médias e de suas relações expressamente urbanas e, em grande medida, industriais, temos a presença dos boias-frias, agricultores e proprietários de latifúndios vivendo nas cidades e trabalhando no campo.

Conciliando estas análises qualitativas à análise dos dados e das informações disponíveis, N. Oliveira (2006) propõe uma caracterização das cidades médias com base em indicadores que revelariam características agrupadas em três critérios: demográficos, socioeconômicos e localização. Sobre este último, o autor destaca que

[...] surge como característica relevante para as cidades médias, pois estas devem estar posicionadas de tal maneira que consigam desenvolver de maneira relativamente autônoma suas capacidades de absorção de investimentos, de oferecimento de bens e serviços e de consumo à sua população e de sua região, que irá variar de acordo com a sua proximidade às principais metrópoles do país, nunca estando inseridas nas regiões metropolitanas e não sendo capitais estaduais (OLIVEIRA, 2006, p. 6).

Guimarães, Vieira e Nunes (2005, p. 270) corroboram esta perspectiva ao colocarem que “[...] a distância de grandes centros urbanos poderia ser um dos determinantes de maior ou menor importância de uma cidade”. Ou seja, conforme já destacamos anteriormente, a localização é uma característica fundamental que perpassa a relação entre as demais.

Em síntese, podemos dizer que cidades médias seriam aquelas que não são capitais estaduais dispostas entre os cem mil e quinhentos mil habitantes de população total, com uma expressiva porcentagem de população urbana, distantes das principais metrópoles brasileiras de tal forma que assumem o papel de interlocutoras (informando, produzindo e, principalmente, interpretando informações) entre sua região de influência, o país e o mundo. Exercem atração não só de pessoas, mas também de investimentos produtivos e de infraestruturas, fazendo com que tenham, na maioria das vezes, crescimento urbano acima da média nacional e das regiões metropolitanas. Dialeticamente, também promovem a segregação e a desigualdade socioespaciais.

Já as cidades pequenas, sobretudo as cidades locais, seriam o “[...] *locus* da regulação do que se faz no campo” (SANTOS, 2008, p. 140), tornando-se a cidade do campo. Dadas as suas características, também apresentam expressa porcentagem de população urbana sobre a total e, de maneira peculiar, reproduzem as dicotomias socioespaciais das demais cidades.

Dentro desta (de)limitação das cidades pequenas e médias, vamos analisar os desafios e perspectivas do desenvolvimento urbano com base nos Planos Diretores.

OS PLANOS DIRETORES E O DESENVOLVIMENTO URBANO: UMA ANÁLISE AMOSTRAL DE DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos do Ministério das Cidades (SNAPU/MCidades) estruturou, por meio de convênio com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), a chamada Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos Planos Diretores Participativos (Rede PDP).

A Rede PDP avaliou qualitativamente, entre os anos de 2009 e 2010, 526 Planos Diretores de municípios distribuídos em todos os Estados e do Distrito Federal, realizando, ainda, eventos de capacitação em todo o país.

A seleção dos Planos Diretores a serem avaliados obedeceu a critérios de número de municípios com obrigatoriedade⁸ de elaboração do Plano Diretor por faixa de população total e por Estado, perfazendo todo o Brasil. A seleção dos municípios e a avaliação dos Planos Diretores em cada Estado contaram com a participação de movimentos sociais, entidades acadêmicas e profissionais e governos estaduais. Além de um roteiro básico de questões para todos os Planos Diretores analisados (sintetizados em relatórios estaduais), foram feitos 27 estudos de caso, conforme pode ser visto na tabela 5.

(Continua)

Tabela 5

Municípios selecionados para estudo de caso pela Rede PDP – Brasil – 2000/2010

UF	Município	Região Metropolitana (RM) ou Região Integrada de Desenvolvimento (Ride)	População (Censo 2010)		Crescimento anual (2000/2010)	
			Total	% Urbano	Total (%)	Urbano (%)
AM	Manaus	RM de Manaus	1.802.525	99,5	2,82	2,84
BA	Caetité	Não	47.524	59,9	0,54	2,13
BA	Salvador	RM de Salvador	2.676.606	99,9	0,96	0,96

⁸ As obrigatoriedades consideradas foram as estabelecidas pelo artigo 50 da Lei n.º 10.257, de 10 de junho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, aos municípios enquadrados nos incisos I e II do artigo 41, a saber:

“Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:

I – com mais de vinte mil habitantes;

II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; [...]

Art. 50. Os Municípios que estejam enquadrados na obrigação prevista nos incisos I e II do art. 41 desta Lei que não tenham plano diretor aprovado na data de entrada em vigor desta Lei, deverão aprová-lo até 30 de junho de 2008. (Redação dada pela Lei n.º 11.673, de 2008)” (CARVALHO; ROSSBACH, 2010, p. 112-116).

(Conclusão)

Tabela 5
Municípios selecionados para estudo de caso pela Rede PDP – Brasil – 2000/2010

UF	Município	Região Metropolitana (RM) ou Região Integrada de Desenvolvimento (Ride)	População (Censo 2010)		Crescimento anual (2000/2010)	
			Total	% Urbano	Total (%)	Urbano (%)
CE	Beberibe	Não	49.334	43,9	1,65	0,99
CE	Irauçuba	Não	22.347	64,3	1,42	3,21
CE	Juazeiro do Norte	RM do Cariri	249.936	96,1	1,78	1,87
GO	Aparecida de Goiânia	RM de Goiânia	455.735	99,9	3,55	3,57
MA	São Luís	RM de São Luís	1.011.943	94,4	1,63	1,41
MG	Montes Claros	Não	361.971	95,2	1,79	1,91
MG	Ribeirão das Neves	RM de Belo Horizonte	296.376	99,3	2,01	1,99
MG	Santa Bárbara	RM de Belo Horizonte	27.850	88,9	1,52	1,63
MS	Campo Grande	Não	787.204	98,7	1,86	1,84
PA	Ananindeua	RM de Belém	471.744	99,8	1,99	1,99
PE	Olinda	RM de Recife	375.559	98,0	0,21	0,21
PE	Petrolina	Ride do Polo Petrolina e Juazeiro	294.081	74,6	3,46	3,19
PR	Curitiba	RM de Curitiba	1.746.896	100,0	1,01	1,01
PR	Maringá	RM de Maringá	357.117	97,8	2,37	2,29
RJ	Duque de Caxias	RM do Rio de Janeiro	855.046	99,7	1,03	1,03
RJ	Niterói	RM do Rio de Janeiro	487.327	100,0	0,61	0,61
RN	Natal	RM de Natal	803.811	100,0	1,28	1,28
RS	Bagé	Não	116.792	83,7	-0,17	0,05
RS	Porto Alegre	RM de Porto Alegre	1.409.939	100,0	0,36	0,68
SC	Itajaí	RM da Foz do Rio Itajaí	183.388	94,6	2,43	2,22
SP	Catanduva	Não	112.843	99,2	0,66	0,74
SP	São Carlos	Não	221.936	96,0	1,50	1,62
SP	São Paulo	RM da Grande São Paulo	11.244.369	98,9	0,78	1,34

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Santos Júnior e Montandon (2011); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012); Departamento de Políticas de Acessibilidade e Planejamento Urbano (2012).

Podemos notar que os estudos de caso procuraram contemplar a diversidade de municípios brasileiros. Lendo os estudos e verificando os dados e informações disponíveis, identificamos alguns que se enquadram na (de)limitação que fizemos de cidades pequenas e médias (Cartograma 1). As cidades médias estariam representadas (respeitadas, principalmente, as ponderações de localização e de funções urbanas) pelos municípios de⁹: Bagé, no Rio Grande do Sul; Itajaí, em Santa Catarina; Juazeiro do Norte, no Ceará; Maringá, no Paraná; Montes Claros, em Minas Gerais; Petrolina, em Pernambuco; e São Carlos, em São Paulo. Já as cidades pequenas (mais precisamente as cidades locais) teriam como representantes os municípios de¹⁰: Caetité, na Bahia; Catanduva¹¹, em São Paulo; e Irauçuba, no Ceará.

⁹ Os estudos de caso das cidades médias foram elaborados, respectivamente, por: Ferrari (2011); Guimaraens (2011); Iacovini e Pinheiro (2011); Klintowitz (2011); M. Costa (2011); Miranda (2011); e V. Oliveira (2011).

¹⁰ Os estudos de caso das cidades pequenas foram elaborados, respectivamente, por: Iacovini (2011); L. Costa (2011); Santoro, Cobra e Molinari (2011).

¹¹ Mesmo tendo uma população de mais de cem mil habitantes e população expressamente urbana, o município está inserido numa região polarizada por municípios como São José do Rio Preto e Ribeirão Preto, fazendo com que tenha funções urbanas mais similares às de uma cidade local.



Cartograma 1
Cidades médias e pequenas (locais) selecionadas para a análise

Elaboração própria.

Uma primeira análise a ser realizada nos Planos Diretores desses conjuntos de municípios diz respeito à Gestão Democrática, que é “[...] a efetiva participação da sociedade civil na gestão da coisa pública” (OLIVEIRA; MOREIRA, 2006, p. 2)¹². Vemos aqui uma heterogeneidade de casos.

Os municípios de Bagé, no Rio Grande do Sul, e São Carlos, em São Paulo, tiveram um processo de elaboração participativo entre 2001 e 2005, com grandes eventos (tais como Conferências

¹² “Esta participação pode ser efetivada diretamente pelos cidadãos, como também por meio de entidades representativas de uma parcela do território ou dos segmentos sociais da população. Tal preceito é expressão da Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988. Deve estar pautada [...] nos princípios da transparência, ética, independência, solidariedade e credibilidade” (OLIVEIRA; MOREIRA, 2006, p. 2).

da Cidade), para sensibilização e mobilização da sociedade, e também reuniões menores (como grupos de trabalho, oficinas e reuniões), normalmente definidas para aprofundamento de questões temáticas ou setoriais. Somente em São Carlos houve dificuldades na mobilização das comunidades rurais e de segmentos de baixa renda.

Em Itajaí, em Santa Catarina, o processo foi análogo aos supracitados, mas não há menção do tempo em que se desenvolveu.

Por sua vez, Montes Claros, em Minas Gerais, teve um processo participativo iniciado em 1995, mas, devido a disputas políticas, o projeto de lei, então elaborado, não foi aprovado pela Câmara de Vereadores. O processo posterior foi realizado de forma tecnocrática em 2001, baseado no Plano Diretor de Belo Horizonte. Em 2007, porém, iniciou-se um processo de revisão que começava a se orientar pelos preceitos da gestão democrática, mas foi paralisado por conta das eleições municipais de 2008, em que a Prefeitura preferiu priorizar obras.

Em Petrolina, Pernambuco, os movimentos sociais tiveram que se mobilizar para reivindicar a participação no processo de elaboração do Plano Diretor durante 2006. Aberta a possibilidade do processo participativo, a metodologia utilizada foi a orientada pelo Ministério das Cidades.

No caso de Juazeiro do Norte, no Ceará, o processo de elaboração (que foi apoiado pelo governo estadual por meio de financiamento) seguiu uma metodologia formal de participação e padronizada para todos os municípios que aderiram ao apoio estadual. Foi instituído um comitê com membros indicados pela Prefeitura e os momentos de reunião e demais eventos, segundo relatos, não elucidavam a população para o processo, menos ainda capacitavam-na nas temáticas concernentes ao desenvolvimento urbano. Já em Iruçuba, no mesmo Estado, os relatos demonstram que o processo foi participativo, com a inclusão de vários segmentos como, por exemplo, agentes jovens. O relato demonstra, porém, certa crítica sobre *um processo de participação exagerado*, pois a própria representação da sociedade civil entrevistada afirma que

[...] houve muitas reuniões, o que, a partir de determinado momento, começou a causar um desgaste e, no final, um esvaziamento nas instâncias e espaços. Segundo eles, agravou essa situação o fato de que a proposta de pauta, em geral, vinha muito extensa, não podendo ser inteiramente acompanhada por pessoas de comunidades distantes, as quais tinham hora pra [sic] ir embora. (IACOVINI; PINHEIRO, 2011, p. 7).

Neste aspecto, por fim, Caetité, na Bahia, apresenta o caso mais sério de um processo sem qualquer participação social. O projeto de lei do Plano Diretor foi elaborado por um técnico e aprovado pela Câmara de Vereadores com a ocorrência de uma única audiência pública, com a participação de trinta pessoas.

A participação no processo de elaboração dos Planos Diretores terá desdobramentos no controle social da sua implementação. Em São Carlos encontra-se instalado e atuante o Conselho Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano, com reuniões regulares, com-

posição paritária e caráter deliberativo e consultivo. Contudo, como salientam os relatos, “[...] a participação no Conselho ainda é muito limitada a segmentos voltados para a questão do ordenamento do solo urbano” (KLINTOWITZ, 2011, p. 59). Há uma dificuldade de mobilizar os segmentos de mais baixa renda para participação no conselho, fruto das dificuldades registradas no processo de elaboração.

Em Bagé foi instituído o Conselho Municipal de Desenvolvimento Territorial, com composição paritária e caráter deliberativo, não explícito para alguns temas de sua competência e consultivo nos demais. Esteve atuante até a solicitação de revisão de sua composição, processo que se encontra em debate.

De maneira análoga, o Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial, instituído em Itajaí atuou com composição paritária e caráter deliberativo. Cessou suas reuniões quando questionada sua composição, sob a alegação de que seus membros não foram eleitos, mas escolhidos entre aqueles que compunham o núcleo gestor do processo de elaboração do Plano Diretor.

Por sua vez, Juazeiro do Norte instituiu o Conselho Municipal do Plano Diretor, com composição paritária e caráter deliberativo. Alguns de seus membros reuniram-se algumas vezes para tratar, principalmente, do controle de loteamentos, mas a sociedade civil não participou de nenhuma decisão, mesmo tendo sua composição paritária. Também criado por lei municipal, sem previsão no Plano Diretor, o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, previsto com caráter deliberativo e paritário, ainda não foi instituído.

Já a instalação do conselho em Catanduva sofre resistências por parte da Câmara de Vereadores, principalmente relacionadas ao seu caráter deliberativo. Contudo, a Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor, instituída em seu processo de elaboração, assumiu atribuições de aprovação de parcelamentos do solo urbano.

Em Maringá houve a previsão do Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial, paritário e com caráter consultivo e deliberativo. O relato, entretanto, não menciona se o conselho foi instituído.

Irauçuba instituiu o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Territorial de Irauçuba, de caráter deliberativo e composição paritária. Efetivamente, porém, nunca funcionou. Contudo, foi instituído e se encontra em funcionamento o Conselho de Habitação.

Semelhantemente, em Montes Claros foram previstos os Conselhos Municipais de Política Urbana, de Habitação e do Orçamento Participativo, instituindo-se de forma efetiva somente o último, com composição paritária e de caráter propositivo.

Nos demais municípios, Petrolina e Caetité, os conselhos foram previstos nos Planos Diretores, mas carecem de regulamentação ainda não feita e sem previsão de serem constituídos.

Como aponta a nomenclatura de alguns conselhos instituídos pelas cidades médias e locais analisadas, o tratamento do desenvolvimento urbano (entendido como a política

pública integradora das ações setoriais de ordenamento territorial, habitação, saneamento ambiental e mobilidade e transporte urbanos) não atingiu a concretização das acepções que motivaram, inclusive, a criação do Ministério das Cidades em 2003. Em certa medida, a própria implementação das políticas públicas sob a responsabilidade dessa pasta, distribuídas em suas quatro Secretarias Nacionais – Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos; Secretaria Nacional de Habitação; Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental; e Secretaria Nacional de Mobilidade e Transporte Urbanos –, principalmente após o loteamento político-partidário e a adoção do primeiro Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), fez com que a proposta primária sobre o desenvolvimento urbano não conseguisse se concretizar.

Desse modo, de maneira generalizada, as cidades médias e locais concretizam suas ações relacionadas, principalmente, à habitação e ao saneamento por meio de recursos oriundos do Governo Federal que, em sua essência, não visam integrar-se no território nem às políticas e ações previstas nos Planos Diretores. Somente os estudos de caso de Bagé, Catanduva, Itajaí, Maringá e São Carlos fazem menção à mobilidade urbana.

São Carlos é a única cidade que prevê a adequação das ações setoriais às diretrizes estabelecidas no Plano Diretor. Habitação e saneamento têm seus planos e ações, estando o plano de mobilidade urbana ainda em elaboração.

Catanduva, não tem previsão nem ações relacionadas à habitação, por não ser uma questão latente no município. Já em saneamento, há a elaboração de planos e ações com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), mas sem relação com o Plano Diretor. O plano de mobilidade urbana encontra-se previsto somente no Plano Diretor.

Itajaí não estabeleceu diretrizes para habitação, saneamento e mobilidade urbana no Plano Diretor, somente havendo a previsão da elaboração dos planos setoriais. Contudo, recebeu recursos do PAC Drenagem.

Bagé previu a elaboração do plano local de habitação de interesse social, sendo elaborado um ano após a aprovação do Plano Diretor, recebendo recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). O plano municipal de saneamento encontrava-se em elaboração, atendendo às diretrizes previstas no Plano Diretor. Neste setor, o município recebeu recursos do PAC. Mesmo não tendo previsto no Plano Diretor, o município já destinou recursos para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana.

Maringá dispõe de diretrizes para habitação, saneamento e mobilidade urbana, mesmo não realizando estudos específicos no processo de elaboração de seu Plano Diretor. Não há menção de ações sobre esses setores.

Em Petrolina, a diretriz relacionada à habitação de interesse social é de destinar terrenos somente nas áreas de expansão. Recebeu recursos do PAC para o saneamento, mesmo não tendo elaborado seu plano municipal de saneamento.

No município de Montes Claros, dado o nível generalista do Plano Diretor, “[...] os projetos de habitação e saneamento abordados hoje não se encontram previstos no PD” (COSTA, M., 2011, p. 5).

Já Juazeiro do Norte não elaborou nenhum planejamento relacionado à habitação, mesmo não tendo previsto nada relacionado à habitação no Plano Diretor e tendo constituído um conselho específico (com o único interesse de acessar recursos do FNHIS). Não há nenhum planejamento para saneamento.

Irauçuba prevê diretrizes para habitação e saneamento, tendo elaborado um plano de saneamento humano-ambiental. Mas não há uma definição específica com relação a recursos.

Por sua vez, Caetité não prevê qualquer diretriz relacionada a habitação ou saneamento em seu Plano Diretor, não havendo qualquer ação relacionada à habitação. Já em saneamento há uma ação empreendida pela Empresa Pública de Saneamento do Estado da Bahia (Embasa) e pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), empresa do Governo Federal, para a inclusão do município no PAC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos observar, os desafios relacionados ao desenvolvimento urbano nas cidades médias e locais ainda são muitos. Infelizmente, essa não é uma realidade específica desses conjuntos de cidades, muito menos exclusiva desse nível de governo dentro da federação brasileira. Contudo, mais que motivos para encararmos esses desafios como elementos que perduram na gestão das cidades, é necessário vislumbrarmos as iniciativas que se concretizam como caminhos alternativos, por mais parciais e diminutas que, aparentemente, pareçam ser.

Nesse contexto, o planejamento urbano requer uma atenção especial dos gestores, pois pressupõe uma mudança de cultura na gestão das cidades. O momento favorável da economia do país, [mesmo num momento de crise mundial] a existência de políticas sociais e de recursos federais robustos para o enfrentamento das carências urbanas e os avanços recentes no marco jurídico da política urbana no âmbito nacional constituem uma grande oportunidade para que o planejamento urbano seja fortalecido e estruturado nos Municípios, de modo a contribuir para o melhor aproveitamento dos recursos públicos, para a maximização dos seus efeitos na cidade e na redução dos déficits sociais e de infraestrutura urbana. (SANTOS JÚNIOR; MONTANDON; SANT’ANA, 2011, p. 48).

Nesta perspectiva, as cidades médias e, sobretudo, pequenas apresentam oportunidades de concretizar políticas de ordenamento territorial, de habitação, de saneamento e de mobilidade urbana que se constituam, por meio da integração, no desenvolvimento urbano ainda acreditado por vários segmentos que defendem o direito à cidade e à justiça social. Contudo, como demonstra o estudo de caso de São Carlos, é necessário que essas cidades realizem, de forma participativa, a elaboração e, principalmente, a implementação de seus instrumentos de gestão e planejamento, entre os quais o Plano Diretor, constitucionalmente estabelecido como instrumento básico da política urbana.

Outras questões põem-se em voga para a concretização do desenvolvimento urbano, principalmente das cidades médias e pequenas. Uma delas diz respeito ao desenvolvimento institucional, caracterizado pela capacidade técnica das administrações públicas municipais. Aqui fica clara a necessária cooperação não só entre os distintos níveis de governo, mas também entre os municípios, sobretudo os que contemplam as cidades pequenas. Uma alternativa nesse sentido, por exemplo, é o consórcio público, que pode incorporar a cooperação entre municípios em várias áreas.

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Cidades médias e organização do espaço no Brasil. *Revista Geografia e Ensino*, Belo Horizonte, v. 2, n. 5, p. 5-35, 1984.

BRASIL, Senado Federal. *Decreto-Lei nº. 311*, de 2 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=32235>> Acesso em: 20 maio 2012.

CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia. *O Estatuto da Cidade: comentado*. São Paulo: Ministério das Cidades / Aliança das Cidades, 2010. 120 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-33.

COSTA, Luiz Augusto Maia. *Estudo de caso sobre a avaliação do Plano Diretor de Caetité, BA*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011. 10 p.

COSTA, Marco Aurélio. *Estudo de caso sobre a avaliação do Plano Diretor de Montes Claros, MG*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011. 5 p.

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE E PLANEJAMENTO URBANO. *Banco de leis complementares estaduais que instituem regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas*. Brasília, 2012.

FERRARI, Rossana. *Relatório estudo de caso: Itajaí – Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011. 59 p.

GUIMARÃES, Raul Borges; VIEIRA, Alexandre Bergamin; NUNES, Marcelo. Cidades médias: territórios da exclusão. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 2, n. 4, p. 267-287, jul.-dez. 2005.

GUIMARAENS, Maria Etelvina Bergamaschi. *Relatório de estudo de caso do município de Bagé, RS*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011. 24 p.

IACOVINI, Rodrigo Faria Gonçalves. *Estudo de Caso do Plano Diretor de Irauçuba*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011. 13 p.

IACOVINI, Rodrigo Faria Gonçalves; PINHEIRO, Valéria. *Estudo de caso do plano diretor de desenvolvimento urbano de Juazeiro do Norte*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011. 17 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatística*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/download/estatistica.shtm>>. Acesso em: 20 maio 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico de 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm>>. Acesso em: 20 maio 2012.

_____. *Censo Demográfico de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 20 maio 2012.

KLINTOWITZ, Danielle. *Relatório do estudo de caso sobre o plano diretor do município de São Carlos*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011. 62 p.

MIRANDA, Livia. *Avaliação dos planos diretores: estudo de caso Petrolina*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011. 11 p.

OLIVEIRA, Nathan Belcavello de. Aportes para a caracterização de cidades médias brasileiras: estudo de caso sobre Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. In: ENCUESTRO INTERNACIONAL HUMBOLDT, 8., 2006, Colón. *Anales...* Colón (Argentina): CeHu, 2006. p. 1-14. Disponível em: <<http://www.belcavello.com.br/publica/artigos/anais/2006viiiieh>>. Acesso em: 20 maio 2012.

_____. Discutindo parâmetros urbanos para o Estudo de Viabilidade Municipal. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 19, n. 3, p. 693-706, out./dez. 2009.

OLIVEIRA, Vinicius Gessolo de. *Estudo de caso no Município de Maringá, PR*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011. 75 p.

OLIVEIRA, Nathan Belcavello de; CHAVES, Telma Souza; SIMONCINI, João Batista Villas Boas. Globalização, neoliberalismo e impactos sobre a América Latina: consequências sobre o espaço urbano na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. In: ENCUESTRO INTERNACIONAL HUMBOLDT, 6., 2004, Villa Carlos Paz. *Anales...* Villa Carlos Paz (Argentina): CeHu, 2004. p. 1-13. Disponível em: <<http://www.belcavello.com.br/publica/artigos/anais/2004vieih>>. Acesso em: 20 maio 2012.

OLIVEIRA, Nathan Belcavello de; MOREIRA, Fabiana Borges da Silva. Da elaboração participativa à gestão democrática: considerações sobre a implementação do plano diretor municipal. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO, 4., 2006, São Paulo. *Anais...* São Paulo: IBDU, 2006. p. 1-11. Disponível em: <<http://www.belcavello.com.br/publica/artigos/anais/2006ivcbdu>>. Acesso em: 20 maio 2012.

SANTORO, Paula Freire; COBRA, Patrícia Lemos; MOLINARI, Natália. *Relatório do estudo de caso sobre o plano diretor de Catanduva*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011. 71 p.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 5. ed. São Paulo: USP, 2008. 176 p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002. 473 p.

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos; MONTANDON, Daniel Todtmann. *Os planos diretores municipais pós-Estatuto da Cidade: balanço crítico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011. 295 p.

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos; MONTANDON, Daniel Todtmann; SANT'ANA, Marcel Claudio. Introdução. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos; MONTANDON, Daniel Todtmann. *Os planos diretores municipais pós-Estatuto da Cidade: balanço crítico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011. p. 13-56

SOARES, Beatriz Ribeiro. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. *Formação*, Presidente Prudente, n. 6, p. 55-63, 1999.

SPOSITO, Eliseu Savério. *Redes e cidades*. São Paulo: UNESP, 2008. 161 p.

STEINBERGER, Marília; AMADO, Theodelina Moreira. O espaço urbano no Zoneamento Ecológico-Econômico: esboço metodológico. In: STEINBERGER, Marília (Org.). *Território, ambiente e políticas públicas espaciais*. Brasília: Paralelo 15 / LGE, 2006. p. 151-185.



SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS
ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA



ISBN 978-85-8121-009-4

